Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

CIRO ATHAYDE BARROS MONTEIRO

INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da "Geração Internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no Interior da Prisão

MARÍLIA - SP
2019

CIRO ATHAYDE BARROS MONTEIRO

INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da "Geração Internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no Interior da Prisão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento
Linha de pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação
Orientador : Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

MARÍLIA - SP
2019

M775i

Monteiro, Ciro Athayde Barros
Informação encarcerada: o jovem da "Geração Internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão / Ciro Athayde Barros Monteiro. - Marília, 2019.
245 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019.
Bibliografia: f. 215-229.

Orientador: Oswaldo Francisco de Almeida Junior

1. Jovens encarcerados. 2. Mediação da Informação. 3. Biblioteca Prisional. 4. Clube de leitura. 5. Prisão. 6. Apropriação da Informação. 7. Dispositivos informacionais. I.Título.

CDD 028.9

CIRO ATHAYDE BARROS MONTEIRO

INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da "Geração Internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no Interior da Prisão

Tese para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Informação, Tecnologia e Conhecimento

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior (Orientador)
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

_____

Prof. Dr. Marco Antônio de Almeida
Universidade de São Paulo (USP) – Campus Ribeirão Preto

_____

Prof. Dra. Tamara de Souza Brandão Guaraldo
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

_____

Prof. Dr. Jonathas Luiz Carvalho da Silva
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

_____

Prof. Dra. Lídia Eugênia Cavalcante
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília

Marília, 11 de novembro de 2019

Aos meus pais Celso e Fátima
Força maior que me fez caminhar todos os dias....
Ao Robson Luiz da Silva Simeão
Quem me apresentou as mazelas do racismo estrutural...

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos quatorze educandos que aceitaram participar voluntariamente desta pesquisa, ainda que os nomes não tenham sido revelados, seus relatos foram essenciais para que esta pesquisa fosse possível. Aos funcionários e diretores que viabilizaram as entrevistas dentro do CDP de Serra Azul, com destaque ao diretor de núcleo de segurança Rodrigo Bravo, ao diretor de disciplina Alexandre Kleizer, ao diretor geral Valdemar dos Santos e aos funcionários do setor de educação Daniel e Elionai. Ao coordenador da região noroeste da Secretaria de Administração Penitenciária, Sr. Carlos Alberto Ferreira de Souza que aprovou a execução deste estudo.

Aos funcionários do setor de educação do CPP de Jardinópolis que em vários momentos incentivaram e contribuíram para execução deste trabalho, são eles: Maristela, Gilmar, Lucas, Marcelo, Marcio Une, Fabiano, Gilberto, Jonas e principalmente a diretora Carol, minha amiga e parceira do dia a dia da rotina no setor de educação, extremamente qualificada e apaixonada pela arte de educar e aprender, alguém que sempre me apoiou e incentivou a seguir no doutorado.

Ao diretor geral do CPP de Jardinópolis, Evandro Bueno Campanhã, que não só apoia os projetos de educação, como nos incentiva a criá-los. A todos meus amigos Agentes de Segurança Penitenciária (sem citar nomes porque não caberia neste espaço) que durante todos esses anos compartilhei inúmeros momentos de minha vida, pessoas que arriscam suas vidas diariamente e não são reconhecidos pela sociedade, como disse Dráuzio Varella, “eu acho que esses homens deveriam ter uma estátua em praça pública e não essa fama que eles tem de ladrões, de bandidos, quase igual os criminosos, eu acho que tem um outro lado nessa profissão que é de altíssima dignidade e que nunca é revelado”.

Ao meu orientador, Prof. Oswaldo, pessoa que primeiro despertou meu interesse pela área por meio de uma palestra sobre "Desinformação e Contrainformação" em 2009, momento em que a pesquisa na Ciência da Informação não era algo possível para mim, tendo em vista a minha pouca identificação com as propostas de estudo existentes, ele revelou possibilidades dentro de uma perspectiva social. Além disso, é um ser humano raro no mundo, alguém disposto a escutar, dar opiniões e estabelecer longos diálogos. Docente cuja arrogância do mundo acadêmico passou ao largo de sua existência. Alguém que sinto um prazer imenso em ficar ao lado, como se todas as vezes fosse a primeira.

Aos professores que aceitaram participar da banca: o professor Marco Antônio de Almeida, quem fez renascer em mim, durante as aulas da disciplina “Sociedade da Informação”, a vontade de desenvolver este estudo. Pessoa que admiro e que me influenciou muito tanto nas leituras durante a graduação, como nas dicas de leitura na qualificação. A professora Tamara Guaraldo que além de ter sido amiga de pós-graduação, suas dicas na qualificação e incentivos de publicação foram fundamentais para que eu pudesse repensar a trajetória e os caminhos que segui para finalizar a escrita da tese. Ao professor Jonathas Silva e a professora Lídia Cavalcante pelo aceite do convite e pela satisfação de receber professores com proximidades de temas vinculados a questão social na mediação da informação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, em especial a professora Marta Valentim pela enorme qualidade com que encara a pesquisa acadêmica e nos incentiva, compartilhando informações e leituras. A professora Márcia Vitoriano pelos maravilhosos apontamentos feitos ao projeto de pesquisa.

Aos amigos de graduação e de existência que sempre estiveram presente em minha vida com palavras de incentivo: Maceleza, Renan, Antônio, Ingrid, Michele, Crato, Camila Alvarez, Ju e Joyce. Aos colegas de pós-graduação Everton, Alex, Ricardo, Cris, Vanessa, Heloá, Arielle.

As minhas companheiras (os) de pesquisa: Léia, Amábile, Rachel, Camila, Paulo, Andreza, cujo encontro me possibilitou visualizar as múltiplas possibilidades de estudo e atuação no espaço prisional.

A família Celso (pai), Fátima (mãe), irmãos Rodrigo & Lina & Anami e Diogo & Angela sem os quais não conheceria o maravilhoso sentido de amar. A Angélica com quem compartilho sonhos e angústias, pessoa que me incentiva todos os dias e a quem admiro e sinto profundo sentimento de gratidão, amor e carinho. Por fim, aos egressos José Humberto Jerônimo e Antônio Alves que por meio da educação e da escrita conseguiram transformar suas vidas e me presentear com belos poemas.

Poema da gíria[1] de preso

Noite esfolada, **puta** apagada, vezes acesa
Tela nas alturas, **papagaio** gritando
Companheiros no **boi**, com **bruxas** e **rapas** na mão
Sono perdido, pensamento a **milhão**,
Sonhando acordado com a chegada da **cunhada,**
Mando **pipa,** pro **cabeça branca,**
Pagar do **louco** que tá pouco, acabou a pouco
Dia de mudar a rotina**,** fazer faxina,
Camuflar as **corujas**, esconder **guerreira**
Cuidar dos **mundrungos,** botar para correr
Tiro do cartucho a **beca milénio**
Tias arrumada, **queto** baixado
Chegou a cunhada, amor dobrado
Visita acabou, de novo, velhos atacantes
Amigo droga pede o **bek,** amigo **parasita**, só dorme e grita.
Semana seguinte, começa tudo de novo
Chega o **bonde** que vem distante
Vários **quebrada** dessa caminhada
Logo grita, e aí **quebrada**, nova jornada
Encosta e liga o **radinho**
Para **encostar** na sua **quebrada**
Passa o **cadastro** da caminhada
com **transparência** de sua **vivência**
Com fome, **marroco** eu desejo,
Só tem **vaquinha**, sem **graxa** na latinha
O **moca** frio, sem cor, **chafeu** memo,
Na **burra** me vejo com sonhos e desejo
Dia a dia sai **bonde as vezes calipso,**
Tristeza profunda, agonia constante
Todo sonho tem seu preso, preso de sonho
Sair do fechado, sonho do sentenciado
Trampo arrumado, trabalho garantido
Vamos comemorar, **Maria loca** na boca
Ficar louco de cigarro do **cabru**
Depois do **bek, gueres** pra comemora
Rocambole no peito, **trufas** no jeito.

José Humberto[2]

---

[1] Dialeto da cadeia: **Puta** (luz), **Tela** (televisão), **Papagaio** (Rádio de música), **Boi** (Vaso sanitário), **Bruxas** (Vassoura), **Rapas** (Rodo), **Milhão** (Pensando, preocupado), **Cunhada** (Esposa), **Pipa** (Bilhete), **Cabeça branca** (Diretor Geral da Unidade), **Louco** (Remédio de cabeça), **Coruja** (Cueca), **Guerreira** (Toalha), **Mundrungos** (Pessoa que não gosta de tomar banho), **Beca milénio** (Roupa boa ou roupa de marca), **Tias** (Cordas feitas de saquinho de leite), **Queto** (Divisória para visitas íntimas), **Bek** (Cigarro de maconha), **Parasita** (Pessoa que não gosta de fazer nada), **Bonde** (Veículo de transportes de preso), **Quebrada** (Pessoas da mesma cidade), **Radinho** (Celular), **Encostar** (Falar com parente), **Cadastro** (De onde vem), **Transparência** (Sem mentiras), **Vivência** (Seu comportamento), **Marroco** (pão), **Vaquinha** (Leite), **Graxa** (Manteiga de leite), **Moca** (Café), **Chaféu** (Parecendo um chá), **Burra** (Cama), **Calipso** (Veículo de transporte grande), **Trampo** (Trabalho), **Maria loca** (Pinga de cadeia), **Cigarro do Cabru** (Cigarro de maconha), **Gueres** (Guloseimas), **Rocambole** (Doce), **Trufas** (Doce).

[2] Poeta e escritor. Descobriu o dom da escrita quando estava no sistema prisional, onde concluiu o ensino médio e trabalhava como monitor da educação, sendo responsável pela biblioteca. Escreveu três livros de poesia quando estava cumprindo pena. Foi por meio do computador da biblioteca prisional que conseguiu registrar seus versos. José Humberto e Antônio Alves são os únicos nomes não fictícios de educandos, sob prévia autorização (ANEXO D e E) utilizados nesta pesquisa.

RESUMO

A ideia amplamente disseminada pela Ciência da Informação (CI) sobre a existência de uma suposta “Sociedade da Informação” – em que todos os jovens que nasceram nos últimos vinte anos, período em que houve o surgimento e popularização da internet, seriam membros de uma geração que sabe lidar facilmente com tecnologias – pode ser uma proposição bastante perniciosa à sociedade, tendo em vista que muitos grupos sociais aparentemente não fazem parte deste cenário. Um desses grupos é formado pelos jovens encarcerados, pois grande parte deles chega ao cárcere com graves carências vinculadas à estrutura familiar, à educação básica e ao letramento. Diante desse cenário, este estudo é norteado pelo problema acerca de como são as práticas informacionais dos jovens encarcerados no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, no que se refere à mediação e à apropriação dos dispositivos informacionais. O objetivo foi investigar como são as práticas informacionais desses jovens antes e após adentrarem ao CDP de Serra Azul com relação à mediação e à apropriação dos dispositivos informacionais. Além disso, buscou-se identificar quem são esses detentos, verificar os motivos pelos quais se encontram na unidade de detenção, criar quadros comparativos acerca das mudanças nas práticas informacionais antes e após o cárcere, averiguar as limitações e possibilidades da biblioteca prisional com relação ao acesso e apropriação desse dispositivo, descrever ações mediadoras no sentido de compreender de que forma essas ações se desenvolvem no cotidiano da prisão, como por exemplo, o clube de leitura e projeto de produção de poesia, e mapear os resultados tendo como contraponto um Centro de Progressão Penitenciária (Regime Semiaberto). Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo descritivo-exploratório. A metodologia utilizada foi a Etnografia, orientada pelas concepções teóricas do interacionismo simbólico, sob o olhar de Goffman. Foi realizado no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul (CDP – Regime Fechado), localizado no interior de São Paulo. Seguiu as determinações da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012, que rege as pesquisas com seres humanos no Brasil. Os participantes foram 14 jovens com idade entre 18 e 20 anos. O recrutamento e a coleta de dados ocorreram individualmente, após um convite coletivo feito pelo pesquisador no pavilhão disciplinar do centro de detenção. Para cada jovem foram aplicados dois instrumentos de coleta de dados: um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, sendo que a aplicação de ambos durou em média 45 minutos. A análise de dados demonstrou que quando o jovem estava na rua ele se apropriava de inúmeros dispositivos, principalmente do telefone celular. Após adentrar ao cárcere, seus principais dispositivos passaram a ser a carta, a televisão e o livro. Com relação às práticas informacionais, visualizou-se que na rua os jovens utilizavam prioritariamente o telefone celular para escutar músicas, assistir vídeos, jogar e ler notícias, principalmente pelo feed de notícias da rede social “Facebook”. O estudo apresenta um quadro sociodemográfico alarmante desses jovens, sendo que a maioria deles não concluiu o ensino médio e tinham o tráfico como principal fonte de renda na rua. Revelaram-se perfis de jovens encarcerados que estão à margem de pertencimento da tal “Geração Internet”, a maioria são desprovidos de “capital cultural” e vivem o letramento insólito próprio da educação no contexto de funcionamento dos interesses neoliberais. Para além dos resultados obtidos no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, o estudo traz relatos de experiência vinculados a projetos desenvolvidos pelo autor, na figura de funcionário da prisão, juntamente com a equipe de educação em um Centro de Progressão Penitenciária (CPP – Regime Semiaberto) no sentido de ilustrar o cotidiano, as possibilidades e os desafios da apropriação dos dispositivos, da ação mediadora e das práticas informacionais no interior da prisão. Conclui-se que o jovem, antes de adentrar ao CDP de Serra Azul, já carecia de letramento no que se refere a se apropriar de dispositivos e a produzir práticas informacionais que buscam gerar autonomia e produção de

conhecimento. Essa situação se agrava quando entra na prisão e seu acesso aos dispositivos passa a ser mais restrito. Tal situação escancara o grave problema de letramento e de exclusão educacional no país. De modo geral, almejou-se compreender o quadro complexo de mediação, apropriação dos dispositivos e práticas informacionais dos jovens encarcerados, lançando novas perspectivas epistemológicas à área da CI. No que tange as possibilidades de ação do profissional da informação no cárcere, o estudo apresenta a unidade prisional como espaço essencial para desenvolvimento de pesquisa e atuação profissional do bibliotecário, tanto na biblioteca prisional como em clubes de leitura e nos múltiplos espaços de manifestações culturais possíveis no ambiente prisional. Além disso, este estudo fornece subsídios para auxiliar os poderes públicos no processo de pensar formas de reintegração social, para que esses jovens, ao receberem a liberdade, tenham alguma possibilidade de reinserção no mercado de trabalho e na sociedade, diminuindo as chances de recorrência ao crime.

Palavras-chave: Jovem encarcerado. Mediação da informação. Biblioteca prisional. Apropriação da informação. Práticas Informacionais. Clube de leitura. Prisão.

ABSTRACT

The idea widely disseminated by Information Science (CI) about the existence of a supposed "Information Society" - in which all the young people born in the last twenty years, during which the internet emerged and became popular, would be members of a A generation that can easily handle technologies - can be a very pernicious proposition to society, given that many social groups are apparently not part of this scenario. One of these groups is made up of incarcerated young people, as most of them reach prison with serious shortages linked to family structure, basic education and literacy. Given this scenario, this study is guided by the problem of how are the informational practices of young people incarcerated at the Serra Azul Provisional Detention Center, regarding mediation and appropriation of informational devices. The objective was to investigate how are the informational practices of these young people before and after entering the Serra Azul CDP regarding the mediation and appropriation of informational devices. In addition, we sought to identify who these detainees are, to verify the reasons for their detention, to create comparative tables about changes in informational practices before and after prison, to investigate the limitations and possibilities of the prison library in relation to the prison. access and appropriation of this device, describe mediating actions in order to understand how these actions develop in the daily life of the prison, such as the reading club and poetry production project, and map the results against a Center of Penitentiary Progression (Semi-Open Regime). This is a qualitative, descriptive-exploratory study. The methodology used was Ethnography, guided by the theoretical conceptions of symbolic interactionism, under the eyes of Goffman. It was held at the Serra Azul Provisional Detention Center (CDP - Closed Regime), located in the interior of São Paulo. It followed the determinations of Resolution nº 466 of December 12, 2012, which governs research with human beings in Brazil. Participants were 14 young people aged 18 to 20 years. Recruitment and data collection occurred individually following a collective invitation by the researcher in the disciplinary pavilion of the detention center. For each young person two data collection instruments were applied: a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview, and the application of both lasted an average of 45 minutes. Data analysis showed that when the young man was on the street he appropriated numerous devices, especially the mobile phone. After entering prison, his main devices became the letter, the television and the book. Regarding informational practices, it was seen that on the street, young people used their cell phones primarily to listen to music, watch videos, play games and read news, especially through the news feed of the social network "Facebook". The study presents an alarming sociodemographic picture of these young people, most of whom did not complete high school and had trafficking as their main source of income on the street. Profiles of imprisoned young people who are on the margins of belonging to such an "Internet Generation" have been revealed, most of them devoid of "cultural capital" and live the unusual literacy proper to education in the context of the functioning of neoliberal interests. In addition to the results obtained at the Serra Azul Provisional Detention Center, the study brings experience reports linked to projects developed by the author, as a prison official, together with the education team in a Penitentiary Progression Center (CPP). Semi-Open) in order to illustrate the daily life, the possibilities and the challenges of the appropriation of the devices, the mediating action and the informational practices inside the prison. It is concluded that the youth, before entering the CDP of Serra Azul, already lacked literacy in terms of appropriating devices and producing informational practices that seek to generate autonomy and knowledge production. This situation gets worse when you enter the prison and your access to devices becomes more restricted. This situation opens the serious problem of literacy and educational exclusion in the

country. In general, the aim was to understand the complex framework of mediation, appropriation of devices and informational practices of incarcerated young people, launching new epistemological perspectives in the area of IC. Regarding the possibilities of action of the information professional in prison, the study presents the prison unit as an essential space for the research and professional performance of the librarian, both in the prison library and in reading clubs and in the multiple spaces of possible cultural manifestations. in the prison environment.

Keywords: Incarcerated young people. Information mediation. Prison library. Appropriation of information. Informational Practices. Reading Club Prison.

RÉSUMÉ

L’idée largement répandue par la science de l’information (CI) de l’existence d’une prétendue «société de l’information» - dans laquelle tous les jeunes nés au cours des vingt dernières années, au cours desquels Internet est apparu et est devenu populaire, serait membre d’un Une génération capable de gérer facilement les technologies peut être une proposition très pernicieuse pour la société, étant donné que de nombreux groupes sociaux ne font apparemment pas partie de ce scénario. L'un de ces groupes est constitué de jeunes incarcérés, car la plupart d'entre eux se retrouvent en prison avec de graves pénuries liées à la structure familiale, à l'éducation de base et à l'alphabétisation. Compte tenu de ce scénario, cette étude est guidée par le problème suivant: comment les pratiques informationnelles des jeunes incarcérés au centre de détention provisoire de Serra Azul concernent-elles la médiation et l’appropriation de dispositifs informatifs? L’objectif était d’enquêter sur la manière dont les pratiques informationnelles de ces jeunes avant et après leur entrée dans le CDP de Serra Azul en ce qui concerne la médiation et l’appropriation de dispositifs informationnels. En outre, nous avons cherché à identifier qui sont ces détenus, à vérifier les raisons de leur détention, à créer des tableaux comparatifs sur les modifications des pratiques en matière d'information avant et après la prison, à enquêter sur les limites et les possibilités de la bibliothèque de la prison par rapport à la prison. accès et appropriation de ce dispositif, décrivez les actions de médiation afin de comprendre comment ces actions se développent dans la vie quotidienne de la prison, telles que le projet de club de lecture et de production de poésie, et cartographiez les résultats par rapport à un centre de formation. Progression pénitentiaire (régime semi-ouvert). C'est une étude qualitative, descriptive et exploratoire. La méthodologie utilisée était l’ethnographie, guidée par les conceptions théoriques de l’interactionisme symbolique, sous les yeux de Goffman. Il s'est déroulé au centre de détention provisoire de Serra Azul (CDP - Closed Regime), situé à l'intérieur de São Paulo. Il a suivi les conclusions de la résolution n° 466 du 12 décembre 2012, qui régit la recherche sur les êtres humains au Brésil. Les participants étaient 14 jeunes âgés de 18 à 20 ans. Le recrutement et la collecte de données ont eu lieu individuellement à la suite d'une invitation collective du chercheur dans le pavillon disciplinaire du centre de détention. Pour chaque jeune, deux instruments de collecte de données ont été appliqués: un questionnaire sociodémographique et un entretien semi-structuré. Leur application a duré en moyenne 45 minutes. L’analyse des données a montré que lorsque le jeune homme était dans la rue, il s’est approprié de nombreux appareils, notamment le téléphone portable. Après être entré en prison, ses principaux appareils sont devenus la lettre, la télévision et le livre. En ce qui concerne les pratiques d’information, il a été constaté que dans la rue, les jeunes utilisaient leur téléphone portable principalement pour écouter de la musique, regarder des vidéos, jouer à des jeux et lire des actualités, en particulier via le fil d’information du réseau social Facebook. L'étude présente une image sociodémographique alarmante de ces jeunes, dont la plupart n'ont pas terminé leurs études secondaires et dont la traite est la principale source de revenus dans la rue. Des profils de jeunes emprisonnés qui sont en marge d'appartenir à une telle «génération Internet» ont été révélés, la plupart dépourvus de «capital culturel» et vivant l'alphabétisation inhabituelle propre à l'éducation dans le contexte du fonctionnement des intérêts néolibéraux. Outre les résultats obtenus au centre de détention provisoire de Serra Azul, l’étude apporte des rapports d’expérience liés aux projets développés par l’auteur, en tant que fonctionnaire pénitentiaire, ainsi que par l’équipe pédagogique d’un centre de progression pénitentiaire (CPP). Semi-ouvert) afin d’illustrer la vie quotidienne, les possibilités et les défis de l’appropriation des dispositifs, de la médiation et des pratiques informationnelles à l’intérieur de la prison. Il est conclu que les jeunes, avant d'entrer dans le CDP de Serra Azul, manquaient déjà d'alphabétisation en termes de dispositifs appropriés et de production de pratiques d'information

visant à générer l'autonomie et la production de connaissances. Cette situation s'aggrave lorsque vous entrez dans la prison et que votre accès aux appareils devient plus restreint. Cette situation ouvre le grave problème de l'alphabétisation et de l'exclusion éducative dans le pays. En général, l’objectif était de comprendre le cadre complexe de la médiation, de l’appropriation des dispositifs et des pratiques informationnelles des jeunes incarcérés, ouvrant ainsi de nouvelles perspectives épistémologiques au domaine de la CI. S'agissant des possibilités d'action du professionnel de l'information en prison, l'étude présente l'unité pénitentiaire comme un espace essentiel pour la recherche et l'exercice professionnel du bibliothécaire, à la fois dans la bibliothèque de la prison et dans les clubs de lecture, ainsi que dans les multiples espaces de manifestations culturelles possibles. en milieu carcéral.

Mots clés: Jeune prisonnier. Médiation d'information. Bibliothèque de la prison. Appropriation de l'information. Pratiques informationnelles. Club de lecture Prison

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição dos registros da produção de artigos na base de dados LISA que utilizaram o termo “Sociedade da Informação” na área de CI 45
Figura 2: Distribuição dos registros da produção de artigos que utilizam o termo “Sociedade da Informação” de forma “Passiva” ou “Crítica” na área de CI indexada na base de dados LISA …..... 46
Figura 3: Distribuição dos registros da produção dos artigos que utilizaram o termo “Sociedade da Informação” na área de CI na base de dados BRAPCI 48
Figura 4: Malinowski com nativos..... 76
Figura 5: Centro de Detenção Provisória..... 85
Figura 6: Sala de aula/Biblioteca……..... 86
Figura 7: Cozinha/Galpão de Trabalho ……..... 87
Figura 8: Pavilhão Disciplinar……..... 87
Figura 9: Centro de Detenção Provisória.....……..... 89
Figura 10: Mapeamento da população prisional do mundo……..... 120
Figura 11: Perfil racial da população prisional brasileira ……..... 121
Figura 12: Raça, cor e etnia das pessoas privadas de liberdade e da população total. 121
Figura 13: Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil ……..... 122
Figura 14: Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil ……. 123
Figura 15: Sala de aula/Biblioteca……..... 137
Figura 16: Carrinho de distribuição de livros……..... 138
Figura 17: Modelo matemático proposto por Shannon e Weaver que foi adaptado a comunicação humana……..... 146
Figura 18: Apropriação dialética e triangular……..... 152
Figura 19: Livro de Dostoievski - “Recordações da casa dos mortos”..... 155
Figura 20: Menalton Braff no clube de leitura do Centro de Progressão Penitenciária. 159
Figura 21: Evolução do acesso à internet no Brasil.....……..... 183
Figura 22: Biblioteca prisional do Centro de Progressão Penitenciária...……..... 203
Figura 23: Livro “Além do cárcere” escrito pelo educando José Humberto Jerônimo dentro da prisão..... 205
Figura 24: Computador do Centro de Progressão utilizado para controle de empréstimos..... 205
Figura 25: Pintura Mural do Centro de Progressão Penitenciária.....……..... 206
Figura 26: Pintura Mural do Centro de Progressão Penitenciária.....……..... 206
Figura 27: Pintura Mural do Centro de Progressão Penitenciária.....……..... 207

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informação, crime, presos, prisão e a Ciência da Informação..... 30
Quadro 2: Artigos sobre bibliotecas prisionais (CAPES)..... 31
Quadro 3: Artigos sobre bibliotecas prisionais (BRAPCI)..... 31
Quadro 4: Uso da expressão “Sociedade da Informação” de forma “crítica” e “passiva” 45
Quadro 5: Uso da expressão “Sociedade da Informação” na base de dados BRAPCI de forma “crítica” e “passiva” 47
Quadro 6: Quadro funcional de uma biblioteca pública 131
Quadro 7: Quantidade de assentos na biblioteca prisional…..……..... 131
Quadro 8: Coleção da biblioteca prisional……..... 132
Quadro 9: População prisional de alguns países da Europa que possuem biblioteca prisional…….. 136
Quadro 10: Levantamento de livros lidos CDP de Serra Azul em 2017..... 139
Quadro 11: Levantamento de livros lidos CDP de Serra Azul jan/jul 2018..... 140
Quadro 12: Concepção analítica da conceito de mediação da informação……..... 149
Quadro 13: Livros lidos no clube de leitura em 2018……..... 157
Quadro 14: Idade e escolaridade dos jovens..... 169
Quadro 15: Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio em 2018..... 170
Quadro 16: Religião e Etnia..... 171
Quadro 17: Motivo da Prisão e Cidade de Nascimento..... 172
Quadro 18: Profissão e Renda..... 173
Quadro 19: Apropriação dos dispositivos e práticas informacionais dos jovens antes da prisão..... 178
Quadro 20: Idade, acesso aos dispositivos em casa e lugares de acesso à informação na rua..... 182
Quadro 21: Apropriação dos dispositivos, lugares de acesso à informação e atividades educacionais no CDP de Serra Azul..... 186
Quadro 22: Tempo livre antes e após a prisão..... 192
Quadro 23: Biblioteca Prisional de regime fechado e de regime semiaberto..... 203

LISTA DE SIGLAS

ALA	American Library Association
ASP	Agente de Segurança Penitenciária
BP	Biblioteca Prisional
BRAPCI	Bases de dados de Periódicos em Ciência da Informação
CDD	Classificação Decimal Dewey
CDP	Centro de Detenção Provisória
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CPP	Centro de Progressão Penitenciária
CR	Centro de Ressocialização
DLLR	Departamento de Trabalho, Licença e Regulamentação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EC	Era do Conhecimento
ECONLIT	American Economic Association
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EI	Era da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FUNAP	Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
G0	Gaiola Zero
HC	Hospital de Custódia
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
LEP	Lei de Execução Penal
LISA	Library and Information Science Abstracts
ONU	Organização da Nações Unidas
PEN	Penitenciária
PET	Programa de Educação para o Trabalho
PPL	Pessoas Privadas de Liberdade
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SC	Sociedade do Conhecimento
SI	Sociedade da Informação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologia de Informação e Conhecimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 20

1.1 Justificativa: a vivência na prisão……..... 28

1.2 Questionamentos sobre uma geração e seus membros: o problema…..... 33

1.3 Objetivos gerais..... 33

1.4 Objetivos específicos..... 33

1.5 Procedimentos metodológicos: a etnografia como método essencial para pensar a Ciência da Informação……..... 34

1.6 Sujeitos da pesquisa..... 36

1.7 Estrutura do texto..... 37

2. A CRENÇA EM UMA DITA "SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO": O USO CRÍTICO E PASSIVO DA EXPRESSÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO..... 42

2.1 Mattelart: a utopia globalizada na "sociedade da informação" 52

2.2 Bauman: consequências humanas de uma globalização liquida..... 56

2.3 Canclini: a interculturalidade necessária em uma globalização imaginada..... 63

2.4 Globalização utópica, líquida e imaginada: a tragédia global sob três olhares e um principal responsável …...……..... 69

3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS……..... 71

3.1 Etnografia: os limites do método no interior da prisão……..... 73

3.2 Centro de Detenção Provisória: o universo de pesquisa escolhido…..... 84

3.3 Sujeitos de pesquisa imersos na dita "Sociedade da Informação" 91

3.4 A entrevista, o diário de campo e as anotações do pesquisador..... 93

3.5 Anotações do pesquisador infiltrado ...……..……..... 98

3.6 Coleta, amostragem, saturação e formas de análise dos dados…..... 101

3.7 Goffman e o interacionismo simbólico como ferramenta de análise..... 104

4. TEÓRICOS DA PRISÃO……..... 110

4.1 Foucault para visualizar a prisão…...……..... 110

4.2 A prisão para Wacquant …….……..... 115

5. A PRISÃO E O JOVEM ENCARCERADO ……..……..... 118

5.1 Os dispositivos informacionais na prisão……..... 126

5.2 A biblioteca prisional: algumas considerações……..... 128

6. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS..... 145

6.1 Apropriação da informação: o sentido de mediar …..……..... 151

6.2 A mediação da informação a partir de uma perspectiva social..... 162

7. INFORMAÇÃO ENCARCERADA: O JOVEM DA "GERAÇÃO INTERNET" E A APROPRIAÇÃO DOS DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS NA PRISÃO..... 167

7.1 Os quatorze sujeitos: caracterização socioeconômico do jovem do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul……..... 169

7.2 Práticas informacionais: a vida antes do cárcere e a apropriação dos dispositivos informacionais na rua..... 175

7.3 Práticas informacionais: como o jovem do CDP de Serra Azul se apropria dos dispositivos informacionais no interior da prisão..... 186

8. PESQUISADOR MERGULHADO NO CAMPO: A PRÁTICA AMBIVALENTE DO EDUCADOR FUNCIONÁRIO..... 197

8.1 Práticas informacionais: apropriação dos dispositivos informacionais em regime semiaberto..... 201

8.2 Os jovens no cárcere e as consequências trágicas de um letramento insólito..... 207

CONSIDERAÇÕES FINAIS ……..... 210

REFERÊNCIAS..... 215

APÊNDICES 230

Apêndice A - Questionário 231

Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido..... 232

Apêndice C - Roteiro de entrevista 235

ANEXOS 236

ANEXO A - Formulário de anuência assinado pelo secretário de administração penitenciária..... 237

ANEXO B - Parecer favorável do comitê de ética da SAP..... 239

ANEXO C - Parecer favorável do coordenador da região noroeste…..... 243

ANEXO D - Autorização do egresso José Humberto Jerônimo..... 244

ANEXO E - Autorização do egresso Antônio Alves da Silva..... 245

1.INTRODUÇÃO

A partir de agora convido o (a) leitor (a) a mergulhar nas entranhas de um dos lugares mais intrigantes da história da humanidade, o sistema prisional. Lugar que já levou milhares de pessoas tanto a refletir sobre ele, tentando encontrar soluções ou criticar sua forma de funcionamento, como a vivenciar suas limitações, angústias e sanções.

Objeto de inúmeras teorias, o sistema prisional é mais uma dentre as várias formas de punições que sempre estiveram presente na história da humanidade e foram repensadas ao longo do tempo. Atualmente, a maior parte dos países ocidentais adotaram a prisão-pena[3] e o sistema de progressão de regime[4] como forma de repreender as pessoas que tenham tido condutas inadequadas às suas leis.

No entanto, muitos pessoas já passaram pelo sistema prisional e relataram suas vivências, por meio da música, do cinema, da literatura e das mais diversas manifestações artísticas. Alguns escritores que vivenciaram essa realidade, tanto no Brasil, como no mundo, deixaram relatos bastante interessantes sobre suas experiências.

O escritor Dostoievski, por exemplo, preso no século XIX por debater ideias revolucionárias, deixou suas memórias registradas em um livro intitulado “Recordações da Casa dos Mortos” que narra o período (1850-1854) em que ele passou na prisão. O autor descreve a experiência e como esse período deixou marcas eternas em sua vida:

> [...] ainda me lembro da minha entrada no presídio. Foi uma tarde do mês de outubro. Um suboficial de grandes bigodes foi quem veio abrir-me as portas desta estranha casa, onde eu havia de passar tantos anos e de sofrer tantas comoções, que, se não as tivesse experimentado eu mesmo, não poderia agora fazer delas uma ideia nem sequer aproximada (DOSTOIÉVSKI, 2008, p.16).

Dráuzio Varella, médico que presta atendimento como voluntário em presídios do Estado de São Paulo há mais de 20 anos, ao longo desses anos fez amizades com inúmeros agentes penitenciários e essa relação acabou convergindo para a escrita do romance

---

[3] Forma de punição vinculada a uma legislação penal em que o infrator, após ser julgado culpado, cumpre sua sentença na prisão.

[4] Regime de cumprimento de pena em que o detento começa a cumprir a condenação em regime fechado, ou seja, obrigado a passar todo o dia na unidade prisional. Com o passar dos anos, após cumprir parte da pena, o detento pode progredir para o regime semiaberto, que lhe é permitido sair da prisão durante o dia para trabalhar. Após passar pelo semiaberto, o detento pode progredir para o regime aberto, que consiste em terminar de cumprir sua pena em casa, sendo permitido sair de casa apenas para trabalhar das 06h00 às 22h00, e lhe é vedado qualquer locomoção fora da cidade (exceto com autorização do juiz). A ideia do sistema de progressão de regime é proporcionar ao detento, gradativamente, a volta ao convívio em sociedade.

"Carcereiros" que relata um pouco sobre essa profissão e suas amizades com agentes penitenciários. Dentre vários relatos o autor revela a sensação de entrar e sair de um presídio diariamente:

> As cadeias são ambientes cinzentos, mesmo que não estejam pintadas dessa cor. A presença ostensiva das grades, das trancas e o som de ferro das portas quando se fecham oprimem o espírito de forma tão contundente, que em mais de vinte anos jamais encontrei alguém que dissesse sentir prazer quando entra num presídio. Ao contrário, a sensação de alívio ao cruzar o portão que dá acesso à rua é universal (VARELLA, 2012, p.115).

Adentrar em uma unidade prisional, mais precisamente em um pavilhão, talvez seja uma das sensações mais indescritíveis e ambivalentes que um ser humano possa experimentar na vida. Uma mescla de medo, pavor e demonstração de coragem tomam conta da pessoa sem que ela possa demonstrar fraqueza. Lembro-me da minha primeira vez, há mais de nove anos, na condição de ingressante no sistema prisional como Agente de Segurança Penitenciária, quando fui "fazer a tranca"[5] do raio[6] no final da tarde de um dia chuvoso.

Imagine o (a) leitor (a) que, fazer a tranca, para um iniciante, é um dos eventos mais esperados pelos funcionários antigos da prisão, pois representa o início da vida do funcionário novo no sistema prisional, uma espécie de "rito de passagem" para que o funcionário se torne "guarda de prisão". Condição "sine qua non" para que o iniciante passe a ser respeitado pelos demais. Foi um dia bastante movimentado, muitos atendimentos[7], bondes[8], além da rotina habitual da cadeia[9] que consiste em retornar os presos que estavam nos pavilhões de trabalho[10] ou na cozinha[11] para os seus respectivos pavilhões e celas.

---

[5] O sistema prisional brasileiro adota o sistema de progressão para cumprimento de pena, que conforme expliquei na nota anterior, é composto por regimes de cumprimento de pena fechado, semiaberto e aberto. No sistema fechado, o qual me refiro acima, os sentenciados têm direito a banho de sol duas vezes e duas horas por dia, sendo uma hora no período da manhã e uma no período da tarde (isso varia de acordo com as necessidades e adaptações de cada unidade prisional). "Fazer a tranca" é quando o funcionário entra no pavilhão em meio a massa carcerária e conta os presos que são recolhidos para suas respectivas celas.

[6] "Raio" é o mesmo que "Pavilhão disciplinar", o qual é composto por 8 celas, com capacidade para 12 detentos. No entanto, grande parte das penitenciárias sofrem com a superlotação e trabalham com 50 detentos por cela.

[7] Atendimento é o termo utilizado para quando o agente penitenciário tem que "sacar" o sentenciado e encaminhá-lo para que seja atendido pelo serviços oferecidos pela unidade prisional (psicóloga, assistente social, dentista, enfermaria, advogado, diretor de segurança, oficial de justiça, sedex, educação, trabalho, etc.) ou particular (advogado particular, etc.).

[8] Bonde é o termo utilizado para designar as transferências ou remoções dos sentenciados para outras unidades prisionais, ou em alguns casos, para sentenciados que são encaminhados ao fórum para participarem de audiência.

[9] Cadeia na maioria das vezes estamos falando da própria unidade prisional e não de cadeias públicas ou distritos policiais que ficam localizados, na maioria das vezes, nos centros ou bairros populosos da cidade.

[10] Pavilhão de trabalho é onde os presos são encaminhados de manhã e permanecem o dia todo trabalhando na confecção de bolas, sacolinhas de lojas, brinquedos, etc.

[11] Cozinha é um setor onde são produzidos os alimentos tanto para os presos quanto para os funcionários. Todo alimento produzido na unidade prisional é preparado pelos sentenciados, que passam pelo procedimento de "revista" (vistoria de suas roupas) para retornarem ao pavilhão.

Os guardas antigos fingiam que nada estava acontecendo e eu muito apreensivo com a minha primeira tranca. Dezessete horas, eis que o momento chegou, olho no vidro onde é possível visualizar os quase trezentos presos[12] soltos no pátio. São homicidas, ladrões, estelionatários, traficantes, sequestradores, entre outros, pessoas que cometeram os mais variados crimes, desde um roubo de shampoo em supermercado ao assassinato triplamente qualificado de uma pessoa com um machado ou um ferro de passar roupas. Todos eles aproveitam o finalzinho de tempo do banho de sol vespertino de várias maneiras, jogando futebol, caminhando, costurando, lavando roupa, ou apenas esperando as extensas horas passarem dentro da prisão.

Peguei a chave, que é bem maior que uma chave convencional e serve para abrir todas as celas e o click, objeto de ferro que funciona como alavanca para puxar a lingueta da fechadura. Olhei novamente pelo vidro o pavilhão - que é composto por 8 celas de tamanho 6,00 m² com 12 camas de concreto e dois vasos sanitários também de concreto, além de dois canos de chuveiro - parei na frente do chapão de ferro fechado que separa a radial[13] da parte interna do pavilhão. Ao abrir o chapão e entrar na viúva[14], o medo tomou conta de minha alma, a mão começou a tremer e o coração acelerou como se estivesse sentindo um susto ininterrupto.

Muitos pensamentos e perguntas sem respostas se passaram pela minha cabeça, como, por exemplo, “se a chave cair?”, “se a chave emperrar e eu não conseguir abrir a cela?”, “se eles perceberem que sou novo e não quiserem entrar na cela?”, “se estourar uma rebelião e eu ficar como refém”. Inúmeros pensamentos alimentam o cérebro e a sensação de medo é pulsante. É você no meio de mais de trezentos sentenciados para trancá-los.

Enquanto isso, lá fora do pavilhão na radial, os guardas antigos se empoleiraram para observar pelo vidro a tremedeira do funcionário novo. É um momento para eles de maior descontração, já que algo assim transforma a rotina estressante desses funcionários que há décadas fazem a mesma coisa e passam pelos mesmos perigos, porém com muito mais malícia e tranquilidade.

O procedimento de tranca transcorreu normalmente e ao retornar do pavilhão com as celas trancadas e todos os presos conferidos e contados, senti uma das sensações de maior alívio do mundo, como quem consegue ir ao banheiro depois de horas apertado segurando a urina, ou

---

[12] Ao longo do texto vou utilizar muitos termos para me referir ao preso, como por exemplo, sentenciado, detento, recluso, etc., porém todos esses termos reportam-se a “pessoa em situação de privação de liberdade”.

[13] Radial é o corredor central que divide os pavilhões e local onde ficam os funcionários para controlar a movimentação do presos e funcionários.

[14] Viúva é uma cela aberta que separa a pessoa dos sentenciados antes de adentrar de fato ao pavilhão.

como quem escapa ileso de um acidente de trânsito. Uma sensação indescritível e que senti mais algumas vezes até me "acostumar"[15] com o procedimento. Claro que sem nunca perder o medo, o cuidado e a tensão. Vale ressaltar que a profissão de agente penitenciário é uma das mais vulneráveis ao estresse[16].

Anos depois estava eu correndo para me empoleirar com os guardas antigos para ver os novos funcionários iniciarem sua jornada no sistema prisional. Ao longo desses quase 10 anos na função de agente penitenciário, trabalhei nos mais variados setores e funções, da chefia do setor de segurança ao setor de educação, além de ter experiência de 2 anos como professor na prisão antes de me tornar agente de segurança penitenciário.

Essa variedade de ocupações na profissão de agente penitenciário acaba sendo constante no exercício da função, pois mesmo sendo contratado para ser guarda de prisão, devido à falta de funcionários nos mais variados setores, é necessário ocupar quase todas as funções desempenhadas em uma unidade prisional, tanto administrativas quanto socioeducativas.

Com o passar dos anos, fui desenvolvendo várias problemáticas e reflexões que tinham como finalidade teorizar ou tentar apresentar alguma proposta para resolver ou diminuir a situação precária que se encontra o sistema prisional brasileiro. Dados recentes divulgados pela International Centre for Prision Studies[17](ICP), organização não governamental sediada em Londres que acompanha os números do encarceramento em todo mundo, posicionou o Brasil em 3º lugar no ranking mundial de população prisional, composta por 698.618.000 presos até junho de 2016, além de ocupar o 1º lugar quando comparado aos demais países da América do Sul.

Pesquisa intitulada o Mapa do Encarceramento no Brasil revelou o perfil da população encarcerada no país. Foram analisados dados existentes entre os anos de 2005 e 2012, período em que ocorreu crescimento de 74% da população prisional no Brasil. Constatou-se que o perfil da população prisional brasileira é composto por "homens negros, jovens, autores de crimes

---

[15] Dostoievski em "Recordações da casa do mortos" ao falar sobre as adaptações ao sistema prisional após ser preso faz a seguinte reflexão: "A idéia de, com o tempo, vir a ter saudades daquele lugar (prisão) a mim mesmo me enchia de espanto; já então pressentia até que grau o homem tem o poder de habituar-se".

[16] Mais informações ver: Lourenço, Arlindo da Silva. O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo -- São Paulo, 2010. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20072010-153506/pt-br.php>. Interessante também a recente tese defendida pela pesquisadora portuguesa Ana Roseira intitulada A Porta da Prisão <https://ces.uc.pt/pt/doutoramentos/teses/a-porta-da-prisao > em que relata as dificuldades diárias enfrentadas pelo guarda da prisão em suas atribuições paradoxais, ou seja, tanto de reprimir como de ressocializar.

[17] Mais Informações: http://www.prisonstudies.org/about-us . Acesso em 08 de março de 2018.

patrimoniais e que, em sua maioria, não chegaram a completar o ensino médio" (BRASIL, 2014, p.30.).

Por meio do mapeamento do perfil da população encarcerada é possível perceber que o sistema prisional trabalha com parcela significativa de excluídos sociais, ou seja, pessoas que historicamente viveram/vivem à margem da sociedade e que acabam por abarrotar as prisões. O que mais nos chama atenção é a significativa porcentagem de jovens encarcerados que compõem 54,8% da população carcerária brasileira[18].

Tanto a história relatada por mim no início deste texto como os números apresentados para ilustrar a situação precária do sistema prisional brasileiro, foram elencadas com o objetivo de demonstrar o percurso que segui para definir o objeto e o problema que será desenvolvido nesta tese dentro do escopo da Ciência da Informação (CI).

Diante deste cenário, o (a) leitor (a) pode estar pensando como vou trabalhar com a questão informacional dentro da prisão. A problemática surgiu quando percebi que as áreas de informação, dentre elas a CI, vem trabalhando há anos com a ideia de que o mundo está vivenciando uma "sociedade da informação" em que o conhecimento pode ser compartilhado por todos, principalmente por aqueles que nasceram em meio às transformações promovidas pelo surgimento e popularização da internet.

Esse termo que tem sua origem atribuída à concepção de cientistas norte-americanos (Machlup, Parker e Porat) nas décadas de 60 e 70 ou a autores japoneses (Hayashi, Masuda) durante a década de 60, ganhou destaque nas décadas posteriores. A partir dos anos 90, período em que surgem as teorias dos fins da história e da ideologia associada à ideia de informação global, o termo passou a ser amplamente empregado na área atingindo o ápice das discussões no Brasil nos anos 2000.

Lígia Freitas argumenta que, em meados da década de 80, ao perceberem o papel fundamental da informação como essencial no processo estratégico de desenvolvimento das sociedades, os países tentaram implementar uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII) que propunha estabelecer a imprensa comunitária em áreas rurais, engajar a produção e distribuição de produtos culturais, estabelecer políticas nacionais para fortalecer a identidade cultural e a criatividade, e priorizar as formas não comerciais de comunicação e informação, além de contribuir com os direitos humanos via comunicação de massa.

---

[18] Importante apontar que "O mapa do encarceramento do Brasil" tratou como jovens a população carcerária entre 18 e 29 anos.

No entanto, tal proposta não obteve sucesso, pois os países centrais do capitalismo se opuseram a NOII com o argumento de ser uma proposta totalitária e iria levar censura à escala planetária. Dessa maneira, a partir de 1993 foi estabelecido o projeto internacional de modernização do capitalismo a ser implantado via FMI e Banco Mundial. Para Lígia Freitas, a partir desse momento foi consolidada a vitória do sentido privatizante da informação:

> A derrota da proposta que reforçava os sentidos socializantes da informação e seus sucessivos apagamentos permitiram a hegemonização dos projetos dos países centrais capitalistas para a informação, assim como os sentidos privatizantes que os justificam. A concretização destes projetos tem vindo na forma de planos nacionais e regionais de implementação da SI, com forte apoio da área de informação e de outros setores acadêmicos (FREITAS, 2002, p.16).

Esse projeto de hegemonização dos países centrais capitalistas acabou por forjar o sentido globalizante de "sociedade da informação". Manuel Castells não concorda com o uso dessas terminologias (sociedade da informação ou do conhecimento) para caracterizar a sociedade emergente com o argumento de que as sociedades, historicamente, sempre foram da informação e do conhecimento. O autor aponta como novo na sociedade atual o fato de serem de redes tecnológicas que fornecem uma nova forma de organização social baseada em redes.

Para Manuel Castells "sociedade em rede" é uma estrutura social baseada em redes operadas por uma tecnologia de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p.20). O autor não deixa de apontar que a sociedade em rede difundiu-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. Castells compara a ideia de sociedade em rede com a de globalização e argumenta que atualmente essas redes configuram o núcleo de nossas sociedades.

Não obstante, independentemente do termo utilizado, seja "sociedade da informação" ou "sociedade em rede", o que cabe salientar é a importância e o potencial semântico que o termo carrega ao ser empregado na área. Para o bom uso da ciência, é notório a necessidade de empreender reflexão sistemática acerca dessas terminologias como bem fez Armand Matellart ao apontar que a história do conceito de "sociedade da informação" foi construído a partir de um projeto de uma minoria política dominante que acabou por forjar o mito de que a maioria iria ser contemplada com a "sociedade da informação" (MATTELART, 2006).

Essa postura crítica de analisar a genealogia dos conceitos empregados na área não pode ser relegada a segundo plano. No entanto, é importante salientar que as tecnologias de informação e conhecimento, ao longo da história, promoveram e vem promovendo

transformações sociais essenciais e parece impossível qualquer tentativa de estabelecer reflexão acerca da sociedade, principalmente sobre as novas gerações, sem compreender o funcionamento e os impactos dessas tecnologias.

Neil Postman relata que a tecnologia redefine nossa vida e se apodera das terminologias mais importantes "Ela redefine liberdade, verdade, inteligência, fato, sabedoria, memória, história – todas as palavras com que vivemos. E ela não pára para nos contar. E nós não paramos para perguntar" (POSTMAN, 1994, p.18).

Nesse contexto, as gerações que nasceram há 20 anos, ou seja, que cresceram em meio às transformações oriundas do advento da internet[19] e passaram a ser caracterizadas como pertencentes à Geração Internet[20] desconhecem o que é viver desconectado. Essas gerações nasceram conectadas e não percebem a internet, tendo em vista que a conexão faz parte da infraestrutura de suas vidas e do mundo moderno, tal como o fogão a gás, a água encanada e a eletricidade.

A eletricidade é um exemplo interessante para entender/comparar com o impacto atual das novas tecnologias, sendo que ela teve papel vital no processo de transformação das sociedades modernas, como relata Warschauer (2006):

> A eletrificação seguiu diversos caminhos ao redor do mundo, com base, em grande parte, na constelação de força de classe empenhada em lutar pelo acesso à energia elétrica em países específicos. Na África do Sul, por exemplo, os industriais ricos desenvolveram seus sistemas elétricos principalmente para melhorar a mineração de diamante, carvão e ouro, mas não eletrificaram as casas próximas dos seus trabalhadores negros. Na União Soviética, Lênin lançou um maciço programa nacional de eletrificação logo depois da Revolução Russa, sob o slogan "Comunismos – Poder Soviético + Eletrificação de Todo o País". Esse programa teve muito êxito, e a difusão da eletricidade e das usinas elétricas por todo o país foi pré-requisito para a rápida industrialização da União Soviética e para o sucesso militar final contra a Alemanha Nazista. Ao mesmo tempo, o caráter demasiado centralizador e vigoroso da campanha de eletrificação, tanto quanto outros aspectos da industrialização soviética, causou muitas vítimas na força de trabalho e na coletividade dos cidadãos (WARSCHAUER, 2006, p.59).

Conforme apontado por Warschauer os caminhos da eletrificação pelo mundo foram paradoxais, ao mesmo tempo em que ajudou a combater a expansão da Alemanha nazista por conta da rápida industrialização da União Soviética, ela causou vítimas nos campos de trabalho

---

[19] No dia 01 de maio de 2015 a internet completou 20 anos de existência no Brasil. Mais Informações VER: http://temas.folha.uol.com.br/20-anos-da-internet/o-inicio/do-dial-up-ao-4g.shtml

[20] Termo "Geração Internet" foi utilizado por Sonia Livingstone em artigo *Internet Literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line* e adotado nesta pesquisa, pois assim como a autora, o foco da pesquisa são jovens que já nasceram supostamente conectados.

forçado. A implantação da internet no mundo não foi ou não está sendo diferente, pois ao mesmo tempo em que trouxe acesso rápido à informação e promoveu maior participação da sociedade em atividades políticas, têm causado inúmeros problemas vinculados, ao meio ambiente, ao consumismo, à educação e relações interpessoais, além de transtornos como, por exemplo, o cyberbullying e cybercondria.

Nesse sentido, ao refletir acerca das inúmeras formas de apropriação dos dispositivos informacionais e comparar as consequências que a conectividade tem trazido às novas gerações, estas muitas vezes classificadas como "Gerações Internet", surge a questão: como são as práticas informacionais dos jovens encarcerados no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul no que se refere a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais?

Para responder a tal problemática decidi trabalhar com os jovens encarcerados, sendo eles um dos grupos sociais mais vulneráveis e essenciais para trajetória de qualquer sociedade, e que, por meio do arcabouço teórico citado acima, teriam nascido como membros de uma "Geração Internet". Além disso, para que seja possível mapear os modos de uso que esses jovens fazem dos dispositivos, utilizo o conceito de prática informacional, o qual ainda se encontra em processo de desenvolvimento, porém já existem múltiplos estudos que o utilizam de diversas formas de abordagem, como por exemplo, com foco nas interações, na cognição, na abordagem clínica, entre outros (SIRIHAL; BOGLIOLO; ARAÚJO, 2017).

Trabalharemos aqui com a ideia de que as práticas informacionais são processos os quais estão vinculados aos atos de sujeitos que consequentemente atualizam suas regras e modelos por meio de suas ações. Essas ações, ou seja, o modo de agir e o produto da ação é parte de um mesmo processo e são inseparáveis, constituindo o sujeito e o processo de conhecimento.

Nessa perspectiva, aparece como latente a necessidade de localizar esses jovens no espaço social em que ocupam como pertencentes à "sociedade da informação" e a um mercado cada vez mais exigente com relação à mediação e apropriação das tecnologias. Além disso, compreender como essa população se utiliza dos dispositivos informacionais para manifestar seu posicionamento político e cidadão. Minha proposta é a de averiguar o lugar dos jovens encarcerados que cresceram como membros da Geração Internet na dita "sociedade da informação".

1.1 Justificativa: a vivência na prisão

Fazer esta proposta crítica acerca da ideia amplamente utilizada de “sociedade da informação” pela CI, foi fruto de um processo reflexivo desencadeado por múltiplos questionamentos que começaram há mais de doze anos, quando entrei no curso de Biblioteconomia na Unesp de Marília.

Já formado em história pela mesma instituição e apaixonado por livros, pensei que iria mergulhar em um universo de muito pó, leitura, acervos enormes e paixão por passar horas em uma biblioteca, tendo em vista que como estudante de história fui frequentador assíduo da biblioteca e adorava manipular com habilidade os fichários em busca de livros e de lidar com a possibilidade de encontrar acidentalmente um autor desconhecido e extraordinário nas estantes.

Essa realidade ideal se revelou totalmente distante logo no início do curso, tanto pelo corpo discente quanto pela grade de ensino. Os alunos de biblioteconomia, em sua maioria, não eram frequentadores assíduos de biblioteca, alguns jamais haviam pisado em uma dessas maravilhas, outros estavam no curso por gostar de tecnologia. A estrutura curricular era composta por disciplinas como “ciência da computação”, “bibliotecas digitais”, “catalogação automatizada”, “informação digital”, entre outras.

Logo percebi que estava diante de novos desafios e que havia uma necessidade latente de entender essa nova geração, pois se os alunos do curso de biblioteconomia não frequentavam as bibliotecas, como se dava a relação dos jovens menos favorecidos com acesso e uso da informação, como a biblioteconomia iria promover a inserção desses novos jovens no universo da leitura e apropriação da informação, principalmente em uma perspectiva voltada à inclusão informacional.

Após um ano, comecei a dar aulas em uma unidade prisional no município de Marília e percebi como a realidade dos jovens que estavam na prisão era bastante diferente da realidade da juventude brasileira. Decorridos um ano lecionando na prisão, sempre conversava com os presos e ficava refletindo como esses jovens iriam lidar com as novas tecnologias e com as possibilidades de emprego após deixarem a prisão.

Neste ano, após grande envolvimento com o sistema prisional, prestei o concurso para agente penitenciário com o objetivo de trabalhar com educação nas prisões, e escolhi assumir o cargo em Ribeirão Preto sabendo da existência do curso de biblioteconomia na Universidade de São Paulo (USP), onde depois de alguns anos concluí a graduação.

Desde então, se passaram quase uma década como funcionário da prisão, e o envolvimento com a questão de inclusão informacional por meio da tecnologia nunca deixou de ser um questionamento latente em minha mente. Nesse período, fiz parte de projetos, como por exemplo, aulas de informática e cursos de capacitação computacional oferecidos aos sentenciados, o que aumentou ainda mais minha preocupação com a exclusão digital.

Nos últimos anos, principalmente estimulado pela disciplina "Sociedade da Informação" oferecida pelo professor Marco Antônio de Almeida na USP de Ribeirão Preto, comecei a questionar com maior veemência a existência de uma juventude brasileira conectada à internet como sendo membros de uma "sociedade da informação".

Ao pesquisar a utilização desse conceito na CI, percebi que o termo é amplamente utilizado e de forma pouco crítica. Além disso, constatei o fato de que existe carência de pesquisas no Brasil que relacionem a variável informação com prisões, presos e criminalidade. Quando deslocamos a variável informação relacionada a prisão, presos e crimes no âmbito da Ciência da Informação, a carência é ainda maior. Há mais de uma década o pesquisador Marcos Silva já apontava tal escassez:

> A revisão de literatura em Sociologia do Crime, demonstra ainda que nenhuma teoria sociológica relaciona diretamente a variável "informação" à criminalidade. Compreender um pouco mais da situação de uso de informação pelos presidiários pode fornecer embasamento tanto para discussões sobre políticas públicas que defendam o acesso à informação e a reeducação dos apenados quanto justificativas ao confinamento defendido por muitos (SILVA, 2009, p.06).

Essa ausência de investigações vinculadas ao relacionamento em questão não sofreu grandes mudanças após esses últimos anos. Fiz breve revisão de literatura por meio da plataforma Capes, relacionando o campo da CI com a temática crime, prisão, encarceramento e preso; e também informação com prisão. Veja o (a) leitor (a) o resultado:

Quadro 01 – Informação, crime, presos, prisão e a Ciência da Informação

ASSUNTO	NÚMERO DE ARTIGOS ENCONTRADOS / RELACIONADOS A TEMÁTICA PRISIONAL-CRIMINAL	ARTIGOS RELACIONADOS A TEMÁTICA PRISIONAL/CRIMINAL
"Ciência da Informação" AND "Prisão"	23/1	Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades Colares, Leni ; Lindemann, Catia
"Ciência da Informação" AND "Crime"	54/1	INFORMAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABERES SOBRE O CRIME: o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903-1907)
"Ciência da Informação" AND "Encarceramento"	4/1	Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades Colares, Leni ; Lindemann, Catia
"Ciência da Informação" AND "Presos"	12/2	A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão;
		Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades Colares, Leni ; Lindemann, Catia
"Informação" AND "Prisão"	982/1	Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades Colares, Leni ; Lindemann, Catia

Fonte: Elaborado pelo autor

Quando pesquisado as variáveis "prisão, crime e encarceramento no campo da CI", foram encontrados apenas um artigo de cada variável que estava de fato relacionado com a temática, no entanto, dois são repetidos, pois trata-se de artigo das pesquisadoras Leni Colares e Catia Lindemann sobre biblioteca na prisão e um sobre a produção de informação sobre o crime no âmbito estatístico criminal. Na pesquisa "CI e presos" encontrou-se dois artigos, sendo novamente o da Leni Colares e Catia Lindemann e outro sobre estatística criminal.

A busca que trouxe mais resultados foi a feita com a variável "informação e prisão" que encontrou 982 artigos, porém apenas um estava de fato relacionado ao tema, ou seja, novamente o artigo de Leni Colares e Catia Lindemann. Para especificar a temática, buscou-se por "biblioteca prisional" tanto na plataforma Capes, quanto na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

Quadro 02 – Artigos sobre bibliotecas prisionais (CAPES)

ASSUNTO	NÚMERO / ANO DE PUBLICAÇÃO	ARTIGOS "BIBLIOTECA PRISIONAL"
"Biblioteca Prisional"	01/2011	SILVA NETO, Epitacio Gomes; DIAS LEITE, Francisca Chagas. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania.
"Biblioteca Prisional"	01/2015	COLARES, Leni; LINDEMANN, Catia. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades
"Biblioteca Prisional"	01/2018	SOUSA, F. L. M. de, & Bentes Pinto, V. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa.
TOTAL	03	

Fonte: Elaborado pelo autor

Importante salientar que restringiu-se as buscas no sentido de encontrar artigos em revistas brasileiras. Ainda que a busca fosse limitada as bibliotecas prisionais, encontrou-se apenas 03 artigos. Na plataforma BRAPCI o número de artigos sobre bibliotecas prisionais aumentou.

Quadro 03 – Artigos sobre bibliotecas prisionais (BRAPCI)

ASSUNTO	NÚMERO / ANO DE PUBLICAÇÃO	ARTIGOS "BIBLIOTECA PRISIONAL"
"Biblioteca Prisional"	01/2011	SILVA NETO, E. G.; LEITE, F. C. D. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania.
"Biblioteca Prisional"	01/2014	TONIN, J. H. C.; SOUZA, E. D. A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais do estado de alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado.
"Biblioteca Prisional"	01/2015	ANNA, J. S.; ZANETTI, E. M. S. P.; NASCIMENTO, L. A. L. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social prision libraries and construction of citizenship: libraries practices in favour of social inclusion.
"Biblioteca Prisional"	01/2015	COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades.

“Biblioteca Prisional”	01/2016	COSTA, A.; LINDEMANN, C. R.; PIZARRO, D. C.; SILVA, J. N. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário.
“Biblioteca Prisional”	01/2017	CARVALHO, C.; CARVALHO, M. D. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos.
“Biblioteca Prisional”	01/2018	CINQUE, Y. M. S.; OLIVEIRA, C. G.; GRÁCIO, M. C. C. Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base scopus (1927-2017).
“Biblioteca Prisional”	01/2018	SOUSA, F. L. M.; PINTO, V. B. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do instituto penal feminino auri moura costa.
“Biblioteca Prisional”	01/2018	COSTA, A.; PIZARRO, D. C.; BARROS, C. M. Biblioteca da penitenciária de florianópolis: um espaço sociocultural e educativo.
“Biblioteca Prisional”	01/2018	SILVA, J. L. C. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a agenda 2030 da organização das nações unidas.
“Biblioteca Prisional”	01/2019	SANTOS, R. F.; PRUDENCIO, D. S. Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em biblioteconomia da uff, ufrj e unirio em foco
TOTAL	11	

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se que é baixa a produção acerca da temática biblioteca prisional, porém é necessário ressaltar que a busca feita por meio de plataformas eletrônicas só permite encontrar pesquisas mais recentes ou que foram digitalizadas, o que acaba por negligenciar produções, como por exemplo, anais, revistas, dissertações e teses que ainda não foram digitalizados e muitas vezes se encontram em arquivos de pouco acesso. Nesse sentido, a busca mostrou 01 publicação em 2011. Em 2012 e 2013 não houve publicação, e apenas em 2018 foi possível visualizar 04 publicações acerca da temática.

Diante desse quadro de carência de pesquisas relacionadas à questão informacional no sistema prisional, após participar de outros projetos de inclusão digital nas prisões e promover inúmeras conversas com os presos sobre essas questões, decidi averiguar qual o tamanho desse problema e se de fato estamos diante de um grupo que vive à margem das condições de acesso à informação comparado a situação da juventude brasileira, ou se esse grupo é apenas o espelho dessa juventude.

1.2 Questionamentos sobre uma geração e seus membros: o problema

A ideia amplamente disseminada pela dita “Sociedade da Informação” de que todos os jovens que nasceram nos últimos vinte anos, período em que houve o surgimento e popularização da internet, seriam membros de uma geração que sabem lidar facilmente com essas tecnologias, pode ser uma proposição bastante perniciosa à sociedade, tendo em vista que muitos grupos sociais aparentemente não fazem parte deste cenário.

Um desses grupos prejudicados são os jovens que vivem na prisão, pois grande parte desses sentenciados chegam ao cárcere com graves carências vinculadas à estrutura familiar, a educação básica e ao letramento. Diante dessas necessidades de atender a jovens que adentram ao sistema prisional desprovidos de educação básica e com deficiências como o “analfabetismo funcional”, muitos questionamentos são feitos em relação a tal “sociedade da informação”.

Nesse quadro trágico de exclusão educacional, uma possível exclusão de acesso e uso dos dispositivos informacionais reforçam consideravelmente os prejuízos ao processo de reintegração deste jovem, tendo em vista que ao receber a liberdade, será necessário desenvolver habilidades de uso desses dispositivos para sua reinserção no mercado de trabalho e na sociedade. Tal proposição se faz essencial para que esse jovem tenha opções e possibilidades de romper com o ciclo quase ininterrupto de reincidência criminal.

1.3 Objetivos gerais

- Investigar as práticas informacionais dos jovens encarcerados da “Geração Internet” antes e após adentrarem ao Centro de Detenção Provisória de Serra Azul – São Paulo com relação à mediação e apropriação dos dispositivos informacionais disponíveis.

1.4 Objetivos específicos

- Verificar e identificar quem são esses detentos, os motivos pelos quais se encontram na unidade de detenção.

- Traçar um quadro comparativo acerca das mudanças nas práticas informacionais dos jovens antes e após o encarceramento.

- Averiguar as limitações e potencialidades da biblioteca prisional com relação ao acesso e apropriação desse dispositivo.

- Descrever as ações mediadoras no sentido de compreender de que forma essas ações se desenvolvem no cotidiano da prisão.

- Detalhar as práticas informacionais por meio de dispositivos vinculados a ações mediadoras e educativas, como por exemplo, a escola, o clube de leitura, entre outros.

- Mapear alguns resultados tendo como contraponto o Centro de Progressão Penitenciária (regime semiaberto).

1.5 Procedimentos metodológicos: a etnografia como método essencial para repensar a ciência da informação

Este trabalho é de natureza qualitativa. Segundo Minayo (1996), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, não perceptíveis e não captáveis em equações, médias e estatísticas. A autora relata ainda que a pesquisa qualitativa surgiu da corrente teórica denominada *Sociologia Compreensiva*, que tem como tarefa central a compreensão da realidade humana vivida socialmente, e, como conceito central de investigação, o significado.

Haguette (1987) relata que a pesquisa qualitativa fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apoiados no pressuposto de maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, visto que foca fenômenos complexos e/ou fenômenos únicos.

Nesse sentido, o objeto deste trabalho, ou seja, a apropriação dos dispositivos informacionais feita pelo jovem no cárcere, o entendo como eminentemente qualitativo, visto que trata-se de uma realidade que dificilmente pode ser “quantificada” e busca compreender a “realidade humana vivida socialmente” como “fenômeno complexo”.

Nessa busca por tentar compreender a realidade humana vivida socialmente, as interações sociais e suas práticas cotidianas, é que encontrei a etnografia. Este método abraçou

meu estudo, visto que ele nasceu da necessidade de contestar as especulações acadêmicas por meio da experiência de campo (ANGROSINO, 2009).

Veja leitor (a), as perguntas-teste sugeridas por Erickson sobre como o pesquisador deve avaliar sua etnografia (1984):

• Como você chegou ao seu ponto de vista geral?
• O que você deixou de fora e o que você deixou?
• Qual foi a sua justificativa para a seleção?
• Do universo de comportamento disponível para você, quanto você monitorou?
• Por que você monitorou o comportamento em algumas situações e não em outras?
• Que fundamentos você tem para determinar o significado do ponto de vista dos atores?

(ERICKSON, 1984, p.07).

Esse constante repensar e reavaliar as práticas e observações feitas pelo pesquisador, tanto durante a imersão e coleta de dados, como ao longo do desenvolvimento da pesquisa, faz da etnografia essencial para o desenvolvimento de qualquer área ou campo de pesquisa, seja ele qual for o domínio do conhecimento.

Como a etnografia dialoga com múltiplas áreas como, por exemplo, comunicação, educação, saúde pública, entre outras, acabou desenvolvendo uma variedade ampla de orientações teóricas, dentre elas, o funcionalismo, o feminismo, o marxismo, a etnometodologia, a teoria crítica, os estudos culturais, o pós-modernismo, etc.

Dessas orientações, a perspectiva que mais me agradou e deu sustentação ao corpo teórico deste trabalho, foi o interacionismo simbólico. Perspectiva que busca entender "[...] como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas" (CARVALHO, BORGES; REGO, 2010, p.148).

De modo geral, enalteço o uso da etnografia no âmbito da CI. Leila Bufren ressalta a importância de ampliar a investigação etnográfica no campo da informação apontando a necessidade da construção de um conhecimento sociológico essencial para a CI, tendo em vista as características interdisciplinares da área. A autora exalta a relevância de trabalhar a cultura como elo entre informação e sociedade:

> Acredita-se portanto que a cultura seja um conceito de liga, de entremeio, que permite tanto a reflexão quanto a criação de novos conhecimentos e práticas para refundar os elos entre informação e sociedade. E nesse sentido cabe o reconhecimento metodológico aplicado nas ciências sociais, como o caso da etnografia para que haja uma melhor aproximação entre áreas e resultados de pesquisas coerentes com as demais ciências, como olhar voltado para o seu imaginário (BUFREN; SANTOS, 2009, p.160).

Dessa forma, me parece evidente que a contribuição dos estudos etnográficos à CI tendem a potencializar as reflexões acerca do campo e da atuação da área, além de possibilitar [...] motivação para metodologias criativas, permitindo aos pesquisadores se entregarem à tarefa de renovação de suas práticas de modo a atender expectativas de construções mais adequadas às possibilidades teóricas e práticas presentes (BUFREN; SANTOS, 2009, p.170).

1.6 Os sujeitos da pesquisa

Foram participantes deste estudo 14 detentos primários do CDP de Serra Azul que adentraram a unidade no ano de 2017/2018 com idade entre 18 e 20 anos no momento da coleta de dados, ocorrida em fevereiro de 2018. Tal seleção etária se deu pela necessidade de entrevistar os sentenciados com idade em que supostamente teriam nascido em meio à "sociedade da informação".

Foi feito um contato prévio com os detentos e um convite para participar da pesquisa. Cada participante foi informado sobre os objetivos e as características do estudo, a garantia de confidencialidade e de anonimato, e de que a não participação ou desistência não acarretaria prejuízos e constrangimentos para ele. Os participantes que aceitaram integrar a pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Inicialmente os 14 jovens responderam ao questionário sociodemográfico, para fazer um mapeamento da situação social dos educandos[21]. Em seguida, participaram da entrevista semiestruturada. As entrevistas foram constituídas por perguntas (APENDICE C) que buscaram estimular o preso a refletir sobre os temas abordados pelos objetivos da pesquisa, ou seja, quais dispositivos informacionais utilizavam quando estavam em liberdade e quais passaram a utilizar

[21] Prefiro utilizar o termo "educando" ao invés de "reeducando" (termo usualmente utilizado pela Secretaria de Administração Penitenciária), pois entendo que a maioria das pessoas em situação de privação de liberdade não tiveram acesso a estrutura educacional básica.

após a reclusão. Como é feita a apropriação da informação por meio dos dispositivos informacionais no ambiente prisional.

O tempo despendido para aplicação dos instrumentos foi em torno de 40 minutos a 2 horas, devido a peculiaridade e disposição de cada educando em participar e expor sua opinião. As entrevistas não foram gravadas devido às circunstâncias e peculiaridades da pesquisa (Ver 3.4), foi utilizado caderno de anotações e diário de campo.

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e aprovado pelo órgão (ANEXO A, B e C). Todos os entrevistados foram orientados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e receberam uma cópia do mesmo após assiná-lo. A fim de garantir o anonimato dos sujeitos, os mesmos foram identificados por siglas durante o trabalho.

Com relação aos riscos e benefícios, a pesquisa caracterizou-se como de risco mínimo, tendo em vista que o estudo empregou técnicas e métodos retrospectivos de pesquisa e que não se realizou nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participaram do estudo, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, nos quais não são identificados como invasivo à intimidade do indivíduo.

Além disso, os educandos foram informados, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sobre o risco de se sentir constrangido (a), triste, sensível por causa das perguntas que foram feitas ou por falar sobre sentimentos e coisas de sua vida, sendo que, caso se sentissem mal ou tivessem qualquer queixa, seriam acolhidos, avaliados e oferecida ajuda para buscar a melhor solução possível, inclusive profissional se necessário.

O educando teve ciência de que podia pedir mais informações quando quisesse. Ademais, saliento que fiz longa explicação ao sentenciado sobre a ausência de benefícios diretos, e que estava contribuindo para ajudar a sociedade a entender uma possível exclusão do educando com relação ao uso das novas tecnologias de informação e que poderia ser eventualmente beneficiado por avanços gerados pelos resultados do estudo para que no futuro sejam implantados programas de inclusão digital.

1.7 Estrutura do texto

Na *Introdução* deste trabalho fiz um mapeamento geral do estudo, mostrando quais foram os caminhos e vivências que me levou a delinear o problema, o universo, o objeto e

objetivos de pesquisa. Além disso, apresentei brevemente como se deu o percurso metodológico do estudo. Caso tenha restado dúvidas quanto ao caminho metodológico percorrido, sugiro ao (a) leitor (a) que pule para o Capítulo 03, acreditando que as dúvidas serão sanadas ou parcialmente esclarecidas.

No capítulo 2 - *A crença em uma dita "sociedade da informação": o uso crítico e passivo da expressão na ciência da informação* – começo a trabalhar a problemática da tese tentando compreender o tipo de uso feito pela CI da expressão SI. Para isso, fiz revisão de literatura por meio de base de dados nacional e internacional para averiguar as formas de uso da expressão entre os anos de 2012 a 2016.

Por meio de figuras e gráficos demonstro a predominância da ausência de críticas ao uso da expressão "sociedade da informação" e em seguida convido o (a) leitor (a) a refletir sobre "O que significa aceitar o discurso de que estamos em uma "sociedade da informação"? O que é estar em uma "sociedade da Informação"? Quem são as pessoas ou grupos sociais que fazem parte dela?".

A partir desses questionamentos, convoco três autores, Mattelart, Bauman e Canclini, para refletir sobre essas narrativas vinculadas a ideia de sociedade global, e pensar de que maneira as transformações ocorridas nas últimas décadas, que forjaram uma ideia de "sociedade da informação", impactam no esfacelamento das sociedades e culturas, contribuindo ainda mais para promoção do distanciamento entre os povos.

Após trabalhar com os conceitos amplamente criticados pelos autores e que seguem a ideia de SI, como por exemplo, "planetarização da democracia" e "integração dos povos", "globalização", "capital leve", revelando que a elite se utiliza dessas expressões como eufemismo para mascarar os interesses do livre mercado global, finalizo com os pontos convergentes entre os autores Mattelart, Bauman e Canclini quando o assunto se refere a encontrar um responsável pela tragédia mundial que vem promovendo prejuízos humanitários em nome de uma suposta sociedade globalizada.

O Capítulo 3 – *Considerações metodológicas* – constitui um mapeamento detalhado acerca do percurso que escolhi percorrer para tentar compreender meu objeto e a melhor forma de analisá-lo. Inicialmente abordo a questão dos limites de um método científico, principalmente quando este método envolve grupos sociais e suas formas peculiares de manifestação cultural. Trato dessa questão porque é própria da etnografia a coleta de dados

empíricos, ou seja, o envolvimento do pesquisador com os sujeitos a ponto de vivenciar suas realidades cotidianas.

Embora haja enorme esforço do pesquisador em diminuir o distanciamento entre pesquisador e sujeitos, acredito que existem barreiras culturais que limitam o processo, e que é possível realizar apenas um "mergulho interpretativo do pesquisador no campo". Apesar disso, penso ser a etnografia o método mais adequado para trabalhar no interior da prisão.

Ainda neste capítulo, faço uma caracterização do universo de pesquisa escolhido, relatando os motivos pelos quais optei por um Centro de Detenção Provisória e tento descrever o funcionamento diário dessa prisão, relatando suas peculiaridades e usando imagens para fazer a descrição, objetivando mostrar ao (a) leitor (a) como são os setores e de que forma realizei a coleta de dados.

Além disso, descrevo como escolhi os sujeitos e os instrumentos de pesquisa, de que forma trabalhei os dados, ou seja, amostragem, saturação e formas de análise. Por fim, demonstro a importância de utilizar o interacionismo simbólico de Goffman como uma ferramenta de análise.

O capítulo 4 - *Teóricos da prisão* – o capítulo foi criado com o objetivo de localizar e contextualizar este trabalho por meio das ideias de dois autores que trouxeram reflexões essenciais para compreensão do funcionamento do sistema prisional: Foucault e Wacquant.

A partir das ideias desses autores, o texto busca fomentar no (a) leitor (a) a compreensão/reflexão acerca dos limites de ações permitidas por uma "sociedade disciplinar". Além disso, permitir que o trabalho seja visualizado dentro de uma conjuntura, na medida em que qualquer ação desenvolvida dentro do sistema prisional é regida por uma processo social de "normalização" e "docilização dos corpos".

O texto aborda questões centrais como, por exemplo, a "suavidade penal", o "método de controle dos corpos", as "micropenalidades", a "delinquência útil", a "penalidade neoliberal", o "menos Estado", etc., o que faz com que o estudo, mesmo que tenha demonstrado ações de mediação práticas que, em alguns casos, transformam a vida de jovens no cárcere, não é possível abandonar as premissas de que a prisão atende a interesses neoliberais de funcionamento.

No capítulo 5 – *A prisão e o jovem encarcerado* – fiz um quadro geral acerca da população prisional no Brasil, no mundo e no Estado de São Paulo, detalhando o perfil racial, socioeconômico, a faixa etária e o nível de escolarização. Por meio de alguns autores, lanço luz

à problemática do crescente processo de encarceramento de jovens no Brasil.

Demonstro qual a ideia de “dispositivo informacional” que trabalho neste estudo e em seguida, discorro sobre dois dispositivos essenciais na prisão, a biblioteca prisional e o clube de leitura. Trato da legislação tanto nacional como internacional que determinam a existência de biblioteca prisional em todas unidades prisionais e relato, por meio de minha vivência, o funcionamento diário de umas dessas bibliotecas. Ainda vinculado a minha experiência, relato como são realizados os encontros do clube de leitura e um pouco dos debates extraordinários que acontecem nesse espaço.

Em seguida, utilizo a legislação existente no Brasil e no mundo, apoiando-me em órgãos como ONU E ALA para expor um quadro das necessidades essenciais para um bom funcionamento de uma biblioteca prisional, tanto no que se refere ao mobiliário e estrutura física, como com relação ao acervo e ao funcionamento. Feito isso, tento expor, de forma comedida e limitada a literatura existente, um panorama geral das bibliotecas prisionais de alguns países do mundo. Por fim, reflito acerca da importância da biblioteca prisional e sobre como esta pode contribuir para os múltiplos desenvolvimentos da comunidade carcerária alinhada aos pressupostos da agenda 2030 da ONU.

No capítulo 6 - *Mediação da informação: caminhos e perspectivas* – faço breve visita a CI com o objetivo de mostrar os caminhos que levaram a inserção da mediação da informação na área, caracterizando-a como pertencente ao paradigma social e portadora de um papel essencial na CI, o de transcender os limites epistêmicos do campo.

Em seguida trabalho com a ideia de apropriação da informação como sendo o principal sentido do ato de mediar. Como exemplo, utilizo minha atuação como mediador na unidade prisional que trabalho, mostrando a efetividade e necessidade de um bibliotecário nesses ambientes, principalmente em espaços como a biblioteca prisional e o clube de leitura.

Por fim, faço reflexão acerca da necessidade da CI desenvolver pesquisa com objetos vinculados às problemáticas sociais e as questões do dia a dia. Além disso, discorro sobre o ato de mediar e finalizo o tópico refletindo acerca do termo mediação da informação o qual deveria ser cunhado como “mediação social da informação”, tendo em vista que o sentido último do ato de mediar está impreterivelmente vinculado a prática social.

No capítulo 07 – *Informação encarcerada: o jovem da “geração internet” e a apropriação dos dispositivos informacionais na prisão* – inicio análise dos dados coletados no

CDP de Serra Azul buscando compreender qual o lugar do jovem encarcerado na ambivalente e aclamada “sociedade da informação”.

Por meio da caracterização do corpus, foi feito o mapeamento do perfil dos quatorze jovens entrevistados, revelando ao (a) leitor (a) quem são esses jovens, ou seja, escolaridade, etnia, onde nasceram, qual profissão exerciam antes da prisão. Após esta caracterização, apresento as análises das entrevistas refletindo acerca das transformações de acesso e apropriação dos dispositivos, e como as práticas informacionais foram modificadas após a entrada dos jovens no cárcere.

No capítulo 08 – *Pesquisador mergulhado no campo: a prática ambivalente do educador funcionário* – é o espaço em que utilizei para compartilhar com o (a) leitor (a), baseado nos objetivos deste estudo, as ações mediadoras no interior da prisão de regime semiaberto, como funcionário do setor de educação.

Descrevo de forma detalhada, ou complemento o que já foi parcialmente abordado em outros capítulos, como funcionam alguns dispositivos, como por exemplo, a biblioteca prisional, o clube de leitura e outros projetos vinculados a leitura, produção de textos e obras de arte. Além disso, faço comparações entre os tipos de bibliotecas prisionais no regime fechado e semiaberto e retrato meu dia a dia e experiência no campo educacional vinculado ao funcionamento dos dispositivos informacionais na prisão.

Este talvez seja um dos capítulos mais interessantes da tese, pois é repleto de relatos e acontecimentos que, de alguma maneira, acabam ilustrando as dificuldades encontradas no cotidiano da prisão para o desenvolvimento e funcionamento dos projetos. Além disso, compartilho as angústias de estar em uma instituição total e receber uma população carcerária que, muitas vezes, possui um letramento insólito que o impossibilita de se apropriar dos dispositivos informacionais.

2. A CRENÇA EM UMA DITA "SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO": O USO CRÍTICO E PASSIVO DA EXPRESSÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

> A crença em uma dita sociedade da informação, ou seja, uma sociedade em que as pessoas estariam imersas em um mundo mais solidário, livre, transparente e igualitário mediado por uma tecnologia salvadora gera efeitos na realidade, mobilizando os tomadores de decisões políticas e econômicas, os diplomatas e os estados-maiores, orientando a ação e a pesquisa em um certo sentido e não em outro. (MATTELART, 2006, p.8).

Em 2001 a pesquisadora Lídia Silva de Freitas publicou pesquisa problematizando o uso da expressão "sociedade da informação" na área de informação baseando-se em três áreas do conhecimento, sendo elas, Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. Neste período, o uso da expressão crescia significativamente, juntamente com expressões como "sociedade do conhecimento (SC)", "era da Informação (EI)" e "era do conhecimento (EC)" que, na maioria dos casos, eram utilizadas como sinônimos.

Naquele momento a pesquisadora se preocupou em averiguar a origem dessas expressões, seus fundamentos e principalmente qual noção discursiva de "sociedade da informação" estava sendo empregada nessas áreas de informação. Assim sendo, Freitas fez revisão de literatura e utilizou a base de dados Library and Information Science Abstracts (LISA) para analisar a literatura da área de informação e a base American Economic Association (ECONLIT), que cobre a produção textual internacional em economia, finanças públicas e indústria, para compreender o envolvimento dos aspectos econômicos nos fundamentos da ideia de "SI".

A autora teve como referência a pesquisa internacional realizada por Alistar Duff : *The "information Society" as paradigma: a bibliometric inquiry* que desenvolveu estudo acerca da importância da concepção de SI na área de informação com o objetivo de compreender o surgimento de um novo paradigma científico. Duff fez buscas sistemáticas em bases de dados da área de informação, ciências sociais, engenharia e humanidades, utilizando principalmente título de artigos de periódicos entre os anos de 1984 a 1993, e afirmou que a maioria dos títulos indicava aceitação da noção de SI, sendo a expressão utilizada como teoria da história (da era industrial para era da informação), teoria econômica (informação como fator de produção e recurso estratégico), teoria sociológica (estratificação social emergente baseada no acesso a bens e serviços informacionais).

Com levantamento de dados aparentemente próximo ao realizado por Duff, porém com recorte mais extenso, Freitas por meio da base LISA, analisou a produção do período de 1968 a 1999 e constatou que houve crescimento significativo da utilização da expressão "SI" na área de informação. Em 1975 apareceu o primeiro uso da expressão, passando para 38 em 1988 e 135 em 1998. Na literatura econômica, por meio da base ECONLIT, a frequência anual de utilização da expressão não foi significativa, já que o primeiro uso aparece em 1983, passando para 04 em 1988 e 08 em 1998. Notou-se que comparada a área de informação, nas ciências econômicas pouco se utilizou a expressão, além de ter começado tardiamente.

Neste ponto, a autora faz algumas reflexões para tentar explicar esta primazia da área de informação, apontando para o fato de que o campo, por assumir uma área do conhecimento que é reconhecidamente interdisciplinar, acaba por abraçar muitas áreas, como por exemplo, econômica, sociológica, antropológica, etc., em que tais ideias não são majoritárias. Pelo fato de a área anunciar essa suposta "SI", Freitas levanta algumas questões: houve transformações importantes nos fundamentos da atual acumulação capitalista quanto às instâncias de geração de valor? Se a "SI" é inevitável, ou mesmo fato consumado, porque tantos esforços nacionais e internacionais para implementá-la? (FREITAS, 2002, p. 08.).

Tais questões serão retomadas ao longo da tese, principalmente acerca das supostas transformações ocorridas nas formas de acumulação capitalista. O que cabe salientar neste momento, e que vai tangenciar as reflexões deste capítulo, está vinculado ao uso crítico ou passivo da expressão "SI" na produção atual na área de CI para que seja possível delinear minha problemática vinculada aos grupos sociais pertencentes ou excluídos dessa dita "SI".

Nessa conversa inicial, procurei mostrar ao (a) leitor (a) que os trabalhos de Duff (1995) e de Freitas (2002), buscaram dar conta de refletir acerca do uso dessas expressões (SI, EI, EC), de que maneira determinado uso está vinculado aos interesses do capital e como pode influenciar os destinos e abordagens da área. Os estudos desses autores analisaram o uso da expressão até o ano de 1999, de forma que serviram de base para o desenvolvimento do meu empreendimento atual, que consiste em analisar o uso recente da expressão, ou seja, a continuidade da utilização passiva do termo nos últimos anos mesmo após as inúmeras críticas realizadas nos anos 2000[22].

Dessa forma, fiz revisão de literatura para averiguar como tem sido a utilização da expressão na área de Ciência da Informação na última década, mais precisamente nos últimos

[22] Os anos 2000 tiveram o auge da utilização da expressão "SI" de forma passiva e ao mesmo tempo alguns trabalhos interessantes e críticos acerca dessa temática foram escritos como, por exemplo, "História da Sociedade da Informação" de Armand Mattelart.

5 anos. Selecionei duas bases para analisar tanto a produção nacional como a internacional. São elas a base Library and Information Science Abstracts (LISA)[23], que continua sendo referência de serviço internacional de resumo e indexação destinado a profissionais de bibliotecas e outros especialistas em informação, e a Base de Dados de Referência de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)[24], que se tornou referência em pesquisa na área de CI no Brasil.

Devido ao amplo e crescente número de publicações na área, decidi trabalhar com 5 anos da década de 2010, do século XXI, e apenas com o uso da expressão "sociedade da informação", mesmo sabendo que os termos "era da informação", "sociedade do conhecimento", entre outros, são utilizados, muitas vezes, como sinônimos. Tal delineamento justifica-se pelo fato de não se tratar de uma pesquisa bibliométrica, mas de uma revisão de literatura cujo objetivo é averiguar a afirmação, feita por mim na problemática deste trabalho, de que "a área de CI vem trabalhando há anos com a ideia de que vivemos em uma "SI" em que o conhecimento pode ser compartilhado por todos".

Nesse sentido, fiz buscas nas bases de dados dos anos de 2012 ao 2016. Selecionei apenas artigos publicados em periódicos da área de CI. Na base de dados LISA encontrei 85 artigos que utilizaram a expressão "SI". Além disso, baseado nas ideia de Freitas acerca dos usos da expressão SI de forma "crítica" e "passiva", os quais segundo a autora os usos do termo de forma "passiva" desconsideram os fundamentos que deram origem a ideia que serviu de estratégia para os estadunidenses no processo de domínio econômico global (FREITAS, 2001, p.8), analisei os usos da expressão "SI" de maneira "crítica" ou "passiva".

---

[23] A LISA fornece informações bibliográficas sobre desenvolvimentos passados e presentes em biblioteconomia, ciência da informação, recuperação on-line, publicação e tecnologia da informação. A LISA atualmente abstrai mais de 440 periódicos de mais de 45 países e em mais de 20 idiomas diferentes. É atualizada mensalmente, com mais de 1.000 registros adicionados por atualização.

[24] A Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) é o produto de informação do projeto de pesquisa "Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior", cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com o propósito de constituir-se como base de dados referenciais, atualmente disponibiliza referências e resumos de 17.347 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI.

Figura 1 - Distribuição dos registros da produção de artigos na base de dados LISA que utilizaram o termo “Sociedade da Informação” na área de CI

Fonte: base de dados LISA

Quadro 04 - Uso da expressão “Sociedade da Informação” de forma crítica e passiva - base de dados LISA

Ano	Registros	Crítica	Passiva
2012	**27**	**06**	**21**
2013	**20**	**04**	**16**
2014	**17**	**02**	**15**
2015	**13**	**02**	**11**
2016	**08**	**01**	**07**
Total	**85**	**15**	**70**

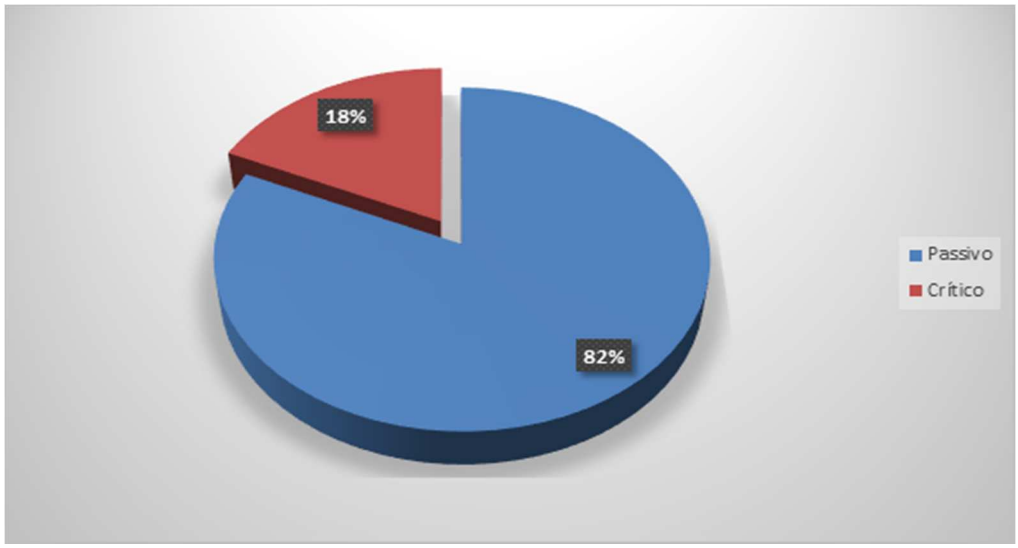
Fonte: Elaborado pelo autor

Tanto na Figura 1, quanto por meio do Quadro 1, é possível perceber que durante o período analisado houve diminuição significativa com relação a utilização da expressão. No entanto, minha preocupação não se restringe a quantidade, o que também é importante e os dados mostram que a expressão continua a ser utilizada, mas, como citei acima a partir das noção cunhada por (FREITAS, 2001) à forma como esse termo é utilizado, ou seja, de maneira "crítica" ou "passiva". Assim sendo, além de fazer as buscas, também li os artigos para que fosse possível constatar a forma de uso desses enunciados.

Dos 85 artigos que empregaram a expressão, apenas 15 foram utilizados de forma crítica. Grande parte dos artigos que usaram a expressão de forma crítica, o fizeram por meio de um percurso histórico/epistemológico da expressão, ou de alguma maneira, apresentaram grupos sociais que são excluídos dessa suposta sociedade. Já os artigos que aceitam a expressão de forma passiva, muitas vezes utilizam frases como, por exemplo, "Na atual sociedade da informação", "Estamos na sociedade da informação", "A nova sociedade da informação".

A figura 2, abaixo, demonstra a porcentagem de uso crítico e passivo da expressão "SI" na base LISA.

Figura 2 - Distribuição dos registros da produção de artigos que utilizaram o termo "Sociedade da Informação" de forma "Passiva" ou "Crítica" na área de CI indexada na base de dados LISA



Fonte: Elaborado pelo autor

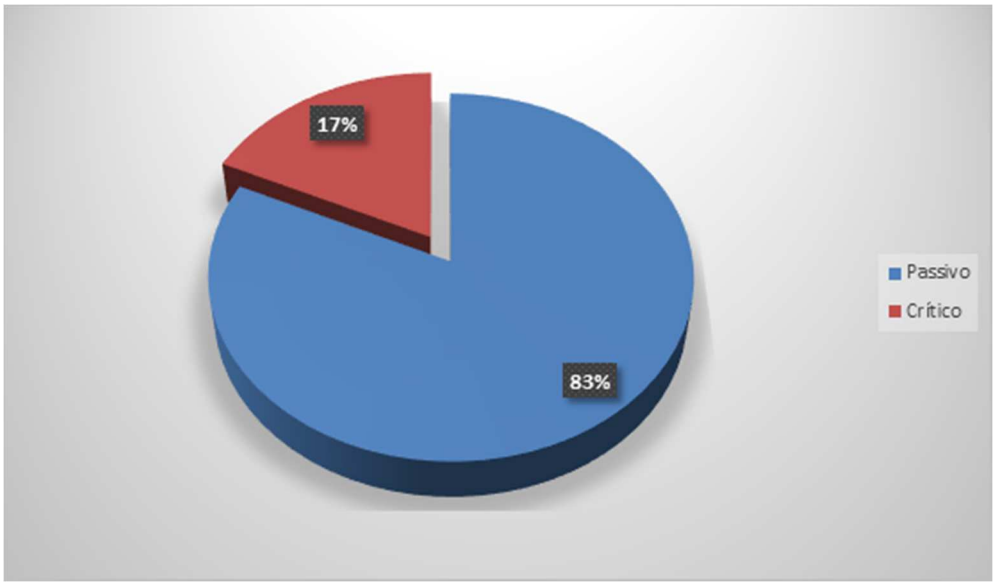
Com relação a produção nacional, encontrei muitas semelhanças com o levantamento feito sobre os periódicos da base internacional. Na BRAPCI foram encontrados 78 artigos que utilizaram a expressão “SI”. Desses, apenas 13 foram utilizados de forma crítica:

Quadro 05 - Uso da expressão “Sociedade da Informação” na base de dados BRAPCI de forma “Crítica” ou “Passiva"

Ano	Registros	Crítica	Passiva
2012	**07**	**01**	**06**
2013	**22**	**04**	**18**
2014	**22**	**05**	**17**
2015	**14**	**03**	**11**
2016	**13**	**00**	**13**
Total	**78**	**13**	**65**

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3 - Distribuição dos registros da produção de artigos que utilizaram o termo “Sociedade da Informação” na área de CI na base de dados BRAPCI



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim como a produção internacional, grande parte dos artigos nacionais que utilizaram a expressão de forma crítica, o fizeram por meio de um percurso vinculado às questões relacionadas à memória, ao interculturalismo, aos aspectos históricos e epistemológico da expressão, ou de alguma maneira, refletiram acerca da exclusão digital e das desigualdades sociais.

Outro aspeto semelhante a produção internacional esteve relacionado a forma como os artigos que aceitam a expressão de forma passiva, utilizaram frases para abordar essa suposta sociedade. Expressões como, por exemplo, “Tempo de sociedade da informação”, “Privacidade na sociedade da informação”, “A nova sociedade da informação”, “Internet na sociedade da informação”, “Desenvolvimento na sociedade da informação”.

De forma geral, o (a) leitor (a) pode perceber que a expressão continua a ser utilizada tanto na produção nacional e internacional, e que há uma supremacia do uso passivo do termo feito pela área. Nesse sentido, parece aceitável a afirmação feita no início deste estudo sobre a ideia de uma “sociedade da informação”, ou seja, de que vivenciando a plenitude de acesso à informação tem sido um imperativo aceito pela área há mais de duas décadas. E enaltece a

crítica de que a aceitação passiva dessa ideia pode corroborar para ausência de uma orientação política ou de fomento à pesquisa no caminho da percepção e ação a favor dos excluídos sociais.

Diante desse cenário, lanço algumas perguntas que o (a) leitor (a) poderá refazer durante todos os momentos de leitura desta tese, tendo em vista que elas serão o percurso crítico das narrativas do texto. O que significa aceitar o discurso de que estamos em uma "sociedade da informação"? O que é estar em uma "sociedade da Informação"? Quem são as pessoas ou grupos sociais que fazem parte dela?

Alguns autores, tanto de outras áreas como da CI, abordaram ou fizeram críticas sistemáticas a essas narrativas. Armand Mattelart (MATTELART, 2006) relata que essa crença em uma tecnologia salvadora faz parte da reconstrução neoliberal do mundo que contempla o discurso redentor sobre a promessa de concórdia, democracia descentralizada, justiça social e prosperidade geral. Mattelart demonstra que a ideia de sociedade da informação representa um projeto político de uma minoria dominante, elaborado sobre o mito de que a maioria seria contemplada.

Manuel Castells (CASTELLS,1999) discorda da terminologia sociedade da informação. Para o autor informação e conhecimento sempre existiram historicamente em todas as sociedades, mas o novo da atual sociedade é a base microeletrônica, através de redes tecnológicas como organizações sociais. Vale relatar que o conceito de sociedade em rede não se opõe ideologicamente ao de sociedade da informação, apenas tenta delinear melhor o conceito.

A pesquisadora Sonia Livingstone (LIVINGSTONE, 2015) desenvolveu estudo longitudinal com jovens que foram criados de maneiras e acesso a recursos totalmente diferentes. Ao acompanhar jovens providos e desprovidos de recursos a autora detectou que o simples fato de viver em meio de acesso a utilização das TICs não determinam que esses jovens venham a utilizar e gostar de usá-las. Os jovens analisados pela pesquisa apresentaram resultados que confirmam tal proposição, sendo que os que tiveram acesso desde criança as TICs não desenvolveram habilidades, já outros que tiveram acesso limitado acabaram por desenvolver gosto e habilidade.

Livingstone trabalhou o conceito de Literacidade. É preciso que as pessoas em geral tenham a "habilidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar mensagens numa variedade de formatos", a respeito de questões e problemas disponíveis, assegurando "expressão cultural, participação cívica e deliberação democrática" (LIVINGSTONE, 2011, p. 34).

Warschauer (WARSCHAUER, 2006) analisa o significado do acesso às novas TICs

como forma de inclusão social. O autor avalia o desenvolvimento social de vários países, tanto ricos como pobres, e acredita que o mero fornecimento de equipamentos ou de acesso à internet não é suficiente para reduzir a exclusão digital.

Com o pressuposto de que é necessário ter formação prévia para desenvolver habilidade em lidar com as TICs o autor desenvolve o conceito de letramento segundo o qual é definido como um conjunto de práticas sociais vinculado a ter domínio sobre os processos, por meio dos quais a informação culturalmente significativa está codificada. A perspectiva do letramento forneceu subsídios a este estudo para analisar e melhor compreender a relação dos jovens encarcerados com a apropriação dos dispositivos.

Na área de Ciência da Informação algumas pesquisas buscam compreender essa dita "sociedade da informação" por meio de estudos sobre inclusão digital e apropriação social da informação. O pesquisador Júlio Afonso Sá de Pinho Neto desenvolveu pesquisa pioneira (PINHO NETO, 2014). O autor analisou as experiências do Brasil e Espanha no desenvolvimento de projetos de inclusão digital nos presídios e avaliou que ambos os projetos visaram à inclusão digital, contudo os países não apresentaram políticas públicas consolidadas na área para promover a conquista da cidadania.

Regina Maria Marteleto (MARTELETO, 2009) pesquisou os jovens moradores de periferia das grandes cidades e como esses na condição de sujeitos da informação constroem as narrativas de violência física e simbólica. A autora por meio de relato, revela como as ações da mídia, da escola e da sociedade contribuem para uma representação negativa no processo de formação das identidades dos jovens de periferia.

Vale ressaltar que Marteleto tem como pressuposto geral de sua pesquisa a afirmativa de que não existe questão informacional que não seja também uma questão social. Esse pressuposto torna presente no campo de estudos da informação nos anos de 1950 quando Shera (1977) por meio da concepção de epistemologia social propôs a necessidade de uma nova disciplina que daria conta de estudar as complexidades, construções e práticas informacionais em amplo diálogo com a sociedade.

Tal perspectiva pode ser encontrada na concepção de Carlos Araújo que afirma a necessidade da Ciência da Informação dialogar com as Ciências Sociais para superar seus limites e abarcar em um pensamento complexo (ARAÚJO, 2003). É nesse diálogo de transvaloração dos limites da área que se insere o presente trabalho, que busca na bibliografia das Ciências Sociais suporte para compreender a produção sobre a problemática das prisões.

Ao ler autores como Zygmunt Bauman, Nestor Canclini e o já citado Armand Mattelart percebi que o vocabulário “sociedade da informação” apareceu como logotipo da ideia de globalização e que ambos contêm a mesma ambiguidade (MATTELART, 2006). Além disso, averiguei que para compreender como essas narrativas estão vinculadas ao processo de fragmentação e desrespeito às diversidades culturais, é necessário refletir acerca da ideia de globalização.

Dessa forma, o (a) leitor (a) vai perceber que a proposta não é fazer um percurso histórico sobre o surgimento da ideia de “sociedade da informação” (HAYASHI, 1969, DUFF, 1995; MASUDA, 1968; PARKER, 1973; DUARTE, 2003; NUNES; ALMEIDA JUNIOR, 2013; FREITAS, 2002), tampouco tentar abordar ou refletir acerca da literatura existente sobre o assunto, tendo em vista que esta é vasta e que qualquer tentativa de exaustão estaria condenada a incompletude (NUNES, 2014, p.34), mas, por meio principalmente dos três autores citados acima que fazem críticas a essas narrativas, pensar de que maneira as transformações ocorridas nas últimas décadas, que foram responsáveis por forjar uma ideia de “sociedade da informação”, impactam no esfacelamento das sociedades e culturas, contribuindo ainda mais para o abismo entre os povos.

Nessa perspectiva, Mattelart, Bauman e Canclini fazem críticas sistemáticas as ideias de “sociedades globais” que supostamente teriam o objetivo de integração de povos e culturas. Dentre desses discursos estão as narrativas de “sociedade do conhecimento e da informação”. É esse o caminho que vou seguir nos próximos tópicos. Importante salientar que este primeiro questionamento empreendido aqui acerca do uso passivo e crítico do termo SI na CI, faz parte da necessidade de prestar serviço à humanidade, questionando as premissas dos modos de vida que causam sofrimento humano, como revela Bauman (2001):

> Não formular certas questões é extremamente perigoso, mais do que deixar de responder às questões que já figuram na agenda oficial; ao passo que responder o tipo errado de questões com freqüência ajuda a desviar os olhos das questões realmente importantes. O preço do silêncio é pago na dura moeda corrente do sofrimento humano. Fazer as perguntas certas constitui, afinal, toda a diferença entre sina e destino, entre andar à deriva e viajar. Questionar as premissas supostamente inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar aos nossos companheiros humanos e a nós mesmos (BAUMAN, 2001, p.11).

2.1 Mattelart: a utopia globalizada da “sociedade da informação”

> O vocabulário da sociedade da informação se impôs como um logotipo da assim chamada globalização. As duas noções contêm a mesma ambigüidade. Seu conteúdo tornou-se a aposta de uma guerra semiótica. Ela coloca uns contra os outros projetos contrastados de integração mundial que remetem a valores estéticos, éticos e políticos antagônicos (MATTELART, 2006, p.171).

O sociólogo belga Armand Mattelart, pensador de inspiração crítica e marxista, autor de inúmeras obras sobre cultura de massa e indústria cultural, foi quem primeiro me alertou para necessidade de refletir acerca da ideia de “globalização”, objetivando a compreensão de como se deu o processo de criação e aceitação, por grande parte dos pesquisadores, da expressão “sociedade da informação”.

Professor catedrático de ciências da informação e comunicação da Universidade de Paris VIII, desenvolveu estudos sistemáticos sobre informação e comunicação, além de se debruçar epistemologicamente sobre expressões utilizadas pela ciência, principalmente pelas área de informação e comunicação.

Um desses estudos foi a obra “História da Sociedade da Informação”, em que o autor analisa de que forma a noção de “sociedade da informação” foi introduzida nas narrativas, que se deu por meio da gestação de promessas de uma reorganização do mundo, que foi e continua a ser amplamente utilizada pelos governos e discursos científicos sem qualquer reflexão acerca de suas origens.

Em outro estudo interessante “A globalização da comunicação” o autor analisa de que maneira a nova elite mundial tem assumido papel messiânico como sendo os novos agentes da paz mundial. Com o discurso de “planetarização da democracia” e “integração dos povos”, essa elite se utiliza da expressão “globalização” como eufemismo para mascarar os interesses do livre mercado global.

Ambos os livros foram essenciais para elaboração deste tópico, pois analiso as narrativas da ideia de “globalização” para compreender de que maneira se impôs o vocabulário “sociedade da informação” (MATTELART, 2001, p.171). Vale ressaltar que iniciei este capítulo demonstrando o exacerbado uso passivo da expressão “sociedade da informação” e da necessidade de estabelecer críticas ao termo.

> Embora se possa observar com facilidade o emprego demasiado do termo sociedade da informação e de seus vários cognatos, percebe-se também certa fragilidade em sua formulação. Pouco se problematiza a expressão, utilizando-a, muitas vezes, como algo estabelecido (NUNES, 2013, p.31).

O uso da expressão como algo estabelecido é extremamente perverso, pois esconde o que de fato vem acontecendo no mundo, ou seja, o estabelecimento de uma nova ordem mundial global em que o modelo de administração de empresas toma conta das relações sociais em nível mundial para maximizar os lucros.

> A globalização é, primeiramente, um modelo de administração de empresas que, respondendo à crescente complexidade do ambiente da concorrência, procede da criação e da exploração de competências em nível mundial, objetivando maximizar os lucros e consolidar suas fatias de mercado (MATTELART; MATTELART, 2000, p.125).

No entanto, a expressão “globalização”, assim como “sociedade da informação” vem sendo utilizadas pelas áreas e, em grande medida pela CI, como se a área fosse conivente com as narrativas de que o mundo está diante de um processo global de unificação, integração e respeito às pessoas, culturas e identidades. Um mundo em que todos têm acesso a informação, aos dispositivos e as tecnologias.

Essa ideia de universalização do acesso à informação e ao conhecimento, que seja compartilhado por todos, sempre foi um pressuposto questionado por Armand Mattelart. O autor relata que as “forças vivas da sociedade civil” procuraram escapar da lógica de desenvolvimento desigual e do imperativo da “Global War” em detrimento das tecnologias de informação e comunicação como responsáveis por acabar as desigualdades de acesso à informação.

De acordo com o autor, a partir dessa lógica e com a emergência do paradigma tecnoinformacional impulsionado pelas máquinas inteligentes durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de forjar o conceito de “sociedade da informação”, expandindo as limitações da ideia de informação.

> A imprecisão que envolve a noção de informação coroará a de “sociedade da informação”. A vontade precoce de legitimar politicamente a idéia da realidade hic et nunc desta última justificará os escrúpulos da vigilância epistemológica. A tendência a assimilar a informação a um termo proveniente da estatística (data/dados) e a ver informação somente onde há dispositivos técnicos se acentuará. Assim, instalar-se-á um conceito puramente instrumental de sociedade da informação. Com a atopia social do conceito apagar-se-ão as implicações sociopolíticas de uma expressão que supostamente designa o novo destino do mundo (MATTELART, 2006, p.71).

Esse conceito forjado que apagou as implicações sociopolíticas dos novos rumos das relações planetárias e tomou o mundo, foi abraçado pela ciência e amplamente disseminado. Nessa perspectiva, o (a) leitor (a) pode perceber que compactuo com as ideias de Mattelart acerca da necessidade que a elite econômica mundial teve de criar o conceito de "sociedade da informação" para amenizar as atrocidades promovidas pelos ampliação dos seus interesses econômicos em escala planetária.

Essa expressão apenas coroou uma noção que já vinha sendo trabalhada desde a década de 80 com o conceito de "globalização". Para Mattelart o conceito de "globalização" surgiu para delimitar a fase de integração mundial em relação às novas lógicas transfronteiriças dos diferentes fundamentos institucionais do sistema de comunicação dos Estados Nacionais. Teve como objetivo estabelecer as novas regras do processo de desregulamentação que exigiu uma profunda alteração do modelo econômico e social (MATTELART; MATTELART, 2000, p.123).

Para Mattelart, o discurso da "globalização" carrega palavras significativas, como por exemplo, "integração" que se refere a lógica empresarial da organização funcional das grandes unidades econômicas; e o termo "global", que em inglês é sinônimo de holistic que "[...] remete explicitamente a uma filosofia holística, ou seja, à ideia de unidade totalizante ou unidade sistemática" (MATTELART; MATTELART, 2000, p.125).

Nesta perspectiva, e chamando o (a) leitor (a) a reflexão conjunta, me parece claro que a expressão "globalização" é mais uma das várias expressões, com noções instrumentais, criadas para atender as lógicas mercantis a revelia dos cidadãos, "Esta linguagem funcional constitui um prêt-à-porter ideológico que mascara os desvios da nova ordem mundial (MATTELART; MATTELART, 2000, p.149).

Com o objetivo de impedir o posicionamento crítico, a noção de "globalização" abraçou as transformações tecnoeletrônicas da sociedade contemporânea e substituiu a "diplomacia dos canhões" pela "diplomacia das redes", redefinindo as relações que os Estados Unidos mantêm com o resto do mundo. Essas redefinições destacou os Estados Unidos como a primeira "sociedade global" da história.

> Os Estados Unidos se tornaram a primeira sociedade global da história. Eles prefiguram a "sociedade global" em escala mundial. Como a revolução tecnociêntífica made in USA cativa a imaginação de toda a humanidade (a conquista espacial

> demonstra isso amplamente), é inevitável que ela conduza as nações menos avançadas a alinhar-se a esse pólo inovador e que as incite a imitá-la tomando emprestados os seus métodos, as suas técnicas e práticas de organização (MATTELART, 2006, p.99).

Dessa forma, os estadunidenses perceberam a efetividade de se trabalhar com "diplomacia de redes" ao invés de canhões (sem entrar nas discussões acerca da manutenção da indústria bélica e das guerras fora de seu território), passando a vender cultura enlatada para todo o mundo, incitando pessoas dos mais variados lugares do planeta a imitá-los e aceitá-los, tanto em seu modo de vida e cultura, como reproduzindo conceitos no âmbito da ciência sem qualquer reflexão.

Nesse sentido, existe a necessidade amiúde de retomar as reflexões feitas por Armand Mattelart sobre as configurações do mundo atual. O professor Carlos Araújo, há quase dez anos, criticou o pouco uso das ideias do autor no Brasil pela CI, argumentando que ele era amplamente utilizado pelas áreas de informação, porém no campo brasileiro teve adesão tímida. Segundo Araújo tal fato se dava por conta da configuração da área de informação social que estava "[...] voltada para as questões técnicas e tecnológicas da informação, a contribuição de ideias oriundas de um pensamento crítico como o de Mattelart acaba se tornando muito reduzida (ARAÚJO, 2009, p.117).

Ao que parece, após uma década, esse cenário supostamente não tem sofrido grandes transformações. No entanto, diante desse quadro, resgatar autores como Mattelart, não só é essencial a área, como permite afastar e questionar como o campo vem trabalhando com essas "Ilusórias soluções globais" que nega ao cidadão o direito de pensar.

> Ilusória é a "solução global" que deixa à Pandora o cuidado da reestruturação do mundo e nega à sociedade dos cidadãos o direito de pensar em outros caminhos de integração supranacional e para uma consciência planetária que esteja à altura do desafio de civilização representado pelo momento histórico (MATTELART; MATTELART, 2000, p. 186)

2.2 Bauman: consequências humanas de uma globalização líquida

> O trabalho foi libertado do Panóptico, mas, o que é mais importante, o capital se livrou do peso e dos custos exorbitantes de mantê-lo; o capital ficou livre da tarefa que o prendia e o forçava ao enfrentamento direto com os agentes explorados em nome de sua reprodução e engrandecimento [...] O capital pode viajar rápido e leve, e sua leveza e mobilidade se tornam as fontes mais importantes de incerteza para todo o resto. Essa é hoje a principal base da dominação e o principal fator das divisões sociais (BAUMAN, 2001, p.142)

O pensador polonês Zygmunt Bauman talvez seja um dos autores contemporâneos que mais refletiu acerca das transformações ocorridas na sociedade moderna, principalmente sobre a ideia de globalização e das novas tecnologias, retratando o impacto que essas ideologias e os dispositivos promoveram na reconfiguração dos espaços, do tempo e das identidades.

Em seu clássico *Globalização: as consequências humanas*, escrito em 1998 e que continua leitura essencial no processo de tentar compreender as transformações da sociedade atual, o autor aborda o tema "globalização" sob várias perspectivas, tanto pelo viés de classe e Estado-nação, como pelo olhar sobre o sistema prisional. Interessante notar que o pensador finaliza o livro refletindo acerca do aumento do distanciamento entre os povos e Estados promovido pela ideia de globalização que transformou as leis e favoreceu o isolamento e o crescimento do sistema prisional.

Em *Modernidade Líquida* o autor trata da fluidez das relações sociais no mundo contemporâneo que transformou as relações que estavam estabelecidas no que ele chama de "modernidade sólida". Essa fluidez trouxe transformações significativas nas identidades, na estrutura das cidades e principalmente no modo de vida diária das pessoas.

O (a) leitor (a) pode perceber que ambos termos, tanto "globalização" como "modernidade líquida" são importantes para trazer luz aos questionamentos feitos por mim nesta tese, ou seja, a uma dita "sociedade da informação" que seria responsável por integrar povos, cultura e mergulhar todos os jovens em uma sociedade global.

Dessa forma, principalmente esses dois livros, serviram de base para a confecção deste tópico. Iniciei esta narrativa destacando uma citação de Bauman sobre o que ele chama de "capital leve" demonstrando que a principal característica da sociedade atual é o fato de que o capital conseguiu romper com as amarras que o prendiam aos locais e que forçava o enfrentamento direto com os trabalhadores, tornando-se livre para atuar em qualquer localidade do mundo.

Essa talvez seja uma das principais contribuições do autor no processo de compreensão das transformações da sociedade moderna. Ao tratar das mudanças ocorridas no “capital software”, o escritor argumenta que a metáfora do panóptico foi uma das facetas fundamentais da imaginação sociológica acerca da modernização do poder e do controle, porém a sociedade contemporânea ampliou suas estratégias de controle, tornando os desafios atuais diferentes, ao passo que o modelo panóptico tradicional, se perseguido com rigor excessivo, torna suas análises acerca da sociedade atual “irrelevantes ou inteiramente contraproducentes” (BAUMAN, 1999, p.57)

Para ilustrar essas novas necessidades e estratégias de pensar um modelo panóptico atualizado, Bauman cita o “superpanóptico” criado pelo historiador estadunidense Mark Poster (1999):

> No seu brilhante ensaio sobre os bancos de dados eletrônicos como uma versão ciberespacial atualizada do Panóptico, Mark Poster diz que “nossos corpos são fisgados dentro das redes, dos bancos de dados, nas auto-estradas da informação” — e assim todos esses locais de armazenamento de informação onde nossos corpos são, por assim dizer, “amarrados informaticamente” “não mais oferecem refúgio à observação ou uma barreira em torno da qual se possa traçar uma linha de resistência”. A armazenagem de quantidades maciças de dados, ampliadas a cada uso de um cartão de crédito e virtualmente a cada ato de compra, resulta, segundo Poster, num “superpanóptico” — mas com uma diferença: os vigiados, fornecendo os dados a armazenar, são fatores primordiais — e voluntários — da vigilância (BAUMAN, 1999, p.58)

É notório que a sociedade atual está passando por novas formas de controle e que um “superpanóptico” tem ganhado, cada vez mais, força para “fisgar corpos” em redes retro alimentadas de informações pessoais pelos próprios usuários. Bauman cita o telefone celular como símbolo dessa sociedade caracterizada por ele como “pós-panóptica” e que tornou o poder extraterritorial, dando “[...] aos detentores do poder uma oportunidade verdadeiramente sem precedentes: eles podem se livrar dos aspectos irritantes e atrasados da técnica de poder do Panóptico” (BAUMAN, 2001, p.20).

Interessante pensar que as anulações de tempo e espaço promovidas pelas novas tecnologias, em uma sociedade pós-panóptica, não cumprem o papel anunciado pelo discurso da “sociedade da informação” de homogeneização da condição humana, ao invés disso, ela fragmenta e polariza identidades, pois ao mesmo tempo que emancipa algumas pessoas de restrições territoriais tornando extraterritoriais os significados geradores de comunidade “[...] desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade” (BAUMAN, 1999, p.25).

Além da questão dos paradoxos das novas tecnologias que tanto aproximam quanto distanciam e dividem identidades, Bauman aponta a problema do isolamento das megalópoles e da formação de fortalezas individuais, que corroboram com o distanciamento e segregação entre pessoas, grupos e culturas:

> Os medos contemporâneos, os "medos urbanos" típicos, ao contrário daqueles que outrora levaram à construção de cidades, concentram-se no "inimigo interior". Esse tipo de medo provoca menos preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade como um todo — como propriedade coletiva e garante coletivo da segurança individual — do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar dentro da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em inúmeras direções. Bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas bem armados no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente — tudo isso para afastar concidadãos indesejados, salteadores de estrada, saqueadores ou outros perigos desconhecidos emboscados extramuros. Em vez da união, o evitamento e a separação tornaram-se as principais estratégias de sobrevivência nas megalópoles contemporâneas. Não há mais a questão de amar ou odiar o seu vizinho (BAUMAN, 1999, p.56).

Essa nova conjuntura global que segrega e impede o contato com os vizinhos tem sido a lógica da configuração da sociedade contemporânea. Exemplo disso, são os grandes conglomerados de condomínios em que, na maioria das vezes, não se conhece o vizinho que faz barulho na parede ao lado.

Assim sendo, essa crescente ausência de contato entre pessoas e os inúmeros "medos líquidos" que atormentam todas as classes sociais, foi provocado, segundo Bauman, por uma "globalização negativa" que se caracterizou por ser uma globalização "[...] altamente seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da coerção e das armas, do crime e do terrorismo que desdenham de soberanias nacionais e desrespeitam as fronteiras" (BAUMAN, 2008, p.126).

Essa "globalização negativa" também é responsável por fomentar uma "ideia de segurança" estabelecida nos governos que pretendem passar a imagem de cidade segura, com o objetivo de receber "votos" e mostrar que estão fazendo algo pelos governados. Tais medidas, como por exemplo, construção de novas prisões e aumento das penas impactam positivamente na popularidade do governo.

> A construção de novas prisões, a redação de novos estatutos que multiplicam as infrações puníveis com prisão e o aumento das penas — todas essas medidas aumentam a popularidade dos governos, dando-lhes a imagem de severos, capazes, decididos e, acima de tudo, a de que "fazem algo" não apenas explicitamente pela segurança individual dos governados mas, por extensão, também pela garantia e certeza deles — e fazê-lo de uma forma altamente dramática, palpável, visível e tão convincente (BAUMAN, 1999, p.127)

Além do interesse dos governos em aumentar a popularidade e se perpetuar no poder, existe a necessidade de agradar os “olhares externos”, ou seja, é preciso manter uma imagem de “ambiente seguro” para que as forças globais do mercado possam criar confiança e fazer com que o investidor tenha tranquilidade em investir no país.

Nessa perspectiva, Bauman revela que os governos se esforçam para manter a imagem das cidades limpas, com qualidade de policiamento e sem ladrões e mendigos nas ruas.

> No mundo das finanças globais, os governos detêm pouco mais que o papel de distritos policiais superdimensionados; a quantidade e qualidade dos policiais em serviço, varrendo os mendigos, perturbadores e ladrões das ruas, e a firmeza dos muros das prisões assomam entre os principais fatores de “confiança dos investidores” e, portanto, entre os dados principais considerados quando são tomadas decisões de investir ou de retirar um investimento (BAUMAN, 1999, p.128)

No mundo do capital leve, não existem barreiras ou limites de atuação do capital. Os detentores do capital são livres para procurar a maior porcentagem de lucro e segurança nos investimentos, o que potencializa as possibilidades de exploração de trabalho mal remunerado e precarizado.

Esse “capital leve”, sem paredes e localização, tornou o mundo do trabalho, “móvel” e facilmente “substituível”. Para ilustrar essa lógica, Bauman dá o exemplo dos mecânicos de automóveis que não são treinados para consertar motores quebrados ou danificados, mas apenas para retirar as peças e as substituírem. Eles não têm a ideia da estrutura interna da peça e de como funcionam. O autor observa: “Por que gastar tempo com consertos que consomem trabalho, se não é preciso mais que alguns momentos para jogar fora a peça danificada e colocar outra em seu lugar?” (BAUMAN, 2001, p.186)

Nesse mundo onde tudo é substituível, a “globalização” se utiliza de “forças anônimas” operando na “terra de ninguém”, impondo as economias “nacionais” à condição de efêmeras e extraterritoriais, vinculadas aos interesses dos mercados financeiros globais. “A 'globalização' nada mais é que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspectos da vida” (BAUMAN, 1999, p.73)

Dessa forma, os governos nacionais em meio a essa desterritorialização dos mercados mundiais, e de suas soberanias anuladas, ficam apenas com as atribuições básicas de, por meio do poder, garantir segurança para que as multi empresas globais possam investir sem riscos.

> No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política

> apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas. Os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles (BAUMAN, 1999, p.74)

Além da tarefa de fazer a segurança para empresas, os governos nacionais, por meio de seus legisladores, acabam por preservar determinado tipo de ordem, ou seja, a que favorece a elite política do país e tende a punir, com seus códigos criminais, pessoas que estão fora dessa ordem. Dessa forma, a ordem vigente acaba sendo da exaltação dos mercados globais, em que "Roubar os recursos de nações inteiras é chamado de "promoção do livre comércio"; roubar famílias e comunidades inteiras de seu meio de subsistência é chamado "enxugamento" ou simplesmente "racionalização" (BAUMAN, 1999, p.131).

Essa constatação é grave, pois há pouca vontade e pressão política sobre os "legisladores e guardiões" da ordem no sentido de tornar efetivo o combate ao crime de colarinho branco. A ausência de clamor público pela punição dos crimes de colarinho branco não pode ser comparado ao clamor público feito contra os "[...] ladrões de carros, assaltantes e violentadores, ou contra os responsáveis pela lei e a ordem considerados muito frouxos ou condescendentes por não os colocarem no lugar onde deveriam estar, a prisão" (BAUMAN, 1999, p.133).

Dessa maneira, essa "globalização" vinculada aos interesses do mercado global, além de não favorecer a punição dos corruptos de colarinho branco, visto que estes estão comprometidos em beneficiar os investidores externos, ainda não colabora com algo que seria um dos preceitos básicos e fundamentais na consolidação de um mundo supostamente globalizado, ou seja, o direito de migração - a possibilidade simples e racional de permitir que famintos possam ir para onde a comida é abundante - que lhe é negado na maioria das fronteiras.

Todo este cenário, de xenofobia, desterritorialização, desrespeito as localidades e total apoio aos investidores, favoreceu o surgimento do que Bauman chamou de "lugares de consumo coletivo" ou "templos de consumo". Lugares em que o consumidor não vai para conversar ou socializar, fica isolado e livre para consumir sem ser interrompido.

> Por mais cheios que possam estar, os lugares de consumo coletivo não têm nada de "coletivo': Para utilizar a memorável expressão de Althusser, quem quer que entre em tais espaços é "interpelado" enquanto indivíduo, chamado a suspender ou romper os laços e descartar as lealdades. Os encontros, inevitáveis num espaço lotado, interferem com o propósito. Precisam ser breves e superficiais: não mais longos nem mais profundos do que o ator os deseja. O lugar é protegido contra aqueles que costumam quebrar essa regra - todo tipo de intrometidos, chatos e outros que poderiam interferir com o maravilhoso isolamento do consumidor ou comprador. O templo do consumo bem supervisionado, apropriadamente vigiado e guardado é uma ilha de ordem, livre de mendigos, desocupados, assaltantes e traficantes - pelo menos é o que se espera e supõe. As pessoas não vão para esses templos para conversar ou socializar. Levam

> com elas qualquer companhia de que queiram gozar (ou tolerem), como os caracóis levam suas casas (BAUMAN, 2001, p.115)

Nessa perspectiva, o (a) leitor (a) pode perceber que para Bauman o discurso globalizante está a serviço dos grandes capitalistas do mundo e que as ideias de união entre povos e culturas são formas de eufemismos para amenizar a tragédia gerada pela liberação do capital global.

Bauman aponta inúmeras consequências geradas pelo “capital leve”, como, por exemplo, dificuldade de reunir pessoas para ações coletivas: “[...] está cada vez mais difícil, talvez até mesmo impossível, reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva” (BAUMAN, 1999, p.76)

Tal ausência de manifestação coletiva, segundo o autor, é resultado do processo crescente e exacerbado de individualização, gerando a ilusão da autocontenção e da auto-suficiência do indivíduo “[...] se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriosos para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista” (BAUMAN, 2001, p.35)

Além do processo de individualização e da ausência de ações coletivas, a vida passou a ser uma reprodução da sociedade de consumo. Para Bauman, todos os membros de uma sociedade de consumo estão correndo por meio da atividade de comprar. Tanto nos supermercados quanto nos templos de consumo, o ato de comprar passa a ser a busca constante e sem fim por modelos de vida em que a felicidade depende das competências e dos esforços individuais.

> Se "comprar" significa esquadrinhar as possibilidades, examinar, tocar, sentir, manusear os bens à mostra, comparando seus custos com o conteúdo da carteira ou com o crédito restante nos cartões de crédito, pondo alguns itens no carrinho e outros de volta às prateleiras - então vamos às compras tanto nas lojas quanto fora delas; vamos às compras na rua e em casa, no trabalho e no lazer, acordados e em sonhos. [...] O código em que nossa "política de vida" está escrito deriva da pragmática do comprar. Não se compra apenas comida, sapatos, automóveis ou itens de mobiliário. A busca ávida e sem fim por novos exemplos aperfeiçoados e por receitas de vida é também uma variedade do comprar, e uma variedade da máxima importância, seguramente, à luz das lições gêmeas de que nossa felicidade depende apenas de nossa competência pessoal mas que somos pessoalmente incompetentes, ou não tão competentes como deveríamos, e poderíamos, ser se nos esforçássemos mais (BAUMAN, 2001, p.88)

O consumo como extensão e modelo de vida, impacta de forma abrupta na vida das pessoas, gerando doenças, ansiedades e a eterna sensação de insatisfação em uma sociedade mergulhada no “rivotril” que satisfaz os interesses da indústria farmacêutica. Até mesmo os

relacionamentos e laços afetivos, nessa sociedade fluida e insatisfeita, acabam por supor uma transitoriedade, operando no movimento do casamento para o “viver junto” (BAUMAN, 2001, p.173).

Essa mobilidade e flexibilidade que caracterizam o “ir às compras” acabam por ser instrumentos ambivalentes de redistribuição das liberdades gerando reações contraditórias, conflitos, fragmentação e ausência de solidariedade. Para Bauman, como essa tarefa tem que ser compartilhada por todos e sob condições diferentes, ela “[...] divide as situações humanas e induz à competição mais ríspida, em vez de unificar uma condição humana inclinada a gerar cooperação e solidariedade” (BAUMAN, 1999, p.107).

Foi neste quadro de ausência de solidariedade, individualismo e consumismo como modelo de vida a ser seguido por todos, que Bauman relatou o que significa ser moderno na sociedade software.

> Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo "adiamento da satisfação' como sugeriu Max Weber, mas por causa da impossibilidade de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto-congratulação tranqüila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes. Ser moderno significa estar sempre à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão (BAUMAN, 2001, p.38).

Nesse sentido, o mundo moderno e sua tão aclamada e ambivalente ideia de globalização, ao mesmo tempo que aproxima pessoas por meio de suas tecnologias, foi e está sendo responsável por moldar um mundo em que as pessoas são incapazes de atingir a satisfação, tornam-se doentes e mergulham no abismo do individualismo, da ausência de solidariedade e negação do diferente.

Guardadas as devidas exceções, a tal “flexibilização” fez das ofertas de empregos algo descompromissado, sem segurança, sem direitos ou aviso prévio. Empregos em que “Ninguém pode, portanto, sentir-se insubstituível - nem os já demitidos nem os que ambicionam o emprego de demitir os outros. Mesmo a posição mais privilegiada pode acabar sendo apenas temporária” (BAUMAN, 2001, p.185).

Outra questão que merece destaque no processo de globalização da economia é no tocante a dependência que os países ditos subdesenvolvidos desenvolvem em relação aos países que controlam os recursos do mundo. Como os governos dos países dependentes não conseguem controlar as contas com recursos próprios, são obrigados a “[...] não só se renderem

ao inevitável, mas colaborarem ativamente e de bom grado com os `globais'" (BAUMAN, 2001, p.222).

Dessa forma, a caracterização trágica, feita por Bauman, acerca da sociedade global serve de base para compreensão do surgimento de uma suposta "sociedade da informação" alinhada com os pressupostos básicos de funcionamento de uma globalização líquida, desterritorializada e que tem por interesse potencializar seus lucros pelo mundo.

2.3 Canclini: a interculturalidade necessária em uma globalização imaginada

> A globalização é imaginada mais facilmente para os mercados que para os seres humanos. Outro modo de dizer isto é que transitamos da modernidade ilustrada para a modernidade neoliberal (CANCLINI, 2007, p.75)

Nestor Canclini, antropólogo argentino que estuda cultura e a pós-modernidade a partir do ponto de vista latino-americano, é um dos grandes autores que não poupa críticas a dita "sociedade da informação e do conhecimento".

Por trabalhar com conceitos de diferença, desigualdade e conexão-desconexão, encontrei no autor reflexões que, de maneira ampla, acabam por abraçar a minha tese e me fez pensar acerca das diferenças, desigualdades e desconexões dos jovens encarcerados estabelecidas no interior do sistema prisional, que servem para manutenção da ordem social.

Diante da vasta produção do autor, dois livros foram marcantes para mim e estabelecem diálogo direto, não só com este capítulo, mas com a fundamentação da tese. São eles: "A globalização imaginada" em que o pensador analisa como a ideia de globalização impactou e continua a promover transformações significativas no processo de produção e circulação de bens culturais, gerando hegemonias, prejudicando os intercâmbios culturais e aumentando as desigualdades sociais.

E "Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade" em que o autor analisa, por meio do interculturalismo, como as identidades para que possam se afirmar, devido ao processo de unificação capitalista do mundo nas últimas décadas, vem passando por encontros e confrontos, assimilações e repulsas, em uma luta constante de negociações.

Com base nesses pressupostos, articulei este tópico tentando estabelecer reflexões acerca das críticas feitas pelo autor sobre “sociedade da informação e conhecimento” e “globalização”, e a necessidade de compreender cultura e interculturalidade como forma de respeitar as individualidades de pessoas e grupos “desconectados” que são produtos das transformações ocorridas nas últimas décadas da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, para Canclini, quem acredita em uma suposta “sociedade da informação” aceita a ideia utópica de que:

> [...] o desenvolvimento social e cultural depende do fato de todos os países integrarem-se na revolução digital e informacional, todos os setores de cada sociedade terem o acesso a “trabalhos inteligentes” mediante as novas capacidades e da conexão com as redes nas quais se obtém informação estratégica. As outras dimensões do desenvolvimento virão por acréscimo. A tecnologização produtiva, a expansão dos mercados e sua integração transnacional incrementarão os ganhos econômicos. Como consequência, o acesso direto e simultâneo à informação vai democratizar a educação e melhorar o bem-estar da maioria. No plano político, crescerão as oportunidades de participação e se descentralizarão as decisões (CANCLINI, 2009, p.234).

Essa ideia totalizante de tecnologização está incorporada a maioria dos discursos que tentam apontar os benefícios das transformações ocorridas nas últimas décadas, principalmente no âmbito tecnológico. Talvez o (a) leitor (a) tenha percebido que todas as análises feitas até aqui, acerca do discurso utópico sobre “sociedade da informação”, estava carregado de palavras como “integração transnacional ou mundial”, “revolução digital ou informacional”, “democratização do acesso à informação”, sempre narrando a possibilidade de proporcionar bem-estar a todas as pessoas.

Essas narrativas estão presentes tanto no discurso científico, conforme demonstrei no início deste capítulo, como nos grandes conglomerados de comunicação dos mais variados países do mundo. No entanto, esse discurso é pernicioso, pois o mundo está vivendo degradações da vida social que passam ao largo de serem resolvidos por uma concepção informacional de sociedade.

Tal tragédia pode ser analisada de várias maneiras, tanto pela ausência de condições igualitárias de acesso a informação essenciais para a formação do ser, como pela necessidade de individualizar o atendimento ao educando respeitando suas particularidades, cultura e demandas.

Nessa perspectiva, Canclini pondera que educandos, no processo de ensino-aprendizagem, que são tratados como “iguais”, ou seja, não têm suas particularidades culturais e demandas individuais respeitadas, também não possuem idênticas possibilidades de aprender.

> Uma educação homogênea baseada numa informação universal e estandardizada não gera maior equidade nem democratização participativa. Se prestarmos atenção às múltiplas formas de pertencimento e coesão social, escutaremos uma pluralidade de demandas. São necessárias “adaptações programáticas ao grupo específico” (por exemplo, o bilinguismo em zonas multinacionais), “buscar a pertinência curricular em função das realidades territoriais em que a escola se desenvolve e destinar recursos especiais às zonas de maior vulnerabilidade social e precariedade econômica (CANCLINI, 2009, p.235).

Nesse sentido, criar programas de inclusão informacional que não levem em conta as peculiaridades culturais e as demandas individuais, são tentativas fadadas ao fracasso. Esses são alguns dos problemas da ausência de postura crítica acerca do discurso integração e homogeneização dos povos por meio de tecnologias.

Sobre essas generalizações conceituais, o termo “sociedade do conhecimento” que muitas vezes é utilizado como tendo o mesmo significado de “sociedade da informação”, é tratado por Canclini como uma tentativa de universalização arriscada, pois os aspectos cognitivos e socioculturais estão distribuídos e são apropriados de modos muito diversos, gerando diferenças, desigualdades e desconexões.

Outras designações como, por exemplo, “sociedade do consumo” e “globalização” também são generalizadoras e podem incorrer no mesmo erro, ou seja, o de incluir em seu discurso movimentos heterogêneos e grupos sociais excluídos que não fazem parte dessas supostas sociedades. Para Canclini, pelo fato de as inovações tecnológicas e os saberes científicos estarem desigualmente distribuídos entre países ricos e pobres, de acordo com os níveis educacionais e as faixas etárias, “[...] a problemática da diversidade cultural e os estudos sobre ela devem fazer parte da consideração teórica, da investigação empírica e do planejamento de políticas neste campo” (CANCLINI, 2009, p.226).

Nesse sentido, seria necessário para o desenvolvimento de uma “sociedade do conhecimento” políticas públicas internacionais que garantam a participação do maior número possível de línguas e culturas, que protejam a propriedade intelectual bem como o controle dos oligopolistas culturais, além de se opor às comercializações lucrativas dos gostos internacionais de massa.

No entanto, Canclini questiona sobre como construir uma “sociedade do conhecimento” se produções de culturas milenares não são reproduzidas nas telas do mundo e suas músicas não constam nas prateleiras das lojas musicais.

> [...] vigorosas culturas históricas, com centenas de milhares de falantes, são excluídas dos mercados musicais ou colocadas nestas prateleiras marginais das lojas de discos que, paradoxalmente, recebem o título de world music? Não há condições de efetiva mundialização se as formas de conhecimento e representação expressas nos filmes árabes, hindus, chineses e latino-americanos estão quase ausentes das telas dos demais continentes. Não circulam nas áreas culturais e linguísticas próximas nem nas cidades do Primeiro Mundo (Los Angeles, Nova York, Berlim), habitadas por milhões de migrantes dessas regiões que seriam públicos “naturais” (CANCLINI, 2009, p. 237).

Dessa forma, o caráter incipiente de uma dita sociedade do conhecimento fica evidente quando o mercado mundial despreza a manifestação cultural de parcelas significativas de sociedades milenares em detrimento de fazer circular os enlatados hegemônicos do tal primeiro mundo. Essa aberração acontece não só na produção cultural, mas na imposição hegemônica da língua inglesa, na ciência e tecnologia.

Essa é uma das características antidemocráticas do processo de “globalização” que retira dos cidadãos o poder de decisão sobre os rumos dos novos processos de interdependência entre capitais, investimentos, produção, circulação e consumo de bens. Para Canclini, “[...] decisões e as vantagens concentram-se em algumas poucas elites financeiras, industriais e políticas transnacionais, residentes dos Estados Unidos, Europa e Japão” (CANCLINI, 2009, p.206).

A partir deste cenário de hegemonia das elites financeiras sobre a produção, circulação e uso dos bens culturais, convido o (a) leitor (a) a refletir sobre o que é “globalização”, a quem serve e qual o seu papel no mundo. Canclini relata que é curioso dar o nome de “globalização” à “luta de todos contra todos”:

> Curioso é que essa disputa de todos contra todos, em que fábricas vão falindo, empregos são destruídos e explodem a migração em massa e os conflitos étnicos e regionais, receba o nome de globalização. Chama a atenção o fato de empresários e políticos interpretarem a globalização como a convergência da humanidade rumo a um futuro solidário, e que até muitos críticos do processo entendam essa devastação como o processo por meio do qual todos acabaremos homogeneizados (CANCLINI, 2007, p.08).

Essa “luta de todos contra todos” que destrói empregos e coloca milhares de famílias nas rotas de migração, serve ao capital e têm um papel bem claro no imaginário do mundo, ou seja, passar a ideia de integração e solidariedade entre os povos escondendo ou minimizando as atrocidades cometidas pelo funcionamento do capital no mundo.

Além disso, esse modo de pensar acaba por, de alguma maneira, blindando o funcionamento do mundo capitalista e a dita “globalização” como única forma de promover a universalização dos benefícios para o mundo. Para Canclini esse modo de pensar faz com que as pessoas concluam que “[...] o capitalismo é o único modelo possível para interação entre os homens e a globalização sua etapa superior e inevitável” (CANCLINI, 2007, p.08).

Discurso esse que cria um modelo em que ninguém consegue viver alheio a ele, ou seja, nem os pobres podem romper com o global, tendo em vista que as empresas que os empregam, nos mais variados países e na maioria das vezes, não pertencem ao local em que se encontram.

Nessa perspectiva, a “globalização imaginada” é uma estratégia para colocar em prática a hegemonia dos conglomerados industriais, das corporações financeiras, das grandes empresas que atuam na indústria cultural por meio da música, do cinema, da televisão e da informática, que se apropriam dos recursos naturais, culturais e do trabalho dos países pobres. Canclini relata que “[...] o que se costuma chamar de “globalização” apresenta-se como um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las” (CANCLINI, 2007, p.45).

Diante de uma “globalização imaginada” que reordena e mantêm as desigualdades, é necessário pensar acerca da cultura e sua imprescindível atuação neste cenário. Canclini define cultura como “[...] o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2009, p. 41).

Para Canclini, cultura não é apenas um conjuntos de obras de artes, de livros ou a soma de objetos materiais simbólicos:

> A cultura apresenta-se como processos sociais, e parte da dificuldade de falar dela deriva do fato de que se produz, circula e consome a história social. Não é algo que apareça sempre da mesma maneira. Daí a importância que adquiriram os estudos sobre recepção e apropriação de bens e mensagens nas sociedades contemporâneas. Mostram como um mesmo objeto pode transformar-se através de usos e reapropriações. E também como, ao nos relacionarmos uns com os outros, aprendemos a ser interculturais (CANCLINI, 2009, p.41).

Nesse sentido, em tempos de condições de comunicação globalizada, é preciso ir além da ideia de que cultura é uma instância simbólica na qual cada grupo organiza sua identidade. “É preciso analisar a complexidade que assumem as formas de interação e de recusa, de apreço, discriminação e hostilidade em relação aos outros, nestas situações de confronto assídua” (CANCLINI, 2009, p.44).

Nessa perspectiva, é preciso compreender cultura e suas interseções, entender que por mais que existe um crescimento exponencial das empresas privadas oferecendo serviços socioculturais como atividades lucrativas, onde busca-se clientes ao invés de leitores, o processo de hibridização está sempre em movimento. Para ilustrar essa hibridização, Canclini cita como exemplo a postura de um líder indígena quando dava uma palestra: "[...] quando um líder quíchua explicou que, 'antes de tomar água, temos de dar água a nossa mãe terra' disse-o enquanto erguia uma garrafa de Squirt (também havia garrafas de Coca-Cola e água mineral nas mesas)" (CANCLINI, 2009, p. 62).

Diante desse cenário de hibridização e mundialização das relações culturais facilitadas pelos usos das novas tecnologias, Canclini relata que a "interculturalidade" é o objeto de estudo mais revelador das relações estabelecidas pela sociedade "globalizada". Propõe a interculturalidade como objeto central de estudo:

> [...] os objetos de estudo das ciências sociais não podem ser identidades separadas, culturas desconectadas de modo relativista ou campos absolutamente autônomos. As evidentes interações entre eles não serão entendidas se as concebermos como simples justaposição. Num tempo de globalização, o objeto de estudo mais revelador, mais questionador das pseudocertezas etnocêntricas ou disciplinares é a interculturalidade. O cientista social, mediante a investigação empírica de relações interculturais e crítica auto-reflexiva das fortalezas disciplinares, pode tentar agora pensar a partir do exílio. Estudar cultura requer, então, converter-se em especialista das interseções (CANCLINI, 2009, p.128).

A partir desta noção de interculturalidade como forma de questionar pseudocertezas em uma "globalização imaginada" que cheguei ao objeto desta tese, ou seja, a necessidade de compreender de que maneira jovens encarcerados se apropriam e usam os dispositivos informacionais. Observe o (a) leitor (a) que vou encerrar esse tópico com o alerta feito por Canclini acerca da desigualdade entre os jovens e de sua preocupação se eles, diante desses novos cenários, conseguem apresentar suas exigências:

> O presente e o futuro dos jovens configuram-se, então, como o de muitos outros, à maneira de uma paisagem desencantada. Mas, como sabemos, não idêntica para todos. Uma diferença-chave decorre do modo pelo qual as novas gerações conectam-se ou ficam desconectadas. Para dizer de outra maneira, se aprendem ou não a apresentar suas perguntas e exigências de modo adequado nos novos cenários (CANCLINI, 2009, p.214).

2.4 Globalização utópica, líquida e imaginada: a tragédia global sob três olhares e um principal responsável

Nos tópicos anteriores, tentei refletir acerca de algumas ideias de três autores significativos e que fizeram críticas sistemáticas aos discursos sobre as ditas "sociedade da informação", "sociedade do conhecimento", "sociedade global", dentre outros inúmeros termos que serviram como logotipo da ideia de "globalização".

Seja nomeando a "globalização" de utópica, líquida ou imaginada, Mattelart, Bauman e Canclini convergem quando o assunto se refere a encontrar um responsável pela expansão da tragédia global que vem promovendo prioritariamente prejuízos a humanidade, tanto no aspecto de integração dos povos, quanto no que se refere ao respeito às culturas e as diversidades, além da precarização das relações de trabalho e crescimento do processo migratório no mundo.

Ainda que apontem alguns aspectos positivos promovidos principalmente pelas novas tecnologias como, por exemplo, maior contato entre pessoas e flexibilidade de acesso à informação, os autores demonstram que o responsável por essa tragédia de relacionamento e segregação entre os povos é o capitalismo neoliberal e sua expansão sem precedentes.

O (a) leitor (a) pode perceber que em nenhum momento deixei de pontuar, por meio das ideias dos autores, o quão pernicioso tem sido a expansão do capital em escala global, que além de não respeitar as diferenças, cria desiguais e desconectados. Mas não são só esses autores que apontam o capitalismo neoliberal como o principal culpado. Newton Duarte, por exemplo, relata que a tal "sociedade do conhecimento" é uma ideologia produzida pelo capitalismo:

> Reconheço, e não poderia deixar de fazê-lo, que o capitalismo do final do século XX e início do século XXI passa por mudanças e que podemos sim considerar que estejamos vivendo uma nova fase do capitalismo. Mas isso não significa que a essência da sociedade capitalista tenha se alterado ou que estejamos vivendo uma sociedade radicalmente nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo (DUARTE, 2003, p.13).

E essa reprodução ideológica, segundo o autor, tem como principal função o enfraquecimento das críticas radicais ao capitalismo e da luta pela revolução e superação da ordem mundial. Além disso, Newton Duarte revela que essa ideologia gerou a crença de que existem questões "mais atuais" para serem solucionadas, como por exemplo, consciência ecológica e desrespeito às diferenças sexuais e étnicas, retirando o funcionamento do capital como foco central.

Outro autor que faz críticas a esse discurso global é Pedro Demo, relatando que nada mudou com relação ao processo de “globalização”, que foi responsável por reforçar ainda mais o domínio estadunidense e o funcionamento da mais-valia:

> Enquanto na globalização o ritmo decadente dos salários força todos a alinhamentos drásticos, este impacto parece preservar os Estados Unidos, pela razão simples de que é o centro deste alinhamento. Todos precisam alinhar-se a eles, o que permite comandar confortavelmente tal processo de alinhamento. Em nada mudou o fenômeno da mais-valia, ainda que sua dinâmica esteja marcada por outro momento histórico, no qual a produção e o uso intensivo de conhecimento se tornaram a mola mestra (DEMO, 2000, p.39).

Demo relata que os estadunidenses, por meio da ideia de “globalização”, transformaram o mundo em uma “pequena aldeia”, o que ele chama de “dolarização do mundo”, refazendo a trajetória colonizadora com maior vigor e discriminação. Segundo o autor, a dita “sociedade da informação” informa bem menos do que se imagina e a “globalização” engloba bem menos pessoas e povos do que se pretende.

Dessa forma, pontuei aqui apenas alguns autores - dentre a gama infindável de pensadores que trabalham com a temática - que seguem o mesmo caminho de Mattelart, Bauman e Canclini quando a questão é apontar o responsável pela tragédia da “sociedade global”. De modo geral, a pluralidade de termo e expressões como “globalização”, “sociedade global”, “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, “era da informação”, “era do conhecimento”, entre outros, nada mais é do que a dança livre do capital em busca de potencializar a mais valia.

3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Passei o final de semana na inclusão
Só de reflexão, sem rádio, sem televisão
Ouvindo histórias contadas por alguém
Monteiro Lobato na cadeia é o que mais tem.

Dexter (O destino do réu - Flor de Lótus)

Ao iniciar uma pesquisa com a temática envolvendo o sistema carcerário e principalmente, pessoas encarceradas, uma das principais questões que saltou aos meus olhos foi sobre como realizá-la, como superar os limites que separam realidades tão distantes e quais métodos e ferramentas utilizar para ao menos minimizar o distanciamento desses mundos e da vida entre muros.

Essas dúvidas e questionamentos me acompanharam durante quase todo processo de desenvolvimento desta tese, pois mesmo que eu seja um "infiltrado"[25] e esteja diariamente com os detentos, a nossa relação é totalmente hierárquica, sou funcionário da prisão e para eles represento várias possibilidades, tanto alguém que possa levar algo, como por exemplo, informações sobre a sua pena, sobre o rol de visitas ou disponibilizar livros e cursos, como alguém que possa "castigá-los" caso eles façam algo que contrarie os parâmetros de comportamento previstos na lei de execução penal, ou àqueles referente às regras internas de funcionamento da prisão.

Nesse sentido, para ilustrar o início deste capítulo, citei um trecho da música "O destino do réu" do rapper Dexter que ficou 13 anos preso, e narra um pouco da sua vida no sistema prisional. No trecho destacado, o músico diz que passou o final de semana na inclusão[26], sem rádio nem televisão, só escutando as conversas dos outros presos.

---

[25] Utilizo o termo "Infiltrado" para tratar da condição a qual me encontro, em uma ambivalência de funcionário do sistema penitenciário que convive diariamente com os detentos e pesquisador que mantêm observações guiadas pela pergunta de pesquisa em relação ao seu objeto.

[26] Setor da unidade prisional responsável por, dentre outras funções, receber os presos que chegam de outra unidade ou da rua, e aqueles que passam pela unidade de "trânsito" em direção a outra unidade ou destino. Enquanto aguardam a locomoção para o destino, os presos ficam nas celas. As celas não possuem qualquer meio de comunicação, são providas apenas de banheiro e cama.

Este tipo de vivência o pesquisador/funcionário não é capaz de experimentar, tendo em vista que como agente penitenciário minha função é receber os presos, providenciar assistência material que garanta necessidades básicas, vestuário, etc., porém é ele que vai passar o final de semana em uma cela. Esse é o limite em questão o qual nenhum método consegue romper, e é apontando esses limites que justifico a escolha da etnografia como método mais adequado para adentrar ao mundo entre muros.

A etnografia nasceu da necessidade dos filósofos sociais do século XIX e início do XX contestarem as especulações acadêmicas e entendê-las como inadequadas, sendo necessário trabalhar com um método próprio o qual buscava entender como viviam as pessoas reais apoiando-se na experiência de campo como essencial para compreender algo da realidade humana vivida (ANGROSINO, 2009).

Das contestações dos filósofos sociais do século XIX até os dias atuais, a etnografia passou por grandes transformações e contribuições de múltiplas escolas, dentre elas, a "Escola de Chicago" que expandiu o método à áreas como comunicação, educação, saúde pública, entre outras.

Essa multiplicidade de áreas proporcionou à etnografia uma variedade ampla de orientações teóricas, como por exemplo, o funcionalismo, o interacionismo simbólico, o feminismo, o marxismo, a etnometodologia, a teoria crítica, os estudos culturais, o pós-modernismo e devido às mudanças promovidas pelo contexto do século XXI, as etnografias virtuais e online. Não cabe aqui relatar a importância de cada orientação teórica, suas escolas e enquadramento na história da etnografia, tampouco analisar o significado delas para suas respectivas áreas do conhecimento.

O que me parece importante ressaltar, é o quão significativo foi utilizar como orientação teórica o interacionismo simbólico, mais precisamente a abordagem dramatúrgica desenvolvida pelo sociólogo Erving Goffman, para melhor compreender a relação que os presos estabelecem diariamente com os funcionários da prisão, ciente da contestação feita acerca da relevância atual do modelo goffmaniano de prisão como "instituição total"[27] (CUNHA, 2014).

[27] A crítica feita ao modelo goffmaniano, principalmente em relação às mudanças atuais no sistema prisional referente ao declínio dos regimes institucionais fechados e autoritários, e da redução do fosso entre prisão e sociedade e da vida além muros parece pertinente, porém os conceitos de Goffman, como por exemplo, "representação", "fachada", "equipe", etc, ainda os considero essenciais para compreender a relação diária com o preso e sua forma de comportamento no interior da prisão.

Nos tópicos a seguir, discorro acerca da escolha da Etnografia e dos inúmeros questionamentos que surgiram sobre o método ao longo da coleta e análise dos dados, sobre a preferência do universo de pesquisa e os motivos pelos quais optei por um Centro de Detenção Provisória em detrimento de uma Penitenciária. Além disso, abordo a questão da seleção dos sujeitos de pesquisa, dos desafios para realizar as entrevistas e anotações, e da importância da orientação teórica interacionista de Goffman como ferramenta de análise.

3.1 Etnografia e os limites do método no interior da prisão

> Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, p.07, 2015).

Esse "manuscrito estranho" citado por Geertz, o qual está desbotado, cheio de emendas, comentários tendenciosos e é difícil de ler, é exatamente a realidade que encontrei ao tentar entender ou registrar o funcionamento e os relacionamentos estabelecidos no interior da prisão. Em um ambiente que, mesmo submetido à legislação e aos próprios regimentos, tem suas regras internas de funcionamento que são estabelecidas diariamente na relação do preso com o funcionário e o sistema[28].

Essas regras não são fáceis de serem percebidas tanto para um "outsider" como para um "infiltrado", e talvez o método que mais se aproxime da possibilidade de adentrar a este mundo seja a etnografia, na medida em que se propõe a tentar compreender as pessoas reais e suas realidades concretas.

A palavra etnografia significa literalmente a descrição de um povo. Tal significado parece óbvio, porém esta proposição é importante e carrega a noção de que o método procura estudar as pessoas de forma coletiva, vivendo em grupos organizados, comunidades ou em sociedade. Dessas formas de existência coletiva, existe o modo de vida peculiar que caracteriza um grupo e pode ser entendido como a sua cultura. Estudar cultura significa examinar costumes, comportamentos e crenças que são compartilhadas de forma coletiva.

---

[28] O termo "Sistema" é utilizado na prisão para referir-se ao Estado e o funcionamento do conjunto da unidades prisionais.

Essa possibilidade de estudar pessoas vivendo de forma coletiva, em grupos organizados e de entender as peculiaridades de uma cultura, faz do método etnográfico uma das mais extraordinárias maneiras de trabalhar com alteridade e empatia dentro da ciência e contribuir de forma humanizada com o campo.

Grosso modo, a etnografia pode ser definida como "[...] a arte e a ciência de descrever um grupo humano - suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças" (ANGROSINO, 2009, p.30). O método pressupõe que o pesquisador entre em contato com o universo de pesquisa e que possa comparar as teorias e sair com um novo modelo de entendimento, como relata Magnani (2009):

> [...] a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p.135).

Esse novo entendimento proporcionado pela prática da etnografia no universo de pesquisa é próprio do método de trabalho da antropologia no sentido amplo e não pode ser confundido nem reduzido a uma técnica ou experiência de campo. O conjunto de técnicas empregados nas estratégias de campo, como por exemplo, observação participante, entrevista, entre outras, devem estar vinculados a escolhas teóricas e acompanhado de uma discussão conceitual.

Além disso, é importante refletir acerca da objetividade científica na etnografia. Um pensador que ilustra bem a ideia de objetividade científica e seus paradoxos é o pesquisador polonês Bronislaw Malinowski, cuja contribuição não só à etnografia como para ciência são notáveis. Fruto de seu tempo, porém contestador de modelos como a visão romântica e as especulações evolucionistas, Malinowski foi grande defensor da pesquisa de campo e do que viria a ser conhecido como observação participante.

Por ter permanecido quatro anos em seu campo de pesquisa, nas ilhas de Trobriand, devido a complicações internacionais causadas pelas condições da Primeira Guerra Mundial, o pesquisador trouxe significativas contribuições à área social, principalmente à então nascente antropologia social. Em seu clássico livro "Argonautas do Pacífico", publicado em 1922 e

considerado precursor da etnografia e do uso etnográfico da fotografia, o autor relata como deve ser apresentado os resultados de uma pesquisa:

> Em qualquer ramo do conhecimento, os resultados de uma pesquisa científica devem ser apresentados de maneira totalmente neutra e honesta. Não ocorreria a ninguém fazer uma contribuição experimental no âmbito da ciência física ou química sem dar conta detalhada de todos os passos das experiências que efetuou, uma descrição exata dos instrumentos utilizados, da maneira como as observações foram conduzidas, do seu número, da quantidade de tempo que lhe foi dedicado e do grau de aproximação com o qual cada medida foi realizada. Nas ciências menos exatas, como na Biologia ou na Geologia, isto não pode ser feito de forma tão rigorosa, mas qualquer estudioso fará o seu melhor de maneira o oferecer ao leitor todas as condições em que as experiências ou observações foram efetuadas. Lamentavelmente, na Etnografia, onde a apresentação desinteressada dessa informação se torna talvez ainda mais necessária, isto nem sempre tem sido explicitado e muitos autores limitaram-se a apresentar os dados adquiridos, fazendo-os emergir, perante nós, a partir da mais completa obscuridade, sem qualquer referência aos processos utilizados para sua aquisição (MALINOWSKI, 1978, p.18).

É possível observar a enorme contribuição de Malinowski para a ciência e, principalmente, sua colaboração no processo de consolidação da etnografia como método científico, pois o autor deixa claro que os instrumentos, observações e caminhos trilhados pelo pesquisador devem ser descritos detalhadamente para que o estudo tenha validade e reconhecimento científico, criticando a negligência da etnografia para com a apresentação dessas informações.

No entanto, é importante destacar o trecho citado acima, referente a afirmação do autor de que os resultados de uma pesquisa devem ser apresentados de maneira totalmente “neutra e honesta”. Já apontei anteriormente que o modelo positivista de objetividade tornou-se um paradigma na ciência e influenciou grande parte das pesquisas do início do século XX (MONTEIRO, 2012, p.32) e que, como afirma autores como Carlos Alberto Ávila Araújo (ARAUJO, 2009, p.203), continua a influenciar a CI.

Com a etnografia não foi diferente, Malinowski contribuiu significativamente com o campo, porém escreveu no início do século XX e recebeu influências de sua formação nas ciência exatas, além de ter sido considerado um dos fundadores do funcionalismo. Nesse sentido, é possível compreender o autor de acordo com o seu tempo, todavia a ideia de “neutralidade” deve ser sempre questionada na ciência.

Concordo com a opinião de Scott, quando afirma que as etnografias prisionais não podem ser isentas de valores:

> As etnografias prisionais não podem ser objetivas, neutras ou isentas de valores (...) Os pesquisadores devem estar preparados para confessar seu ponto de vista, reconhecendo abertamente seus valores (...) A pesquisa nunca pode ser isenta de valores. Nem deveria ser. No centro do processo de pesquisa está o esclarecimento e justificação dos valores adotados (SCOTT, 2016, p. 197, tradução nossa)

Nessa perspectiva, não existe neutralidade e o ponto de vista do pesquisador deve ser esclarecido, tendo em vista que as estratégias metodológicas alicerçam seu posicionamento. Para ilustrar meu ponto de vista, o (a) leitor (a) pode observar uma foto retirada de Malinowski entre os nativos de Trobriand.

Figura 4 : "Malinowski com nativos"

Ilhas Trobriand, 1918.

Fonte: (Fotógrafo: atribuído a Stanisław Ignacy Witkiewicz)

Nessa foto, o antropólogo, com vestes tradicionais das sociedades ditas civilizadas, está em uma aldeia em meio aos aborígenes de Trobriand, os quais aparentemente confeccionam objetos para realização de seus rituais. A imagem serve para demonstrar o que venho apontando, desde o início do texto, como limite da etnografia. Por mais que Malinowski tenha vivido em meio ao nativos, jamais será um deles e dificilmente conseguirá expressar em sua escrita valores que não tenha trazido do lugar de onde foi criado.

O (a) leitor (a) conseguirá visualizar com mais profundidade o que escrevo se ler um trecho do diário de campo do pesquisador polonês:

> Vou na aldeia com a esperança de fotografar várias fases do bara [dança]. Distribuo meias barras de fumo, e olho algumas danças; depois, começo a fotografar – com péssimos resultados. Falta de luz para instantâneos; mais ainda: eles se recusam em

> manter a pose o tempo suficiente para que eu possa tomar os clichês. Acontece que me torno furioso contra eles, por exemplo, quando se mandam logo depois de terem recebido sua porção de fumo. De modo geral, meu sentimento com relação aos nativos tende resolutamente no seguinte: "Que se extermine esses brutos!". Em numerosos casos, me comportei injustamente e de modo estúpido (MALINOWSKI, 1997, p.30).

O diário revela as dificuldades enfrentadas por Malinowski para sobreviver em meio aos nativos, haja vista que a observação participante exige o estabelecimento de relações interpessoais e que esta pode desencadear tanto sentimentos de amizade e afeto como de hostilidade e antipatia de ambas as partes. A frase "Que exterminem esses brutos" mostra o quão penosa, em alguns momentos, foi a convivência do antropólogo entre os nativos.

Além de chamar os nativos de brutos, revelando as características de valorização e hierarquia cultural que o antropólogo carrega em seu ponto de vista, ele se irrita com o fato de, após seduzir os nativos com porções de fumo, os mesmos não permanecerem em uma determinada posição para tirar fotos. Isso revela que não é possível tratar a escrita científica como "neutra", pois todo ponto de vista marca um posicionamento e uma valorização de determinada cultura.

Contudo, é importante salientar que ao analisar os diários de Malinowski, "É necessário não confundir suas deficiências pessoais com sua produção científica" (DURHAM,1993, p.48). Lembro ainda que não estou contestando a importância da fotografia na obra de Malinowski, tendo em vista que o antropólogo teve papel fundamental na constituição de uma antropologia visual científica (SAMAIN, 1995), tampouco, tentando apontar a ideia de "totalidade" do comportamento concreto como problema básico do funcionalismo (DURHAM, 1973).

Quero apenas salientar a necessidade de desconstrução da ideia de "neutralidade" e "objetividade" amplamente contemplado pelo discurso científico, pois, por meio das observações feitas acerca das palavras de Malinowski é possível perceber que a cultura molda os pontos de vista e que as coisas são percebidas pelos nossos sentidos e esses não são absolutos: "Temos de lembrar, no entanto, que a objetividade de nossos cinco sentidos não é absoluta. Todos nós tendemos a perceber as coisas através de filtros; algumas vezes esses filtros fazem parte intrínseca do método de pesquisa" (ANGROSINO, 2014, p.56).

Nesse sentido, ao etnógrafo não é possível operar com certeza objetiva, embora ele possa se esforçar pela busca da exatidão, deve ter em mente que seu olhar está lambuzado de valores e intenções. Além disso, o olhar do observador pode ser manipulado tanto pelos informantes, como pelo deslumbre de entrar em um lugar desconhecido.

A pesquisadora Camila Dias, ao adentrar em um presídio e observar os procedimentos de segurança feito pelos funcionários da prisão no momento em que encaminhavam os presos ao local em que seriam entrevistado, ou seja, uma sala próxima ao portão principal da unidade, fez a seguinte consideração:

> Decorrente desse mesmo problema de a sala ser próxima ao portão principal da unidade era a necessidade de algemas nos pés e nas mãos dos presos que vinham para a entrevista. A imposição desse procedimento de segurança para todos os presos que tivessem acesso a esse local me causou um enorme mal-estar na medida em que a colaboração com a pesquisa acabava por expor esses indivíduos a uma situação extremamente vexatória, vindo algemados desde o interior da unidade, passando pelo longo corredor do prédio administrativo conduzidos por um funcionário da mesma maneira que se conduz um animal feroz que se acaba de caçar (DIAS, 2011, p.39).

Nas palavras da pesquisadora Camila Nunes a problemática dos valores no olhar do etnógrafo fica evidente. Como o (a) leitor (a) já sabe, sou funcionário da prisão há nove anos e nesse período vivenciei situações de fuga ou tentativa de fuga dos presos por falta de algemação. Aos meus olhos, mesmo com todo controle de emoções e necessidade de se despojar dos preconceitos que o método e a aplicação da técnica exigem, dificilmente consigo ter os olhos de um "etnógrafo deslumbrado" em que se atinge o ideal da observação, o qual o observador quando entra no cenário de campo faz o possível para pôr de lado os preconceitos e se torna uma "criancinha para quem tudo é novo" (ANGROSINO, 2014, p.57).

Do ponto de vista da pesquisadora, algemar os presos nos pés e nas mãos para se deslocarem até a entrevista foi um procedimento vexatório e causou constrangimento tanto para os presos como para a pesquisadora, que relatou sentir mal-estar com a situação. Além disso, para ela o preso era conduzido pelo funcionário da prisão como "um animal feroz que se acaba de caçar".

Aos olhos do funcionário, o procedimento descrito pela pesquisadora de algemação do preso é uma conduta usual de cadeia. O agente penitenciário está preocupado em evitar que a entrevistadora fique de refém em uma rebelião[29], ou qualquer outra anormalidade, como por exemplo, agressão, tentativa de fuga, ou tentativa de tornar o funcionário refém, como

[29] Para citar um caso recente, em 26 de abril de 2018, três defensores públicos ficaram de refém em uma rebelião na Penitenciária de Lucélia, região de Presidente Prudente. Ver: http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-04/tres-defensores-publicos-sao-refens-em-penitenciaria-no-interior-de-sp. Acesso em 20.06.2018.

aconteceu recentemente em um Centro de Detenção do interior paulista e o preso só não obteve êxito porque estava algemado e os funcionários conseguiram imobilizá-lo[30].

Essas problemáticas são interessantes e me faz refletir cotidianamente acerca da prática etnográfica e de como o fato de conhecer previamente os sujeitos (não os sujeitos que participaram da pesquisa, mas a forma de comportamento estabelecida no sistema) e o universo de pesquisa pôde influenciar na minha coleta de dados.

Conhecer os sujeitos e estar cotidianamente entre eles, mesmo que guiado pelas perguntas de pesquisa, tem pontos positivos e negativos. Os positivos é que o pesquisador sabe lidar com as situações e filtrar o que é realmente importante para tomar nota. O negativo é que existe a diminuição do "estranhamento", e consequentemente não sou capaz de fazer algumas observações que seriam feitas por um observador em que o ambiente é desconhecido, como tomar nota de tudo, avaliar tudo como significativo e digno de registro, tentando se dispor de hierarquias de valores.

No entanto, o cuidado para que o "estranhamento" e o "olhar antropológico" estejam sempre presentes é essencial, tendo em vista que a simples convivência com os sujeitos de pesquisa não são pressupostos necessários para efetuar uma coleta de dados adequada, como revela Romanelli (1998):

> É engano supor que a convivência com um grupo de pessoas e a participação em seu cotidiano sejam suficientes para se efetuar a coleta de dados adequada. Antes de mais nada, o trabalho de campo deve ser orientado e guiado pelo olhar antropológico, que se funda no estranhamento e no conhecimento teórico. O primeiro, pressuposto metodológico básico, consiste em estudar a nós mesmos como se fossemos os outros, realizando o processo de estranhar aquilo que é familiar. O segundo constitui pressuposto teórico e reporta-se ao conhecimento de trabalhos etnográficos e dos princípios teóricos da disciplina. Juntos, estranhamento e saber antropológico contribuem para que o pesquisador perceba e selecione fatos e acontecimentos para articulá-los em um corpo teórico que conduz à análise dos dados etnográficos (ROMANELLI, 1998, p.123).

Esse processo de "estranhar o que é familiar" é realmente transformador e fez com que minha conduta, mesmo que influenciada pela experiência de funcionário, fosse sempre vigiada pelo olhar antropológico e pelo conhecimento teórico. Tentei ao máximo me reportar aos princípios teóricos da etnografia, mesmo admitindo as influências que minha rotina na prisão trouxe no processo de coleta e análise dos dados.

---

[30] Esta ocorrência não teve divulgação para imprensa e muitas situações que acontecem no interior da prisão não são divulgadas, porém recebem apuração interna e o sentenciado á autuado por meio de comunicado e, se necessário, encaminhado para apuração externa pelos órgãos responsáveis.

Além disso, a discussão que faço aqui acerca de como filtrar os olhares e o cotidiano na prisão para que possa estabelecer uma autovigilância baseadas nos olhares e pressupostos antropológicos, não tem sido uma realidade nas pesquisas que têm como universo de investigação ou campo de trabalho, a prisão.

Não é excessivo salientar que a questão do acesso ao sistema prisional se faz essencial para o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica, mas não são poucos os relatos de investigadores que encontram enormes barreiras em adentrar as prisões, não só no Brasil como no mundo, tanto que pesquisas em unidades prisionais já foram classificadas como "quase etnografia":

> Num meio fechado e coercitivo, a questão do acesso é decisiva para a viabilidade da investigação etnográfica em profundidade, que por definição inclui não só narrativas suscitadas e entrevistas agendadas, mas também dados não solicitados, produzidos acidentalmente através da observação direta e de interações informais não estruturadas. "Quase etnografia é uma expressão justificada, dado ser raro no panorama internacional o acesso sem filtros ou barreiras de investigadores de terreno a estabelecimentos prisionais (CUNHA, 2014, p.50).

Essas "Quase etnografias" produzidas em meio às barreiras de acesso, traz a tona minha discussão em pauta acerca dos limites do método etnográfico na prisão. Trato apenas das fronteiras do método etnográfico pelo fato de o ter escolhido e entender que seja o mais adequado para atingir os objetivos desta pesquisa, porém acredito que todos os métodos necessitam de uma discussão acerca de seus limites, tendo em vista que a problemática que envolve a compreensão dos contextos socioculturais concretos se fundamenta no pensamento humano dual, ou seja, conhecimento espiritual (sensível) e a experiência (HESSEN, 2000).

Esse conflito envolvendo a constituição do pensamento e a produção de conhecimento, principalmente quando o objetivo da pesquisa consiste em apreender a totalidade do sistema cultural de um povo, pode ser visualizado quando Malinowski escreve sobre o que ele chamou de "Imponderáveis da vida real":

> [...] existem vários fenômenos de grande importância que não podem ser recolhidos através de questionários ou análise de documentos, mas que têm de ser observados em pleno funcionamento. Chamemo-lhes os imponderabilia da vida real. Neles se inclui rotinas como um dia de trabalho, os pormenores relacionados com higiene corporal, a maneira de comer e cozinhar; a ambiência das conversas e da vida social em volta das fogueiras da aldeia, a existência de fortes amizades ou hostilidades e os fluxos dessas simpatias e desagrados entre as pessoas, o modo sutil mas inequívoco como as vaidades e ambições pessoais têm reflexos sobre o comportamento do indivíduo e as reações emocionais de todos os que o rodeiam (MALINOWSKI, 1997, p.31).

Não vou entrar aqui no mérito da necessidade que Malinowski tinha de construir um "esqueleto da vida tribal" para apreensão da totalidade de uma cultura, tampouco se sua concepção de totalidade é empobrecida (DURHAM, 1973), o que cabe salientar acerca do pensamento do antropólogo, que posteriormente foi responsável por estabelecer a "observação participante" como essencial para o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica, é que constitui tarefa impossível ao etnógrafo prisional a prática dos "imponderáveis da vida real".

Acompanhar rotinas como higiene corporal, a maneira de comer e cozinhar, a ambiência das conversas e da vida social, a existência de fortes amizades ou hostilidades e os fluxos dessas simpatias e desagrados entre as pessoas, etc., são vivências que dificilmente o pesquisador terá contato concreto. Por meio de seus instrumentos de pesquisa o acesso se restringe apenas a breves vivências, muitas vezes acompanhada por um funcionário da prisão ou em um ambiente inadequado e pré-organizado[31].

Essas duas problemáticas - barreiras de acesso e os limites dos instrumentos de pesquisa - faz com que o método etnográfico receba contornos peculiares durante sua prática na prisão, sendo necessário o esforço intelectual e a base teórica da antropologia para que seja possível efetuar a pesquisa e enfrentar as barreiras.

Esse esforço intelectual do etnógrafo é responsável por definir o empreendimento, tendo em vista que o método não se reduz a uma técnica, como revela Geertz (2015):

> [...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa" (GEERTZ, 2015, p.4).

De acordo com Geertz, diferentemente da perspectiva funcionalista extremamente vinculada a técnica, elaborar uma etnografia a partir de uma "descrição densa" consiste em interpretar e elaborar uma leitura da leitura que os nativos fazem da própria cultura. Segundo o autor, o que o etnógrafo enfrenta "é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e explícitas (GEERTZ, 2015, p.7).

---

[31] Foi pensando nessas questões de acesso, vivência etnográfica e limites do método que desenvolvi minhas "Anotações do Pesquisador Infiltrado" que consiste em anotar os acontecimentos diários durante meu horário de trabalho com o olhar antropológico voltado às minhas questões de pesquisa.

Essa etnografia interpretativa enquanto método de pesquisa tem a função não apenas de guiar o pesquisador em campo, mas é responsável por delinear o papel do antropólogo sem a necessidade dele se tornar um nativo, ou seja, o objeto de estudo. Para o autor, o etnógrafo "inscreve" o discurso social: ele o anota. Isso significa que ao registrar o discurso, "ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato que existe em sua inscrição e que pode ser consultado a qualquer momento" (GEERTZ, 2015, p.14).

Tal fato parece simples, porém foi um ato revolucionário tanto para a ciência como para a cultura, pois envolve a forma como armazenamos o conhecimento do mundo. "Inscrever um discurso" significa colocar a fala no papel e proporcionar um tipo diferente de exame crítico. Como revela Jack Goody (2012):

> [...] ao colocar a fala no papel, criamos a possibilidade daquilo que é quase um tipo diferente de exame crítico. Imagine (embora seja uma tarefa fantasiosa) o livro de kuhn como um discurso oral. Nenhum ouvinte, eu sugiro, jamais poderia perceber os 21 usos diferentes da palavra "paradigma". O argumento iria fluir de um uso ao outro sem que ninguém fosse capaz de perceber qualquer discrepância. A inconsistência, até a contradição, tende a ser engolida no fluir de um discurso, na enxurrada de palavras, no dilúvio de argumentos, do qual é virtualmente impossível até mesmo para a mente mais aguçada fazer seu índice mental de cartões dos usos diferentes e depois compará-los uns com os outros (GOODY, 2012, p.62).

Essa possibilidade de interpretar o discurso após sua inscrição e fazer o exame crítico, é essencial para compreensão da descrição densa defendida por Geertz, que está embasada em três características que se fundamentam em uma: ser interpretativa, ou seja, ela "é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social; e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o dito num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis" (GEERTZ, 2012, p.15).

Nesse sentido, na concepção de Geertz, ao realizar um trabalho etnográfico, o pesquisador não só marca o seu posicionamento, como lhe é concedido a possibilidade de realizar uma compreensão que os nativos têm de suas interpretações, sendo possível uma leitura de segunda ou terceira mão, na medida em que para o autor apenas o próprio nativo faz leitura de primeira mão.

Essa perspectiva vai ao encontro do que estou apontando desde o início deste tópico, sendo as concepções de Geertz essenciais para compreensão da base teórica que guiou este trabalho, pois ao apontar os limites do método etnográfico o coloco necessariamente como

“interpretativo”, muitas vezes de terceira mão; “crítico”, leva o pesquisador a pensar constantemente o lugar da fala; e “microscópico”, o antropólogo aborda conhecimentos extensivos a partir de assuntos extremamente pequenos.

Esse mergulho interpretativo do pesquisador no campo, permite que ele saia com um novo olhar, um novo arranjo que não é mais o nativo e nem aquele com o qual iniciou a pesquisa:

> [...] a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido” (MAGNANI, 2002, p.17).

Essa é a grande contribuição que a etnografia traz para a ciência e para a sociedade, ou seja, esse novo olhar tendo como referente o concreto vivido. Um olhar que busca a contradição do de “perto e de dentro” com o “de fora e de longe”, em que seja possível “[...] resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de fora e de longe” (MAGNANI, 2002, p.17).

Olhar “de perto e de dentro” é contribuir para outras formas de ver, sentir, de pensar, refletir, questionar, problematizar. É inserir outros pontos de vista sobre a dinâmica do que é certo e o que é errado, para além das perspectivas de interesse de poder e de lucro:

> Sem ignorar a contribuição da ação engajada e organizada, no entanto, há uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura da política (ao menos de uma certa visão de política): é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo (MAGNANI, 2002, p.15).

Faço questão de finalizar esse tópico do capítulo de método etnográfico com um trecho introdutório do livro “A Águia e a Galinha” de Leonardo Boff em que o autor, por meio da história de um educador popular chamado James Aggrey, nascido em Gana na África Ocidental, aborda a problemática filosófica da condição humana e faz reflexão acerca da leitura e do ponto de vista, em texto intitulado: “Todo ponto de vista é a vista de um ponto”:

> Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é co-autor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo em que habita (BOFF, 1998, p. 9).

3.2 Centro de Detenção Provisória: o universo de pesquisa escolhido

Atualmente o Estado de São Paulo possui 170 unidades prisionais, sendo 86 Penitenciárias (PEN), 43 Centros de Detenção Provisória (CDP), 15 Centros de Progressão Penitenciária (CPP), 22 Centros de Ressocialização (CR), 01 Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e 03 Hospitais de Custódia (HC)[32].

Como foi dito brevemente no início deste trabalho, são 240.071[33] sentenciados paulistas de uma população prisional brasileira de 682.900[34] em que o estado de São Paulo concentra a maior população prisional do país com 33% dos sentenciados brasileiros. O universo escolhido para realizar a pesquisa é um lugar “microscópico”, para usar o termo de Geertz, um Centro de Detenção Provisória. Parte significativa dessa população é constituída por jovens, negros e pessoas com baixa escolaridade.

Diante do enorme desafio para escolher o universo de pesquisa dentre as inúmeras possibilidades de realizá-la, na medida em que existem jovens em todos os tipos de regimes penais e unidades prisionais, escolhi um Centro de Detenção Provisória, mais especificamente a unidade de Serra Azul.

---

[32] Mais informações consultar site da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) : http://www.sap.sp.gov.br/ . Acessado em 27.06.2018.

[33] Dados da SAP: http://www.sap.sp.gov.br/ . Dados coletados até dezembro de 2017.

[34] Dados da World Prision Brief : http://www.prisonstudies.org/ . Dados coletados até maio de 2018.

Antes de detalhar suas características e especificidades, demostro, por meio de imagens ilustrativas, como é um Centro de Detenção Provisória (CDP) no Estado de São Paulo.[35]

Figura 5: Centro de Detenção Provisória

FONTE: Secretaria de Administração Penitenciária

O CDP é um modelo de unidade prisional de regime fechado. Possui capacidade para 847 presos, parlatório de salas de audiência, detectores de metais e sistema de alarme, atendimento médico e odontológico (alguns com restrições devido à falta de funcionários), pavilhão de trabalho, e é construído para abrigar presos provisórios, ou seja, presos que aguardam julgamento.

Além disso, possui salas de aula, biblioteca e cozinha, como demonstrado nas fotos a seguir:

[35] Essa caracterização do universo de pesquisa baseou-se no Centro de Detenção que realizei a pesquisa, existem 43 CDPs no Estado e cada um tem suas especificidades, como por exemplo, os mais antigos não possuem escola e cozinha.

Figura 6: Sala de aula/Biblioteca

FONTE: Secretaria de Administração Penitenciária

São oferecidas aulas do ensino fundamental ao médio, ministradas pelos professores da Secretaria de Educação, no formato Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período diurno. Todos os presos que ainda não concluíram o ensino regular podem participar das aulas. Além disso, todos os cursos como, por exemplo, Programa de Educação para o Trabalho (PET) e cursos profissionalizantes acontecem no espaço escolar, exceto curso de panificação que acontece na cozinha.

A distribuição de livros no CDP é feita por meio de um carrinho, guiado pelo funcionário, que entra nos pavilhões quando as celas estão fechadas e os presos trancados. O educando não possui acesso direto a biblioteca e a escolha dos livros que é feita por meio de um catálogo que circula nas celas.

Figura 7: Cozinha/Galpão de Trabalho

FONTE: Secretaria de Administração Penitenciária

A alimentação dos presos é produzida pelos próprios educandos no setor de cozinha. São duas equipes, uma no período da manhã e outra no da tarde, para produção de café da manhã, almoço e jantar. No Galpão de Trabalho os presos produzem para empresas particulares, como por exemplo, produção de cigarros e sacolas.

Os educandos recebem remição tanto por estudar quanto por trabalhar. A cada 3 dias de trabalho/estudo 1 remido. Além disso, o pagamento efetuado pelas empresas particulares forma o que eles chamam de “rateio”, ou seja, é uma porcentagem do dinheiro pago pela empresa que é distribuído para todos que trabalham na unidade, independentemente do setor.

Figura 8: Pavilhão Disciplinar

FONTE: Secretaria de Administração Penitenciária

São 8 pavilhões disciplinares, com 8 celas e capacidade para 12 presos em cada cela. Além dos pavilhões superiores de enfermaria e trânsito. As camas são de alvenaria com um colchão em cada espaço. As celas ficam fechadas, são abertas duas vezes ao dia para o banho de sol da manhã e da tarde durante 1 hora cada. É possível ter aparelho de televisão na cela, porém deve ser fornecida pela família do preso ou pelo próprio educando.

Com relação ao que é possível ter nas celas, como por exemplo, televisores, rádios, entre outros, há mudanças, restrições e peculiaridades de cada unidade prisional, de acordo com as necessidades e exigências de segurança do local.

Dessa forma, fiz esse breve mapeamento tanto do sistema prisional brasileiro e de São Paulo, como a caracterização do Centro de Detenção Provisória para que seja possível, ao (a) leitor (a), visualizar um pouco da realidade do sistema prisional e do funcionamento de um CDP.

Importante reforçar que nos CDPs os presos ainda não possuem condenação, motivo pelo qual optei por este universo de pesquisa, pois como meus objetivos foram os de entender o jovem encarcerado da “Geração Internet” antes e depois de adentrar a prisão, era importante entrevistar este jovem ainda impactado com a entrada no sistema prisional. Além disso, a quantidade de jovens primários e presos provisoriamente é maior do que em outros regimes, o que facilita a possibilidade de encontrar sujeitos de pesquisa.

Outro ponto positivo em relação a escolha do CDP de Serra Azul é o fato de ter sido funcionário da unidade durante 3 anos, período em que trabalhei em vários setores e estabeleci amizade com funcionários que, atualmente, ocupam cargos de direção. Tal fato facilitou o acesso a todos os setores da unidade, alguns funcionários “mais antigos” que trabalharam comigo fizeram questão de mostrar todas as mudanças que ocorreram na unidade desde quando eu havia sido transferido para outra unidade há 4 anos.

Vale observar que, tanto os funcionários como os presos, mudam constantemente de unidade prisional. No caso dos presos existem alguns motivos, como por exemplo, cometer uma falta (uso de celular, desobediência às regras da unidade, desrespeito, etc.), progredir de regime, pedir aproximação familiar, ser colocado em liberdade, etc. Já com relação aos funcionários, quando ele assume o concurso, é obrigado a escolher a vaga disponível em qualquer lugar do Estado as quais geralmente são longe de suas casas/cidades. Isso faz com que, ao entrar no

sistema, o funcionário faça o pedido de transferência para a unidade prisional mais próxima de suas cidades e tenha que aguardar, na unidade que assumiu, a publicação de sua transferência.

Essa situação de mudança constante de funcionários e presos no sistema prisional, produz unidades prisionais mutantes em que a cada três ou quatro anos, permaneçam apenas alguns funcionários que já estão próximos de suas famílias/cidades ou que constituíram novas famílias a partir de relacionamentos locais; e outros que assumiram cargos de diretoria. Esse cenário engendra uma situação peculiar em que os novos funcionários não conhecem os que passaram nos anos anteriores pelos mesmos locais que estão trabalhando, como aconteceu comigo quando cheguei para coleta dados na unidade de Serra Azul, local que trabalhei durante três anos, mas já fazia cinco anos que não visitava a unidade.

Peço licença ao (a) leitor (a) para colocar uma foto aérea de um CDP Paulista[36] no meio de nosso diálogo. Faço isso porque acredito que será mais fácil de visualizar os caminhos e setores que percorri para fazer a coleta de dados.

Figura 9: Centro de Detenção Penitenciária

FONTE: Secretaria de Administração Penitenciária

[36] Não é uma foto aérea do CDP de Serra Azul, porém é o mesmo modelo e estrutura de construção.

Continuando..., cheguei para fazer a coleta e parei o carro na subportaria[37]. O funcionário novo que não me conhecia, perguntou meu nome e não deixou entrar, o que é um procedimento correto de cadeia. Ligou para o diretor de portaria, que me conhece e perguntou a ele sobre mim. O diretor de portaria respondeu: “Pode descer”. Na portaria, o diretor de portaria me cumprimentou e já havia ligado para o diretor de disciplina perguntando sobre minha autorização para entrar na unidade e o disciplina confirmou ter recebido a autorização do coordenador e do diretor geral.

Depois de passar por algumas portas e pela revisora, cheguei a Gaiola 0 (G0), setor que divide o acesso a radial[38] por chapão que só pode ser aberto pelo funcionário. O funcionário abriu a ventoinha, que é uma pequena janela de ferro que só é possível enxergar seus olhos. Ele interrogou: “Quem é você?”, respondi que estava no local para fazer uma pesquisa. Antes dele fechar a ventoinha novamente, eu interrompi dizendo: “Já trabalhei aí na G0 por quatro meses”. Ele sem acreditar pediu que eu repetisse e, ao escutar novamente o relato sobre a experiência no setor que ele estava ocupando, soltou um sorriso e disse: “É um dos nossos”.

Na sequência o diretor de núcleo de segurança, que percebeu a movimentação e que era eu que estava na porta proferiu a seguinte frase: “po…. (falou o nome do funcionário) ..., está segurando o Cirão aí meu?..esse cara me ensinou a trabalhar”. Havia um respeito mútuo entre eu e o referido diretor e tínhamos trabalhado no mesmo setor (Chefia) na época em que estive na unidade.

Em seguida, o diretor de núcleo me levou a sala do diretor de disciplina (que também é da minha época) que me recebeu muito bem, com longos cumprimentos e disponibilidade em ajudar. Falou para o diretor de núcleo dar uma volta comigo na cadeia, momento em que observei todas as mudanças, algumas significativas, como por exemplo, a automatização das portas das celas dos presos, sendo que não era mais necessário ao funcionário entrar no pavilhão com uma chave e um clique na mão, como era na minha época, para trancar os presos. Bastava olhar pelo vidro da gaiola, falar pelo megafone e apertar o botão após o retorno dos presos.

O diretor mostrou também as instalações e modificações que foram feitas internamente, como por exemplo, no pavilhão de trabalho, na escola, na cozinha e na igreja. Além disso,

---

[37] Subportaria é a primeira portaria que separa a rua da unidade prisional. Após passar por ela, tem que passar por mais uma portaria e uma infinidade de setores e grades para chegar até os pavilhões que ficam os presos, como é possível observar na figura 9.

[38] Radial é composta por quatro Gaiolas que ficam os funcionários. Essas Gaiolas são divididas por grades e um chapão de ferro maciço, que ao abrir é possível entrar no pavilhão, onde tem as celas que ficam os presos.

visitei a biblioteca, na qual estabeleci conversa e contato com a funcionária responsável, e setores administrativos.

O diretor de disciplina disponibilizou uma sala com banheiro e mesa, o que facilitou a coleta de dados, já que eu pude ficar sozinho com o preso entrevistado, fechar a porta e não ser incomodado. Tal situação não aconteceria se eu não fosse um "infiltrado", pois com pessoas externas ao sistema, geralmente, seguem o procedimento padrão que é fazer a entrevista no parlatório (setor onde acontece atendimento de advogado, psicólogo, assistente social, oficial de justiça, etc. que separa o entrevistador do preso por uma tela de ferro), pois os funcionários são responsáveis pela segurança do entrevistador.

Durante os três dias que permaneci na unidade, não foi necessário mais do que isso pois tive facilidade de acesso aos presos e dados (Ver: Tópicos 3.4 e 3.5), fui muito bem recebido e tive longas conversas com funcionários da minha época, o que foi ótimo do ponto de vista etnográfico. Só é possível entrevistar os presos nos horários do sol da manhã (08h00 às 10h00) e da tarde (14h00 às 16h00), sendo que permanecia nas gaiolas (observando os procedimento e anotava posteriormente) e almoçava com os funcionários, com o cuidado de não deixar ser visto por nenhum preso, já que eles me conheceram como "pesquisador" e o contato próximo com os funcionários poderia dificultar a coleta de dados.

Dessa forma, o Centro de Detenção Provisória de Serra Azul atendeu as minhas expectativas como universo de pesquisa, como havia previsto no momento em que foram formulados os problemas e objetivos de pesquisa, pois pude entrevistar os presos jovens, em um ambiente com pouca ou quase nenhuma interferência externa (sem um funcionário na porta da sala o preso pode falar o que ele quiser), podendo permanecer o tempo necessário para realizar a entrevista.

3.3 Sujeitos de pesquisa imersos na dita "Sociedade da Informação".

Como foi apresentado no tópico anterior sobre o universo de pesquisa escolhido, com os sujeitos de pesquisa utilizei a mesma estratégia, foram escolhidos de acordo com os objetivos, objeto e problema de pesquisa, ou seja, jovens encarcerados com idade entre 18 e 20 anos que supostamente nasceram em meio à "sociedade da informação".

Foram entrevistados 14 jovens que se apresentaram de forma voluntária após um primeiro contato comigo no pavilhão[39], onde fiz uma breve palestra, expliquei a pesquisa e convidei os sentenciados para participar. Havia grande quantidade de candidatos para serem entrevistados, tendo em vista que há significativa presença de jovens na unidade, e para eles, as entrevistas foram um evento diferente em que eles podiam sair do pavilhão e reclamar para alguém que supostamente não faz parte daquele universo, ou seja, o pesquisador.

No entanto, as entrevistas ficaram restritas a 14 participantes pelo fato de começarem a se repetir (Saturação dos dados - Tópico 3.6) e também pelo padrão de funcionamento da unidade em que o sentenciado pode ter acesso apenas a alguns dispositivos informacionais, seja no pavilhão 01 ou no 08. As respostas com relação ao uso de TICs antes de adentrar ao sistema prisional tiveram variações devido às múltiplas realidades dos educandos, porém em alguns momentos convergiram pelo fato de serem da mesma idade.

Importante salientar que a unidade prisional de Serra Azul está passando por problemas estruturais desde 2017, quando um dos poços artesianos que alimentam a unidade deixou de funcionar, sendo necessário reduzir a população prisional para 300 sentenciados em média. No período em que realizei a pesquisa - fevereiro de 2018 - o poço ainda estava sendo consertado e havia apenas 325 presos.

Tal problema não interferiu na realização e coleta de dados, pois não encontrei dificuldades em localizar participantes com as características desejadas pela pesquisa. No que se refere a estudar os sujeitos e suas práticas sociais de produção, apropriação da informação, percebo que são problemáticas essenciais a área e é possível compreender a proposta feita por Naci Nobrega acerca da necessidade de criar um novo eixo temático em que o sujeito é entendido como fonte (NÓBREGA, 2002, p. 69).

De modo geral, tive acesso aos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa, assim como houve a colaboração do corpo funcional da unidade. Independentemente dos sujeitos serem entendidos como fonte ou como parte do método, é possível afirmar que a compreensão do objeto e das problemáticas da área por meio do contato com os sujeitos é transformadora.

---

[39] Entrei no pavilhão e fiquei parado na viúva (pequena cela com grades que separa o funcionário da massa carcerária, porém é possível ser visto e ter algum contato com o preso), juntamente com diretor do núcleo de segurança que estava ao meu lado, que chamou os sentenciados com idade até 20 anos para ouvir minha breve explicação. Mais detalhes será apresentado no tópico 5.6. Coleta, Amostragem, Saturação e formas de Análise dos Dados.

3.4 A entrevista, o diário de campo e as anotações do pesquisador

> Aquilo que não "vemos" é quase sempre
> maior do que aquilo que "vemos"
>
> Michael Angrosino

Neste tópico vou fundamentar algumas reflexões acerca dos instrumentos de pesquisa utilizados pelo etnógrafo, principalmente a entrevista, o diário de campo e o que chamei de anotações do pesquisador infiltrado. Utilizei os dois primeiros durante a coleta de dados e o último como mecanismo ativo de observação da minha realidade cotidiana.

Dessa forma, início tentando conceituar a ideia de entrevista, que pode ser entendida como "[...] um processo que consiste em dirigir a conversação de forma a colher informações relevantes" (ANGROSINO, 2009, p.61). Além de dirigir a conversação, deve o pesquisador criar uma forma de sociabilidade específica, como relata Romanelli (1998):

> A entrevista é uma relação didática, que cria uma forma de sociabilidade específica, limitada no tempo, sem continuidade, em que, inicialmente, os parceiros da díade se defrontam como estranhos, pautados para uma alteridade que aparentemente não admite o encontro e que deve ser superada para que a matéria prima do conhecimento possa ser produzida durante esse encontro que transforma estranhos em parceiros de troca (ROMANELLI, 1998, p.126)

Esse possibilidade de transformar estranhos em parceiros de trocas, que a entrevista pode oferecer em uma relação limitada de tempo, constitui habilidade essencial do entrevistador, pois é neste momento que o etnógrafo tenta romper as barreiras do estranhamento para que o sujeito possa se sentir livre para o processo de interação.

No ambiente prisional, essa relação deve ser intensificada, pois além do tempo limitado, existe uma série de outras questões envolvidas que podem comprometer a interação do entrevistado com o pesquisador, como por exemplo, desconfiança e sigilo do relato[40], confiança no entrevistador, limites do que pode ser dito e medo tanto da segurança como das lideranças do crime organizado.

A desconfiança dos educandos são tão explícitas que o simples fato de utilizar um gravador para coletar dados pode ser o maior inibidor de interação e promover o silêncio do

---

[40] No sistema prisional tudo que o preso diz pode ser utilizado contra ele, tanto com relação à segurança sobre algo que ele tenha feito contrário ao regimento de funcionamento da unidade, como com relação aos próprios presos, que se perceberem que ele tenha passado alguma informação que possa prejudicar a massa carcerária (famosa caguetagem) ele pode ter sua integridade física comprometida por seus companheiros de cela.

sentenciado. A pesquisadora Camila Dias, por exemplo, que não foi autorizada a entrar com o gravador na unidade prisional em que realizou sua coleta de dados, percebeu que o equipamento poderia ter efeito inibidor sobre o entrevistado.

> Embora minha pretensão inicial fosse realizar entrevistas gravadas, o diretor de segurança e disciplina da P1 (a primeira unidade prisional na qual a pesquisa de campo foi realizada) não autorizou a entrada do aparelho de gravação. Extremamente contrariada com a impossibilidade de captar toda a fala do entrevistado – assim perdendo o fio condutor da narrativa, que engloba os silêncios e hesitações -, fui obrigada a mudar a técnica de captação, utilizando apenas o caderno e a caneta para anotar tudo quanto me fosse possível durante a entrevista, complementando com o que ainda estava na memória logo após o seu término. Contudo, com o andamento da pesquisa percebi que, embora contrariando minhas pretensões iniciais, o gravador poderia ter um efeito inibidor muito forte sobre o entrevistado, com impacto decisivo no resultado do trabalho. O fato é que, embora sem conseguir captar toda a fala do entrevistado na forma de uma narrativa, com início, meio e fim, com os sons, os silêncios, os risos, as expressões verbais que tanto enriquecem a análise, acabei me adaptando à utilização do caderno de campo para registrar as entrevistas, que passava ao computador tão logo chegava ao hotel, no final da tarde, acrescentando tudo aquilo que não pude registrar de imediato, mas que ainda estava na minha memória (DIAS, Camila, 2011, p.36).

No meu caso, já conhecia a rotina de funcionamento da prisão e de antemão optei por não utilizar o gravador, ciente da perdas de narrativas e da impossibilidade de captar os silêncios, os risos e as hesitações proporcionados pela gravação, mas consciente de que os ganhos são muitos maiores do que as perdas. Além disso, com a ausência de um objeto que auxilia o instrumento de pesquisa, o pesquisador aguça seus sentidos, afina seu diário e fica mais atento a observar os detalhes.

Estive a todo momento ciente de que com a ausência da gravação, eu teria que afinar os ouvidos e as anotações, era o pesquisador consigo mesmo, como relata Angrosino (2009):

> Frequentemente é dito que o melhor equipamento com que o pesquisador etnográfico pode contar, afinal, é consigo mesmo. Pode-se muito bem entrar em campo com plena carga de câmaras, gravadores, notebooks e assim por diante. Mas, em última análise, observação participante significa que você enquanto pesquisador está interagindo com as pessoas em estudo (ANGROSINO, 2009, p.46).

Sem a gravação, a interação com as pessoas em estudo se potencializou, diminuíram as desconfianças e foi possível de fato praticar a observação participante. O ambiente proporcionou essa relação, pois além de ter uma sala em que pude ficar isolado com os educandos, como disse anteriormente, não havia nenhum equipamento eletrônico ou alguma

forma de registro no qual pudesse incriminá-los, exceto o meu diário o qual em nenhum momento percebi que os tenha incomodado.

Dessa forma, ao materializar a fala por meio da escrita, sei que vou poder acessá-la novamente de forma crítica, pois a "[...] escrita torna a fala "objetiva", transformando-a em um objeto de inspeção visual além da inspeção auditiva; é a mudança do receptor do ouvido para os olhos, e do produtor da voz para a mão" (GOODY, 2012, p.57).

Embora seja inegável a perda de detalhes, expressões e hesitações que a escrita tem em relação a gravação, ela traz a possibilidade de reviver o fato por meio da memória e, em muitos momentos, visualizar o acontecimento. Uma possibilidade de ressignificar o momento dentro das limitações impostas pelo ambiente/campo.

Outra questão extremamente importante em relação a entrevista, é sua limitação como instrumento de pesquisa. A entrevista não pode ser entendida como o principal ou o único mecanismo de coleta de dados, mas apenas como mais um recurso limitado para apreensão da dinâmica social dos indivíduos, como relata Romanelli (1998):

> As dificuldades para a utilização da observação têm conduzido pesquisadores de diferentes áreas a privilegiar a entrevista como instrumento básico de coleta de dados. Todavia, os antropólogos têm apontado os limites desse recurso para se aprender os processos e a dinâmica da vida social de grupos urbanos, já que ele captaria apenas as representações de seus integrantes, sendo insuficiente para captar suas formas de conduta (ROMANELLI, 1998, p.124)

De acordo com Romanelli, a entrevista capta apenas representações dos integrantes, ou seja, formas de comportamento limitadas e insuficientes para apreensão da conduta social dos indivíduos. Essas representações são facilmente percebidas no ambiente prisional, tendo em vista que é por meio do comportamento que o sentenciado consegue obter algumas "regalias", como por exemplo, trabalhar em setores que existe maior acesso a comida, informações sobre sua pena, etc.

Essas representações vivenciadas pelos educandos diariamente na unidade prisional, acontece principalmente na relação funcionário/preso e sempre foi alvo de inquietação para mim. O (a) leitor (a) vai perceber, ao longo da tese, que foi por esse motivo que mergulhei nos conceitos de Goffman sobre as representações da vida cotidiana, para tentar melhor compreender essa teatralização encenada por grande parte dos sentenciados.

Sem mais delongas tendo em vista que vou retomar o assunto das representações em breve, volto a abordar a problemática instrumental da entrevista. Na figura de entrevistador-pesquisador, como foi o meu caso, em que os sentenciados não me conheciam e visualizaram

uma possibilidade de “reclamar” e “desabafar”, existe o risco de desvio do foco, momento em que a entrevista pode se tornar um grande desabafo, como relata Romanelli (1998):

> Como o pesquisador relaciona-se com o interlocutor de modo específico, não propriamente através do diálogo, mas por intermédio de perguntas, e como não emite julgamentos sobre o relato, embora, às vezes, seja solicitado a fazê-lo, o entrevistado sente-se a vontade para expor suas opiniões. Esse desejo de falar de si, inclusive de utilizar a situação de entrevista para desabafo de problemas de ordem pessoal, que nem sequer interessam ao pesquisador, já foi registrado e discutido por Caldeira (1980) e por outros autores. Todavia, a experiência descrita por essa autora refere-se ao relacionamento com sujeitos das classes populares que vêm no interesse do pesquisador o reconhecimento de sua identidade e da importância de suas condições de existência, por alguém socialmente superior a eles e que se dispõe a ouvi-los e a registrar seus depoimentos (ROMANELLI, 1998, p.127).

Assim como a experiência relatada pela pesquisadora Caldeira, em que os sujeitos das classes populares viam na entrevistadora a possibilidade de ter sua identidade reconhecida, na prisão o modelo é parecido, os sentenciados veem no pesquisador uma forma de autoridade que não está necessariamente ligada a segurança e disciplina, sendo possível reclamar de tudo, como por exemplo, demora na comunicação com a família e qualidade da comida.

Essas demandas de reclamação e desabafo não podem ocupar um longo tempo da entrevista, mas também não podem ser descartadas e negligenciadas, sendo que é no interior dessa relação que o entrevistado reconstrói fatos e acontecimentos que constituíram sua vida. É nesse momento que entra o papel do etnógrafo e sua habilidade em conduzir a entrevista de forma que ela não perca o foco.

Nesse sentido, a forma como a entrevista é conduzida tem papel essencial no processo de coleta e qualidade dos dados. A relação com o entrevistado é construída aos poucos e é a partir dessa construção que surge a possibilidade de avaliar o outro, de promover uma aproximação ou distanciamento de acordo com as necessidades do momento. Assim sendo, o entrevistado não deve ser visto como alguém que apenas responde perguntas, mas como indivíduo que elabora uma identidade para o pesquisador e que produz uma narrativa, muitas vezes, lambuzada de contradições, inconsistências e ambiguidades.

> O entrevistado não é apenas alguém que responde perguntas. Procede-se uma avaliação daquele que pergunta, classifica-o em uma categoria social, organiza os temas, escolhe palavras, compõe sua postura física, adota um estilo descontraído ou formal e, acima de tudo, elabora uma identidade para o pesquisador. Mas esse processo não é representação consciente. No decorrer da relação, ao reconstituir sua história de vida ou simplesmente ao recompor certos acontecimentos, o sujeito reúne fatos que viveu e conhece, fragmentos de eventos que apreendeu; comete indiscrições; abre brechas para novas perguntas. Nessas circunstâncias, o fluxo do processo limita a possibilidade de o falante impor um controle rígido sobre seu relato. A organização do depoimento não se traduz em coerência absoluta. Ao contrário, a narrativa assoma

> carregada de inconsistências, de ambiguidades e de contradições que possibilitam fazer novas perguntas, levantar questões, pedir esclarecimentos (ROMANELLI, 1998, p.130).

Nessa perspectiva, o relato é construído na relação com o entrevistado e cabe ao pesquisador a habilidade de apreender os detalhes, perceber as inconsistências e aproveitar as brechas para inserir novos assuntos e conduzir o relato para as questões de pesquisa. Além disso, o etnógrafo deve ter o cuidado de não tomar o relato do entrevistado como único ponto de vista ou caminho a ser trilhado.

Esse risco é bastante comum em um ambiente prisional, tendo em vista que o pesquisador ao adentrar a prisão fica deslumbrado após ter contato com o sentenciado. Ao entrevistador é necessário compreender o relato do outro como uma interpretação êmica, ou seja, como parte de um conjunto de explicações do segmento ao qual o sujeito está inserido, tendo caráter coletivo e não individual. Nessa lógica, a "[...] interpretação êmica não pode substituir a análise ética que deve ser produzida empiricamente pelo antropólogo" (ROMANELLI, 1998, p.131).

Além da entrevista, o diário de campo também é instrumento essencial do método etnográfico, pois é por meio dele que o pesquisador registra toda sua experiência e imersão no campo, sendo possível registrar detalhes tanto do universo de pesquisa como dos traços e comportamentos culturais de um grupo social. O diário de campo é um dos principais ofícios do etnógrafo: "[...] parte expressiva do ofício do etnógrafo reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica (WEBER, 2009, p.158)".

Dessa forma, o diário de campo exige disciplina e dedicação diária e é responsável por acumular materiais para analisar as práticas e os discursos dos entrevistados, sendo possível posteriormente compreender melhor os observados, como revela Weber (2009):

> É no diário de campo que se exerce plenamente a "disciplina" etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (WEBER, 2009, p.159).

No meu caso, o diário de campo foi instrumento que me acompanhou durante toda a coleta, mesmo em momentos em que os presos estavam trancados, ou nos minutos entre uma

entrevista e outra, não deixei de registrar os acontecimentos e as peculiaridades culturais dos entrevistados e do local. O momento de maior importância para mim com relação ao diário de campo foi quando chegava em casa, período em que utilizava para anotar as lembranças das conversas, comportamentos e detalhes que estavam frescos na memória.

Como uma colcha de retalhos, meu diário de campo foi sendo compilado sem uma lógica aparente, entre cópias e transcrições de dados anunciados por outros, em que no final tentei juntar as informações e analisar o sentido. Apoiado em um corpo teórico e tentando perceber os detalhes para que seja possível escolher os fatos significativos, o trabalho antropológico pode ser visto como arte, como relata Romanelli (1998):

> Observação e indagação, ainda que intimamente e aparentemente completas, são totalmente inúteis a menos que estejam baseadas num corpo teórico. Outra reporta-se ao fato de que a pesquisa antropológica é um trabalho artesanal que, segundo Evans-Pritchard (1969, p. 108), deve ser considerado como uma arte e não como uma ciência. Ainda segundo esse autor, o trabalho de campo não consiste em fotografar, mas em escolher fatos significativos, o que só pode ser apreendido com experiência. Mas, além de um amplo conhecimento de antropologia, é necessário ter capacidade para observar formas e estruturas, o que pressupõe certa genialidade. É nesse sentido que Evans-Pritchard (1969, p.105) compara o trabalho do antropólogo com o do artista, esclarecendo que o primeiro deve ter talento literário para traduzir uma cultura estrangeira em sua própria língua, decifrando, desse modo, o sistema simbólico da sociedade estudada (ROMANELLI, 1998, p.125).

Independentemente do trabalho etnográfico ser enxergado como um retrato social ou como um trabalho artístico de cunho literário que seja capaz de traduzir a cultura de um grupo social, o fato é que os instrumentos de pesquisa, principalmente o diário de campo é condição "sine qua non" para que o trabalho etnográfico possa existir.

Além disso, são instrumentos que auxiliam na produção de materiais provocativos que servem para repensar a realidade social**,** como relata Durham: **"**[...] o trabalho altamente descritivo da antropologia, sua capacidade de detectar perspectivas divergentes e interpretações alternativas, apresenta um material provocativo e estimulante para repensar a realidade social" (DURHAM, 1993, p.19).

3.5 Anotações do pesquisador infiltrado

Neste tópico resolvi escrever um pouco sobre um instrumento de pesquisa que intitulei "Anotações do pesquisador infiltrado" e foi fruto de reflexão teórica acerca dos limites dos instrumentos de pesquisa, da reduzida permanência do pesquisador na prisão e das dificuldades

em realizar observação participante no ambiente prisional, tanto por questões de dificuldade de acesso, como por demandas de segurança.

Após fazer a minha coleta de dados, que realizei no CDP de Serra Azul, fiquei com a sensação de impotência dessas informações, pois por mais que a unidade tenha sido bastante receptiva e proporcionado ambiente fechado e adequado para que eu pudesse realizar a entrevista e interagir com o preso, o contato é pequeno e fora do ambiente de convívio dos educandos. Mesmo que não concorde inteiramente com Malinowski, pensei em seus relatos sobre dados observados do comportamento real:

> Se todas as conclusões forem apenas baseadas nos relatos dos informantes ou deduzidas a partir de documentos objetivos, torna-se claramente impossível atualiza-las com dados efetivamente observados do comportamento real. E esta é a razão pela qual determinados trabalhos de amadores residentes a longo prazo - como comerciantes e trabalhadores instruídos, médicos e administrativos e, claro está, alguns dos missionários inteligentes e sensatos aos quais a Etnografia tanto deve - ultrapassam em plasticidade e riqueza vivencial da maior parte dos relatórios puramente científicos (MALINOWSKI, 1997, p.30).

É possível discordar facilmente da visão funcional de Malinowski, principalmente quando penso na visão de "ser interpretante" de Geertz, porém não posso negligenciar o fato de que a vivência mais duradoura com os sujeitos de pesquisa traz uma infinidade maior de elementos para serem observados e analisados.

Nesse sentido, pensei que poderia expandir os limites do meu universo de pesquisa, ou seja, o Centro de Detenção Provisória de Serra Azul para continuar minha observação participante no Centro de Progressão Penitenciária (Regime semiaberto), unidade que trabalho. Tal proposta pode ser questionada pelo fato de serem unidades com tipos de regime de cumprimento de pena diferentes, sendo o CDP de Serra Azul "regime provisório" e o Centro de Progressão Penitenciária "regime semiaberto", porém o comportamento do sentenciado é parecido em ambos os regimes.

Além disso, a maioria dos presos passam tanto pelo regime provisório como pelo semiaberto, tanto que encontrei alguns meses depois, no Centro de Progressão Penitenciária, sujeitos que participaram das minhas entrevistas no CDP de Serra Azul. O comportamento "padrão" dos presos[41] e meus sentimentos de incompletude, fizeram com que eu criasse as "Anotações de pesquisador infiltrado".

---

[41] Entendo como "comportamento padrão do preso" a postura que eles assumem ao adentrarem em uma "instituição total", ou seja, o comportamento submisso e sedutor diante das regras que lhe são impostas e do trato com o funcionário, como por exemplo, pedir licença ao funcionário ao passar por uma porta, responder o funcionário com "sim senhor" e "não senhor", andar sempre na faixa pintada no chão que lhe é permitido

Como sou agente penitenciário e participo diariamente das atividades com os presos, como por exemplo, organizo a estrutura de estudo da unidade que consiste em entrevistar os presos e direcioná-los para atividade de educação tanto no ensino regular como cursos, sou mediador dos encontros do clube de leitura, auxilio na instrução e capacitação dos presos para funcionamento da biblioteca, entre outras atividades, pensei que poderia continuar minha observação participante no ambiente de trabalho.

Dessa forma, com o aporte teórico da etnografia, passei a realizar minhas atividades na unidade prisional tentando, em muitos momentos, fazer uma observação guiada pela pergunta de pesquisa para construção das minhas anotações do pesquisador. Ciente dos limites dessa observação e da condição de funcionário da prisão que, de alguma maneira, pode inibir o preso de uma maior interação, tentei me ater aos detalhes.

As anotações do pesquisador infiltrado consiste em anotar as situações e acontecimentos que marcaram minha vivência diária na unidade e que possa contribuir com minhas perguntas de pesquisa. Essas anotações foram feitas, principalmente, quando chegava em casa após o trabalho, porém algumas aconteceram durante o expediente.

As “Anotações do pesquisador infiltrado” potencializaram meus dados e auxiliaram no processo de compreensão do objeto de pesquisa. Elas contribuíram para um melhor esclarecimento acerca do que ocorre em lugares considerados desconhecidos como a prisão.

> A exigência de atenção de um relatório etnográfico não repousa tanto na capacidade do autor de captar os fatos primitivos em lugares distantes e levá-los para casa como uma máscara ou um entalho, mas no grau em que ele é capaz de esclarecer o que ocorre em tais lugares, para reduzir a perplexidade - que tipos de homens são esses? - a que naturalmente dão origem os fatos não familiares que surgem de ambientes desconhecidos (GEERTZ, 2015, p.12).

Nesses “ambientes desconhecidos”, como é o caso da prisão, em que a maioria da sociedade e a imprensa tanto emitem opiniões e julgamentos e, em muitos casos, desconhecem seu funcionamento, talvez a contribuição das “anotações do pesquisador infiltrado” possa reduzir a perplexidade sobre quais tipos de homens são esses que se encontram no ambiente prisional.

---

caminhar, esperar o tempo que for necessário o funcionário abrir o portão para ele passar sem nunca reclamar, entre outros. Essas formas de comportamentos que chamei de “padrão”, ao passo que eles são mantidos tanto no regime aberto quanto no fechado. Importante salientar que, falo de “comportamento padrão” quando o sentenciado está sob os olhos da vigilância.

3.6 Coleta, Amostragem, Saturação e formas de Análise dos Dados

Ao falar no tópico 3.2 sobre o universo de pesquisa escolhido e no tópico 3.3 sobre os sujeitos de pesquisa, adentrei de maneira breve a temática acerca da realização da coleta de dados. Não obstante, tento detalhar neste tópico o percurso que segui para conseguir realizar a coleta na unidade prisional, aponto o momento em que entendi que os dados atingiram o grau de saturação e faço algumas reflexões acerca das formas de análise de dados.

Logo no final do primeiro ano de doutoramento, submeti o projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e em seguida, após receber anuência do secretário da SAP, Sr. Lourival Gomes, o encaminhei a plataforma Brasil que emitiu parecer favorável no final do segundo ano de pesquisa.

De posse da autorização, iniciei contato com a unidade prisional para realização da coleta. Entretanto, fui informado sobre a situação pelo qual estava passando o CDP de Serra Azul, ou seja, um problema no poço de abastecimento de água fez com que a população prisional que era de quase mil sentenciados estava funcionando com trezentos.

Decidi aguardar e pensei em alterar o universo de pesquisa, tendo em vista que talvez, com a população reduzida, não seria possível encontrar os sujeitos adequados ao problema de pesquisa, ou seja, jovens entre 18 e 20 anos. Porém, após novos contatos com o diretor da unidade e sua afirmação de que seria possível encontrar os sujeitos desejados mesmo com a população reduzida, decidi iniciar a coleta.

Como fui muito bem recebido (3.2) e consegui realizar a entrevista em local adequado (3.3), a coleta ocorreu com qualidade. Inicialmente passei nos raios explicando a pesquisa e a ausência de obrigatoriedade em participar, sendo sua participação totalmente voluntária. Fiquei surpreso com a predisposição dos sentenciados em colaborar com a pesquisa.

Durante os três dias de coleta, cheguei antes das oito da manhã e deixei o local no final da tarde. Os sentenciados foram retirados do pavilhão pelo funcionário da prisão e encaminhados a sala em que eu realizei a entrevista. A sala era pequena, porém havia uma mesa, cadeira e privacidade para conversar sem intervenção externa.

Ao receber o preso, eu fechava a porta, o cumprimentava[42] e explicava a pesquisa e os motivos pelos quais iríamos conversar durante quase uma hora. Após o cumprimento, a acomodação na cadeira com a porta fechada e a ausência de gravadores, os jovens se sentiam livres para falar e mantivemos diálogos bastante proveitosos.

Todos os entrevistados foram orientados sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e receberam uma cópia do mesmo após assiná-lo. Além disso, alertados sobre a garantia do anonimato de seus nomes, e que eles seriam identificados por siglas durante a escrita do trabalho, o que diminuiu a relação de desconfiança.

De forma breve, utilizei questionário sociodemográfico para fazer um mapeamento da situação social dos educandos e, em seguida, a entrevista semiestruturada, para, dentro do limite do tempo permitido pela unidade prisional, não perder o foco e conduzir a entrevista com o objetivo de extrair informações específicas:

> Embora a entrevista etnográfica clássica seja de natureza aberta [...] também é possível conduzir entrevistas semiestruturadas, que usam perguntas predeterminadas relacionadas a "campos de interesse" (p. ex., "De que maneira as pessoas ganham a vida nesta aldeia?","Que tipos de programas comunitários estão disponíveis para adultos desospitalizados com retardo mental?"). Ao contrário da entrevista aberta, que pode rondar livremente a área delineada pelas questões gerais de pesquisa, a entrevista semiestruturada segue de perto o tópico escolhido de antemão e apresenta questões destinadas a extrair informação específica sobre aquele tópico (ANGROSINO, 2009, p.67).

Optei pela entrevista semiestruturada apenas para não sair da rota delineada anteriormente pelo problema de pesquisa, porém ao longo da conversa, muitas assuntos surgiram e foram feitas questões abertas que trouxeram riquezas de detalhes as informações coletadas.

Foram entrevistados quatorze sentenciados de idade entre 18 e 20 anos e nenhum se recusou a responder as perguntas ou manifestou interesse em interromper a entrevista. Inicialmente minha proposta era de entrevistar aproximadamente 30 jovens, porém percebi que o quadro empírico da pesquisa já estava sendo mapeado e compreendido a partir do décimo entrevistado, formando uma amostra articulada com a escolha do grupo e a dimensão do objeto (MINAYO,2017, p.03).

---

[42] O fato de cumprimentar um sentenciado dando as mãos é muito significativo no sistema prisional, pois quebra uma barreira de conflito e oposição que existe entre funcionário e preso, tendo em vista que os presos, principalmente os pertencentes ao crime organizado, não aceitam cumprimentar alguém que representa a "segurança" ou "oposição" para eles. Só pegam nas mãos de pessoas que são vistas como "parceiros", "irmãos", ou que não representam qualquer risco para eles. Exemplo disso, aconteceu em um evento comemorativo que organizamos para entrega de certificado de conclusão de curso profissionalizante e alguns presos se recusaram a receber pelo motivo de que seria necessário pegar o certificado após cumprimentar o diretor geral da unidade.

Essa questão do tamanho da amostra e do conceito de saturação dos dados é bastante contestada entre os pesquisadores, o que gera divergências entre eles, como relata Minayo (2017):

> Vários dos pesquisadores [...] questionam os parâmetros epistemológicos para aplicação do conceito de saturação, arriscam-se a propor algum critério quantitativo para a abordagem dos entrevistados em campo. (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006; MORSE, 2000, 2008; HARVEY, 2000) mencionaram que os trabalhos de etnografia, etnociência e avaliação qualitativa devem contemplar entre 30 a 50 entrevistas. Creswell (1998) fala da mesma quantidade para os estudos de teoria fundamentada. Cresswell (1998) e Morse (1994) propõem que as pesquisas de cunho fenomenológico se atenham a no máximo 25 e a no mínimo a cinco entrevistas. Para a pesquisa de histórias de vida, 15 seria um número mínimo aceitável para Bertaux (1981). Em resumo, uma quantidade consensual seria de, pelo menos, 20 a 30 entrevistas para qualquer tipo investigação qualitativa, segundo Morse (1994) e Creswell (1998). Atran, Medin e Ross (2005) falam de no mínimo 10 informantes (MINAYO, 2017, p.06).

Como é possível perceber, não existe um consenso entre os pesquisadores acerca do tamanho da amostra, ou da quantidade de entrevistados necessários para desenvolver um estudo qualitativo. Concordo com a opinião, exposta por Minayo (2017), acerca dos pesquisadores qualitativos mais experientes que não trabalham com o conceito de saturação em mente, mas que pensam apenas em dar corpo a sua pesquisa e torná-la defensável à luz das teorias que fundamentam suas indagações:

> [...] preocupam-se menos com a generalização e as generalidades e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação, colocando esses diferentes aspectos à luz das teorias que fundamentam suas indagações. Seu critério principal não é numérico, embora quase sempre precise justificar a delimitação da multiplicidade das pessoas que vai entrevistar e a dimensão e escolha do espaço (MINAYO,2017, p.10).

Esses critérios não numéricos e focados no processo de compreensão do grupo social em questão, ou seja, os jovens encarcerados, me levou a interromper as entrevistas e encerrá-las com quatorze participantes. Além disso, percebi a repetição das respostas com relação às questões vinculadas ao uso das TICs, tanto antes como após adentrarem ao ambiente prisional.

Após fazer a coleta e limitar a amostra por meio do conceito de saturação, faço reflexão acerca das formas de análise de dados etnográficos. Segundo Angrosino a análise de dados etnográficos pode parecer mais uma arte do que uma ciência, porém o autor pondera que há mais regularidade em suas abordagens do que parece (ANGROSINO, 2009). De fato, percebi essas regularidades após fazer uma “leitura panorâmica” das minhas anotações. Em seguida

separei os dados em categorias que foram analisados e serão apresentados nos capítulos 7, 8 e 9.

Para melhor visualização dos dados tanto para o pesquisador como para o (a) leitor (a), elaborei quadros com as respostas obtidas no questionário sociodemográfico e nas entrevistas, o que proporcionou a possibilidade de fazer comparações e perceber as regularidades e assuntos que permearam os discursos dos jovens.

Para isso, utilizei duas formas principais de análise, ou seja, a "análise descritiva" que é o processo de tomar o fluxo de dados e decompô-lo em suas partes constitutivas; em outras palavras, perceber quais padrões, regularidades ou temas emergem dos dados. E a "análise teórica" que é o processo de descobrir como aquelas partes componentes se encaixam; em outras palavras como é possível explicar a existência de padrões nos dados, ou como decifrar as regularidades percebidas (ANGROSINO, 2009).

Ambas as formas de análise, tanto a descritiva como teórica, foram vitais para compreensão e composição textual analítica dos dados, pois elas permitem um mapeamento e a junção de anotações "dispersas", além de promover a visualização do todo, o que proporcionou ao trabalho do pesquisador um aproveitamento mais amplo e sistemático dos dados coletados.

3.6 Goffman e o interacionismo simbólico como ferramenta de análise

> Permanecer no próprio quarto distante do lugar onde a festa se realiza, ou longe do local onde o profissional atende o cliente, é permanecer longe do lugar onde a realidade está acontecendo. O mundo, na verdade, é uma reunião.
>
> Erving Goffman

Como relatado no início deste capítulo, a etnografia é um método que se espalhou pelas disciplinas e acabou associada a uma infinidade de orientações teóricas, do marxismo a etnografia virtual, sendo possível encontrar múltiplas formas de abordagens dentro de uma orientação teórica.

No interacionismo simbólico, por exemplo, existem cerca de sete ou oito formas de abordagens. Essa multiplicidade faz com que, cada vez mais, seja necessário especificar o tipo de abordagem escolhido pelo pesquisador. Antes de falar sobre essas especificidades e para que o (a) leitor (a) possa entender os motivos pelos quais escolhi essa orientação teórica, trago uma definição de interacionismo simbólico:

> De um modo geral, pode-se dizer que o interacionismo simbólico constitui uma perspectiva teórica que possibilita a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas (CARVALHO, BORGES; REGO, 2010, p.148).

Essa interação entre pessoas que produz o processo de interpretação o qual conduz o comportamento individual em situações específicas foi o que mais me motivou a querer trabalhar com esse marco teórico, principalmente quando me debruço sobre a perspectiva de comportamento do indivíduo no sistema prisional.

O interacionismo simbólico se destaca nos estudos etnográficos e é uma das principais escolas de pensamento da sociologia, tendo como uma de suas características incorporar a reflexividade na análise da ação (MEAD, 1938). Tal pressuposto é essencial em um estudo etnográfico, pois ele não trata apenas de uma unidade social de qualquer tamanho como um todo, mas retrata eventos, pelo menos em parte, do ponto de vista dos atores envolvidos nos eventos (ERICKSON, 1984).

Essa é uma preocupação do interacionismo, entender os pontos de vista dos atores sociais no momento em que eles interagem entre si ou com a sociedade, e suas constantes mutações que acontecem durante essa relação. Nessa perspectiva, o interacionismo é uma abordagem mais dinâmica do que estática no estudo da vida social. Segundo Michael Angrosino, mesmo com toda variedade de abordagens interacionistas, elas compartilham alguns principais pressupostos (ANGROSINO, 2009, p.20):

- as pessoas vivem em um modo de significados aprendidos que são codificados como símbolos e que são compartilhados através de interações em um grupo social específico;

- símbolos são motivos que impelem as pessoas a desempenhar suas atividades;

- a própria mente humana cresce e muda em resposta à qualidade e à extensão das interações nas quais os indivíduos se envolvem;

- o self é uma construção social – nossa noção de quem somos desenvolve-se apenas no curso da interação com os outros.

A partir desses pressupostos, é possível perceber que a tradição interacionista busca revelar os significados que os atores sociais atribuem a suas ações. O teórico Herbert Blumer, após refletir sobre as três premissas que fundamentam o interacionismo simbólico, sendo a ação dos seres no mundo vinculadas ao significado que estes lhe oferece; que esses significados surgem das interações com as demais pessoas; e que tais significados são manipulados em um processo interpretativo, chegou a conclusões interessantes:

> [...] a sociedade humana compõe-se de indivíduos empenhados em viver. Essa existência constitui um processo de atividade contínua no qual os participantes desenvolvem linhas de ação nas inúmeras situações com que se deparam. Surpreendem-se em um complexo processo de interação no qual adaptam suas ações em curso umas às outras. Tal processo interativo consiste na confecção de indícios destinados ao outro, sobre como proceder e na interpretação das indicações feitas por este. Vivem em universos de objetos e são orientados em seu caminho e ação pelo significado desses mesmos objetos. Estes, inclusive os objetos de si mesmos, são formados, sustados, enfraquecidos e transformados no processo interativo mútuo. Evidentemente, esse processo global deveria ser analisado do ponto de vista do caráter diferenciado que necessariamente possui, devido ao fato de os homens se reunirem em diferentes grupos, pertencerem a diferentes sociedades e ocuparem diferentes posições. Por conseguinte, aproximam-se uns dos outros de formas diferentes, vivem em universos diferentes e orientam-se por diferentes conjuntos de significados. Não obstante, quer se esteja relacionando com a família, com uma turma de rua, com uma empresa industrial ou com um partido político, deve-se considerar que as atividades da coletividade são formadas através de um processo de designação e interpretação (BLUMER, 1980, p.137).

A perspectiva de que o ser humano vive em sociedade e de que é nessa relação em grupo que os indivíduos atribuem significados aos objetos parece óbvia, porém é muitas vezes negligenciada pela pesquisa social, como se fosse possível um comportamento autônomo, fruto de fatores que agem sobre os indivíduos.

Dentro desse marco teórico, um interacionista e conhecido sociólogo Erving Goffman desenvolveu o que ele chamou de abordagem dramatúrgica no estudo das interações. O autor se preocupava com a maneira como as pessoas agem e formam relações, e como esse processo atribui significado a suas vidas. Goffman desenvolveu pesquisas sobre como as pessoas constroem suas apresentações e representações na frente dos outros. Para o autor as pessoas representam papéis como os atores em uma peça de teatro.

Os conceitos desenvolvidos por Goffman serviram de base, suporte e ferramenta de análise deste trabalho. Acredito que seus conceitos, por exemplo, de representação, fachada,

aparência e maneira são essenciais no processo de compreensão da relação estabelecida entre e com os presos dentro de uma unidade prisional.

Representação e fachada são definidos da seguinte forma:

> [...] "representação" toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. [...] fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação (GOFFMAN, 2014, p.34)

O bom comportamento do sentenciado dentro do presídio é condição obrigatória para que ele possa progredir de regime, já que o juiz, no momento de decidir se o sentenciado vai para um regime menos gravoso, ou para o regime aberto, solicita a unidade prisional que envie um atestado de comportamento comprovando sua "boa" conduta.

Além disso, para fins não judiciais, ou seja, para que o preso consiga algumas "regalias" em seu cotidiano na prisão, como por exemplo, trabalhar no setor administrativo e obter mais informações sobre sua pena, ter mais acesso a alimentação e atendimento de saúde, trabalho, etc., o bom comportamento é uma "moeda de troca" e principal mecanismo de avaliação para que o sentenciado permaneça em determinados setores.

Esse "bom comportamento" deve ser cultivado cotidianamente e é nesse aspecto que os conceitos de Goffman são usados na tentativa de compreender esses indivíduos. Por meio da ideia de "representação" é possível analisar de forma criteriosa a atividade do indivíduo diante de um grupo de observadores e a "fachada" é o equipamento expressivo empregado pelo indivíduo para potencializar sua representação.

Essas situações vivencio diariamente na unidade prisional, já que o comportamento dos sentenciados é padrão, ou seja, a forma de tratamento com o funcionário é "sim senhor, não senhor", eles quase sempre olham para baixo ao caminhar, e ao entrar em um setor pedem licença. Mesmo que eles fiquem o dia todo trabalhando ao seu lado, o comportamento é sempre dócil[43], e procuram não romper as regras e "representações" sabendo que podem colocar tudo a perder.

---

[43] Estou falando de forma geral e com relação aos presos que têm interesse em se beneficiar dos mecanismos de funcionamento da prisão. Deixo claro que existem muitos tipos de presos e os interesses são variados. Esse

Darei ao (a) leitor (a) mais exemplos dessas situações ao longo do texto. O que cabe salientar neste momento é a importância das reflexões de Goffman sobre as representações cotidianas. O autor aponta como o indivíduo define seu papel social por meio de suas ações:

> [...] quando um indivíduo chega diante de outros suas ações influenciarão a definição da situação que se vai apresentar. Ás vezes, agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim. Ocasionalmente, irá se expressar intencional e conscientemente de determinada forma, mas, principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão, e não por causa de qualquer resposta particular (que não a de vaga aceitação ou aprovação), que provavelmente seja despertada naqueles que foram impressionados pela impressão. Outras vezes as tradições de um papel pessoal poderão leva-lo a dar uma expressão deliberada de determinada espécie, e contudo, é possível que não tenha, nem consciente nem inconscientemente, a intenção de criar tal impressão. Os outros, por sua vez, podem ficar convenientemente impressionados pelo esforço do indivíduo em comunicar-se, ou podem não compreender a situação e chegar a conclusões que não se justificam nem pelo propósito do indivíduo nem pelos fatos. Em todo caso, na medida em que os outros agem como se o indivíduo tivesse transmitido uma impressão, podemos ter uma perspectiva funcional ou pragmática, e considerar que o indivíduo projetou "efetivamente" uma certa definição da situação e "efetivamente" promoveu a compreensão obtida por um certo estado de coisas (GOFFMAN, 2014, p.18).

Este tipo de tentativa de definição é abundante na unidade prisional, pois como não é concedido ao sentenciado o direito de fala deliberada, é por meio das ações que ele consegue transmitir ou projetar as impressões do que ele "é". Assim sendo, o preso age consciente ou inconscientemente e na maioria das vezes de forma calculada, focado em projetar sua apresentação.

Goffman escreveu com riqueza de detalhes como os indivíduos constroem suas representações do eu na vida cotidiana. O autor trata das questões relacionadas à atuação dos indivíduos, suas expressividades, projeções, definições, adaptações, papéis sociais, dentre outras tantas formas de representação dos atores sociais.

No entanto, não percebo como necessário me alongar acerca das inúmeras concepções de Goffman, apenas apresentei algumas ideias com o objetivo de demonstrar o quão necessário serão seus conceitos como ferramenta de análise dos dados. Por fim encerro com o relato do autor acerca da possibilidade de estudar todos os estabelecimentos sociais como lugar de

---

comportamento também varia de acordo com o regime de cumprimento de pena, mas quando eles têm interesse em progredir de regime, o que caracteriza os interesses da maioria, dificilmente eles irão contrariar as regras de comportamento da prisão.

representação e manipulação da impressão, dentre eles, entendo ser o estabelecimento prisional um desses lugares:

> Um estabelecimento social é qualquer lugar limitado por barreiras estabelecidas à percepção, no qual se realiza regularmente uma forma particular de atividade. Indiquei que qualquer estabelecimento social pode ser estudado proveitosamente do ponto de vista da manipulação da impressão. Dentro das paredes do estabelecimento social encontramos uma equipe de atores que cooperam para apresentar a platéia uma dada definição da situação. Isso incluirá o conceito da própria equipe de atores que cooperam para apresentar a platéia uma dada definição da situação. Isto incluirá o conceito da própria equipe e da plateia e dos princípios relativos à linha de conduta que deverá ser mantida mediante regra de polidez e decoro (GOFFMAN, 2014, p.256).

4. TEÓRICOS DA PRISÃO

A ideia deste capítulo é a de contextualizar este trabalho por meio de dois autores que trouxeram reflexões essenciais para compreensão do funcionamento do sistema prisional: Foucault e Wacquant.

A partir das ideias desses autores, o texto busca fomentar no (a) leitor (a) a compreensão/reflexão acerca dos limites de ações permitidas por uma "sociedade disciplinar". Além disso, permitir que o trabalho seja visualizado dentro de uma conjuntura, na medida em que qualquer ação desenvolvida dentro do sistema prisional é regida por uma processo social de "normalização" e "docilização dos corpos".

Tanto Foucault como Wacquant trouxeram contribuições importantes acerca do funcionamento do sistema prisional, seja em uma perspectiva de análise do funcionamento das prisões como produtora de uma delinquência útil ou de trabalhadores marginais em uma sociedade neoliberal.

4.1 Foucault para visualizar a prisão

> O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento (FOUCAULT, 2011, p. 226).

O dia a dia de trabalho na prisão e a incessante busca por melhorias, ou seja, novos cursos profissionalizantes, novas vagas na escola, aumento nas vagas de trabalho, expansão da biblioteca, do acervo e do número de leitores, otimização de parcerias com universidades, aumento do espaço para clube de leitura, caixa de poesia, campeonato de xadrez, entre outras atividades, faz com que esses eventos proporcionem satisfação e muitas vezes o esquecimento de que tudo isso, na concepção de Foucault, está vinculado a suavidade penal como técnica de poder por meio da qual "[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso" (FOUCAULT, 2011, p.29).

Dentro desta perspectiva, Foucault relata que o carrasco, figura central e responsável pelos suplícios e punição do corpo, no período que antecede o nascimento da prisão em fins do século XVIII, é substituído por uma equipe de técnicos que vão proteger e retirar o foco do corpo como objeto central da ação punitiva:

> O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justiçáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais "elevado". Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 2011, p. 16).

Esse exército de técnicos que substituíram o carrasco e são responsáveis por garantir que o corpo e a dor não sejam objeto da ação punitiva, está assujeitado a lógica e dinâmica das transformações do capital. Essa reflexão é bastante necessária, ao passo que o recorte deste trabalho, ou seja, a preocupação com uma possível exclusão de acesso aos dispositivos informacionais disponibilizados aos jovens no cárcere, pode estar vinculado a essas dinâmicas do capital.

Quando aponto que o jovem, ao adentrar a prisão, deixa um cenário de acesso aos dispositivos informacionais, principalmente uso de celular, como veremos adiante no capítulo 07, e, muitas vezes, não têm televisão em sua cela, penso em vários projetos que poderiam promover a inclusão digital/educacional desses jovens, porém ao mesmo tempo, questiono se não sou apenas um técnico trabalhando a favor da suavidade penal como forma de poder.

Essas formas de poder e de dominação que promovem a suavidade penal, investem no corpo, e só são possíveis caso exista um sistema de sujeição. Esse sistema, para Foucault, é característico da sociedade disciplinar, que produz uma fábrica de corpos submissos e exercitados. O autor relata que o método disciplinar permite o controle minucioso das operações dos corpos e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.

Além disso, diz que os processos disciplinares existem há muito tempo, são diferentes da escravidão, da domesticação, da vassalidade, do ascetismo, e se tornaram ao longo dos séculos XVII e XVII fórmulas gerais de dominação.

> Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu "capricho". Diferentes da vassalidade que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. Diferentes ainda do ascetismo e das "disciplinas" de tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se implicam em obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo

> humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2011, p. 133).

Nesse sentido, promovendo um corpo economicamente útil e politicamente obediente, os processos disciplinares potencializam uma forma de dominação acentuada. Para Foucault a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, estabelecendo a dominação acentuada, característica central do poder disciplinar que "[...] é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo" (FOUCAULT, 2011, p.195).

Para que o poder disciplinar exerça suas funções de "adestramento" é necessário a existência de "instituições disciplinares" e principalmente de uma maquinaria que controle o comportamento por meio de aparelho de observação, registro e treinamento. O principal aparelho dessa maquinaria de controle é o panóptico, cujo principal efeito é a sensação de que está sendo observado a todo momento.

> [...] o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente (FOUCAULT, 2011, p. 225).

Esse funcionamento automático do poder, em que a vigilância é permanente e ao mesmo tempo descontínua em sua ação, é notório na prisão. Como funcionário, já visitei muitas unidades prisionais, trabalhei em torres de vigilância, e como a maioria das torres são com vidros insulfilmados, o preso não consegue saber o momento em que está sendo observado, o que torna a vigilância algo perene.

Em se tratando de torre e prisão, Foucault ao abordar a questão do nascimento da prisão, relata que a instituição-prisão foi criada antes da definição da ideia de pena no fim do século XVII e início do XIX, quando a “penalidade de detenção” ainda era algo novo. Para o autor, o nascimento da prisão marca um momento muito importante na história da justiça penal como forma de acesso à “humanidade”, porém “[...] também um momento importante na história desses mecanismos disciplinares que o novo poder de classe estava desenvolvendo: o momento em que aqueles colonizam a instituição judiciária” (FOUCALT, 2011, p.217).

Assim sendo, a prisão nasceu como um aparelho disciplinar exaustivo e onidisciplinar, em que todos os aspectos do indivíduo são observados, desde sua aptidão física para o trabalho a sua conduta moral. Com seus mecanismos internos de repressão e castigo, a prisão exerce poder quase total sobre os detentos. Foucault relata que um pequeno mecanismo penal funciona na essência de todos os sistemas disciplinares.

> Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. [...] Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações (FOUCALT, 2011, p.203)

Essas micropenalidades estão em todos os lugares e fazem parte da rotina de funcionamento da prisão. Ainda que o recluso não sofra nenhuma dessas penalidades, ele se comporta dentro das pequenas regras para não ter nenhum tipo de problema disciplinar durante o período de cumprimento de sua pena.

Não obstante, essas micropenalidades estão presentes não apenas nas prisões, mas também em fábricas, escolas, quartéis e hospitais, ou seja, na concepção de Foucault elas foram essenciais no processo de composição das instituições modernas. O que levou o autor a questionar se devemos nos admirar que a prisão celular seja o instrumento moderno de penalidade e que se pareça tanto com quartéis, escolas, hospitais e fabricas.

De fato, as cronologias citadas pelo autor, que regulam essas instituições, como o trabalho obrigatório, a vigilância e a notação, a normalização, são notórios e facilmente percebidos no centro de funcionamento da prisão. Foucault compreende como óbvio o surgimento e a permanência da prisão na configuração da sociedade contemporânea, tendo em

vista que ela nasceu ligada com o próprio funcionamento da sociedade, que relegou ao esquecimento as que os reformadores do século XVIII haviam imaginado.

Nesse sentido, o autor faz um apontamento clássico e que a maioria dos pesquisadores envolvidos com a questão prisional, têm dificuldade em lidar com tal problemática. “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (FOUCALT, 2011, p.218).

Nessa perspectiva, a prisão é uma instauração óbvia dentro do contexto de interesse promovido pelas transformações da sociedade moderna, suplantou outras formas de punição e apareceu como perspectiva punitiva vinculada a correção dos criminosos. Com relação aos jovens, a prisão, para Foucault é um clube de delinquentes onde é feita a educação de jovens a qual permite que eles façam a organização e o planejamento de suas cumplicidades futuras.

Diante desse quadro poderíamos discorrer acerca da premissa usual tão disseminada por grande parte da imprensa, sobre a qual a prisão seria uma “instituição falida”. Foucault inverte essa questão argumentando que a ideia de fracasso da prisão serve a vários fenômenos, dentre eles: a manutenção da delinquência, a indução da reincidência e a transformação do infrator ocasional em delinquente.

> O atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinqüência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa — talvez até utilizável — de ilegalidade; produzir os delinqüentes, meio aparentemente marginalizado mas centralmente controlado; produzir o delinqüente como sujeito patologizado. O sucesso da prisão: nas lutas em torno da lei e das ilegalidades, especificar uma “delinqüência”. Vimos como o sistema carcerário substituiu o infrator pelo “delinqüente”. E afixou também sobre a prática jurídica todo um horizonte de conhecimento possível. Ora, esse processo de constituição da delinqüência-objeto se une à operação política que dissocia as ilegalidades e delas isola a delinqüência. A prisão é o elo desses dois mecanismos; permite-lhes se reforçarem perpetuamente um ao outro, objetivar a delinqüência por trás da infração, consolidar a delinqüência no movimento das ilegalidades. O sucesso é tal que, depois de um século e meio de “fracasso”, a prisão continua a existir, produzindo os mesmos efeitos e que se têm os maiores escrúpulos em derrubá-la (FOUCALT, 2011, p.263).

Para o autor, a prisão como fábrica de delinquentes, apresenta algumas vantagens, como por exemplo, o controle dos indivíduos em um local, a inibição da agitação imprecisa da população que pratica ilegalidades, e a gestão sobre os vagabundos que recrutam desempregados, mendigos e rebeldes.

Nesse sentido, a delinquência para a ser uma “ilegalidade dominada” e imensamente útil para os grupos dominantes. Como exemplo disso, Foucault cita a prostituição, o tráfico de

armas, de drogas e de álcool nos países de lei seca. Essas proibições promovem o funcionamento da “delinquência útil” cuja “[...] existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência” (FOUCALT, 2011, p.265).

Tal dinâmica parece óbvia, caro (a) leitor (a), porém discorremos acerca de algumas ideias de Foucault para que pudéssemos visualizar a prisão para além dos universos de pesquisa deste estudo. Vimos que a prisão, na concepção do autor, serve aos interesses da sociedade moderna e principalmente dos grupos dominantes, e em desacordo com a ideia de “prisão-fracasso”, sua existência é vital para a fabricação de delinquentes. É sobre essa produção de “delinquência útil” que superlotam as prisões, principalmente de jovens, que vamos refletir no próximo capítulo por meio de algumas ideias de Wacquant.

4.2 A prisão para Wacquant

> A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo (WACQUANT, 2001, p.04).

Finalizei o tópico anterior relatando o quão significativo, na perspectiva foucaultiana, é o interesse das classes dominantes na manutenção da fabricação e controle de uma delinquência útil por meio das prisões. Para Foucault esses delinquentes, por meio do trabalho na prisão, tornam-se operários dóceis.

> O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição pelo trabalho penal; ela impõe ao detento a forma “moral” do salário como condição de sua existência. O salário faz com que se adquira “amor e hábito” ao trabalho; dá a esses malfeitores que ignoram a diferença entre o meu e o teu o sentido da propriedade — “daquela que se ganhou com o suor do rosto; ensina-lhes também, a eles que viveram na dissipação, o que é a previdência, a poupança, o cálculo do futuro; enfim, propondo uma medida do trabalho feito, permite avaliar quantitativamente o zelo do detento e os progressos de sua regeneração. O salário do trabalho penal não retribui uma produção; funciona como motor e marca transformações individuais: uma ficção jurídica, pois não representa a “livre” cessão de uma força de trabalho, mas um artifício que se supõe eficaz nas técnicas de correção. A utilidade do trabalho penal? Não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da

> submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção (FOUCAULT, 2011, p.230).

Nesse sentido, é possível perceber que a utilidade do trabalho penal não é o lucro, e essa afirmação é significativa quando refletimos acerca das ideias do sociólogo francês Löic Wacquant, que é etnógrafo urbano e estudioso do neoliberalismo e das questões vinculadas as consequências do funcionamento do sistema neoliberal, como a desigualdade, a marginalidade e o crescimento das instituições penais, tendo em vista que para o autor a teoria da penalidade neoliberal fundamenta-se na generalização do trabalho assalariado precário.

Wacquant se debruçou acerca da sociedade estadunidense para desenvolver suas teorias, na medida em que, após receber bolsa para fazer doutorado em Chicago, e por morar nas imediações de um bairro negro e pobre, se deparou com a realidade dos guetos norte-americanos. Aproximou os vínculos com os moradores e percebeu que o cárcere era algo que fazia parte da vida daquelas pessoas.

Foi no país que detém a maior população carcerária do mundo que Wacquant percebeu que o modelo estadunidense de estabelecimentos prisionais havia atravessado o atlântico e estendido suas ramificações pelo continente. Segundo o autor, essa vasta rede de difusão parte de Washington e Nova York, atravessa o Atlântico para aportar em Londres e, a partir daí, estende suas ramificações por todo o continente (WACQUANT, 2001, p.13)

Encarregados da promoção do rigor penal, esse modelo estadunidense quadruplicou a população carcerária. Os números decorrentes desse endurecimento penal são impressionantes, na medida em que entre 1975 e 2000, houve crescimento exponencial da população carcerária, passando de 380 mil a 2 milhões de detentos.

> Entre 1975 e 2000, a população carcerária dos Estados Unidos cresceu em termos exponenciais, passando de 380 mil a 2 milhões de detentos, enquanto o número de beneficiários do welfare caiu vertiginosamente de 11 para menos de 5 milhões. Ao quadruplicar o número de detentos entre 1980 e 2000 e submeter algo em torno de 6,5 milhões de pessoas à supervisão da justiça penal (incluindo os indivíduos em liberdade condicional e sursis), os Estados Unidos aumentaram os orçamentos conjuntos das administrações penitenciárias federal, estadual e municipal em US$ 50 bilhões, e acrescentaram 500 mil novos funcionários, tornando as cadeias e penitenciárias do país no terceiro maior empregador em 1998, atrás apenas da Manpower Incorporated e da Wal-Mart (WACQUANT, 2008, p.10).

De fato, esse modelo atravessou o atlântico, pois no Brasil a abertura de novas vagas em unidade prisionais não acompanhou o crescimento da população carcerária. Entre 2000 e 2016 o Brasil saltou de uma população de 232 mil detentos para 726 mil, aumentando a taxa da população prisional por 100 mil habitantes de 132 para 347, ou seja, o país triplicou sua

população carcerária. Além disso, de acordo com dados atualizados (junho de 2019) do Departamento Penitenciário Nacional, possui déficit de 302 mil vagas.

É a partir dessa perspectiva, caro (a) leitor (a) que podemos refletir acerca da fabricação de operários dóceis, citados no início desse tópico nas palavras de Foucault e amplamente estudado por Wacquant, o qual constatou que as prisões nos Estados Unidos, e podemos ter o mesmo entendimento com relação as prisões brasileiras pois o sentido e influência são similares, fazem a gestão da miséria punindo os pobres por meio do encarceramento, na medida em que se "[...] as prisões do século XVIII e XIX foram projetadas como fábricas de disciplina, hoje são planejadas como fábricas de exclusão "O que importa é que fiquem ali""(WACQUANT, 2000, p.08).

Wacquant faz dois questionamentos essenciais para compreendermos o funcionamento das prisões: o primeiro é se a sociedade industrial europeia proletarizou os camponeses e impôs nas cidades a disciplina do trabalho, como pode impor agora a disciplina do desemprego? E o segundo: quais são as técnicas de obediência obrigatória que podem funcionar contra as multidões crescentes que não têm e não terão emprego?

A resposta, para ele, "[...] está na fabricação de medos tangíveis e na construção de gigantescos sistemas penais" (WACQUANT, 2000, p.09). Dessa forma, o ultra encarceramento serve ao neoliberalismo e atende aos interesses do mercado de trabalho.

> [...] impacto do ultra-encarceramento sobre o mercado de trabalho, que é o de facilitar o crescimento da economia informal e de empregos abaixo da linha de pobreza, e o faz gerando continuamente um grande volume de trabalhadores marginais que podem ser explorados sem quaisquer escrúpulos. Ex-detentos dificilmente podem exigir algo melhor que um emprego degradante e degradado em razão das trajetórias interrompidas, dos laços sociais esgarçados, do status jurídico ignominioso e do amplo leque de restrições legais e obrigações civis implicadas (WACQUANT, 2008, p.13).

Nesta perspectiva, o cárcere cumpre seu papel histórico, requalificar o ladrão em operário dócil e produzir trabalhadores marginais que podem ser explorados sem escrúpulos. De forma geral, esse capítulo, por meio de algumas ideias de Foucault e Wacquant teve o propósito de situar o estudo dentro da forma de funcionamento das prisões em um contexto neoliberal, com o intuito de permitir que o propósito de entender a apropriação e práticas informacionais dos jovens no cárcere seja compreendida dentro de uma lógica e limites de funcionamento.

5. A PRISÃO E O JOVEM ENCARCERADO

Um dia caminhando
numa rua da favela,
vi um menino sentado
numa pequena viela.

Vi que alí não tinha,
uma vida muito bela,
pois tinha uma arma na mão,
muitas balas dentro dela.

Uma sacola escura
no chão estava ao seu lado.
um homem próximo a ele,
completamente drogado.

Fui me aproximando dele
e lhe perguntei o seu nome,
antes que me venha a resposta
o drogado dali some.

O menino respondeu
sou Volverine mirim.
É assim que sou chamado,
por quem vem até mim.

Volverine vem das garras
que eu gosto de mostrar,
quando alguém sem noção,
tenta o meu lado atrasar.

Mirim porque sou pequeno,
isso todos podem ver,
mas na criminalidade
sou grande e tenho poder.

Tenho onze anos de idade.
De todos pontos de tráfico
eu já comando a metade,
não só do bairro que moro,
mas de toda essa cidade.

Lhe perguntei a razão
pelo qual entrou pro crime.
Ele disse os governantes,

são eles que nos oprime.

Ainda recém-nascido
fui achado na viela,
meu pai jamais conheci
mãe também nunca vi ela.

Nunca entrei numa escola
a não ser para roubar.
Nunca recebi amor,
também não tenho pra dá.

Sem família e sem estudo
não aprendi trabalhar
Então pra viver preciso
assaltar e traficar.

(Antônio Alves, Um diálogo na favela).

A poesia de Antônio "Um diálogo na favela" foi uma das poesias mais extraordinárias que li dentro da prisão. O poeta, que foi aluno e concluiu o ensino médio na prisão, nasceu no Ceará e conta que desde criança teve contato com literatura de cordel, pois seu pai ao voltar da feira sempre trazia alguns exemplares e ele se deliciava com as histórias.

A influência da literatura de cordel na escrita de Antônio é nítida, porém o que me chamou atenção especificamente nesta poesia, dentre as várias que ele escreveu dentro da prisão, foi a forma como demonstrou o processo histórico de um jovem que entra para o crime muito cedo, estabelece vínculos e relação de poder com a criminalidade.

E é este jovem, muitas vezes com essas peculiaridades e com suas trajetórias vinculadas ao crime, que vou tratar neste tópico. Inicialmente fiz mapeamento acerca da população prisional do Estado de São Paulo e do Brasil, buscando delinear quais as características dos jovens que se encontram nas prisões brasileiras.

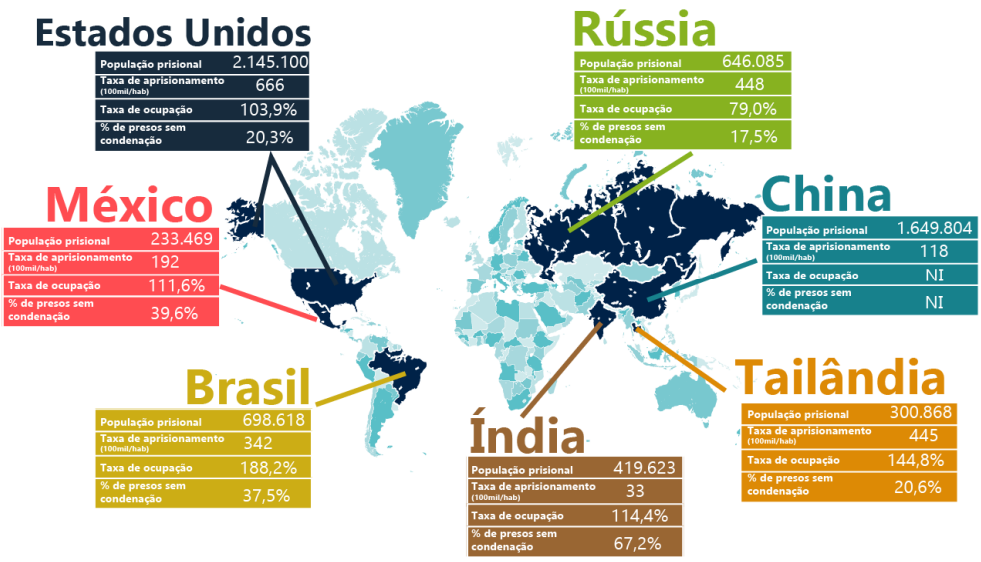
Atualmente, no Estado de São Paulo, são 240.071[44] sentenciados de uma população prisional brasileira de 698.618[45], ou seja, os presídios paulistas concentram a maior população prisional do país com 33% dos sentenciados brasileiros. O universo escolhido para realizar a pesquisa, para usar o termo de Geertz, é em um lugar "microscópico", ou seja, um Centro de

[44] Dados da SAP: http://www.sap.sp.gov.br/ . Dados coletados até junho de 2018.
[45] Dados da World Prision Brief : http://www.prisonstudies.org/ . Dados coletados até setembro de 2018.

Detenção Provisória em uma cidade do interior de São Paulo.

Antes de adentrar as especificidades do universo de pesquisa, saliento a importância de mapear a situação prisional brasileira, que tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China.

Figura 10: Mapeamento da população prisional no mundo

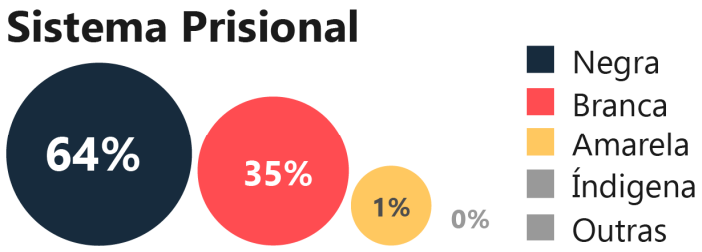


Fonte: Infopen, 2016

De acordo com o relatório publicado em 2016 pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o Brasil é o terceiro país no mundo com maior número de pessoas presas. Tem menos presos que os Estados Unidos (2.145.100 presos) e a China (1.649.804 presos). O quarto país com maior número de presos é a Rússia (646.085 presos).

Parte significativa dessa população é constituída por jovens, negros e pessoas com baixa escolaridade. As informações publicadas pelo Infopen em 2017, referente a dados de junho de 2016, corrobora com dados da pesquisa publicada em 2014, intitulada o Mapa do Encarceramento no Brasil, que apresentou o perfil da população encarcerada no país, por meio de dados analisados entre os anos de 2005 e 2012 (período em que ocorreu crescimento de 74% da população prisional), composto por “homens negros, jovens, autores de crimes patrimoniais e que, em sua maioria, não chegaram a completar o ensino médio” (BRASIL, 2014, p.30.)

Figura 11 - Perfil racial da população prisional no Brasil



Fonte: Infopen, 2016.

O levantamento mostra que 64% da população prisional é composta por pessoas negras. Quando comparado a totalidade da composição da população brasileira, percebe-se o maior encarceramento da população negra, como exposto nos gráficos abaixo (2016):

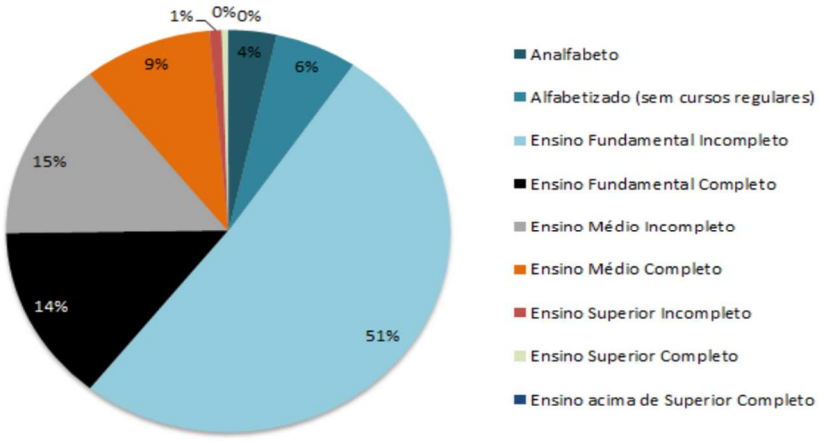
Figura 12. Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade e da população total

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016; PNAD, 2015

No que se refere a questão educacional, o (a) leitor (a) deve ficar preocupado, pois a situação é alarmante. O índice de pessoas que não completaram o ensino fundamental compõe

51% da população prisional, seguida por 14% que completaram apenas o ensino fundamental e 15% que não completaram o ensino médio.

Figura 13. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



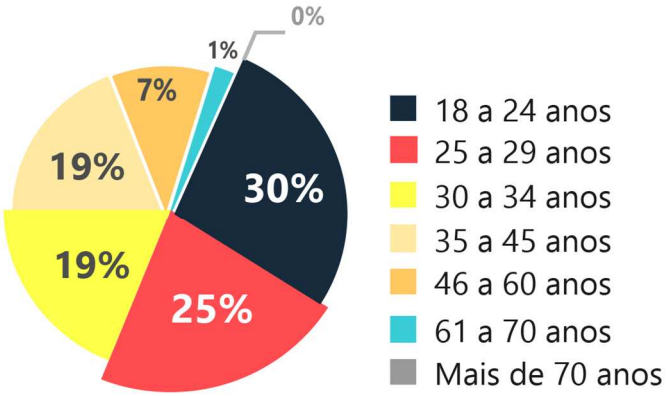
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

Por meio do mapeamento de 2015 e do levantamento do infopen publicado em 2017, é possível delinear o perfil da população encarcerada e perceber que o sistema prisional trabalha com parcela significativa de excluídos sociais, ou seja, pessoas que historicamente viveram/vivem à margem da sociedade e que acabam por abarrotar as prisões. O que mais chama atenção é a significativa porcentagem de jovens encarcerados que compõem 54,8% da população carcerária brasileira[46].

Os dados/gráficos publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional, expõe essa situação preocupante.

[46] Importante apontar que "O mapa do encarceramento do Brasil" tratou como jovens a população carcerária entre 18 e 29 anos.

Figura 14 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

A faixa etária sobrerepresentada no sistema prisional - a população entre 18 e 29 anos - representa 18% da população total no Brasil e 55%[47] da população prisional do mesmo ano[48]. Esse dado assustador demonstra que o sistema prisional brasileiro encarcera principalmente jovens. Outro dado preocupante é com relação à faixa etária de 18 a 24 anos que constitui 30% da população prisional do país.

Tal problemática foi um dos fatores que me fez querer compreender quem são esses jovens e de que maneira eles lidam com as tecnologias de informação, tanto antes como depois de adentrarem ao sistema prisional.

Os dados com relação a população encarcerada no Brasil demonstram que metade das pessoas encarceradas no país são jovens. Embora os dados do estado de São Paulo apresentem taxas menores em comparação com o cenário nacional, ou seja 30%[49] dos presídios são compostos por jovens, a situação não deixa de ser alarmante, pois ter ⅓ da população jovem encarcerada requer olhares criteriosos para esses sujeitos.

A literatura internacional acerca da prisão tem demonstrado que o crescimento exacerbado do processo de encarceramento, composto prioritariamente por jovens, se tornou

[47] De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio - PNAD, 2016.
[48] Dados do levantamento nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, 2017.
[49] Dados do levantamento nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, 2017.

uma tônica no mundo ocidental. Autores como, por exemplo, Wacquant (2001), Christie (1998), relatam o crescimento abrupto do encarceramento e os interesses da indústria do crime.

Parte significativa da produção bibliográfica brasileira também aponta a superlotação e o exacerbado crescimento do encarceramento no Brasil, principalmente de jovens, como alguns dos principais problemas para serem enfrentados pelas políticas públicas, seja ela responsável por tratar o preso de forma desumana ou por ser resultado de uma política de excessivo encarceramento como forma de responder aos problemas sociais.

Sergio Adorno em artigo clássico intitulado: *Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios*, publicado em 1991, apontava a superlotação como um dos grandes problemas do sistema penitenciário: "A superlotação é uma realidade presente na maior parte das prisões brasileiras [...] não se trata de um fenômeno recente, ao que parece, mesmo endêmico, o quadro disponível vem se agravando ano após ano" (ADORNO, 1991, p.71). Vale ressaltar que o autor, naquele momento, já fazia crítica à política de expansão de vagas e o excessivo encarceramento de jovens.

Fernando Salla, apresenta o problema como resultado de política pública que iniciou-se no ocidente nas três últimas décadas do século XX. Em *A retomada do encarceramento, as masmorras high tech e a atualidade do pensamento de Michel Foucault*, aborda o crescimento do encarceramento de jovens na maior parte dos países do ocidente. Essa tendência contundente de práticas punitivas no interior das prisões, que aprisiona principalmente a população jovem, acabou por influenciar o Brasil e suas políticas de encarceramento.

Autores como Claudio Prado, Clarissa Maia, Alessandra Teixeira, Andrei Koerner, Vicente Tavares, Marcos Cesar Alvarez, entre outros, não deixaram de assinalar os problemas da superlotação e do excessivo número de jovens encarcerados.

Pesquisa desenvolvida por Rodolfo Arruda Leite de Barros intitulada *A reinvenção da prisão: a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo (1985 – 2010)* defende a tese de que a expansão prisional, enquanto estratégias e decisões administrativas, tem se tornado um problema político que precisa ser melhor avaliado pelos poderes públicos. Para o autor, o processo de expansão prisional, que encarcera em sua grande maioria os jovens, não deve ser visto como mera medida para sanar as condições precárias de encarceramento, mas como um problema político que poderá agravar ainda mais as condições precárias de encarceramento no Brasil.

Nessa perspectiva, relatório apresentado pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) em 2011, sob coordenação de Maria Gorete Marques de Jesus, intitulado *Prisão Provisória e*

Lei das drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo revela a ineficácia da “nova” lei de drogas que não foi capaz de acessar o grande traficante e acabou promovendo aumento significativo do número de presos, sendo estes, em sua grande maioria primários.

A pesquisa apresenta a prisão provisória como uma tensão entre princípios constitucionais, sendo que de um lado tem-se a inocência e o direito à liberdade do acusado e do outro a necessidade da prisão para garantir a ordem pública e econômica. Além disso, aponta à nova lei de drogas como uma das responsáveis pelo uso abusivo da prisão provisória. Vale ressaltar que a maior parte dos encarcerados pela lei das drogas são jovens, superando o número de aprisionados, nessa faixa etária, por outros delitos.

Nesse sentido, é possível perceber por meio da bibliografia, que há um crescente processo de expansão do encarceramento de jovens no Brasil, e consequentemente isso vem trazendo alterações sintomáticas nas dinâmicas sociais. Na medida em que esses jovens retornam à sociedade são surpreendidos com inúmeros dispositivos informacionais que jamais tiveram acesso nos anos de cárcere, ou seja, acabam por sofrer novamente a exclusão, agora não apenas social, mas digital.

É preciso mapear tal problemática e oferecer possibilidades para que esses jovens sejam integrados com os novos dispositivos e possam seguir caminhos diversos quando retornarem à liberdade, evitando o retorno a vida do crime.

5.1 Os dispositivos informacionais na prisão

> Então, quando eu cheguei aqui memo, o funcionário falou que era “sim senhor”, “não senhor”. E passei a seguir isso. Ultimamente aqui na escola a gente pega livro pra ler, no momento eu tô lendo o livro “A culpa é das estrelas”, já lí “O homem de sorte”. Eu gosto de livro romântico. Tem também “O melhor de mim” que é bom. Porque televisão na minha cela não tem, então tenho que pegar alguma coisa pra distrair a cabeça (Pedro, 19 anos, Entrevista, fevereiro de 2018).

> Aqui é só carta, só assisto TV quando saio para o sol, assisto Jornal Hoje, Mais Você, Sessão da Tarde. Eu leio livro, peguei um que é “Poemas Escolhidos” (Sandro, 20 anos, Entrevista, fevereiro de 2018).

Antes de conversar com o (a) leitor (a) sobre os trechos das entrevistas dos educandos Pedro e Miguel[50] elencadas acima, quero discorrer acerca do que entendo por “dispositivos informacionais”, para que seja possível conceituar e delinear as ideias que serão desenvolvidas neste tópico.

Giorgio Agamben em seu belo ensaio *O que é o contemporâneo* relata que o dispositivo tem uma função concreta e se inscreve em uma relação de poder, além de ser resultado de relações de poder e saber (AGAMBEN, 2009). O conceito de Agamben é amplo e abarca discursos, instituições, leis, edifícios, etc. A contribuição do autor francês é importante para compreender a ideia de dispositivo informacional que utilizo neste trabalho, pois é preciso entendê-lo como algo inscrito na relação de poder, de saber e que tem funções concretas.

Dessa forma, na medida em que as pessoas estão em uma biblioteca, assistindo um filme, uma peça de teatro ou uma aula, visitando um site, ouvindo música ou envolvidas em manifestações culturais, estão interagindo com objetos que resultam da “[...] reunião de técnicas, de linguagens que demandam um modo específico de relação. Tal conjunto atua sobre o modo como procedemos, percebemos, apreendemos e significamos as informações por ele veiculadas” (PIERUCCINI, 2008).

---

[50] Os nomes utilizados aqui são fictícios, tendo em vista a preservação das identidades dos sujeitos, conforme consta no termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos educandos.

Nesse sentido, Ivete Pieruccini define “dispositivos informacionais” como algo que agrega informações a informações, discursos sobre discursos e que nessa relação carrega sentidos que jamais devem ser vistos como instâncias neutras:

> [...] os dispositivos informacionais, por definição, não são instâncias neutras, mas, ao contrário, contam, narram, imprimem significados aos conteúdos ali apresentados. Assim, quando afirmamos que o conhecimento é resultante de ato intelectual do sujeito sobre as informações, transformando o “cru em cozido”, temos que considerar o papel essencial dos dispositivos no processo de significação da informação, de construção de conhecimento. Em outras palavras, para serem veiculados/comunicados, os conhecimentos precisam ser coletados, organizados, ordenados e oferecidos sob diferentes suportes. Tais processos constroem dispositivos por meio de intervenções de diferentes ordens e naturezas que acabam por reconfigurar e ressignificar as informações ali armazenadas. Os dispositivos funcionam, assim, como espécie de filtros, sobrepondo significados aos significados disponibilizados. Assim, quando buscamos uma informação (signo = representação do real), estamos, na verdade, acessando dispositivos informacionais, instâncias responsáveis por sobrepor significados às informações/representações por eles guardados (PIERUCCINI, 2008, p.54)

Nessa perspectiva, é por meio dos “dispositivos informacionais” que o ser humano desenvolve suas opiniões, pontos de vistas e se relaciona com política, grupos, sociedade e relações de poder estabelecidas no mundo. Isso torna o acesso aos “dispositivos informacionais” essencial para promover a “autonomia” (no sentido empregado por Paulo Freire) dos indivíduos. Além disso, não basta ter acesso aos dispositivos, é preciso ter “letramento”, ou seja, se “apropriar da escrita” (SOARES, 2002) para utilizá-los de forma ampla e crítica.

No entanto, quando a pessoa entra na prisão para cumprir pena privativa de liberdade, o acesso e uso dos dispositivos informacionais tornam-se restritos, limitando-se na maioria das vezes, a escola, biblioteca, livros, televisão e cartas[51]. Observe, meu caro (a) leitor (a), que este cenário traz à tona a grande questão desta tese: como estes jovens, que supostamente nasceram como membros da “Geração Internet” se apropriam e usam os dispositivos informacionais disponíveis na prisão.

Iniciei este tópico com as palavras dos educandos Pedro e Miguel para demonstrar um pouco dos limites de acesso e da forma como eles se apropriam e usam os dispositivos informacionais na prisão. No CDP de Serra Azul os educandos utilizam apenas cartas para se

[51] Estou falando de uma realidade restrita ao Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, onde realizei a coleta de dados. Nesse universo de pesquisa, os presos não têm acesso a outros dispositivos. Vale ressaltar que essa configuração não reflete a realidade dos demais presídios do Estado de São Paulo e do Brasil.

comunicar com seus familiares (exceto os que recebem visitas no final de semana), muitos não têm televisão[52] em suas celas.

Dessa forma, a biblioteca prisional assume função essencial no processo tanto de proporcionar aos educandos entretenimento e lazer, como instrumento de letramento e cidadania, na medida em que a leitura pode oferecer um horizonte desconhecido ao (a) leitor (a). No próximo tópico vou discorrer acerca desse dispositivo informacional que é amplamente utilizado na prisão, ou seja, a biblioteca prisional.

5.2 Biblioteca Prisional: algumas considerações

> "Seu Ciro a gente tem que liberar logo o funcionamento da biblioteca, se não o senhor já sabe né, rapaziada sem livro com a cabeça vazia fica complicado"
>
> (José Humberto, Anotações do pesquisador infiltrado, 2018)

O (a) leitor (a) vai perceber que a minha maior realização é falar sobre biblioteca prisional, tendo em vista que nestes quase dez anos de vivência e convivência na prisão, é o espaço em que mais me sinto realizado. Talvez toda essa satisfação venha do fato de saber o potencial transformador da leitura, ter acompanhado alguns casos de transformação de pessoas em pleno cumprimento de pena privativa de liberdade, e também por ser um lugar amplamente procurado pelos sentenciados, tendo altos índices diários de livros emprestados.

A existência de uma biblioteca na prisão é uma exigência da Lei de Execuções Penais (LEP), assim como o direito à educação. O direito constitucional à educação, direito social garantido pelos artigos 6º e 205 a 213 da Constituição Federal (1988) e o art. 206, I, da Constituição menciona o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como, no inciso III, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, como fundamentos basilares do ensino no Brasil. Com relação ao educando não é diferente, a LEP garante a assistência educacional do preso e do internado. Em teoria, todos os presos devem ter

[52] Importante salientar que a televisão é um dispositivo informacional fornecido pelos familiares dos sentenciados, ao passo que a unidade prisional não tem nenhuma obrigação de fornecer o aparelho aos presos.

acesso ao ensino de 1º grau obrigatório e todos os estabelecimentos prisionais devem possuir uma biblioteca.

A lei orienta para o fornecimento de ensino profissional em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico e que as atividades educacionais poderão ser objeto de convênios com entidades públicas ou particulares. É importante dizer que a educação é um direito do condenado, ou seja, é dever do Estado fornecer ao preso o acesso à formação educacional e cabe a este, caso deseje, realizar os programas fornecidos. Nesse sentido, o artigo 10 da LEP é claro ao estabelecer que a assistência ao preso e ao interno é um dever do Estado que tem como objetivo o retorno ao convívio em sociedade, enquanto o artigo 11, IV, dispõe que, entre outras, a assistência será educacional. O acesso à educação, que pode se dar de diversas formas, é pautado na Constituição Federal e deve ser proporcionado da maneira mais ampla possível.

Nesta perspectiva, a existência de uma biblioteca prisional, além de ser obrigatória em todos os estabelecimentos prisionais brasileiros, como relatei acima, é instrumento essencial para assistência educacional ao preso. Vale ressaltar que a exigência de bibliotecas em estabelecimento prisionais não se restringe ao Brasil, mas é determinação de muitos países e de órgãos internacionais, como por exemplo, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), e da Associação Americana de Bibliotecas (ALA).

No manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, publicado em 1994, consta a biblioteca como um centro de informação essencial à sociedade e que deve atender as necessidades de todos os grupos etários, sem distinções:

> Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas (MANIFESTO IFLA/UNESCO, 1994, p.02).

Neste manifesto, o recluso está contemplado e aparece como demanda a ser atendida por meio de materiais específicos. Segundo o documento, tal proposta tem por objetivo fomentar e desenvolver os indivíduos com valores humanos fundamentais, proporcionar que estes exerçam os direitos democráticos e tenham papel ativo na sociedade.

Assim como a IFLA/UNESCO, a ALA também aborda a questão prisional. O órgão mantém uma comissão vinculada aos assuntos que envolvem bibliotecas prisionais e apresenta

suas próprias diretrizes, como por exemplo, na publicação “Library Standards for adult correctional institutions”, a qual apresenta, dentre outras informações, padrões para acesso da população prisional a biblioteca, necessidade de funcionários a partir da quantidade de educandos, assentos, orçamento e coleções.

De acordo com o documento, o acesso da população prisional no regime em que o acervo é aberto e os sentenciados podem circular na unidade (regime semiaberto) deve ocorrer durante o dia e noite, proporcionando ao menos cinco horas de acesso por semana para cada sentenciado. No regime fechado em que há limitação do educando para além dos limites da cela, o acesso, segundo o documento, deve ser o seguinte:

- Uma hora na biblioteca uma vez por semana
- Carrinho de livros com 100 itens disponíveis semanalmente
- Lista de 300 livros e entrega semanal

Com relação ao corpo funcional, o documento relata a quantidade de funcionários para atender determinada quantidade de reclusos. Além disso, o documento aponta para a quantidade de assentos e títulos para atender de forma satisfatória a demanda da população prisional. Copio as tabelas abaixo para que o (a) leitor (a) possa apreciá-las:

Quadro 6 - Quadro funcional de uma biblioteca prisional

População Presa	**Tamanho do Pessoal**
301-500 reclusos	1 Diretor de biblioteca 1 Técnico de biblioteca ou funcionário
501-1000 presos	1 diretor da biblioteca 2 técnicos de biblioteca ou funcionários
1001-1500 presos	1 Diretor da Biblioteca 1 Bibliotecário Assistente 2 Técnicos ou Funcionários da Biblioteca
1501-2500 presos	1 Diretor da Biblioteca 1 Assistente de Bibliotecário 3 Técnicos de Biblioteca ou Balconistas

Fonte: Library Standards for adult correctional institutions

Quadro 7 - Quantidade de assentos na biblioteca prisional

População	**Assentos disponíveis**
301 - 500 detentos	10%
501 - 1000 presos	50 + 8% da população acima de 500
Mais de 1000 presos	90 + 7% da população em excesso de 1000

Fonte: Library Standards for adult correctional institutions

Quadro 8 - Coleção da biblioteca prisional

População	**# De títulos**
Livros	Maior de 5000 títulos ou 15 títulos por recluso até o máximo de 2.500 reclusos
Revistas	Maior de 50 títulos ou um por dez reclusos
Jornais	Número baseado nas regiões representadas pela população carcerária
Gravações de áudio	100 títulos mais um por cinco presos
Gravações de vídeo	Maior de 20 títulos ou um por trinta reclusos

Fonte: Library Standards for adult correctional institutions

Tanto o manifesto da IFLA/UNESCO como o documento da ALA, tratam a biblioteca prisional como instrumento essencial para transformação dos sentenciados e de seus valores humanos. A ALA foi ainda mais incisiva e estabeleceu a estrutura básica de uma biblioteca prisional para atender as demandas dos educandos.

Ainda que o (a) leitor (a) e o próprio pesquisador encontrem dificuldades para visualizar uma biblioteca no sistema prisional brasileiro com os padrões estabelecidos pela ALA, tendo em vista a precariedade em que se encontram grande parte das bibliotecas públicas no Brasil, é essencial que exista um documento que estabeleça padrões de funcionamento para biblioteca prisional, pois é a partir dele que se torna possível pensar o futuro.

Vale ressaltar que não só a LEP em 1984, a Constituição de 1988, e os órgãos internacionais como a ALA e a IFLA/UNESCO foram essenciais para exigir a existência de uma biblioteca prisional nos estabelecimentos prisionais, mas também a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) adotada em dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) acabou por fomentar documentos como as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos e as Regras de Mandela.

As Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, publicada em 1955, surgiram com o intuito de estabelecer condições mínimas para pessoas em situação de privação de liberdade. Em seu artigo 40, o documento estabelece que todos os estabelecimentos prisionais tenham biblioteca (1948). Em 2015, as Regras Mínimas foram atualizadas de acordo com as transformações da sociedade contemporânea, surgindo as "Regras de Mandela", que mantiveram a existência da biblioteca prisional, em sua regra 64, como essencial e obrigatória.

> Cada estabelecimento prisional terá uma biblioteca para o uso de todas as categorias de presos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução, e os presos serão estimulados a utilizá-la (REGRAS MÍNIMAS, 1948).
>
> Toda unidade prisional deve ter uma biblioteca para uso de todas as categorias de presos, adequadamente provida de livros de lazer e de instrução, e os presos devem ser incentivados a fazer uso dela (REGRAS DE MANDELA, 2015).

Diante deste cenário, é possível perceber que ter biblioteca em estabelecimentos prisionais é uma exigência mundial e não restrita às leis nacionais, no entanto, a realidade das bibliotecas prisionais no mundo é bastante diversificada. Por mais que existam órgãos e documentos internacionais que, de alguma maneira, tentam criar padrões e diretrizes básicas de funcionamento dessas bibliotecas, os países acabam por adaptá-las às suas demandas e realidades.

Além disso, trabalhar com educação, cultura e leitura em meio a lógica neoliberal que rege o mundo não é algo fácil em nenhum país. Países como Itália, Espanha, França, Canadá, Alemanha, Estados Unidos, entre outros, encontram dificuldades e falta de padrão com relação ao funcionamento de suas bibliotecas prisionais, porém dispõem de avanços significativos em comparação com a situação brasileira.

Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2011[53], quase a totalidade dos estabelecimentos prisionais possuíam bibliotecas, com materiais de interesse geral e coleções legais. Cerca de dois terços desses estabelecimentos tinham pessoal de biblioteconomia designado, mas apenas um terço deles eram bibliotecários (LEHMANN, 2011, p.492).

---

[53] Importante salientar que há poucas publicações tanto em âmbito nacional como mundial acerca das bibliotecas prisionais. Dessa forma, as informações compartilhadas são de 2011, quando foi publicado um número da revista Library Trands, volume 59, número 3, inverno de 2011, a respeito da situação das bibliotecas prisionais no mundo.

O país enfrenta problemas de falta de profissionais bibliotecários em algumas unidades prisionais, porém existem exemplos de Estados que conseguem manter a biblioteca com qualidade de funcionamento. Maryland é um desses Estados:

> No estado de Maryland, um consultor central correcional de biblioteconomia coordena serviços bibliotecários em vinte e quatro locais, doze dos quais empregam bibliotecários profissionais em tempo integral. Em Maryland, as bibliotecas penitenciárias são chamadas de "bibliotecas de educação correcional", embora a colocação administrativa dessas bibliotecas tenha sido alterada recentemente do Departamento de Educação de Maryland para o Departamento de Trabalho, Licenciamento e Regulamentação (DLLR). O coordenador central de biblioteconomia desenvolveu um site útil tanto para o pessoal da instituição como para o público em geral. O site inclui informações sobre todas as bibliotecas, incluindo estatísticas sobre suas coleções, atividade de circulação e consultas de referência. Outros recursos incluem listas de referência obrigatória e materiais legais, bem como recursos básicos para ajudar os presos a se reintegrarem à comunidade. Além disso, o site está ligado a um diretor de bibliotecas / bibliotecários de presídios em todos os cinquenta estados, mantido pelo coordenador da biblioteca central (LEHMANN, 2011, p.497, tradução nossa).

Na Itália, desde 1975, a lei obriga que todo estabelecimento prisional deve ter uma biblioteca. O país recebe apoio de algumas universidades, como por exemplo, da Universidade de Milão, mais especificamente do Departamento de Biblioteconomia e Ciência, que faz pesquisa e coleta dados com o objetivo de padronizar os serviços oferecidos pelas unidades. Porém, um dos grandes problemas enfrentados pelas B.Ps é a falta de bibliotecários nas prisões - o serviço é confiado a educadores - e há falta de padrões dos serviços oferecidos entre norte e sul do país.

No entanto, existem exemplos significativos de instalações que se destacam no atendimento às especificidades e necessidades informacionais do recluso, como a B.P. de Monza:

> Um exemplo de uma boa biblioteca de prisões é a instalação de Monza, onde o bibliotecário mantém as estatísticas atuais. Para construir esta biblioteca, a província de Milano, entre 2005 e 2008, alocou um montante anual de aproximadamente 33.000 euros para a biblioteca prisional, que possui uma população de 450. Toda a coleção (11.000 itens) foi catalogada, e foi fornecido treinamento em gestão de biblioteconomia básica aos reclusos interessados. Políticas e procedimentos de compra e doação foram desenvolvidos, bem como regras e regulamentos do usuário. Atenção especial foi dada às necessidades dos prisioneiros estrangeiros, e livros em árabe, albanês e romeno foram comprados. A biblioteca também organiza atividades educacionais e culturais, incluindo aulas de educação cívica, apresentações de filmes e discussões sobre filmes (Costanzo, Emanuela e Montecchi, Giorgio & Derhemi, Eda, 2011, tradução nossa).

Diferentemente da maioria dos países de destaque no cenário econômico mundial, o Japão não possuía biblioteca prisional e também não empregava bibliotecários profissionais nas prisões em 2011.

> Prisões japonesas não empregam bibliotecários profissionais e embora certa quantidade de materiais de leitura seja disponibilizada pela instituição, nenhum espaço funcional de biblioteconomia é fornecido e os materiais são espalhados por toda a instalação, incluindo áreas de trabalho e áreas de moradia. Consequentemente, não há controle efetivo desses materiais. A cooperação com bibliotecas públicas é praticamente inexistente. Além disso, os detentos em estabelecimentos correcionais japoneses geralmente preferem obter materiais próprios por meio de compra pessoal ou como presentes de amigos e familiares (Nakane, Kenichi e Noguchi, Setsuko, 2011, p.447, tradução nossa).

Modelos de serviços como o francês, italiano, espanhol e escandinavos se destacam pelo fato de incluírem contratos formais com bibliotecas públicas para fornecer todos os serviços de desenvolvimento de coleções. Além disso, algumas dessas B.Ps são centenárias, foram criadas no final do século XIX, como por exemplo, as unidades espanholas que surgiram em 1874 (Pérez Pulido, Margarita e De Angelo, Christina, 2011, 461).

Dentre esses modelos, destaco o caminho escandinavo por manter um padrão mais adequado de funcionamento das B.Ps. Nesses países - Noruega, Suécia e Dinamarca - ao longo dos anos, foi se consolidando uma cooperação entre serviços públicos, biblioteca pública e biblioteca prisional, aprimorando de forma integrada esses serviços. Além disso, a legislação corroborou para a otimização do funcionamento. Na Noruega, por exemplo, as leis de uso da biblioteca pública são estendidas a biblioteca prisional:

> A Lei de Bibliotecas e Normas Públicas norueguesas autoriza todos os que vivem na Noruega a usar as instalações da biblioteca pública. As bibliotecas prisionais constituem uma adaptação deste serviço para indivíduos que não podem usar a biblioteca pública. Em princípio, os prisioneiros devem, portanto, poder acessar os serviços bibliotecários comparáveis àqueles fornecidos na comunidade “livre”. É a estrutura em torno da prestação de serviços que é diferente. As regras de segurança das prisões e limitações físicas representam desafios únicos para aqueles que operam uma biblioteca “normal”. E a política nacional prevalecente sobre bibliotecas impacta não apenas as bibliotecas públicas, mas também as bibliotecas prisionais (LJODAL, H.K. & RA, E.,2011, p.483, tradução nossa).

Além de se adequarem aos padrões de funcionamento da biblioteca pública, as bibliotecas prisionais escandinavas foram guiadas por “princípios progressistas e adesão à filosofia da dignidade humana e da igualdade, conforme expresso nas Regras Mínimas de Tratamento ao Recluso e nas Regras Penitenciárias Européias” (LJODAL, H.K. & RA, E.,2011, p.480).

Interessante observar que esses países escandinavos possuem os menores índices de aprisionamento (por 100.000 da população nacional) dos países europeus aqui analisados. Fiz uma pequena tabela - abaixo- apenas para ilustrar tal fato.

Quadro 9 - População prisional de alguns países da Europa que possuem Biblioteca Prisional

Países Europa/Brasil	População nacional (milhões)	População carcerária	Capacidade prisão	(Por 100.000 da população nacional)
· Dinamarca	5,8	3.635	3.795	63
· Alemanha	82,93	62.194	73.336	75
· Itália	60,41	59.135	50.622	98
· Noruega	5,32	3.373	3.966	63
· Espanha	46,76	59.087	84.478	126
· Suécia	10,09	5.979	6.203	59
· França	67,8	70.710	59.703	104
· Brasil	213,27	690.722	408.116	324

FONTE: Elaborado pelo autor[54]

Importante salientar que não é possível atribuir os melhores índices dos países escandinavos apenas a existência de B.Ps na instituições prisionais, tendo em vista que toda a estrutura social e cultural desses países, além de investimentos em políticas sociais não

[54] Dados retirados do World Prision Brief <<http://www.prisonstudies.org/>> referente ao mês de setembro de 2018.

poderiam passar ao largo de uma possível análise. No final da tabela coloquei dados do Brasil apenas para aguçar a curiosidade comparativa e associativa do (a) leitor (a).

De maneira geral, o (a) leitor (a) teve um breve contato com as diversas formas de funcionamento das bibliotecas prisionais do mundo, ainda que restrito a alguns países com grande poder econômico. No entanto, a partir de agora, o convido a navegar comigo sobre a realidade das bibliotecas prisionais brasileiras, mais especificamente, acerca da realidade da biblioteca do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul.

Como disse no capítulo de etnografia, a biblioteca prisional no CDP de Serra Azul não está localizada em um espaço individualizado, mas é parte de uma das salas de aula. Como demonstrado na foto[55] a seguir:

Figura 15: Sala de aula/Biblioteca

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária

A foto foi utilizada apenas para ilustrar o espaço da biblioteca, tendo em vista que é uma foto de portfólio da Secretaria de Administração Penitenciária. No entanto, a biblioteca real não

[55] Devido às restrições para entrada de câmera fotográfica na unidade prisional, utilizei imagem da SAP para ilustrar a biblioteca prisional do CDP de Serra Azul.

é muito diferente da visualizada pela imagem, exceto pela quantidade de prateleiras e de livros, pois atualmente a biblioteca possui 12 prateleiras e 750 livros[56].

A distribuição de livros é feita por meio de um carrinho, guiado por um responsável[57], que entrega os livros quando as celas estão fechadas e os presos trancados. O educando não possui acesso direto a biblioteca e a escolha do livro é feita por meio de uma lista atualizada que fica no pavilhão habitacional com todos os títulos existentes.

Figura 16: Carrinho de distribuição de livros[58]

Fonte: Imagens Google

Os empréstimos de livros é liberado uma vez por semana - todas as quartas-feiras - renovável por mais uma semana se assim houver necessidade. Apesar de ser uma biblioteca de acervo fechado, com restrições de acesso, a média de livros lidos é superior à média nacional. Veja os quadros referentes aos anos de 2017 até julho de 2018.

[56] Importante salientar que esses dados retratam o momento em que foi feita a coleta de dados, ou seja, fevereiro do ano de 2018. É possível que ao finalizar esta tese, a biblioteca tenha passado por mudanças.
[57] Anteriormente o responsável pela distribuição dos livros era o funcionário da educação. Atualmente não existe um responsável, ficando a cargo de um educando do pavilhão.
[58] Imagem apenas ilustrativa. O carrinho real tem a mesma estrutura e é feito de madeira.

Quadro 10 - Levantamento de livros lidos CDP de Serra Azul em 2017

Mês/Ano	População	Livros Lidos
JAN/2017	816	551
FEV/2017	816	489
MAR/2017	291	Revitalização da Biblioteca
ABR/2017	290	Revitalização da Biblioteca
MAI/2017	343	371
JUN/2017	348	216
JUL/2017	306	244
AGO/2017	331	302
SET/2017	325	276
OUT/2017	322	207
NOV/2017	270	369
DEZ/2017	279	145
TOTAL		**3.170**

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2017 a biblioteca passou por processo de revitalização nos meses de março e abril, o que inviabilizou os empréstimos. A biblioteca se aproveitou do momento em que houve significativa redução da massa carcerária devido a problemas de abastecimento de água de um

dos poços artesianos da unidade, para tratar o acervo. Apesar disso, em uma população anual de 4.156 sentenciados, foram 3.170 livros lidos, uma média de 0,76 por educando.

Quadro 11 - Levantamento de livros lidos CDP de Serra Azul de Jan/Jul de 2018

Mês/Ano	**População**	**Livros Lidos**
JAN/2018	306	357
FEV/2018	318	350
MAR/2018	318	389
ABR/2018	285	295
MAI/2018	303	406
JUN/2018	333	362
JUL/2018	350	242
TOTAL		**2.401**

Fonte: Elaborado pelo autor

O levantamento de 2018, teve por base a data de 27 de julho 2018 com relação ao quantitativo da população prisional, e os empréstimos foram computados até o dia 18 de julho. Mesmo com o encerramento antecipado, a média de livros lidos foi de 1,08, superior à média nacional.

Segundo o instituto pró-livro, que publicou a última pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” em 2016, a média de livros lidos é calculada com relação aos últimos 3 meses, o que resultou em uma média de 1,85 em 2011 (penúltima pesquisa do Retratos de Leitura) e 2,54 em

2016. Se comparada à média do sistema prisional em 3 meses, resulta em 2,28 em 2017 e 3,25 em 2018.

Vale ressaltar que a unidade prisional esteve em constante reforma e movimentação/transferência de sentenciados durante o ano de 2017, devido a manutenção do poço artesiano, o que teve grande impacto no número de empréstimos. Outra questão que deve ser levada em conta é com relação ao incremento da Bíblia e de livros religiosos como livros lidos nas estatísticas da última pesquisa do Retratos da Leitura:

> O incremento na proporção de leitores de Bíblia e livros religiosos e na citação de leitura de Bíblia (de 16% para 26%) deu-se em todas as categorias e faixas etárias, o que pode estar impactando também o número de livros lidos por iniciativa própria nos três meses anteriores à pesquisa, que passou de 1,05 (2011) para 1,59 em 2015. Já o número de livros de literatura lidos no mesmo período ainda é baixo: não chegou a um livro lido espontaneamente (0,72 livro lido em média). (RETRATOS DA LEITURA, 2016, p.31)

Assim sendo, o aumento do número de livros lidos na pesquisa Retratos da Leitura em 2016 se deu, principalmente, pelo fato de ter sido computado a leitura da Bíblia e de livros religiosos. Não obstante, é importante salientar que a biblioteca prisional do CDP de Serra Azul é composta majoritariamente por livros de literatura. Caso fosse incrementada a leitura da Bíblia no cômputo, a porcentagem de livros lidos aumentaria significativamente, haja vista que a leitura da Bíblia no ambiente prisional é assídua e faz parte da rotina dos sentenciados.

Dessa forma, um primeiro dado já apresentei ao (a) leitor (a), ou seja, de que mesmo com toda limitação de funcionamento, tanto com relação à disponibilidade de funcionário ou sentenciado vinculado a biblioteca, como em relação aos dias permitidos para retirar livros - apenas as quartas-feiras - a biblioteca prisional cumpre papel significativo na prisão, tendo maior média de leitores do que a média nacional.

Outro dado interessante sobre o funcionamento desse dispositivo, é com relação ao mecanismo de empréstimo. A biblioteca possui um computador sem acesso à internet[59] com o software Minibiblio, ferramenta responsável por registrar toda movimentação de livros. O responsável por lançar o registro é o preso monitor da educação[60].

---

[59] O computador da biblioteca não possui acesso à internet, pois além de ser uma medida de segurança administrativa da penitenciária, o cuidado deve ser redobrado na medida em que o setor permite aos monitores ajudar no funcionamento da biblioteca, evitando que eles possam estabelecer comunicação com a comunidade externa.

[60] Os Monitores da Educação são presos contratados pela FUNAP para auxiliar no funcionamento das atividades de educação na unidade prisional. Esse educandos recebem um salário mínimo por mês.

Vale ressaltar que, como relatou Catia Lindemann “Não cabe aplicar as regras da biblioteconomia” (LINDEMANN; COLLARES, 2013) no sistema prisional, tendo em vista que prevalece os padrões de segurança estabelecidos pela administração penitenciária. Nesse sentido, “Os livros são para serem usados” desde que não tenham capa dura (pode servir de arma), não tenham informações sobre elementos químicos para confeccionar bombas, não tenham figuras eróticas, entre outras medidas.

Além disso, as formas de classificação e catalogação da biblioteca do CDP de Serra Azul passam ao largo de ser Classificação Decimal Dewey (CDD) ou Classificação Decimal Universal (CDU). Os livros foram lançados no minibiblio por ordem de chegada 001, 002, 003. Uma etiqueta, parecida com a etiqueta de preço do supermercado, foi afixada nos livros com os respectivos números. Não existem critérios de divisões por assunto nesse processo. Como o acervo é fechado e os presos acessam apenas o catálogo nas celas, esse método acaba funcionando sem a necessidade de uma organização criteriosa.

Dessa forma, mesmo que a biblioteca do CDP de Serra Azul não atenda aos critérios de funcionamento estabelecidos pelos órgãos internacionais como a ALA e a IFLA/UNESCO, é possível perceber que ela contribui significativamente para o letramento da comunidade carcerária. Recentemente, Jonathas Luiz Carvalho Silva publicou artigo com a seguinte questão: Como a biblioteca prisional pode contribuir para os múltiplos desenvolvimentos da comunidade carcerária alinhada aos pressupostos da agenda 2030 da ONU?

O autor detalha as principais categorias de atuação da biblioteca prisional, sendo elas: formação de leitores, alfabetização, letramento informacional, dinamização do acervo, trabalho, profissão e emprego, entretenimento e lazer, relações humanas.

Nessa perspectiva, o pesquisador pontua alguns pressupostos de atuação da biblioteca prisional vinculados a Agenda 2030 (SILVA, 2018, p.120):

a) através das práticas informacionais, inserindo os objetivos e metas da Agenda 2030 como sustentáculos de atuação (erradicação da pobreza, combate à fome, saúde, educação, cultura, meio ambiente, comunidades sustentáveis, formas de vida em diversos ambientes (terrestres, aquáticos e aéreos), promoção da paz, entre outros);

b) processos humanos de ressocialização dos presos (profissional, educacional, cultural, espiritual, ético-moral e psíquico);

c) através de um conjunto de ações vinculadas aos contextos da formação de leitores/alfabetização/letramento informacional, dinamização do acervo, trabalho/profissão/emprego, entretenimento e lazer e relações humanas);

d) visando promover perspectivas para o cumprimento das responsabilidades inerentes a Agenda 2030 da ONU (humana, organizacional, política, político-institucional, ambiental, cultural, educacional, gênero, urbana, científica e comunicativa-informativa).

Na prática, já vivenciei muitos casos de educandos que por meio da educação e da leitura decidem seguir outro caminho após deixar a prisão, tanto pela via do mundo acadêmico (estudantes de pedagogia, engenharia, teologia, direito), como no mundo do trabalho, por meio de cursos profissionalizantes que fez na prisão (pintura, confeitaria, etc.).

Nesse sentido, a atuação da biblioteca prisional cumpre papel essencial e alguns pontos contemplados na Agenda 2030, como ressocialização, letramento, etc. Claro que se houvesse maiores adequações, como por exemplo, estrutura, adequação e tratamento do acervo, e contratação de pessoal qualificado, a efetividade da atuação dessa biblioteca seria potencializada.

O (a) leitor (a) talvez não se lembre, mas comecei esse tópico com uma frase do sentenciado José Humberto, monitor da FUNAP e responsável pela biblioteca, preocupado com as duas semanas em que a biblioteca estava fechada: “Seu Ciro a gente tem que liberar logo o funcionamento da biblioteca, se não o senhor já sabe né, rapaziada sem livro com a cabeça vazia fica complicado” (Anotações do pesquisador, 2018). Esse fato aconteceu quando fechei, durante um mês, a biblioteca do Centro de Progressão Penitenciária para tratar o acervo, porém fui obrigado a reabrir uma semana antes por conta da pressão e insistência dos presos para retirar livros.

No CDP de Serra Azul houve dois meses de revitalização da biblioteca, o que, segundo os educandos, também gerou bastante desconforto nos presos. Assim sendo, mesmo com toda limitação de acesso dos sentenciados ao acervo, é possível perceber que a biblioteca é um dispositivo essencial que promove práticas bibliotecárias em favor da inclusão social.

Sobre essas práticas bibliotecárias em favor da inclusão social, os autores, Santa Anna; Zanetti; Nascimento refletiram acerca da biblioteca prisional como uma das formas de construir cidadania e concluíram apontando para a necessidade de ampliar a atuação dos fazeres bibliotecários:

> Através da valorização e do investimento das práticas bibliotecárias em presídios, a instituição prisional atingirá seu principal objetivo: ressocializar os detentos, retornando-os ao convívio social. Assim, confirma-se a ampliação dos fazeres bibliotecários, que, além de atuarem no tratamento da informação, também colaboram com a consolidação da cidadania, contribuindo no desenvolvimento da sociedade (SANTA ANNA; ZANETTI; NASCIMENTO, 2015, p.81).

Esses fazeres corroboram com a construção da cidadania que, para mim, justificam o sentido da existência e da prática mediadora do bibliotecário e da biblioteconomia. E é sobre essa mediação, que dissemina a informação, promove o senso crítico, a autonomia, a cidadania, e que tem como pressuposto ser social e transformadora, que vou falar no próximo capítulo. Diante deste quadro de ideias, a biblioteca prisional é apenas mais um espaço que o “mediador social da informação” pode atuar.

6. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

> "[...] ler é ler o mundo e assumir-se como sujeito da própria história. É ter consciência dos processos que interferem na sua existência como ser social e ser político (FREIRE, 1994, p. 23)".

Para que eu consiga refletir acerca da ideia de Mediação da Informação e provocar o (a) leitor (a) com propostas de expansão ou de maior engajamento do conceito, se faz necessário revisitar brevemente a CI e sua constituição como ciência interdisciplinar.

Sem qualquer pretensão de discorrer acerca do que é a CI (ARAUJO, 2014), seu escopo e seus limites (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004; PINHEIRO; LOUREIRO, 1995), a história de seus conceitos e sua história intelectual (RABELLO, 2008; ARAÚJO, 2017), tampouco sobre seu desenvolvimento ao longo da história (HJORLAND, 2015), minha intenção é apenas apontar os caminhos que levaram à concepção e inserção da mediação da informação na área.

Esses caminhos passam, por exemplo, pelo surgimento e consolidação da CI. Segundo Araújo (2014) esse processo contempla cinco dimensões, sendo elas o surgimento da Bibliografia e da Documentação; a relação institucional com a Biblioteconomia; a atuação dos primeiros "cientistas da informação" no provimento de serviços em ciência e tecnologia; o incremento tecnológico; e a fundamentação na Teoria Matemática.

Essas dimensões foram marcadas por momentos importantes, como por exemplo, a I Conferência Internacional de Bibliografia organizada em 1895 por Paul Otlet e La Fontaine que deu origem ao Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), o aparecimento dos primeiros cientistas da informação nas décadas de 20 a 40, a consolidação das reflexões de Vannevar Bush no artigo "As We May Think" e o futuro desenvolvimento das disciplinas de recuperação da informação.

Todas essas transformações conduziram a formação da CI que buscou sua fundamentação teórica na Teoria Matemática da Comunicação. Sem contestar a importância das dimensões e dos momentos apontados por Araújo (2014) que marcaram a história da CI, o que destaco nesta etapa é justamente o último ponto, ou seja, a influência do modelo Matemático da Comunicação para o desenvolvimento da área.

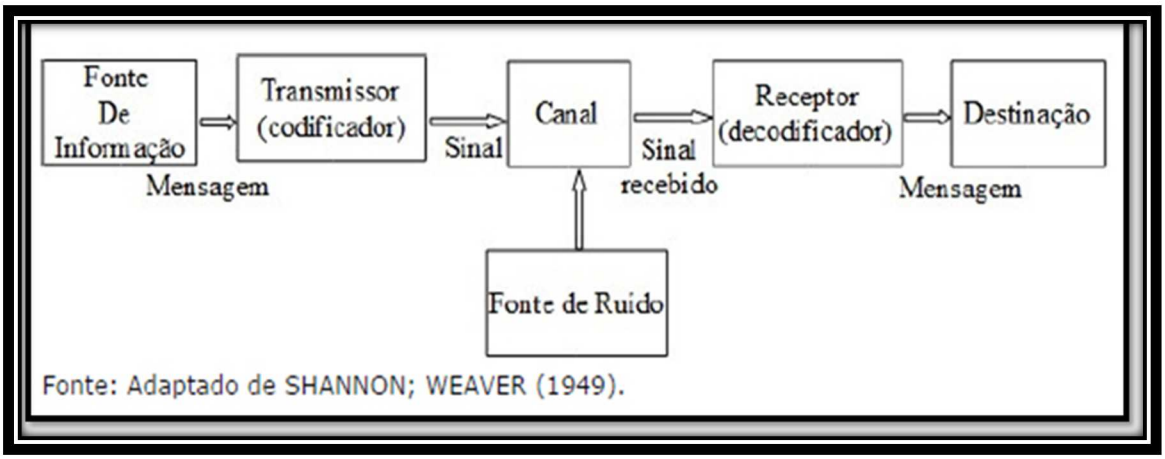
Esse modelo proposto por Claude Shannon e Warren Weaver, que eram engenheiros da Companhia Telefônica de Nova York e estavam preocupados em "transmitir" o maior número

possível de mensagens no menor espaço de tempo ao menor custo operacional, com a menor taxa de ruído, foi incorporado pela CI.

Tal visão acerca dessa incorporação é compartilhada por alguns teóricos da CI. Hjorland, por exemplo, em sua breve história sobre a teoria do desenvolvimento da CI, atribui o surgimento e o estabelecimento do nome CI ao aparecimento da teoria da informação de Shannon. Segundo o autor, o termo surgiu no mesmo período em que conceitos como “tecnologia da informação”, “processamento de informações” e “armazenamento e recuperação de informações” apareceram (HJORLAND, 2015).

Por meio do livro Teoria Matemática da Comunicação (The Mathematical Theory of Communication) de Shannon e Weaver, publicado em 1949, a comunicação passou a ser concebida como algo que pode ser matematicamente entendida e calculada. A teoria concentra na medição da informação o fluxo de informações e mensagens entre emissores e receptores. A figura abaixo ilustra a proposta dos autores:

Figura 17 - Modelo matemático proposto por Shannon e Weaver que foi adaptado a comunicação humana



Fonte: Adaptado de Shannon; Weaver (1949)

Veja leitor (a) que tal modelo proposto por Shannon e Weaver tinha por objetivo diminuir ou acabar com os ruídos para que a mensagem pudesse ser “transmitida” de forma

limpa e sem alterações. Nessa perspectiva, os autores consideravam apenas os problemas técnicos vinculados a “transmissão de mensagens”, como relata Araújo (2017):

> Em sua definição de “comunicação” como um processo em que um emissor envia uma mensagem para um receptor (no qual a informação é uma medida da probabilidade dessa mensagem), os autores consideraram apenas os problemas técnicos relativos à transmissão de mensagens. Quando a ciência da informação se apropriou dessa teoria, ela operou uma “redução” de seu objeto de pesquisa, considerando apenas os aspectos fisicamente observáveis e mensuráveis da “informação”, inserindo-se claramente na perspectiva válida nos contextos de pesquisa da época da guerra fria sintonizados com objetivos estratégicos militares. Pesquisadores atuando nesta linha trouxeram para a ciência da informação, junto com eles, também um modo de raciocínio científico próprio – o modo positivista, que consiste na aplicação, aos fenômenos e processos humanos, das mesmas técnicas de observação e pesquisa das ciências da natureza, em busca de leis e princípios universalmente válidos (ARAÚJO, 2017, p.13).

Essa apropriação da teoria matemática feita pela CI que trouxe à área o modo de raciocínio vinculado às técnicas das ciências da natureza, já foi amplamente criticada por mim (MONTEIRO, 2012, p.32) e de fato operou não só a redução do objeto de pesquisa a aspectos fisicamente observáveis e mensuráveis da informação, como promoveu a manutenção da concepção do modo positivista na área, construindo seu referencial teórico vinculado a problemas relacionados ao “transporte físico da informação”.

No que diz respeito a teoria matemática e seus aspectos ilustrados acima na figura 16, existe claramente uma visão de neutralidade da informação na relação entre emissores e receptores. A comunicação é concebida como “transmissão” de informação, como “símbolo quantificável” e o principal problema da comunicação consistiria em “reproduzir em um ponto dado, de maneira exata, uma mensagem selecionada em outro ponto” (MATTELART; MATTELART, 2000).

Nesta concepção, a informação é definida como física, quantitativa e estatística, sendo possível medir o custo de uma mensagem. Importante salientar que este momento do surgimento da noção de informação é indissociável das pesquisas biológicas, pois segundo Mattelart (2000), Shannon para formular sua teoria, tomou emprestado da biologia conceitos acerca do funcionamento do sistema nervoso. Em contrapartida, a teoria matemática da comunicação forneceu aos especialistas em biologia molecular um quadro conceitual para dar conta desta especificidade da biologia (MATTELART; MATTELART, 2000).

Essas aproximações demonstram o vínculo da teoria matemática com as ciências da natureza e seus pressupostos positivistas de neutralidade e cientificidade. De acordo com

Guaraldo, “Essa teoria desconsidera o contexto histórico e social no qual estão inseridos o emissor e o receptor e a própria informação, operando um esvaziamento da realidade” (GUARALDO, 2013, p.27)

De modo geral, a teoria matemática trouxe importantes contribuições a CI, tanto positivas como por exemplo, a definição dos participantes do esquema informacional (emissor - canal - decodificador - receptor), como preocupantes, ao afastar o conceito de informação de suas dimensões subjetivas e sociais:

> Ao “limpar” o conceito de informação de suas dimensões de significação e de relação social, Shannon e Weaver descartam a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação da informação enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada “cientificamente” (ARAÚJO, 2017, p.13).

Esse modelo criado por Shannon e Weaver fez escola e sua perspectiva matemática do transporte físico da informação continua atual na área (ARAÚJO, 2009). A ideia foi precursora no processo de construção do referencial teórico da CI, motivo pelo qual escolhi discorrer brevemente sobre o modelo para adentrar aos caminhos que está sendo trilhado por meio da mediação da informação, tendo em vista que as perspectivas da mediação da informação, de modo geral, vão na contramão de ideias neutras que desconsideram o sujeito e seu contexto histórico e social.

Aliás, a presente pesquisa buscou dar voz aos sujeitos, caracterizá-los em seu contexto e descobrir como a informação opera em suas realidades. Sem querer desmerecer ou negligenciar parte significativa da história da CI, como por exemplo, o paradigma cognitivo que teve papel essencial no processo de contestação ao paradigma físico da informação a partir do pressuposto de que informação e conhecimento é algo “[...] informacional na medida em que altera as estruturas de conhecimento do sujeito que se relaciona com dados ou documentos” (CAPURRO, 2003, p.21), confesso que gosto da ideia de que essas estruturas são socialmente construídas, denotando a latência da minha identificação com o paradigma social da informação.

Capurro no ano de 2003, em sua clássica apresentação no ENANCIB, já apontava para a emergência do paradigma social:

> Em anos mais recentes, estaria emergindo um paradigma social, voltado para a constituição social dos processos informacionais. A partir da crítica ao modelo anterior, que via o usuário como um ser isolado da realidade e apenas numa dimensão cognitiva, busca-se aqui reinseri-lo nos seus contextos concretos de vida e atuação, numa perspectiva claramente fenomenológica: ver os sujeitos como “ser no mundo” (CAPURRO, 2003, p.21)

Sem intenção de estabelecer reflexão epistemológica acerca da CI (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2007; ARAÚJO, 2014), e também não querendo se encaixar aos limites estabelecidos por um paradigma, esta pesquisa se solidariza com os preceitos do modelo social de informação.

Digo isso, porque talvez seja este o caminho mais adequado para pensar a mediação da informação e suas perspectivas. Sendo assim, vou delinear alguns conceitos e pressupostos basilares da mediação da informação. O artigo de Jonathas Luiz Carvalho da Silva intitulado "Percepções conceituais sobre mediação da informação" é profícuo para apresentar um mapeamento do conceito. O autor apresenta três fatores para pensar uma concepção analítica do conceito:

Quadro 12 - Concepção analítica do conceito de mediação da informação

a) a mediação da informação não é um recorte de tempo estático, ela resulta da relação dos sujeitos com o mundo. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008; 2009);
b) essa relação perpassa pelo processo de construção do conhecimento no qual os sujeitos interagem entre si e com as informações, processando-as para a partir de suas possibilidades cognitivas, se apropriarem do conteúdo quando ao final do processo um novo conhecimento é gerado e comunicado. (GOMES, 2008);
c) a mediação da informação é uma linha de pesquisa e fundamento de prática profissional que propõe atividades de interferência que vão além da relação usuário/informação. (SANCHES; RIO, 2010).

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos fatores elencados por Jonathas Silva, o (a) leitor (a) pode perceber que a leitura analítica do conceito de mediação da informação destacada pelo autor aponta para um conceito que existe a partir das relações sociais, é visto como um construto social e está vinculada a prática e as transformações sociais:

> [...] a mediação da informação é um construto que parte dos 'seres sociais' (relações múltiplas, plurais e coletivas entre os seres) e se consolida na formação da consciência do ser (passível de singularidade interpretativa de cada ser). De outro modo, a

> mediação é um construto social que se estabelece entre o ser e o mundo aproximando a teoria (conhecimento) da prática (ação), sendo que a construção de conhecimento deve ser composta a partir do real ou concreto (das configurações sociais, materiais e históricas), com vistas à transformação da realidade do(s) ser(es) (SILVA, 2015, p.102).

Nessa perspectiva, a mediação da informação como conceito eminentemente social e vinculado aos pressupostos pragmáticos de extensão e transformação social, faz com que a CI tenha que necessariamente rever seus preceitos epistemológicos e buscar interação com outras disciplinas. Hjorland atribui o desenvolvimento da CI ao longo da história a dois fatores essenciais, sendo eles, fatores internos que permitem o desenvolvimento individual da pesquisa e a busca por novas descobertas; e os fatos externos como as novas tecnologias e as contribuições de outras disciplinas para o campo (HJORLAND, 2015).

Essas contribuições de pesquisadores de áreas externas ao campo, segundo o autor, permitem a quebra e o surgimento de novas abordagens. Le Coadic, em seu clássico "A Ciência da Informação" na década de 90, já caracterizava a área como uma nova interdisciplina em que colaboram vários campos do conhecimento como [...] a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações (LE COADIC, 1996, p. 22).

Nesse sentido, entendo que a mediação da informação tem como uma de suas funções a de transcender os limites epistêmicos da CI, para que a área continue a ser um espaço estimulante e de convivência com o diverso:

> A história da Ciência da Informação tem sido, pois, a história da diversidade. Modelos de compreensão distintos, campos de estudo diversos, variados objetos empíricos têm evidenciado a inexistência de um corpo teórico unificado e acabado. Alguns vêem nesta condição um sintoma de imaturidade ou fragilidade. Mas, na verdade, tal característica pode ser vista também como uma potência, um aspecto intelectualmente estimulante. Ser espaço da convivência do diverso tem feito da Ciência da Informação um campo com muita criatividade para a formulação de novos conceitos, muita agilidade para a compreensão de novos fenômenos e o desenho de novos âmbitos de pesquisa, além de fôlego para dialogar com as mais distintas áreas disciplinares. (ARAÚJO, 2014, p. 28)

6.1 Apropriação da informação: o sentido de mediar

Apropriação da informação é talvez o grande sentido da existência das coisas, de um mecanismo de funcionamento da ciência e do mundo, o ápice do desabrochar da mente humana, a possível transformação e autonomia do ser, o sentido maior do ato de mediar. O ato de mediar pode acontecer nos mais variados espaços e ambientes sociais, tendo em vista que estar-no-mundo requer necessidade de informação para o processo de vivenciar o cotidiano.

Um dos ambientes que têm maior demanda de apropriação da informação é a prisão, e por ser o universo de pesquisa deste trabalho, vou usar como exemplo dois espaços em que a atuação do bibliotecário se faz urgente e necessária, ou seja, a biblioteca prisional e o clube de leitura na prisão. No capítulo 07, após contato e análise dos dados coletados no CDP de Serra Azul, o (a) leitor (a) vai perceber que a biblioteca prisional é um dos dispositivos informacionais mais acessados na prisão.

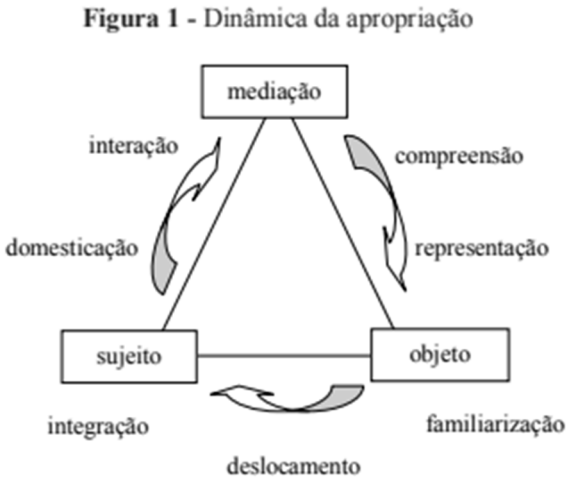
Vale ressaltar que atuo diariamente em ambos ambientes (Biblioteca Prisional e Clube de Leitura), haja vista que sou mediador do Clube de Leitura e responsável pela Biblioteca Prisional do Centro de Progressão Penitenciária, sendo eminente na composição deste tópico, a erupção de anotações e relatos pessoais, como já exposto no método deste trabalho.

Antes de adentrar aos ambientes propostos, me parece necessário e interessante expor um pouco do que entendo e qual a ideia de apropriação da informação que me propus a trabalhar neste item, tendo em vista que o conceito tem sido amplamente utilizado na CI em diferentes situações, como por exemplo, apropriação da informação, de bens culturais, de espaço, de dispositivo tecnológico, entre outros (BATISTA, 2018).

A pesquisadora Carmem Lúcia Batista, após fazer revisão de literatura acerca da utilização do conceito no contexto brasileiro, espanhol, e francês, concluiu que o processo de apropriação rompe com a relação binária de “transmissão da mensagem” (fonte de informação - canal - receptação) para estabelecer uma relação triangular que faz parte de um processo dialético.

Para a autora este processo é ao mesmo tempo informativo, comunicativo, educativo, cognitivo, social e cultural, permitindo ao sujeito a produção, interpretação e expressão de si:

Figura 18 - Apropriação dialética e triangular



Fonte: Batista, 2018

Por meio da figura construída pela autora, a dinâmica da apropriação parece evidente, colocando o sujeito como parte do processo de construção do conhecimento. Segundo Batista, apropriação é:

> [...] um processo no qual o sujeito "torna seu" um objeto do mundo, ajustando-o, moldando-o a si, atuando afirmativamente nos processos de negociação com os signos, com a cultura. Nesse processo, o objeto, material ou não, sofre um deslocamento espaço-temporal promovido pelo sujeito, que pode alterar ou confirmar o sentido dado pelo seu ambiente de origem, ou seja, pode ressignificar o mundo que lhe chega, a partir de suas percepções, suas expectativas e seus interesses das e pelas atividades. Assim, na apropriação está implicada uma relação dialética, segundo a qual o sujeito, face ao objeto, desenvolve habilidades para construir suas representações do mundo, e por meio dessas construções simbólicas, o objeto adquire significados que expressam e produzem a subjetividade do sujeito. Dizendo de outro modo: ocorre um processo de construção de subjetividade na relação com o objeto e também uma produção de objetos a partir da subjetividade do sujeito. Apropriação seria, assim, "produção", "construção", negociação entre sujeito e objeto, sujeito e mundo (BATISTA, 2018, p.229)

É nessa relação dialógica que ambiciono demonstrar o papel do mediador em meio a luta pelo funcionamento de alguns dispositivos informacionais no interior da prisão. Dois desses dispositivos são a Biblioteca Prisional e o Clube de Leitura. Atualmente a Biblioteca Prisional enfrenta dificuldades de funcionamento em todo mundo, como relatado no tópico 4.2, porém foi possível observar que existe legislação tanto no âmbito nacional como internacional para que todo estabelecimento prisional tenha ao menos uma B.P.

Infelizmente a situação das B.P.s no mundo está aquém de atender a legislação, países como, por exemplo, o Japão não possui B.P. (NAKANE, KENICHI, NOGUCHI, SETSUKO, 2011). Quando se estende essa discussão para a questão da existência de um profissional bibliotecário nesses ambientes, a situação fica ainda mais grave. Na Alemanha existem apenas quatro bibliotecários prisionais no país (PESCHERS, PATTERSON, 2011), mesmo problema enfrentado por Espanha, Itália, Canadá, entre outros, cuja contratação do profissional é bastante reduzida. Até nos Estados Unidos, em que quase a totalidade dos estabelecimentos prisionais possuem B.P.s, apenas um terço desses dispõem de bibliotecários (LEHMANN, 2011).

Vale ressaltar que em um cenário ideal, em que todos os estabelecimentos prisionais tivessem bibliotecários, o trabalho e os desafios deste profissional seriam enormes, como relata LEHMANN (2011):

> [...] o desafio mais importante para os bibliotecários que trabalham na prisão é como fornecer informações livremente em um ambiente rigidamente controlado, com regras e regulamentos que regem quase todos os aspectos da vida cotidiana. Como incentivar os bibliotecários a fazer escolhas sobre sua leitura e a busca de interesses individuais, quando em quase todos os outros aspectos de suas vidas eles não têm autonomia? Como alguém atende à informação e às diversas necessidades de leitura de uma grande comunidade multicultural cujos membros foram involuntariamente forçados a viver juntos? (LEHMANN, 2011, p.495, tradução nossa)

Em um ambiente em que as regras de segurança são prioritárias, os desafios do bibliotecário prisional são imensos, tendo em vista as especificidades deste público. Ao adentrar ao cenário brasileiro a situação é ainda mais trágica, tendo em vista que existem muitos municípios no Brasil que não possuem biblioteca e nos municípios que dispõem desse dispositivos, e parcela significativa desses municípios que possuem biblioteca, são desprovidos de bibliotecários em suas unidades.

Diante deste cenário, e da expectativa de estabelecer parcerias entre bibliotecas públicas e prisionais, as possibilidades de obter êxito são ínfimas. Não conheço caso de contratação de um bibliotecário em unidades prisionais brasileiras, e os poucos exemplos que existem de profissionais que trabalharam nesses ambientes, nasceram da força de vontade de funcionários, voluntários e pessoas vinculadas ao setor de educação nas unidades prisionais.

Catia Lindemann, por exemplo, foi uma das precursoras da área de biblioteconomia a formular um projeto para montar uma biblioteca prisional no sul do país, enfrentando a burocracia, a falta de apoio financeiro e de mão de obra:

> Obter apoio, tanto financeiro quanto mão de obra, tornou-se um percalço relutante durante a execução do projeto. Trabalhar diariamente, de modo voluntário, sem nenhuma verba e montar ainda assim uma biblioteca que se propusesse a atender a demanda dos detentos foi desafio que provou ser possível e comprovou que basta vencer as barreiras do preconceito e desafiar os entraves burocráticos para que se possa chegar ao objetivo (LINDEMANN, 2015, p.213).

Este cenário descrito por Lindemann é possível encontrar em muitas unidades prisionais no país, porém devido a extensão territorial do Brasil, as especificidades de cada região e das unidades prisionais, e a carência de pesquisa no tema, torna-se impossível compor um quadro acerca da situação das bibliotecas prisionais no Brasil.

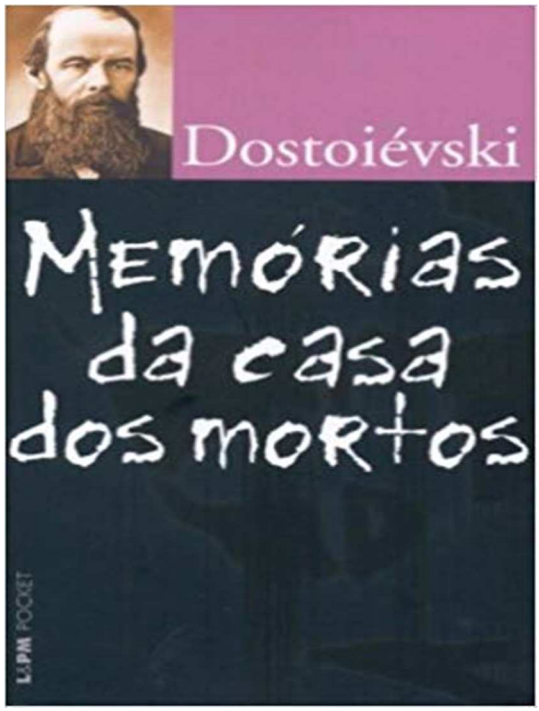
Diante disso, peço que o (a) leitor (a) tenha a compreensão de que vou me prender ao meu campo de atuação, ou seja, as bibliotecas prisionais do Estado de São Paulo, mais especificamente a B.P. do CDP de Serra Azul (universo de pesquisa) e a B.P. do Centro de Progressão Penitenciária na qual atuo cotidianamente. No caso da B.P. do CDP de Serra Azul que descrevi no capítulo anterior, e no que se refere a existência de um profissional bibliotecário, como de práxis no país, a unidade não conta com o apoio profissional da área, sendo que o funcionamento acontece sob responsabilidade dos funcionários do setor de educação.

O Centro de Progressão Penitenciária, diferentemente do CDP de Serra Azul, é regime semiaberto. Foi inaugurada em setembro de 2013 e já passou por uma rebelião em setembro de 2016, momento triste pois a B.P. ficou completamente queimada. Digo isso porque nesses últimos anos, nós funcionários da educação, participamos do processo de reconstrução da biblioteca, ou seja, tanto da estrutura física como paredes, portas, pintura e prateleiras, como da reconstituição do acervo.

Só no início do ano de 2018, após mais de um ano da rebelião, conseguimos restabelecer o bom funcionamento da biblioteca. Nesse período, estabelecemos contato com universidades públicas e particulares e ganhamos uma parte do acervo. Buscamos livros e prateleiras nos mais variados lugares de Ribeirão Preto e região.

Refeita a estrutura física, treinei um educando (monitor) do setor de educação para tratar o acervo. Expliquei o CDD a ele e deixei um manual na biblioteca, pensei juntamente com ele a melhor forma de o usuário entender a classificação e chegamos a ideia de usar o CDD e abdicar do cutter, substituindo-o por colocar as três primeiras letras do sobrenome do autor. Uso como exemplo o livro de Dostoievski “Memória da Casa dos Mortos”, para ilustrar o fato.

Figura 19: Livro de Dostoievski “Memória da Casa dos Mortos”.



Fonte: Imagens Google

O CDD 891.73 e as letras DOS de Dostoievski. A etiqueta ficou assim:

891.73 DOS

A ideia nasceu devido ao estranhamento e dificuldade de compreensão que o educando tem em relação ao cutter, algo que não aconteceu em relação ao CDD. Outra necessidade da biblioteca era a automatização do acervo. Porém, como o (a) leitor (a) já deve ter percebido, a prioridade do sistema prisional é a segurança, na medida em que as dificuldades de conseguir um computador no pós-rebelião são imensas. Além disso, tem a questão do acesso à internet, veementemente proibido ao educando, por questões vinculadas ao crime organizado que não se faz necessário tal discussão neste momento.

Em meados de 2018 conseguimos o computador para a biblioteca, mas o desafio era encontrar um software adequado cujo funcionamento seja offline. O minibiblio nos pareceu adequado ao momento, porém devido aos picos de energia que acontecem na unidade e inoperacionalidade na máquina disponibilizada, foi necessário apelar ao excel.

Mesmo com todas as limitações de acesso a equipamento adequado, software e internet, em dois meses o acervo (3.500 livros) estava completamente tratado e lançado nas planilhas, sendo possível localizar o livro, o usuário e o tempo de empréstimo. Após alguns meses, o desafio foi o funcionamento noturno da biblioteca, tendo em vista a grande demanda de presos que trabalham durante o dia e não têm acesso a biblioteca, que funciona das 08h00 às 17h00.

Perguntei ao monitor responsável pela biblioteca sobre a possibilidade de abrir no período noturno e ele respondeu: "Olha seu Ciro, não dá pra abrir a noite não, eu sozinho não do conta, é muito preso e eu não consigo acompanhar, não cabe na biblioteca, eles começa a olhar o livro e quando eu olho ele já está longe, já aconteceu várias vezes isso" (Anotações do pesquisador infiltrado, 2018). De fato é muito difícil controlar a entrada de presos na biblioteca no período noturno, pois o fluxo é enorme. No entanto, acredito que a maior preocupação do monitor seja a possibilidade de ser arrastado[61] por alguma atitude dos outros presos.

Além disso, é recorrente o "esquecimento" do educando em devolver o livro, sendo necessário tomar medidas para o funcionamento adequado da biblioteca:

> Inicialmente tivemos problemas com a devolução de livros, estabelecemos que seria um empréstimo por 15 dias sem direito a renovação, já que temos poucos exemplares na biblioteca. Os educandos foram avisados por meio de informe no pavilhão (afixado lista de devedores na parede), mas não obtivemos resultado. Assim sendo, tomei as providências que já se tornaram hábito no sistema prisional. Fui falar com as faxinas[62] e cobrei a situação nos dois raios. Os faxinas responderam: "Vamos dar atenção senhor". Ao retornar ao setor escolar já percebi a movimentação de presos com livros indo em direção à biblioteca devolver (Anotações do pesquisador infiltrado, 2018)

Tais medidas são tomadas quando existe a falta de comprometimento do preso em cumprir com suas obrigações, exigindo ganho de tempo do corpo funcional.

Constantemente pensamos em ampliar o acervo e o espaço físico da biblioteca. A B.P. do Centro de Progressão Penitenciária tem uma média mensal de empréstimos de 650 livros, sendo que muitos livros procurados não existem no catálogo ou se encontram emprestados. Recentemente fiz contato com a USP de Ribeirão Preto, ganhamos mobiliário (A Biblioteca Central da USP está em reforma) e estamos planejando, juntamente com o diretor da unidade, aumentar o espaço da biblioteca, com direito a espaço de leitura.

---

[61] Arrastado é como os presos se referem ao cometimento de uma falta disciplinar (ato ilegal), que faz com que eles tenham que retornar ao regime fechado e têm suas possibilidades de liberdade adiadas.

[62] Faxinas são responsáveis pela limpeza e organização do pavilhão, geralmente são vinculados ao crime organizado e exercem poder sobre a massa carcerária.

Vale lembrar que não sou responsável apenas pela biblioteca, mas estou vinculado a todo funcionamento do setor de educação, envolvendo escola e curso profissionalizante. Nesse sentido, o clube de leitura é uma de minhas atividades mensais. Vou me prender as atividades do clube de leitura do ano de 2018, período em que tivemos bastante progresso em relação ao funcionamento e projetos vinculados ao clube.

Neste ano, conseguimos vincular o curso de biblioteconomia da USP de Ribeirão Preto ao projeto remição pela leitura. Assim sendo, a universidade passa a ficar responsável pela correção das resenhas feitas pelos educandos e os alunos da instituição ficaram habilitados a visitar o clube. O clube tem uma reunião mensal, participam entre 25 e 50[63] educandos, e o preso faz uma resenha no final das discussões realizadas na reunião. Após a confecção das redações, ela é encaminhada ao universitários do curso de biblioteconomia da USP para correção. Se for aprovada, o educando recebe quatro dias de remição de pena. Veja os livros lidos no ano de 2018:

Quadro 13: Livros lidos no clube de leitura em 2018

LIVRO	AUTOR	REUNIÃO
QUE ENCHENTE ME CARREGA	MENALTON BRAFF	01.2018
A LENDA DO VIOLEIRO INVEJOSO	FABIO SOMBRA	03.2018
CARRASCO DE GOLEIRO	LUIZ PUNTEL, BRÁS HENRIQUE	04.2018
O MENINO DO PIJAMA LISTRADO	JOHN BOYNE	06.2018
LONGE COMO O MEU QUERER	MARINA COLASANTI	07.2018
O VELHO E O MAR	ERNEST HEMINGWAY	10.2018
FORA DA TRILHA	PAUL STEWART/CHRIS RIDDELL	12.2018

Fonte: elaborado pelo autor

As discussões são bastante ricas e cheias de analogias com relação às questões levantadas pelos autores. Muitas vezes, fico pensando que o livro não agradou a maioria, porém quase todas as vezes as reuniões são profícuas e reflexivas. Veja minhas anotações após a reunião do clube sobre o livro “Longe como o meu querer”:

[63] O número de participantes do clube se limita a quantidade de livros disponíveis para retirada. Muitas vezes, temos apenas 20 livros, sendo insuficiente para aumentar o número de participantes, ainda que eles consigam repassar os livros e revezar a leitura.

> Hoje foi mais um dia de mediação do clube de leitura. O livro escolhido foi “Longe como o meu querer” de Marina Colasanti, o qual traz 24 histórias de personagens e cenários típicos de contos de fadas, além de ser construído por meio do imaginário feminino. Achei que não teria muita adesão, pois alguns presos já haviam falado, ao longo do mês, que acharam o livro muito difícil e tiveram que usar dicionário. Além disso, segundo relatos, alguns contos “não tinham pé nem cabeça”. Comecei a mediação tentando falar um pouco sobre a importância dos contos de fadas e de ler/conhecer outros tipos de literatura. Quando os presos começaram a falar, a surpresa foi enorme, pois não só gostaram do livro, como trouxeram muitas reflexões sobre a visão da autora e a relação dos contos com suas próprias vidas. Claudinei disse que o conto “Longe como o meu querer” tem tudo a ver com ele: “Ah esse conto fala da força de vontade que é tudo pra nóis que tá preso. Aqui temos que enfrentar muitas coisas para alcançar nossos objetivos, assim como a cortesã que mesmo seu pai tendo cortado a cabeça do seu amado ela nunca desistiu dos seus sonhos, e que iria longe, lá no mar para alcançar seu sonho. Wagner disse que o conto “O moço que não tinha nome” era sobre ele: “Eu fui uma pessoa sem nome durante quatro anos da minha vida, era viciado em álcool, dormia na rua, igual o moço que não tinha nome. As pessoas passavam na rua e você sentia o olhar de desprezo, eu não tinha nome pra elas, isso dói muito pra gente, eu só pensava em arrumar um jeito de beber mais, é por isso que tô aqui”. Rafael completou a reflexão: “Pra maioria das pessoas que estão lá fora, quem está aqui também não tem rosto nem nome” (Anotações do pesquisador infiltrado, 2018)

Essas reflexões são constantes durante todo o debate, os presos fazem autorreflexão e se colocam na história. Deixo sempre correr livre os debates, faço interferências apenas nos momentos em que eles insistem em querer falar ao mesmo tempo. Interessante quando eles não gostam do livro, como aconteceu, por exemplo, em relação ao livro “O velho e o Mar” em que apesar de o personagem “Santiago”, o velho pescador, ter recebido admiração dos leitores por conta de sua história de luta com o grande peixe, eles não gostaram do final.

Lembro o (a) leitor (a) que no final deste “best-seller”, o velho Santiago retorna à sua casa com apenas a carcaça do grande peixe amarrada em seu barco, já que o peixe recebeu ataques dos tubarões que devoraram toda sua carne. Os educandos ficaram indignados: “Eu mudaria o final deste livro. Já pensou o velho Santiago chegar com um peixe daquele tamanha depois de dias de luta, aí sim (Anotações do pesquisador infiltrado, 2018). Tanto não gostaram, que na próxima reunião cujo livro escolhido era “Fora da Trilha” de Paul Stewart e Chris Riddel, logo no início o preso indagou: “Ah seu Ciro, esse livro (Fora da trilha) é bem melhor que o outro (O velho e o Mar), pelo menos tem o final feliz. Aquele outro nada a ver (Anotações do pesquisador infiltrado, 2018).

Trabalhar com leitura ou com outros dispositivos culturais no ambiente prisional requer adaptação a realidade vivenciada pelos reclusos. Imagine o (a) leitor (a) que alguns presos passam por inúmeras situações durante o período de cumprimento de pena, como por exemplo, ausência da família, adaptação ao demais sentenciados, depressão e muitas histórias tristes que

envolve o seu meio. Além disso, constantes temores de ser “arrastado” por causa de inúmeras situações vinculadas ao crime que acontece dentro do raio.

Diante desse quadro, a última coisa que o preso quer escutar é um final triste. Tanto é verdade que os livros de maior retirada na biblioteca são os de autoajuda e os religiosos. Além dos de direito é claro. Muitas vezes, em atividades extracurriculares, pensamos, juntamente com os professores, em passar filmes de carácter pedagógico como por exemplo, “Laranja Mecânica” ou “Sociedade dos poetas mortos”, porém quando a segurança não barra, nós chegamos a opinião que pode não ser positivo para o educando. Nesse sentido, acaba prevalecendo filmes de final feliz, como, “Em busca da felicidade”, “Mãos Talentosas”, etc. E nesses anos de experiência tenho que admitir o efeito prático é mais efetivo.

Voltando ao Clube de Leitura, tenho que admitir que inúmeros são os relatos e anotações interessantes que fiz durante as discussões, porém acredito que nesses breves relatos já foi possível visualizar e compreender um pouco acerca do funcionamento e do processo de mediação feito no clube. Encerro essa parte com uma foto da participação em nosso Clube de Leitura, do escritor Menalton Braff, ganhador do prêmio Jabuti em 2000, em evento que homenageou o dia nacional do livro:

Figura 20: Menalton Braff no Clube de Leitura no Centro de Progressão Penitenciária

Fonte: Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – Funap (Evento - Encontro Nacional do livro e da leitura)

O escritor participou de uma espécie de “Roda Viva” em que ele foi questionado pelos educandos e por mim sobre o seu livro “Que enchente me carrega”. O autor se impressionou com a qualidade da leitura feita pelos presos, que segundo ele, seus alunos da faculdade tiveram dificuldade em ler. Posteriormente, o autor deu entrevista à FUNAP[64] e concluiu: “Quando eu saio daquele ambiente (prisão) eu fico pensando, eu não sei se eu confio mais naqueles que estão lá dentro ou nesses que estão aí fora”.

Vale ressaltar que, dos seis educandos que se encontram sentados no clube (Figura 20) participando dos questionamentos feitos a Menalton, dois são universitários (estavam fazendo curso Teologia e Pedagogia - EAD dentro da unidade), um era concluinte do ensino médio na prisão e já havia atingido a nota no ENEM - PPL[65] para cursar engenharia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e os outros eram alunos regulares na prisão.

Acredito que o (a) leitor (a) esteja questionando: tanta demanda e o Brasil ainda não tem um profissional bibliotecário no sistema prisional? De fato, a demanda é enorme, mesmo que haja legislação para a existência desse profissional, como dito anteriormente, o Brasil ainda não dispõe de bibliotecários nas prisões, o que seria de grande valia tanto para o presos como à sociedade.

O pesquisador Jonathas Silva desenvolveu estudo recente sobre como a B.P. pode contribuir para os múltiplos desenvolvimentos da comunidade carcerária alinhada aos pressupostos da agenda 2030 da ONU, e averiguou a demanda de mercado para a atuação pedagógica da biblioteconomia nos presídios:

> Entendemos que mais do que uma ampliação de mercado, o reconhecimento da atuação pedagógica da Biblioteconomia em presídios é uma expressão altiva e ativa do trabalho social da área do conhecimento em questão que pode ser desenvolvida desde a atuação acadêmica no campo da pesquisa e da extensão, passando pela atuação dos órgãos de classe (conselhos, associações e sindicatos) até a atuação profissional (contratação de bibliotecários para os presídios).(SILVA, 2018, p.119)

Nessa perspectiva, utilizei os exemplos de duas atividades - Biblioteca Prisional e Clube de Leitura - para demonstrar o imenso espaço de atuação do bibliotecário nas instituições prisionais, o que poderia ser ampliado com a participação do campo acadêmico e de órgãos de

---

[64] Entrevista de Menalton Braff a FUNAP:<< https://vimeo.com/242803517>> Acesso em 14.12.2018

[65] ENEM para Pessoas Privadas de Liberdade é aplicado no sistema prisional em data posterior ao ENEM tradicional. Ambos têm o mesmo grau de dificuldade e disputam as mesmas vagas.

classe, como relatou Silva (2018). Aliás, a parceria com escolas, universidades e outros setores é condição essencial para o desenvolvimento das atividades.

Vale ressaltar que o sistema prisional, por ser uma instituição de segurança, demanda certas especificidades, adaptações, respeito às normas de segurança e procedimentos, além de qualidade e habilidade para lidar com um público diverso e que grande parte do público alvo, cresceu à margem dos padrões mínimos estabelecidos para uma boa convivência social. O bibliotecário Bruno Eiras, que atua em algumas bibliotecas prisionais em Portugal, pontua algumas competências necessárias ao bibliotecário prisional:

- Equilíbrio emocional;
- Postura dinâmica;
- Boa cultura geral;
- Capacidade de adaptação (ambiente prisional);
- Boa comunicação oral;
- Conhecimentos de línguas (depende do país e do contexto);
- Capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos);
- Interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística;
- Gosto em trabalhar na educação de adultos;
- Criatividade;
- Sensibilidade e atenção;
- Capacidade inventiva e de abstração;
- Conhecimentos de Direito e de legislação penal.

(EIRAS, 2007, p.5)

Além das habilidades listadas acima, Eiras relata que o bibliotecário prisional terá maior possibilidade de sucesso se já tiver experiência em outras áreas profissionais, como por exemplo, serviço social, ensino, sociologia, e outros tipos de bibliotecas. Nesse sentido, o autor argumenta que as bibliotecas em estabelecimentos prisionais são “[...] um terreno propício ao reforço e definição do papel social do bibliotecário, enquanto elementos mediador e orientador no acesso à informação e ao conhecimento” (EIRAS, 2007, p.05).

Dessa forma, o bibliotecário prisional é um mediador social da informação (termo que vou trabalhar no próximo tópico) e sua atuação pode trazer reconhecimento tanto na área como no dia-a-dia do recluso, atendendo suas necessidades informacionais:

> Os bibliotecários são mediadores de informação e conhecimento e se não possuem uma vontade inata de auxílio e ajuda, então podem não estar na profissão certa. Em meio prisional, a pressão do "mais forte sobre o mais fraco" pode ser uma realidade constante e por vezes insuportável. Ao estar disponível para responder às necessidades dos reclusos, o bibliotecário pode ganhar uma grande importância no seu dia-a-dia, enquanto elemento compensador dos desequilíbrios resultantes da vivência prisional (EIRAS, 2007, p.05).

De modo geral, compreendo que a apropriação da informação tem por objetivo a promoção e transformação do ser social, e que ela é o principal sentido do ato de mediar, sendo condição essencial para existência de um bibliotecário nos mais diversos ambientes informacionais.

6.2 Mediação da informação a partir de uma perspectiva social

"O homo sapiens, é sempre,
e na mesma medida, homo socius"
(BERGER & LUCKMANN)

A afirmação destacada acima, feita pelo autores estadunidenses Peter Berger e Thomas Luckmann, em obra clássica intitulada "A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento" me parece adequada para iniciar este tópico, pois corroboro com tal proposição e entendo o ser humano como um ser social e que conhece sua realidade construída a partir de um processo de interação social.

Tal hipótese parece óbvia, porém negligenciá-la pode trazer consequências não só para a ciência como à sociedade. No âmbito científico pode significar a ausência de pesquisas que se proponham a trabalhar com objetos envolvendo problemáticas sociais, como por exemplo, grupos sociais excluídos e populações em situação de vulnerabilidade social, o que impacta nos benefícios que a universidade poderia proporcionar à sociedade.

Nesse sentido, penso que o objeto de pesquisa da CI deve estar vinculado a atender as demandas sociais buscando compreender as pessoas e suas realidades na vida cotidiana, ou seja,

como elas produzem o conhecimento da vida cotidiana no processo de interação e comunicação no dia a dia:

> A realidade da vida cotidiana além disso apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. Estou sozinho no mundo de meus sonhos, mas sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros quanto para mim mesmo. De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. Sei que minha atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objetivações graças às quais este mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do -"aqui e agora" de seu estar nele e têm projetos de trabalho nele. Sei também evidentemente, que os outros têm uma perspectiva deste mundo comum que não é idêntica à minha. Meu "aqui" é o "lá" deles. Meu "agora" não se superpõe completamente ao deles. Meus projetos diferem dos deles e podem mesmo entrar em conflito. De todo modo, sei que vivo com eles em um mundo comum. O que tem a maior importância é que eu sei que há uma contínua correspondência entre meus significados e seus significados neste mundo que partilhamos em comum, no que respeita à realidade dele. A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana (BERGER, LUCKMANN, 1985, p.40).

Nessa perspectiva, viver em sociedade é necessariamente partilhar o mundo com outros seres humanos, ou seja, o mundo que é comum a muitos homens e que produz o conhecimento do senso comum. O pesquisador Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, um dos principais autores brasileiros que refletem sobre mediação da informação na área, fez reflexão recente sobre os caminhos da vida e apontou para o fato de que “Olhamos o mundo e nos relacionamos com ele a partir de um mesmo ponto de vista” (ALMEIDA JUNIOR, 2015).

Trata-se de uma constatação evidente, porém em tempos de polarização política e conflitos entre grupos sociais, a necessidade de construir a realidade influenciada pelos meios de comunicação e mídias digitais, tomou dimensões grandiosas. Os grandes meios de comunicação, juntamente com as mídias digitais, amparadas por empresas que recebem verbas homéricas de partidos e grupos sociais, entraram fortemente na relação de poder e busca pelo controle informacional.

Almeida Júnior continua refletindo sobre como as pessoas desenvolvem suas visões de mundo e questiona: “Se o nosso contato físico com o mundo é tão pequeno, como podemos conhecê-lo?”. E argumenta:

> Sei de fatos que ocorrem a pouco, do outro lado do mundo, pela televisão, pelo rádio; às vezes pelo relato de um amigo ou por ter ouvido a conversa entre dois transeuntes, passageiros de ônibus, desconhecidos para mim. Os costumes, alimentos, danças, etc.,

> de povos antigos, eu deles fico sabendo pelos livros, em sala de aula, em filmes históricos. Um agravante: muitas vezes apenas por indícios, por suposições (ALMEIDA JUNIOR, 2015, p. 10).

É esse o conhecimento que se constrói no dia-a-dia, na vida cotidiana, em uma relação complexa entre as informações obtidas no contato diário com as pessoas no mundo e por meio dos mais variados suportes informacionais. O autor observa ainda que o conhecimento é construído a partir da dependência do outro. "O mundo nos é dado – sempre parcialmente – a partir dos outros, na relação dos outros. Vale a pena dizer: a partir da compreensão, do entendimento que o outro faz do mundo" (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.11). É a partir do olhar do outro que serão determinados os limites de cada fenômeno. Não obstante, Almeida Júnior questiona:

> Isso significa que sempre veremos o mundo de maneira deformada, a partir desses olhares? A chave é essa: são vários olhares e, estes, nos permite confrontá-los, estabelecer relações, identificar interesses. O nosso olhar crítico possibilita uma aproximação com o real (ALMEIDA JUNIOR, 2015, p. 11).

Essa chave, ou seja, "o olhar crítico que possibilita uma aproximação com o real" foi o principal motivo para eu retomar as reflexões feitas pelo autor. O fato de o conhecimento ser construído por grande influência das empresas de comunicação, não significa que isso determine o tipo de conhecimento que será compartilhado na vida cotidiana. Aliás, essa é a grande magia da comunicação e do processo de construção do conhecimento.

Os vários olhares, como por exemplo, dos grupos em situação de vulnerabilidade social (presos), permitem que o ponto de vista navegue por caminhos desconhecidos, mostrando para a ciência suas limitações, possibilidades e necessidades, ampliando os rumos da mediação da informação.

Relatei nos tópicos acima que o conceito de mediação da informação em uma concepção analítica pode ser entendido como um construto social que surge a partir das relações sociais e que está vinculado a prática e a transformação da realidade. Além disso, apresentei exemplos de práticas de mediação, tanto na biblioteca prisional como no clube de leitura, que tiveram por objetivo a promoção da autonomia e do processo de transformação social.

Em outro momento, já apresentei proposta de ampliação do conceito de mediador e de mediação da informação (MONTEIRO, 2012) e também de que o mediador da informação seja entendido como um intelectual orgânico (MONTEIRO; ALMEIDA JÚNIOR, 2017). Retomo

algumas reflexões, a começar pela ideia de profissional da informação, para que seja possível trilhar caminhos que estão para além dos questionamentos feitos anteriormente.

Veja leitor (a), o que o pesquisador Marco Antônio de Almeida, professor da Usp e referência na área de mediação da informação, dizia acerca do profissional da informação em:

> Se hoje soa utópico ou ingênuo pensar num perfil de profissional da informação como "intelectual orgânico" em função da série de mudanças pelas quais passou o mundo contemporâneo e o Brasil em particular, tampouco vale apontar para um perfil "técnico" que, na sua aparente neutralidade, escamoteia questões sociais e políticas relevantes. A inserção dos profissionais de informação nos processos culturais atentando para sua função de construção da hegemonia parece-me, nesse sentido, um dos focos a ser privilegiado numa formação que se quer crítica (ALMEIDA, 2007, p.13)

Aceitei a ideia e decidi desenvolvê-la, objetivando ampliar a concepção de atuação social do mediador da informação "[...] entendemos os profissionais e os mediadores da informação como sendo intelectuais orgânicos oriundos de diversos ambientes, ou seja, todos aqueles que pertençam a múltiplos espaços e que medeiam informação à sociedade" (MONTEIRO, 2012, p.58).

Essa ideia impulsiona o pesquisador a desenvolver pesquisas cujo objeto não fique restrito aos amplamente trabalhados na área e além disso, por meio de um "olhar crítico" possa compreender os múltiplos mediadores que cumprem funções transformadoras na sociedade:

> [...] com objetivo de romper com a trajetória de atender apenas aos anseios de um restrito grupo social, a ideia do intelectual orgânico como mediador da informação traz elementos fundamentais para analisarmos a informação mediada nos mais variados núcleos informacionais, como nos presídios, nas igrejas, escolas, hospitais, estádios de futebol, meios de comunicação, partidos, estúdios, domicílios, centros culturais, bares, manicômios, etc. Dessa maneira, os mediadores podem ser uma infinidade de pessoas letradas ou não, como: o pastor, o padre, o jogador, o representante comunitário, o professor, o profissional da saúde, o músico, o jornalista, o trabalhador da indústria, o motorista, o cobrador de ônibus, etc. (MONTEIRO; ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p.103).

Por meio do "olhar crítico" a CI consegue repensar seus objetos e universos de pesquisa, aproximando-se das demandas sociais e de suas problemáticas cotidianas. Olhar que se propõe a romper com o histórico afastamento social da biblioteconomia que isolou-se da sociedade "[...] encastelando-se em seu espaço, empregando técnicas criadas para atender e responder necessidades oriundas de suas próprias entranhas" (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.135).

Reconheço a enorme plasticidade e flexibilidade do conceito de mediação da informação "[...] que quando pensado no plano das instituições, praticamente impossibilita uma única definição consensual, na medida em que os sentidos das práticas que recobrem derivam de realidade entre si" (ALMEIDA, 2015, p.35).

No entanto, me salta aos olhos a perspectiva crítica e os termos que dão corpo a este conceito, como por exemplo, "relação dos sujeitos com o mundo", "construção do conhecimento", transformação social", "apropriação, transformação social", "formação da consciência do ser", "interação social", "protagonismo no processo de intervenção social", dentre muitos outros.

Diante desse quadro, deixo aqui a reflexão para os pesquisadores que trabalham com o termo de que mediação da informação deveria ser cunhado como "mediação social da informação", tendo em vista que o ato de mediar e seu verdadeiro sentido está necessariamente vinculado a prática social. Nessa medida, a ação de mediar, em qualquer momento do ciclo informacional (produção - organização - apropriação), por profissionais ou mediadores da informação, nos múltiplos ambientes informacionais, é impreterivelmente uma "mediação social da informação".

Tal proposição corrobora com a concepção de González de Gomez para quem a "[...] compreensão de uma mensagem não pode separar-se das práticas sociais em que são trocadas comunicacionalmente essas mensagens" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004, p. 58.). De acordo com a ideia da autora de que o ser humano como ser social realiza uma atividade prática que visa transformar a realidade, finalizo com a proposta feita por Araújo a CI, relatando que falta a área encontrar-se com as possibilidade de utopia e fazer-se, então, práxis:

> Talvez o que falte nesse momento para a Ciência da Informação, em tempos de crise das utopias, dos projetos políticos e mesmo dos projetos de inclusão e democratização informacional; com projetos voltados para uma dimensão essencialmente técnica, à maneira mesma de uma "engenharia social"; e com leituras muitas vezes apenas instrumentais da atuação da área e dos profissionais por ela formados; seja engajar-se na proposta de construção de uma "imaginação informacional". Para, então, sem deixar de lado a crítica ideológica e a desconfiança dos discursos sobre o momento contemporâneo, reencontrar-se com as possibilidades da utopia e fazer-se, então, práxis (ARAÚJO, 2009, p.118).

7. INFORMAÇÃO ENCARCERADA: O JOVEM DA GERAÇÃO INTERNET E A APROPRIAÇÃO DOS DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS

> **“**O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais.”
>
> Gayatri Spivaki

Prezado (a) leitor (a), eis que chegou o momento que talvez seja o mais esperado e interessante desta tese, a análise dos dados. Momento em que vamos ter contato com alguns discursos dos jovens encarcerados para tentar compreender de forma mais contundente qual o lugar desses jovens nessa ambivalente “sociedade da informação”.

Comecei este capítulo colocando em destaque o enunciado da pesquisadora indiana Gayatri Spivak, em seu ensaio, “Pode o subalterno falar?”. A autora parte de uma crítica aos intelectuais ocidentais, principalmente Gelles Deleuze e Michel Foucault apontando a falta de espaço para que o sujeito subalterno possa falar e a violência epistêmica que perpetua o intelectualismo ocidental que julga poder falar em nome do subalterno.

Spivak finaliza o ensaio com o caso de uma jovem ativista indiana que, engajada na luta armada pela independência da Índia, criou um lugar de fala no próprio corpo por meio de seu suicídio que objetivou ser um gesto político, porém seu ato foi visto pela sociedade indiana como uma possível consequência de um amor ilícito. Nesse sentido, o subalterno como sujeito feminino não pode ser ouvida nem lida.

Partindo do pressuposto de que a escritora indiana entende o subalterno como um sujeito que “[...] pertence as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (SPIVAK,1985, p.12), o preso brasileiro, de maneira geral, pode ser compreendido como um sujeito subalterno.

Não tenho necessidade de expor neste espaço o perfil sociodemográfico do preso brasileiro, nem de demonstrar que o sistema prisional no Brasil encarcera majoritariamente pessoas pobres e negras, pois isso já foi feito em outro momento (VER: CAPÍTULO 05), quero apenas reiterar que não tenho a pretensão de “falar pelo preso”, como já afirmei a respeito dessa impossibilidade em minhas reflexões sobre os limites do método etnográfico (VER: TÓPICO

3.1), muito menos de “dar voz” a eles, como se fosse possível tal empreendimento, minha intenção como pesquisador influenciado pela perspectiva intelectual e ocidental de mundo, é apenas a de me apropriar dos dados coletados e expor um cenário trágico de marginalização social e informacional para que seja possível serem tomadas medidas e criadas políticas públicas que possam atuar sobre o problema.

Nesse sentido, este capítulo inicia exploração dos dados obtidos por meio do questionário sociodemográfico com o objetivo de fazer um mapeamento acerca do perfil dos sujeitos da pesquisa. Essa caracterização é bastante interessante e vai permitir ao leitor (a) visualizar de forma genérica, quem são esses jovens, ou seja, qual sua escolaridade, etnia, os motivos pelos quais se encontram na prisão, onde nasceram e qual profissão exerciam antes do cárcere.

Além disso, o quadro sociodemográfico é importante para que possamos estabelecer comparações acerca das condições enfrentadas pelos jovens que foram sujeitos desta pesquisa e a realidade da juventude brasileira e dos jovens encarcerados no Brasil. Feita a caracterização dos sujeitos, passo a dialogar/analisar as entrevistas.

Baseado nas respostas dos jovens com relação a apropriação dos dispositivos informacionais, construiu-se quadros para produzir análise descritiva acerca de como era suas práticas informacionais e quais dispositivos tinham acesso e se apropriavam antes da prisão, e como essas práticas se transformaram após adentrarem ao cárcere.

Por fim, me debrucei acerca da análise teórica das entrevistas, tentando compreender e refletindo acerca das transformações ocorridas nas práticas informacionais dos jovens após adentrarem a prisão, e de que forma esse cenário se apresenta como momento profícuo para intervenções vinculadas a disponibilização de dispositivos informacionais que possam corroborar com as possibilidades de criação de atividades no ambiente prisional que promovam aprendizagem e autonomia do indivíduo privado de liberdade.

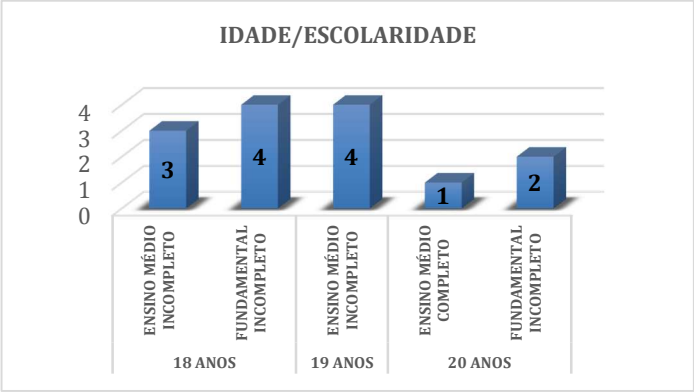
7.1 Os quatorze sujeitos: caracterização sociodemográfica do jovem do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul

> "Nunca tive endereço fixo porque a biqueira fazia meu pai mudar pra vários lugares".
>
> (Renato, 18 anos, Entrevista, fevereiro de 2018)

O processo de transformar os dados em quadros é bastante revelador em uma pesquisa. Confesso que fiquei impressionado quando lancei os dados do questionário sociodemográfico e pude visualizar as informações coletadas em formato de quadros, proporcionando uma visão ampla acerca do perfil dos sujeitos da pesquisa. Veja o (a) leitor (a) como ficou interessante.

Começo com informações sobre a idade (18 a 20 conforme corpus da pesquisa) e da escolaridade desses jovens.

Quadro 14: Idade e escolaridade dos jovens



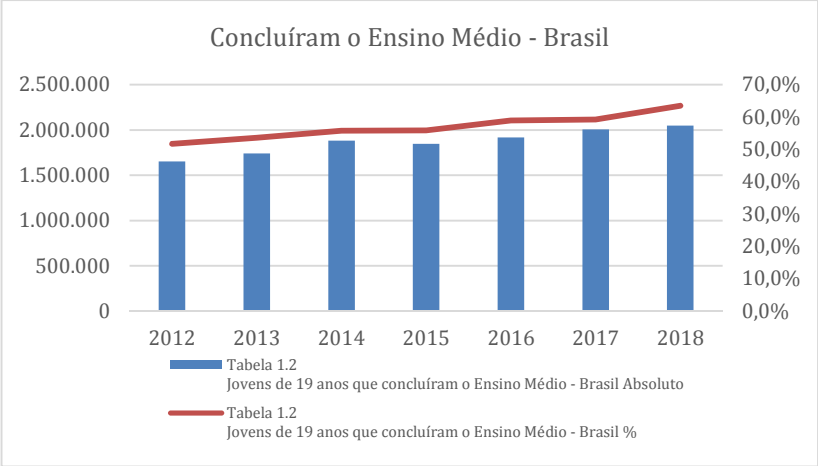
Fonte: elaborado pelo autor

Conforme pretendido na proposta deste estudo, os jovens entrevistados não ultrapassaram a idade de 20 anos, mais especificamente, o quadro foi composto por 07 jovens de 18 anos, 04 de 19 anos e 03 de 20 anos. Dos 14 educandos, a metade não concluiu o ensino médio e 06 pararam no ensino fundamental. Apenas 01 concluiu o ensino médio.

Um quadro bastante preocupante e que reproduz, de forma ainda mais precária, a realidade brasileira, tendo em vista que 04 em cada 10 jovens de 19 anos não concluíram o

ensino médio no Brasil em 2018 (ano em que realizei a coleta de dados no sistema prisional), conforme dados publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Veja o quadro abaixo:

Quadro 15: Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio em 2018



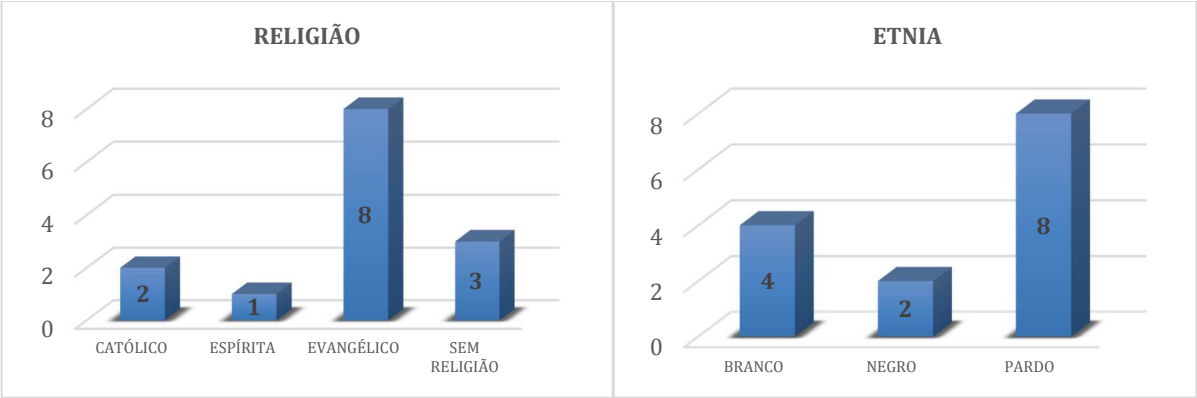
Fonte: IBGE/Pnad Contínua/Todos pela Educação

Ainda que esta breve comparação esteja restrita apenas aos 14 sujeitos entrevistados neste estudo, e que o quadro educacional do sudeste esteja em vantagem com relação ao cenário brasileiro (IBGE, 2018), já é possível perceber o agravamento da situação educacional quando mergulhamos na realidade educacional do sistema prisional.

Outro tema importante refere-se a religião e etnia. Uma pessoa que tenha breve contato com o sistema prisional, seja por meio de visita ou estudo, descobre que a religião cumpre papel fundamental no processo de organização e divisão da população carcerária, muitas vezes atuando como refúgio e esconderijo, ou como representação social no sistema prisional, ainda que está representação tenha que ser reafirmada cotidianamente e que sua posição, em algumas unidades prisionais, seja marcada por um certo descrédito frente a massa carcerária (DIAS, 2011).

Não vou entrar nessa problemática que é bastante vasta, o que cabe salientar aqui, é o panorama religioso e étnico dos sujeitos entrevistados.

Quadro 16: Religião e Etnia



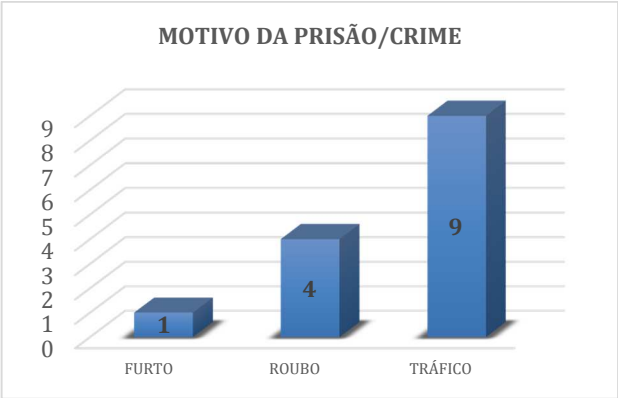
Fonte: elaborado pelo autor

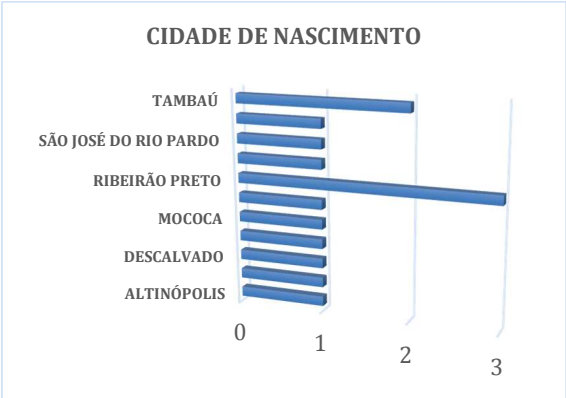
Percebe-se a predominância de evangélicos dentre esses jovens, algo bastante comum no sistema prisional, haja vista que a visita e atuação das denominações evangélicas são frequentes nas prisões. Dos 14 entrevistados, 08 responderam ser evangélicos. Com relação à etnia, os resultados mostraram-se atípicos se levarmos em conta o exposto no capítulo 05 deste texto. No entanto, confesso ao (a) leitor (a) que os dados reproduzem as respostas dos participantes, porém ao menos 04 dos 08 que responderam ser pardos, não teriam qualquer problema de adentrar a universidade pelo sistema de cotas, o qual tenta reparar os prejuízos históricos a população negra.

Aqui cabe uma breve reflexão. No espaço universitário, principalmente nas universidades públicas e nos cursos de humanas, parece menos desgastante se auto afirmar negro (mesmo com todo preconceito que sofre a aluno negro e as múltiplas manifestações, na maioria das vezes veladas, no campus) e encontrar grupos de pessoas que apoiam a causa e a luta. Porém como seria essa postura para um jovem negro encarcerado? Será que conseguimos nos colocar no lugar deste jovem e compreender os motivos pelos quais ele se autodeclara pardo e não negro?

Deixo essas questões para reflexão e vou para outros resultados, já que tais problemáticas merecem debates amplos tanto na sociedade como no mundo acadêmico. Sendo assim, vamos verificar os motivos pelos quais esses jovens foram parar na prisão e em quais cidades nasceram.

Quadro 17: Motivo da Prisão e Cidade de Nascimento





Fonte: elaborado pelo autor

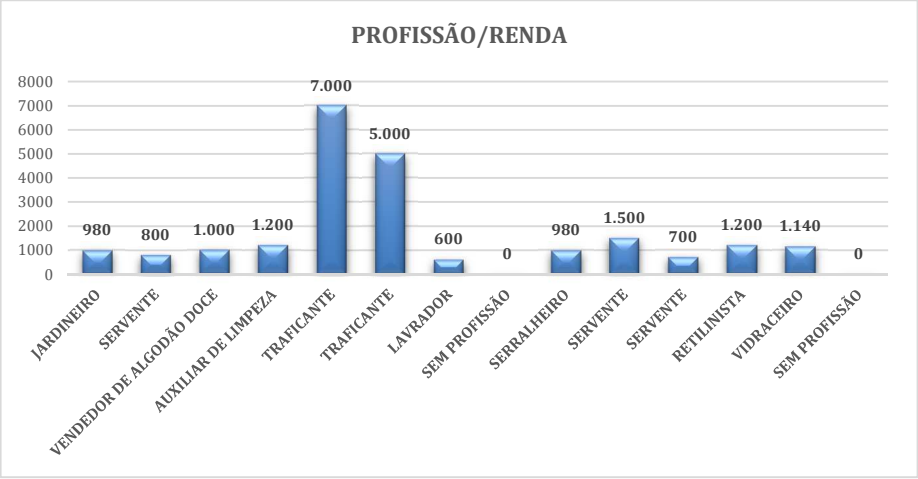
A maioria dos jovens entrevistados estavam presos por causa do tráfico de drogas, ou seja, 09 de 14 participantes. De fato, o crime de drogas é um dos grandes responsáveis pela superlotação dos presídios brasileiros. Em 2006 foi criada a atual Lei 11.343 que previa a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e a prescrição de medidas para a prevenção de uso indevido, a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, sem abdicar da repressão à produção não autorizada e ao tráfico de drogas ilícitos.

A mudança em relação a lei anterior – Lei 6.368/76 foi a de não punir o usuário de drogas com pena de privação de liberdade, e trouxe como alternativa a prisão as penas descritas no artigo 28, como por exemplo, prestação de serviço à comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas e comparecimento a cursos educativos. No entanto, a lei não foi efetiva, pois segundo pesquisadores do Núcleo de Violência da USP (NUV), a lei não conseguiu definir quem é traficante e que é usuário. Em 2011 o NUV já apontava crescimento do número de presos por tráfico de drogas após 2006, e que a nova lei não conseguiu acessar o grande traficante (JESUS, 2011).

Com relação ao outro quadro, a “cidade de nascimento” dos participantes, parece um dado irrelevante, porém fiz questão de destacá-lo, pois é comum escutarmos cotidianamente manifestações de pessoas xenofóbicas dizendo que grande parte dos problemas de violência estão relacionadas a imigração, principalmente de nordestinos. O quadro mostra que todos os entrevistados nasceram no interior de São Paulo, principalmente em Ribeirão Preto.

Outro dado alarmante e que merece destaque, é referente a profissão e renda desses jovens. Observe o quadro abaixo.

Quadro 18: Profissão e Renda



Fonte: elaborado pelo autor

Dos 14 jovens, 03 responderam que eram serventes de pedreiro quando estavam em liberdade, 02 traficantes, 02 não tinham trabalho, e os outros eram, jardineiro, lavrador, serralheiro, retilinista e vidraceiro. Interessante observar que 02 jovens consideram a atividade de traficar drogas uma profissão, além disso, quando comparado a renda dos trabalhos, é impressionante a rentabilidade do tráfico de drogas, em média, 07 vezes superior aos rendimentos dos trabalhos como servente e lavrador.

Comecei este tópico destacando a fala do jovem Renato quando questionado sobre seu endereço: “Nunca tive endereço fixo porque a biqueira fazia meu pai mudar pra vários lugares” (Renato, 18 anos, Entrevista, fevereiro de 2018). Esse é um dos grandes problemas que enfrentamos no sistema prisional, ou seja, muitas famílias têm suas vidas e formas de subsistência vinculadas ao crime e, na maioria das vezes, o rendimento é muito superior ao salário recebido pelo trabalhador comum.

No setor de educação dentro da prisão, trabalho[66] com oferta de estudo (aulas do ensino regular) e curso profissionalizante (curso de pintura residencial, artística, aula de computação, encanador, panificação, entre outros), o que se torna um desafio diário convencer o educando a gostar dessas atividades já que, muitas vezes, no mundo do tráfico de drogas as atividades são mais rentáveis e não exige especialização.

[66] Importante salientar que aqui estou me utilizando de exemplo de minha atividade no regime semiaberto para ilustrar os dados coletados no CDP de Serra Azul. Ambos os regimes tem oferta de trabalho e estudo, fazendo com que os problemas enfrentados pelos dois regimes sejam, em alguns aspectos, semelhantes.

No caso do recluso jovem, a situação é ainda mais agravante, pois geralmente este sentenciado ainda está “iludido” com a vida do crime e acha que este é o único caminho para sua vida. Lembro o caso de um jovem educando que, após se interessar e ser matriculado em duas atividades do setor de educação (escola e curso de educação para o trabalho), começou a faltar nas aulas. Chamei o jovem para conversar e falei da importância da educação para sua vida e para o seu futuro. O educando me respondeu assim: “Eu sou do crime senhor, tô entendendo as parada que o senhor tá falando aí, entendo o lado do senhor, mas não quero nada não, meu negócio é o crime” (Anotações do pesquisador infiltrado, 2018).

Trabalhar com educação na prisão não é uma tarefa fácil, na medida em que grande parte das pessoas que chegam ao sistema prisional já vivenciaram muitas privações na vida, tanto com relação ao acesso aos dispositivos culturais, como vinculadas as condições básicas de estrutura social e familiar. Diariamente temos dificuldades de encontrar monitores para nos auxiliar no setor pelo simples fato de que um dos pré-requisitos para tornar-se monitor de educação é ter concluído o ensino médio. Na minha rotina de entrevista[67] para ofertar ao preso oportunidade de curso e ensino, é bastante frequente receber a resposta de que não sabem ler e escrever, e muitas vezes que escrevem, mas não leem.

Este é o retrato da situação dos jovens entrevistados neste estudo. Meu objetivo foi o de proporcionar ao (a) leitor (a) uma visão geral acerca desses 14 sujeitos. O mapeamento mostrou que a escolarização desses jovens é inferior à do jovem brasileiro. Que há predomínio de evangélicos e pardos, e que o tráfico de drogas desponta como o principal motivo pelo qual se encontram no cárcere. Além disso, o tráfico de drogas aparece como a “profissão” mais rentável entre eles, revelando-se como um entrave no processo de reintegração desses jovens na sociedade.

De modo geral, a análise dos quadros sociodemográficos revelou um perfil de jovens com baixa escolarização, que majoritariamente se denominam cristãos, que nasceram no Estado de São Paulo, que trabalham em muitas profissões, mas que predomina o trabalho no tráfico de drogas e que dispõem de precária estrutura familiar. Dessa forma, vamos tentar compreender como este jovem se apropriava dos dispositivos informacionais antes de adentrar a prisão.

---

[67] Quando o sentenciado chega na prisão ele passa por uma entrevista tanto pelo setor disciplinar, que o direciona para determinado pavilhão de acordo com as regras da unidade prisional, quanto pelo setor de trabalho e educação. Sou um dos responsáveis por realizar a entrevista de educação e é por meio dela que conseguimos aferir os interesses do educando em estudar ou fazer cursos profissionalizantes.

7.2 Práticas informacionais: a vida antes do cárcere e a apropriação dos dispositivos informacionais na rua

> [...] eu gostava de usar whats e facebook pra conversar com as novinha, com os parceiro. No face gostava mais de postar fotos, gostava de ver vídeos, as novinha dançaaando... só acessava a página do MC TWF, tá ligado. Assistia na tv, pânico na band e no rádio só funk (Gustavo, Entrevista, fevereiro, 2018)

Caro (a) leitor (a) caso queira aprofundar seus conhecimentos acerca do funcionamento do sistema prisional, nada mais fabuloso e extraordinário do que a obra "Recordações da Casa dos Mortos" escrita por Dostoievski após o escritor deixar a prisão. Trata-se de uma obra escrita por alguém que vivenciou o cotidiano da prisão como preso. Em um de seus relatos o autor aborda a obsessão que a maioria dos reclusos tem em relação a chegada da liberdade. Segundo o autor, a ocupação favorita de quase todos os presos é contar o tempo de prisão que falta para cumprir.

> Logo no primeiro dia comecei a sonhar com a libertação. Minha ocupação favorita ficou sendo contar o tempo que me restava a cumprir, de mil diferentes maneiras. Não conseguia pensar noutra coisa, e creio que todas as pessoas privadas de liberdade agem da mesma maneira. Ignorava se os outros forçados pensavam ou contavam como eu, mas, logo ao primeiro dia, a inconcebível leviandade das suas esperanças me impressionou muito. As esperanças de um prisioneiro nada têm que ver com as esperanças de um homem livre. O homem livre pode esperar por uma mudança de sorte, ou pela realização de uma ambição qualquer, porém vive, age, e a vida real o arrasta sem cessar. Já não acontece o mesmo com o prisioneiro. Admitamos que a vida da prisão, o presídio, também é vida: mas seja qual for o forçado, e sejam quais forem os anos de sua detenção, ele se recusa instintivamente a considerar sua sorte como positiva, definitiva, como fazendo parte da sua existência. No presídio, qualquer forçado sente que não "está em sua casa", supõe-se por assim dizer em visita. Encara os vinte anos da sua pena como se fosse unicamente dois; está convencido de que aos cinquenta anos, quando soar a hora da sua libertação, será tão jovem quanto agora, aos trinta e cinco apenas. "Ainda terei muito tempo bom a viver!" cisma ele (DOSTOIEVSKI, 1991, p.67).

De fato, em minha rotina de trabalho, converso diariamente com os educandos e sem dúvida o principal assunto é a tão esperada liberdade. Quando o sentenciado está próximo de ter o lapso temporal para progredir para o regime aberto, ele é capaz de fazer qualquer coisa para acessar o advogado do presidio ou os funcionários que trabalham no setor de progressão de pena. Geralmente eles mandam bilhetes para o setor responsável e acionam os funcionários do pavilhão para que eles entrem em contato com o advogado da prisão. Ainda que o benefício de progressão para o regime aberto esteja montado, apenas aguardando a assinatura do Juiz de

execução penal, eles falam desse mesmo assunto o tempo todo, seja para os próprios amigos presos, ou para os diferentes funcionários que encontram durante o dia.

Toda essa ânsia por liberdade nos leva a refletir sobre o que esses indivíduos fazem quando estão livres, e principalmente, como se apropriavam dos dispositivos informacionais antes de adentrar ao sistema prisional. Essa foi uma das questões feitas durante a entrevista aos quatorze jovens, e chegou o momento de trazer à tona suas respostas.

Antes de mergulhar nos relatos dos sentenciados, retomo brevemente alguns apontamentos feito no início do texto acerca do conceito de práticas informacionais para que o (a) leitor (a) compreenda sob qual perspectiva desenvolvi as análises. Ainda que o conceito de prática informacional esteja em gestação, já existem múltiplos estudos que o utilizam de diversas formas de abordagem, como por exemplo, com foco nas interações, na cognição, na abordagem clínica, entre outros (SIRIHAL; BOGLIOLO; ARAÚJO, 2017).

Araújo trabalha com a ideia de processo na medida em que são os atos dos sujeitos que atualizam as regras e os modelos por meio de suas ações. Nesse sentido, o autor relata que o "[...] conceito de "prática" tomado da Etnometodologia, se deu com o objetivo de ver em que medida os fatos sociais são constantemente produzidos pelos indivíduos" (ARAUJO, 2013, p.16.b).

Dessa forma, o pesquisador menciona que os estudiosos do campo propuseram o conceito de prática informacional como forma de retomar a ideia de práxis e como alternativa ao conceito de "comportamento informacional".

> Como uma alternativa ao caráter restritivo e "asfixiante" do conceito de "comportamento informacional" (um indivíduo que, a partir de um estímulo externo, procura um sistema de informação para satisfazer sua necessidade de informação), alguns pesquisadores do campo de estudos de usuários da informação propuseram o conceito de "prática informacional", retomando a ideia de práxis como um todo "[...] modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los" (CHAUÍ, 1984, p. 20). O desenho dessa perspectiva consiste na aplicação de uma certa forma de compreender o sujeito e o processo de conhecimento (ARAUJO, 2017, p.228).

Nessa perspectiva, entendo que as práticas informacionais são processos os quais estão vinculados aos atos de sujeitos que consequentemente atualizam suas regras e modelos por meio de suas ações. Essas ações, ou seja, o modo de agir e o produto da ação é parte de um mesmo processo e são inseparáveis, constituindo o sujeito e o processo de conhecimento.

É por meio dessa prática informacional que pretendo demonstrar as ações feitas pelos jovens encarcerados a partir de agora através das análises dos dados. Incialmente fiz análise

descritiva mediante a confecção de tabelas e organização dos discursos por meio de categorias. Feito isto, passo para análise teórica, buscando encontrar padrões nos dados. Toda essa discussão está inserida em um processo reflexivo construído a partir da contribuição de diversos autores, dentre eles, o já amplamente citado Goffman, que trabalha a ideia de “abordagem dramatúrgica” e “representação” em que as pessoas atuam para passar a melhor impressão.

Uma dessas formas de representação Goffman chama de “maneira” para nomear o papel que o ator espera desempenhar em uma situação que se aproxima. Assim sendo, as maneiras demonstram a impressão que o ator pretende transmitir, ou seja, uma maneira arrogante pode dar a impressão de que a pessoa iniciará a interação verbal, já uma “[...] maneira humilde escusatória pode dar a impressão de que o ator espera seguir o comando de outros, ou pelo menos que pode ser levado a proceder assim” (GOFFMANN, 2014, p.37).

Essa maneira humilde é preponderante no sistema prisional, principalmente na relação do funcionário com o presos. No entanto, fiquei impressionado no momento da realização da coleta de dados no CDP de Serra Azul, quando fui apresentado como pesquisador aos entrevistados e eles desconheciam minha vida como funcionário da prisão. Após entrar na sala fechada com os jovens e iniciar a entrevista, eles deixaram a “maneira humilde” e passaram a se impor na interação verbal. Exemplo disso, pode ser observado na fala de Gustavo que abriu este tópico, em que ele relata que gostava de usar facebook para ver as “novinha dançando” e conversar com os “parceiro”.

Além disso, Gustavo utiliza o termo “tá ligado” como forma de interação verbal, algo que nesses quase dez anos como funcionário da prisão, mesmo sendo do setor de educação e de conviver e conversar diariamente com os educandos, jamais um sentenciado utilizou o referido termo para conversar comigo, exceto em momentos de tensão. Dessa forma, esclareço o (a) leitor (a) que desenvolvi o capítulo 07 inteiramente sendo visto pelos presos como “pesquisador” no CDP de Serra Azul, e o capítulo 08 foi desenvolvido tendo como base o meu cotidiano como “funcionário” em uma prisão de regime semiaberto.

É nesse cenário de ruptura da “maneira humilde” de representação dos atores que apresento análise descritiva dos discursos dos jovens por meio do quadro 19:

Quadro 19: Apropriação dos dispositivos e práticas informacionais dos jovens antes da prisão

Jovens	Apropriação dos Dispositivos	Práticas Informacionais
Miguel	Telefone celular, Notebook, Internet, Televisão	"Aaa eu usava nootbook, internet em casa, gostava de assistir televisão de manhã e novela a tarde, meu tempo maior era conversando no zap com meus amigos em Ribeirão e sobre emprego com meu patrão (Miguel havia comentado ser armador de ferragem)"
Henrique	Telefone celular, Televisão	"ficava no face, no whats falando com meus amigos, a televisão mesmo eu via mais jornal e novela. No face eu via os amigos"
Sandro	Telefone celular, Notebook	"Notebook usava apenas facebook, via vídeos, amigos e no celular usava para whats, ligação"
Claudemir	Telefone celular, Notebook, Rádio, Televisão	"Usava pra conversar com minha namorada, pra telefonar, ouvir músicas no youtube, musicas, etc. Na tv eu assistia o que passava, filme, isso...".
André	Telefone celular, Notebook, Internet, Televisão	"Usava para vídeos, notícias que despertava interesse, conversar com amigos, - notícia de esporte - facebook, whats e todas as redes sociais possíveis".
Alexandre	Telefone celular	"Ficava no Whats, mais conversa privada, não mexia em rede social, usava a internet para escutar música..."
Renato	Telefone celular	"Usava para falar com a mãe da minha filha, usava pra whats e face, youtube pra escutar música.."
Ronaldo	Telefone celular, Computador, Internet, Televisão	"Para mexer no face, assistir filme, ouvir música, whats para conversar com amigos"
Maicon	Telefone celular	"Tinha contato dos amigos e usava whats e face principalmente, ficava sabendo do mundo pelo facebook memo, pelo feed de notícias, sabe como é né, acontece alguma coisa importante na cidade já fica sabendo. Pesquisava no google umas imagens da cidade, no youtube vídeos de funk, sertanejo, uns vídeo

		engraçado no youtube, não tinha tempo pra outra coisa, tráfico é pior que trabalho. Me arrependo de estar num lugar desse, se alimenta mal, não tem convívio..vai pra cadeia fica pior sabe?!”.
Gustavo	Telefone celular, Computador, Internet, Televisão	“eu gostava de usar whats e facebook pra conversar com as novinha, com os parceiro. No face gostava mais de postar fotos, gostava de ver videos, as novinha dançando..só acessava a página do M`C TWF - Assistia na tv pânico na band e no rádio só funk”
Lucas	Telefone celular, Computador, Televisão	“Usava bastante o face pra conversar com meus colegas, acessava vídeos no youtube, vídeos de terror assistia bastante. Na tv via bastante desenho, gostava de jogar vídeo game na tv. No celular jogava, tirava fotos, usava whats, fazia bastante ligação com parentes de longe”.
Eduardo	Telefone celular, Carta (Não tem Televisão)	“Tinha aqueles celular sem internet sabe?!, usava pra ligar pros amigos, não tinha internet - nunca tive...”
Bruno	Telefone celular, Livro, Televisão	“Usava celular pra conversar com a namorada, com os familiares, usava facebook pra ver as atualizações, via fotos, posts, via as meninas e no whats ficava nos grupos, tinhas as minas, conversava com familiares de longe. Na tv assistia filme, novela, desenho. Eu lia livro do Harry Poter...”
Paulo	Telefone celular, Televisão, Rádio	“celular eu usava facebook pra bater papo, entrava nas páginas das pessoas, vídeos, atualizações das pessoas.. o whats usava mais pra trabalhar, pra falar com a família. Na tv costumava assistir novela, jornal (Datena), pânico na band. Escutava rádio no horário de trabalho, 106 sertanejo e Mega..”.

Fonte: elaborado pelo autor

Ao serem questionados sobre quais dispositivos utilizavam antes da prisão, os educandos responderam que tinham acesso a todos os tipos de dispositivos, como por exemplo, televisão, rádio, computador, entre outros. Aqui já é possível refletir sobre o "acesso" aos dispositivos, tendo em vista que a maioria não declarou qualquer restrição – principalmente de ordem financeira - ou dificuldade para acessar esses aparelhos, exceto o Eduardo que relatou não ter televisão e que seu celular era sem acesso à internet.

Perceba o (a) leitor (a) que existe nesse primeiro questionamento uma diferença entre quais dispositivos esses jovens "utilizavam" – no sentido de apropriação do objeto, ou seja, apropriação do objeto e sua relação sujeito objeto e sujeito mundo (BATISTA, 2018), e quais eles "tinham em casa". Como discorri anteriormente, principalmente citando Warschauer (2006), o fato de ter acesso ao dispositivo não significa que o indivíduo se aproprie dele.

Nesse sentido, os jovens ao serem questionados sobre quais meios de comunicação utilizavam antes de ser preso, eles responderam que utilizavam principalmente "telefone celular", sendo que dos 14 entrevistados, todos tinham telefone celular. A televisão também é bastante utilizada e foi citado por 09 jovens. Internet e notebook foi citada por 04 educandos e computador por 03. Notei que os educandos diferenciam o computador desktop de um notebook. Livro e carta foi citado apenas uma vez.

Aqui caberia refletir sobre o que esses jovens entendem por meios de comunicação, ou se essa pergunta acaba excluindo a possibilidade da pessoa responder sobre livros, por exemplo. No entanto, o que nos cabe nesse momento é analisar a apropriação desses dispositivos feita pelos jovens antes de adentrar a prisão. Alguns desses jovens, quando questionados sobre suas formas de comunicação, responderam que faziam uso principalmente do telefone celular.

O telefone celular tornou-se o grande representante da "Geração Internet" encarcerada. Alexandre, Renato e Maicon, mesmo tendo acesso a quase todos os dispositivos, utilizavam apenas o telefone celular e se apropriavam de diversas maneiras do aparelho, seja para assistir vídeos ou escutar músicas. Dessa apropriação que transforma o objeto e amplia suas funções de acordo com a necessidade do usuário, nascem as práticas informacionais e são dessas práticas que vou discorrer a partir deste momento.

Começamos com a fala de Maicon, jovem que respondeu utilizar apenas o telefone celular, para ilustrar o que representava as práticas informacionais desses jovens antes de adentrarem a prisão.

> [...] tinha contato dos amigos e usava whats e face principalmente, ficava sabendo do mundo pelo facebook memo, pelo feed de notícias, sabe como é né, acontece alguma coisa importante na cidade já fica sabendo. Pesquisava no google umas imagens da

> cidade, no youtube vídeos de funk, sertanejo, uns vídeo engraçado no youtube, não tinha tempo pra outra coisa, tráfico é pior que trabalho (Maicon, Entrevista, fevereiro, 2018).

É possível observar que Maicon se apropria do dispositivo de múltiplas formas, o que reflete em suas práticas informacionais, ou seja, utiliza o celular para escutar músicas, ver vídeos, ler notícias, conversar com os amigos, entre outras funções. O celular, de alguma maneira, acaba por suprir a necessidade de outros dispositivos, como rádio, televisão, livro, computador, etc.

Perceba leitor (a) que o ato de informar-se sobre os acontecimentos do mundo, para Maicon, está relacionado ao feed de notícias do facebook. Assim como Maicon, Alexandre e Renato relataram utilizar apenas o celular. Alexandre para conversar no Whatsaap e escutar música, e Renato para mexer no whatsaap, facebook e para escutar música no youtube.

O uso do facebook foi relatado por 12 dos 14 entrevistados. Na maioria dos casos, suas práticas eram conversar com amigos, ver fotos, vídeos e atualizações, como relata Lucas “Usava bastante o face pra conversar com meus colegas”, e Paulo “celular eu usava facebook pra bater papo, entrava nas páginas das pessoas, vídeos, atualizações das pessoas”. Além do facebook, o whatsapp também é muito utilizado entre os jovens, sendo que 10 deles responderam gostar de utilizar o aplicativo para conversar com amigos, familiares, relacionamentos, etc.

Televisão foi citado apenas por 04 entrevistados, que disseram assistir pânico na Band, novela, jornal, jornal Datena e filme. Rádio foi citado 02 vezes, e esses jovens escutavam funk e as estações 106 Sertanejo e Mega. Livro foi citado apenas pelo educando Bruno, o qual relatou que lia livros, como por exemplo, Harry Potter. De modo geral, é possível perceber que os jovens entrevistados se apropriam principalmente do telefone celular em suas atividades cotidianas, sendo suas práticas informacionais múltiplas, que vão desde uma simples ligação para amigos e familiares, a obter informações sobre o que está acontecendo no mundo por meio das redes sociais.

Embora alguns educandos tenham citado a apropriação de diversos dispositivos, como por exemplo, a televisão, a predominância do telefone celular é abrupta, sendo esse dispositivo um meio em que é possível escutar música, jogar, assistir vídeos, tirar fotos, conversar com pessoas, parentes e afins, se informar, fazer posts e ver atualizações das pessoas.

Outros questionamentos feitos acerca do processo de apropriação desses dispositivos, foi com relação a idade que começaram a utilizar, quais desses meios de comunicação eles tinham em casa e quais locais eles frequentavam para acessar informação. Vejam as respostas que foram sistematizadas por meio do quadro:

Quadro 20: Idade, acesso aos dispositivos em casa e lugares de acesso à informação na rua

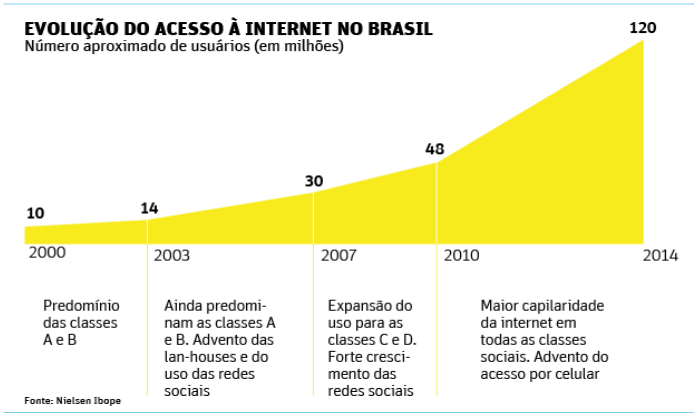
Jovens	Idade em que começou a utilizar os dispositivos	Dispositivos que tinha em casa	Lugares que frequentava para acessar informação
Miguel (20 anos)	"Comecei a usar a desde os 11 anos, com essa idade eu já tinha celular, antes disso eu vivia mais brincando na rua".	Telefone celular, Notebook, Televisão, Rádio	"Gostava de ir em Centro Cultural que tinha internet lá e de vez em quando em Lan House que eu ia pra jogar".
Henrique (18 anos)	"Tenho celular desde os 11 anos"	Telefone celular, Televisão, Rádio, computador (não sou muito chegado em computador)	"Gostava de ir muito na Lan House, eu gostava de jogar os jogos, na escola tinha aula de música, chamava Guri (refere-se ao projeto Guri) eu ia bastante"
Sandro (20 anos)	"A partir dos 13 comecei a usar notebook e celular"	Telefone celular, Notebook, Televisão, Caixa amplificadora de som	"No começo eu ia na biblioteca para usar o wifi e depois colocou o wifi em casa e passei a usar em casa. Quando eu trabalhava no mercado eu usava wifi da lanchonete"
Claudemir (19 anos)	"Desde os 7, 8 anos comecei a usar celular, meu pai não sabia usar"	Telefone celular, Notebook, Televisão, Rádio	"Ia na lan house (raras vezes), usava em casa. Biblioteca fui poucas vezes, só quando ia fazer trabalho na escola"
André (20 anos)	"Celular partir dos 7 anos, na escola tinha acesso a sala de informática, tv e rádio desde criança"	Telefone celular, Televisão, Radio, Computador	"Escola e Lan House (usava lan pra jogar)"
Alexandre (19 anos)	"Usava celular desde os 12 anos"	Telefone celular, Televisão, Aparelho de som	"só usava internet em casa ou no celular"
Renato (19 anos)	"Uns 10 anos"	Telefone celular, Notebook, Televisão, Computador, Aparelho de Som	"Não.".
Ronaldo (19 anos)	"Uns 12 ou 13 anos, mas tv eu sempre assisti, bastante esporte, filme, fox esporte"	Telefone celular, Televisão, Computador, Aparelho de Som	"Ia na casa do meu amigo pra acessar a internet, ficava assistindo filme, escutando música (rap e reggae)"
Maicon (19 anos)	"Desde 13 anos, usava pra escutar música, depois virou celular digital, era aquele orkut antes, celular a pessoa esquece do mundo"	Telefone celular, Notebook, Televisão, Computador, Aparelho de Som	"Já frequentei bastante Lan house, ia pra jogar. Frequentei biblioteca na época da escola"
Gustavo (19 anos)	"A partir dos 12 anos"	Telefone celular, Radio, Televisão,	"frequentava Lan house, ia mais pra mexer no face e jogar, ver os vídeos"

		Computador, Aparelho de Som	
Lucas (18 anos)	“depois dos 14 anos”	Telefone celular, Televisão, Computador, Aparelho de Som	“Lan house de vez em quando pra baixar música no pen drive”
Eduardo (19 anos)	“comprei esse celular simples com 15 anos quando comecei a vender algodão doce com meu coroa, antes dele morrer”	Não tem nada em casa, nunca tivemos condições pra comprar	“estudava e quando tinha que fazer trabalho pegava 2, 3 real ia na lan house e na biblioteca da escola pegava livro, pegava livro pra aprender a ler”
Bruno (18 anos)	“Desde os 15 anos”	Telefone celular, Televisão, Xbox, Aparelho de Som	“Acessava internet em casa”
Paulo (19 anos)	“13 anos”	Telefone celular, Notebook, Televisão, Computador, Aparelho de Som	“[...] eu ia as vezes no centro cultural com minha filha, parque ecológico”

Fonte: elaborado pelo autor

Ao serem questionados sobre quando começaram a utilizar esses meios de comunicação, é possível pressupor que os jovens tenham se baseado principalmente no celular, ou ao acesso à internet, para responder à questão. Digo isto porque, como relatei no início do texto, conforme reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo, a internet completou 20 anos de existência no Brasil em 01 de maio de 2015. A “evolução” do acesso à internet no país aconteceu em 2010, ainda que essa afirmação seja problemática, tendo em vista que metade da população brasileira não tem acesso a saneamento básico, o grupo que estamos discutindo aqui, de alguma maneira, é contemplado por essa “evolução”. Veja a figura abaixo:

Figura 21: Evolução do acesso à internet no Brasil



Fonte: Folha de São Paulo

O google surgiu em 1998, o facebook em 2004 e o whatsapp em 2009. Se pensarmos que os jovens entrevistados tinham entre 18 e 20 anos em 2018, significa que eles tinham em média 01 ano quando apareceu o google, 07 anos quando surgiu o facebook e 12 anos o whatsapp. Motivo pelo qual foram chamados de “Geração Internet”, pois trata-se de pessoas que cresceram junto com essas transformações impulsionadas pelo acesso à internet e foram alfabetizadas em meio ao processo de expansão e popularização dessas redes sociais.

Dito isto, talvez possamos compreender melhor minha proposição de que os jovens tenham se baseado no acesso à internet e uso do celular para responder à questão referente a idade em que eles começaram a utilizar esses meios de comunicação. Tal fato corrobora com o citado tópico da figura 21, “maior capilaridade da internet em todas as classes sociais e o advento do acesso ao celular”, que ocorreu em 2010, ano em que os jovens entrevistados teriam em média 13 anos.

Essa média de idade com relação ao uso do celular pode ser observada no discurso de Maicon, que citou a transformação do celular de analógico para digital e a extinta rede social Orkut: “Desde 13 anos, usava pra escutar música, depois virou celular digital, era aquele Orkut antes, celular a pessoa esquece do mundo (Maicon, Entrevista, fevereiro, 2018)”

Dos entrevistados, 08 responderam que começaram a utilizar esses “meios de comunicação” antes dos 13 anos, e 06 disseram que iniciaram entre os 13 e os 15 anos. Henrique “tem celular desde os 11 anos” (Henrique, Entrevista, fevereiro, 2018), assim como Miguel em que o uso do celular aos 11 anos fez com que ele abdicasse das brincadeiras: “Comecei a usar desde os 11 anos, com essa idade eu já tinha celular, antes disso eu vivia mais brincando na rua” (Miguel, Entrevista, fevereiro, 2018).

Exceção aos demais entrevistados, Eduardo não tinha condições financeiras para comprar os dispositivos que a maioria dos educandos tinham em casa, como por exemplo, televisão, computador, aparelho de som, etc., todavia, adquiriu um telefone celular simples, “comprei esse celular simples com 15 anos quando comecei a vender algodão doce com meu coroa, antes dele morrer [...] Não tem nada em casa, nunca tivemos condições pra comprar (Eduardo, Entrevista, fevereiro, 2019)”

Com relação ao questionamento sobre quais dispositivos os jovens tinham em casa, confesso que inicialmente as respostas me surpreenderam bastante, pois exceto o Eduardo que foi mencionado acima, todos citaram ter televisão, computador/notebook e aparelho de som/rádio. Assim sendo, o acesso aos dispositivos não era um problema para os jovens quando estavam em suas casas, porém, como dito anteriormente, muitos desses jovens abdicavam de

se apropriar de dispositivos que tinham em casa em prol de práticas informacionais vinculadas apenas ao telefone celular.

Veja leitor (a) que interessante quando perguntei a eles sobre quais lugares frequentavam para acessar informação. Pergunta bastante frequente no campo da biblioteconomia, tendo em vista que essa é uma das qualidades do fazer bibliotecário. A maioria dos entrevistados, 08 deles, responderam que frequentavam a lan house. A biblioteca foi citada 04 vezes, o centro cultural 02 vezes, a escola também 02 vezes. Outros como Alexandre e Ronaldo responderam que usavam internet em casa ou na casa de um amigo, respectivamente.

Vou colocar em destaque três dessas respostas para que possamos analisá-las de forma detalhada:

> Gostava de ir em Centro Cultural que tinha internet lá e de vez em quando em Lan House que eu ia pra jogar (Entrevista, Miguel, fevereiro, 2018)
>
> Gostava de ir muito na Lan House, eu gostava de jogar os jogos, na escola tinha aula de música, chamava Guri (refere-se ao projeto Guri) eu ia bastante (Entrevista, Henrique, fevereiro, 2018)
>
> No começo eu ia na biblioteca para usar o wifi e depois colocou o wifi em casa e passei a usar em casa. Quando eu trabalhava no mercado eu usava wifi da lanchonete (Entrevista, Sandro, fevereiro, 2018).

Todos esses educandos em destaque tem algo em comum. Tanto Miguel, como Henrique e Sandro acessavam os locais (Centro cultural, Lan house, Biblioteca, Lanchonete) para usar internet. Para além das reflexões que já foram feitas neste texto acerca do excessivo vinculo desses jovens com o celular e a internet, a pergunta que nos salta aos olhos refere-se as práticas informacionais desses usuários. Quais as práticas informacionais dos jovens nesses ambientes?

As práticas informacionais são múltiplas, pois os jovens responderam que frequentavam os ambientes para jogar, baixar músicas, mexer no face, ver vídeos no youtube, escutar músicas, etc. Imagino que o (a) leitor (a) esteja pensando se as práticas informacionais desses jovens, quando estavam livres, divergiam dos outros jovens da mesma idade. Acredito que não, porém essa questão daria outra pesquisa. O que nos cabe analisar aqui é a seguinte questão: esses jovens, que tinham essas práticas informacionais múltiplas e excessivamente vinculadas ao telefone celular e acesso à internet, quando adentram ao espaço prisional em que há restrição do uso de celular, o que acontece? Quais dispositivos passam a se apropriar? Pretendo discutir essas questões no próximo tópico.

7.3 Práticas informacionais: como o jovem do CDP de Serra Azul se apropria dos dispositivos informacionais no interior da prisão

Bem-vindo (a) leitor (a), a partir de agora vamos entrar na prisão, primeiramente no regime fechado no CDP de Serra Azul, onde os educandos têm acesso ao banho de sol duas vezes por dia, sendo duas horas de manhã e duas horas à tarde. O resto do tempo eles permanecem dentro da cela no pavilhão. Como disse anteriormente, alguns presídios de regime fechado tem escola e pavilhão de trabalho, sendo que caso o educando exerça uma dessas atividades, ele é deslocado para os respectivos pavilhões e retorna a cela após finalizar a atividade.

O CDP de Serra Azul têm essa estrutura, o que permite ao educando terminar seus estudos ou trabalhar em uma das empresas existentes, como por exemplo, na confecção de sacolinhas de lojas ou de prendedores. O acesso a biblioteca é feito por meio de lista que circula nas celas e após o pedido, o livro é encaminhado ao educando no pavilhão.

Assim sendo, questionei os entrevistados acerca da apropriação que fazem dos meios de comunicação existentes, sobre quais lugares utilizam para acessar informação na prisão e se participam das atividades educacionais disponibilizadas, como por exemplo, ensino regular e curso PET (Programa de Educação para o Trabalho), que consiste em 10 módulos, durante 10 semanas em que o educando se familiariza com as questões vinculadas ao trabalho, seja aprendendo a fazer um currículo ou a se portar em uma entrevista de emprego, e até elaborar projetos de sustentabilidade. O curso fica sob responsabilidade do monitor preso em parceria com a FUNAP. Novamente, para que seja possível visualizar o todo, construí um quadro.

Quadro 21: Apropriação dos dispositivos, lugares de acesso à informação e atividades educacionais no CDP de Serra Azul

Jovens	Apropriação dos dispositivos	Lugares para acessar informação	Atividades educacionais
Miguel	“Minha principal comunicação aqui é por carta, quando não volta, tá maior veneno esse lugar, a carta demora mais de dois meses para voltar. Na cela tem televisão, dá pra alguma coisa, na hora do almoço nois assisti jogo aberto, jornal nacional, vídeo show, sessão da tarde, celebridade, malhação e depois mudamos para Datena, nois gostamos de assitir Datena pra saber o que tá	“O lugar que mais acesso informação é na escola - nois procura ler livro porque ali tem a biblioteca - gosto muito de ler Augusto Cury e bispo Macedo”.	“Faço o segundo colegial aqui na cadeia e faço o curso PET, que tem comunicação e expressão, arte, trabalho, é dez módulo e cada um vai falando uma coisa”.

	aconteceno nas cadeia ou quando fala alguma coisa de lei "Eu gosto do Datena".		
Henrique	"Então, quando eu cheguei aqui mesmo, o funcionário falou que era sim senhor, não senhor (está se referindo a forma de procedimento disciplinar quando o sentenciado chega na unidade prisional e o funcionário informa sobre como deve ser seu comportamento). E passei a seguir isso. Ultimamente aqui na escola (a escola no pavilhão escolar - trata-se de um sentenciado que estuda) a gente pega livro pra ler, no momento eu tô lendo o livro "A culpa é das estrelas", já lí "O homem de sorte". Eu gosto de livro romântico. Tem também "O melhor de mim" que é bom. Porque televisão na minha cela não tem, então tenho que pegar alguma coisa pra distrair a cabeça".	"Na escola, como estudo é lá que fico sabendo das coisas.."	"Estudo, tô na oitava série e faço curso PET, o curso são 10 módulos, é arte e expressão, tem vários módulos. Tem um curso que eu fiz que é do Augusto Cury sobre como se comunicar com as pessoas entendeu?! E fiz curso de empreendedorismo, é como você abrir uma firma, adquirir uma empresa entendeu?!, montar um mercado…"
Sandro	"Aqui é só carta, só assisto TV quando saio para o sol, assisto jornal hoje, Mais Você, Sessão da Tarde. Eu leio livro, peguei um que é "Poemas Escolhidos".	"Eu fico sabendo das coisas quando vejo tv"	"Estou no 9ª ano aqui, faço curso do PET, é bom o curso".
Claudemir	"Aqui passei a usar carta, não assisto televisão...moro na igreja, alugo livros evangélicos na biblioteca...RR. Soares, Silas Malafaia..."	"Pela minha Mãe.."	"9º ano aqui, fiz curso PET e fiz curso do Augusto Cury".
André	"Aqui uso mais carta e familiares que a gente troca informação. Assisto televisão, jogo, jornal e novela, principalmente novela, cadeia para!!!"	"Vou a biblioteca, livros, gosto muito do Edir Macedo e do Augusto Cury"	"Sou monitor escolar, vou começar um curso de projeto PET".
Alexandre	"Carta, aqui é um mês pra ir e um mês pra voltar. Não tem tv no barraco, tô pedindo uns livro, pego qualquer livro que tenha título interessante..."	"Aqui quem me passa informação é a visita..."	"Não...nada"
Renato	"Carta, assisto tv no meu barraco..."	"No pavilhão memo, trocando ideia com a rapaziada..."	"Não..."
Ronaldo	"Só por carta, demora muito, mais de mês, comunicação memo só com a	"com a família.."	"Não..."

	família. Costumo pegar livros, livros de filme e Allan Kardec”		
Maicon	“Aqui não me comunico com ninguém, apenas me comunico por carta. Na hora do sol vou assistir uma tv - “Cê tá desligado do mundo aqui dentro”.	“Na tv da cela vejo jornal hoje, vídeo show e metade do filme na tv porque chega a hora da tranca e o filme ainda não acabou”	“Já comecei a estudar mas parei, não e pra mim não...”
Gustavo	“Nada, não tem nada - aqui é veneno, alimentação com besouro, falta de agua - tem uma televisão na outra cela, tem que ficar no sol quente - vejo desenho, carnaval (agora que é época) pra passar o tempo”.	“Pra saber notícia do mundão tem vez que eu assisto jornal..”	“jogo bola aqui, só isso que tem nessa cadeia. Antes de ser preso eu jogava. Aqui tinha que ser diferente, ter uma televisão pra passar o tempo, um rádio, um perculio melhor, isso!! bola, soltava pipa..pião é de lei…”
Lucas	“Aqui só livro, o que tô lendo agora é sobre liberdade, não lembro o nome. Lia Gibi na rua, gostava de quadrinhos, aqui não tem, na lista que desce”.	“Por carta, mas tá difícil carta, de vez em quando vejo tv (jornal, desenho, filme), só na hora do sol”	“Tava estudando, aí veio a condenação e eu pedi pra parar...”
Eduardo	“Só tem comunicação pela visita dos outros, uma carta demora dois mês pra chegar na família - no barraco que moro não tem tv. Peguei livro mas não lembro o nome”.	“Carta e tv no barraco do lado..”	“Não...”
Bruno	“Até o momento não peguei livro e não assisto tv porque não tem tv”.	“Para saber informação só a minha mãe...”	“Não...”
Paulo	“Nada...de vez em quando eu pego um livro ou outro, mais os evangélicos...”	“Não tenho...”	“Não...”

Fonte: elaborado pelo autor

A partir das respostas expostas no quadro é possível perceber as mudanças abruptas que o jovem passa com relação ao acesso aos dispositivos informacionais ao adentrar a prisão. Jovens como por exemplo, Miguel, Henrique e Sandro que foram citados como extremamente vinculados à internet quando estavam na rua, no ambiente prisional têm a carta, a tv e o livro como principais dispositivos de comunicação. Importante salientar leitor (a), que dos 14 jovens selecionados para entrevista, os 05 primeiros (Miguel, Henrique, Sandro, Claudemir, André) foram retirados dos 04 primeiros pavilhões, onde residem os sentenciados que estudam ou trabalham.

Nos outros pavilhões 05, 06, 07 e 08, os presos não exercem atividade de trabalho ou educação. Veja o que o funcionário disse no dia da coleta: “Olha Cirão, você falou que queria entrevistar os presos de todos os pavilhões, então beleza, mas você tá ligado né, do raio 05 pra baixo é tudo lixo, quer nada não” (Diário de Campo, fevereiro, 2018). Nesse sentido, para esses 05 jovens o acesso a determinados dispositivos é facilitado, sendo que tanto Miguel como Henrique responderam que a escola é o local que eles mais acessam informação. André disse que usa a biblioteca, já Sandro e Claudemir, mesmo com acesso facilitado a escola e a biblioteca (localizada junto com a escola), responderam que acessam informação por meio da tv e de conversas com sua mãe durante a visita de final de semana, respectivamente.

Além deles, mais 01 educando respondeu ser a biblioteca o principal meio de acesso a informação, outros 03 responderam ser a visita no final de semana (mãe, família, etc.), outro disse não ter acesso e apenas 01 respondeu que acessa informação “No pavilhão memo, trocando ideia com a rapaziada” (Renato, Entrevista, fevereiro, 2018). A maioria respondeu que acessa informação por meio da tv, além do Sandro, outros 04 educandos.

> Na tv da cela vejo jornal hoje, vídeo show e metade do filme na tv porque chega a hora da tranca e o filme ainda não acabou (Maicon, Entrevista, fevereiro, 2018)
>
> Pra saber notícia do mundão tem vez que eu assisto jornal (Gustavo, Entrevista, fevereiro, 2018)

Alguns dos entrevistados, como por exemplo, o Maicon citado acima, não tem televisor na cela e aproveitam as horas de banho de sol para ver tv em outra cela. Por isso relatou não assistir ao filme até o fim. Quando questionados sobre quais meio de comunicação mais utilizam na prisão, o uso da carta esteve destacado em 10 dos 14 entrevistados. Em seguida o livro foi citado por 10 entrevistados e a televisão por 07. Observe algumas das respostas interessantes relacionadas a apropriação das cartas, da televisão e do livro:

> Aqui é só carta, só assisto TV quando saio para o sol, assisto jornal hoje, Mais Você, Sessão da Tarde. Eu leio livro, peguei um que é Poemas Escolhidos (Sandro, Entrevista, fevereiro, 2018)
>
> Aqui passei a usar carta, não assisto televisão...moro na igreja, alugo livros evangélicos na biblioteca...RR. Soares, Silas Malafaia... (Claudemir, Entrevista, fevereiro, 2018)
>
> Aqui uso mais carta e familiares que a gente troca informação. Assisto televisão, jogo, jornal e novela, principalmente novela, cadeia para!!! (André, Entrevista, fevereiro, 2018)
>
> Carta, aqui é um mês pra ir e um mês pra voltar. Não tem tv no barraco, tô pedindo uns livro, pego qualquer livro que tenha título interessante... (Alexandre, Entrevista, fevereiro, 2018)

O (A) leitor (a) consegue imaginar jovens de 18 a 20 anos usando cartas?! Repare que esses jovens jamais haviam respondido ou citado utilizar cartas quando estavam na rua. Além disso, quando citam cartas, na maioria das vezes, acabam fazendo referência ao ambiente "Aqui é só carta", "Aqui passei a usar carta", "Aqui uso mais carta", ou seja, o ambiente prisional transforma o uso de um dispositivo visto como obsoleto pelo jovens livres e o torna essencial no funcionamento informacional da prisão.

Essas novas formas de apropriação não acontece apenas com a carta, mas também com a televisão e com o livro. A maioria dos sentenciados responderam serem leitores e quase a totalidade desejavam assistir tv, e só não o faziam por não ter em suas celas, ou por ser da cela da igreja, como é o caso do Claudemir, onde é proibido televisão. Cenário este bastante diferente do encontrado quando esses jovens foram questionados sobre a apropriação dos dispositivos na rua e, parte significativa, mostrou-se extremamente vinculados ao uso do celular e da internet, como já abordamos em outro momento do texto.

No ambiente prisional, os dispositivos se transformam e ganham outras formas de apropriação e significação. Tais formas de apropriação, podem ser melhor compreendida, nas palavras de Nestor Canclini que ao explicar sobre interculturalidade, relata a ressignificação dos objetos que os africanos capturados fizeram após chegarem a países distantes na época do comércio de escravos:

> [...] os africanos capturados e deportados para países distantes na época do comércio de escravos, os objetos de outras sociedades foram apreendidos, transformados em mercadoria, esvaziados da sua significação social, recolocados em novos contextos e reconceituados para responder a necessidade econômica, culturais, políticas e ideológicas dos membros das sociedades distantes (CANCLINI, 2005, p.50).

Nesse sentido, objetos como a carta, o televisor e o livro são esvaziados da sua significação social e recolocados no ambiente prisional, tornando-se dispositivos essenciais para as necessidades econômicas, políticas, culturais e ideológicas dos jovens no cárcere. Assim sendo, a carta passa a ser a "principal comunicação", a televisão uma forma de "saber notícia do mundão" e o livro "pra distrair a cabeça".

Outros relatos interessantes surgiram com relação as práticas informacionais feitas nesses dispositivos. Ainda que muitas das celas que os entrevistados moravam não tinham televisão, eles responderam assistir todos os tipos de programas. 06 relataram assistir jornal, seja jornal hoje, jornal nacional ou outros jornais, 03 sessão da tarde, 02 vídeo show e outros 02 desenhos. Programas como novelas, jogo aberto, celebridade, malhação, datena, mais você, jogo, carnaval, filme, foram citados apenas uma vez.

É interessante observar que o educando que tem televisão em sua cela acaba assistindo uma gama maior e mais variada de programas, como por exemplo, o Miguel:

> Na cela tem televisão, dá pra alguma coisa, na hora do almoço nois assisti jogo aberto, jornal nacional, vídeo show, sessão da tarde, celebridade, malhação e depois mudamos para Datena, nois gostamos de assitir Datena pra saber o que tá aconteceno nas cadeia ou quando fala alguma coisa de lei, eu gosto do Datena (Miguel, Entrevista, fevereiro de 2018).

Para quem não têm televisão na cela, o quadro de opções é reduzido e acabam assistindo apenas os programas disponíveis nos horários de banho de sol, como é o caso do Sandro "[...] só assisto TV quando saio para o sol, assisto jornal hoje, Mais Você, Sessão da Tarde" (Sandro, Entrevista, fevereiro, 2018).

Com relação a leitura, as práticas são múltiplas também. Os livros evangélicos foram os mais citados. Os únicos autores citados 02 vezes foram Augusto Cury e Edir Macedo[68]. Outros autores e livros citados foram: RR Soares, Silas Malafaia, Alan Kardek, Poemas Escolhidos, A culpa é das estrelas, O homem de sorte, O melhor de mim, livro sobre liberdade, "qualquer livro com título interessante".

Interessante observar que, quando questionados acerca de suas práticas informacionais no momento em que estavam na rua, apenas Bruno respondeu gostar de ler "Eu lia livro do Harry Poter" (Bruno, Entrevista, fevereiro, 2018) e Eduardo o qual respondeu que "pegava livro

[68] Desenvolvi pesquisa de mestrado sobre a ideia de informação religiosa e acerca do poder discursivo de Edir Macedo como mediador da informação. Mais informações ver: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93620

na biblioteca da escola para apreender a ler" (Eduardo, Entrevista, fevereiro, 2018). Lembrando que Eduardo foi o único jovem dos 14 entrevistados, que tinha um celular simples e ausência de acesso aos dispositivos informacionais em sua casa, os demais não citaram livro. No ambiente prisional, quase a totalidade desses educandos retiram livros.

Nesse sentido, é emblemático a ressignificação que o ambiente prisional promove no processo de apropriação dos dispositivos informacionais. Uma última questão que fiz aos entrevistados, foi sobre o que eles faziam no tempo livre quando estavam em liberdade e após adentrarem a prisão. De início, a pergunta me pareceu como algo despropositado e uma forma de fechar nossos diálogos, porém após colocar essas respostas na estrutura de análise descritiva buscando encontrar padrões e regularidades, essas respostas revelaram-se elucidativas e bastante significativas.

Observe o quadro abaixo construído para traçar um comparativos do que esses jovens faziam em seu tempo livre antes e após o encarceramento:

Quadro 22: Tempo livre antes e após a prisão

Jovens	Tempo livre na rua	Tempo livre na prisão
Miguel	Na rua eu gostava de sair para a praça, ir pra beira do rio, gostava de pescar no rio pardo, meu patrão tem o apelido de velho do rio.	No tempo livre eu gosto de jogar bola na quadra do pavilhão. A minha reivindicação principal é a velocidade da carta, tem vez que demora muito. Era bom se tivesse internet pra conversar com a família, principalmente meu pai que faz nove meses que não vejo, ele não aceita vir aqui.
Henrique	No momento eu tava trabalhando até as 4 da tarde, ficava na esquina, ia pro bar, vida do crime. Se fosse pra voltar eu terminaria os estudos, fazer algum curso de mecânico, borracheiro…	No momento não tá tendo futebol, então o meu tempo livre tá sendo o livro memo, o dominó, a dama e o paracundê … que isso? …. paracundê é um jogo legal, não tem aqui, mas tem entendeu?! é proibido!, é com dados, você tem que ir ganhando casas até o final, dura de meia a uma hora. Aqui não tem rádio nem televisão, no momento memo, tinha que ter tocado no coração do diretor pra arrumar uma televisão. Em cima de nóis que tá estudando, ele (o diretor)

		tá ganhando um dinheiro a mais. Em todas cadeia tem que ter escola porque a pessoa reflete a mente, crime é só ilusão, agradeço a Deus por estar vivo. Meu pai é pedreiro e minha mãe empregada doméstica, não é fácil manter a casa...
Sandro	Quando eu estava na rua gostava de ficar com minha namorada, mexer no celular, internet -	Jogar bola e ler livro. Deveria ter ligação aqui pra falar com minha família.
Claudemir	Andava de moto, saía, ia na casa da minha namorada, cachoeira….	leio a bíblia. O que me falta aqui é vários tipos de livros, mais evangélicos...
André	Na rua eu gostava de sair, balada, etc..	Aqui eu gosto de ler e jogar futebol..
Alexandre	Ia pra uns baile, só gastar dinheiro a toa. Já passei em outras cadeia, tinha rádio, aqui não tem nada, a alimentação vem com pedra...	Dá um pedal, jogar futebol, dominó e baralho…
Renato	no meu tempo livre ficava com minha filha..	jogo futebol, baralho, jogo dominó… o que falta nesse lugar é um telefone pra falar com a família
Ronaldo	Na rua eu jogava bola, fumava um beck, cheirava uma cocaína, curtia uns pião com os amigos	jogo futebol, fico no pedal, faço física, jogo carteado e dominó..
Maicon	Na rua eu ficava nos bar jogando sinuca, na casa das meninas usando droga, mexendo no celular, indo pra baile…	Jogar futebol, caminhada no pátio, só isso que tem pra fazer aqui dentro… Aqui deveria ter uma tela em cada barraco, melhorar o atendimento do advogado, dentista…
Gustavo	jogava bola, soltava pipa, pião é de lei....	Jogar bola, só isso que tem nessa cadeia…

Lucas	Na rua eu gostava de soltar pipa, jogar bola, ir para o shopping, andar de bicicleta, assistir filme com minha mãe, mexer no celular;	jogar futebol e dominó…
Eduardo	Trabalhava de semana e de sábado e domingo passeava com a família, ia comer no bosque...	Fico escrevendo carta pra minha família, fico andando, jogando bola de vez em quando…
Bruno	Na rua eu jogava bola, andava de bicicleta, dava uns trago, ficava com minha namorada, ia pra uns eventinhos..rsrs	Jogo bola, faço física… O que mais sinto falta aqui é de assistir uma tv, se tivesse um rádio...aqui é perseguição, com esses filhote do capeta não pode nada, só veneno
Paulo	Passeava com minha família, sair pra comer lanche, pizza. Se tivesse um curso aqui, podia ter uma tv na cela, um rádio...	conversar com os outros companheiros, jogar uma bola, pensar na família…

Fonte: elaborado pelo autor

Tendo em vista que pensar o tempo livre supostamente esteja diretamente ligado a necessidade de acessar dispositivos, as respostas acabaram sendo reveladoras, pois dispositivos como televisão e livro, amplamente citados quando os educandos foram questionados sobre o acesso à informação dentro da prisão, com relação a ideia de passar o "tempo livre" neste ambiente, o livro foi citado apenas por 03 educandos e a televisão não foi mencionado, ainda que muitos tenham restrição de acesso ao televisor em suas celas. Quando se referem ao tempo livre na rua esses dispositivos não foram citados.

Vamos observar as atividades de tempo livre do educando Henrique, antes e após adentrar ao cárcere.

> No momento eu tava trabalhando até as 4 da tarde, ficava na esquina, ia pro bar, vida do crime. Se fosse pra voltar eu terminaria os estudos, fazer algum curso de mecânico, borracheiro…(Henrique, Entrevista, fevereiro, 2018).

> No momento não tá tendo futebol, então o meu tempo livre tá sendo o livro memo, o dominó, a dama e o paracundê … que isso? …. paracundê é um jogo legal, não tem aqui, mas tem entendeu?! é proibido!, é com dados, você tem que ir ganhando casas até o final, dura de meia a uma hora. Aqui não tem rádio nem televisão, no momento memo, tinha que ter tocado no coração do diretor pra arrumar uma televisão (Henrique, Entrevista, fevereiro, 2018).

Henrique era traficante na rua e sua vida, mesmo quando questionado acerca dos momentos de lazer, se resumia a ficar na esquina, nos bares e vender droga. No momento em que adentrou ao ambiente prisional, Henrique começou a estudar, ou seja, acessou a escola que é um dos dispositivos "privilegiados" de acesso a informação. Assim sendo, de alguma maneira, suas respostas estão sempre vinculadas a leitura.

Interessante perceber também a relação de proximidade entre entrevistador e entrevistado. Lembro mais uma vez o (a) leitor (a), que durante as entrevistas no CDP de Serra Azul sou visto como "pesquisador", fato que permite algumas confissões, como a feita por Henrique com relação ao "paracundê", jogo não permitido pela segurança e que ele afirmou jogar. Esse tipo de proximidade, feita apenas em um contato, só é possível em uma relação educando e alguém de "fora do sistema", ou seja, alguém que não seja funcionário.

Tal confissão foi feita também por Bruno que chamou os funcionários de "filhotes do capeta". Veja as atividades de tempo livre de Bruno antes e após a prisão.

> Na rua eu jogava bola, andava de bicicleta, dava uns trago, ficava com minha namorada, ia pra uns eventinhos..rsrs (Bruno, Entrevista, fevereiro, 2019).
>
> Jogo bola, faço física… o que mais sinto falta aqui é de assistir uma tv, se tivesse um rádio...aqui é perseguição, com esses filhote do capeta não pode nada, só veneno (Bruno, Entrevista, fevereiro, 2019).

Bruno é exemplo de educando que não estuda na prisão e não tem o acesso a dispositivos como televisão. Na rua ele tinha uma vida vinculada ao uso de drogas e a atividades físicas, como por exemplo, jogar bola, algo que se manteve na prisão. Aliás, jogar bola é uma das atividades preferidas no tempo livre de quase todos os educandos na prisão. Dos 14 entrevistados, apenas Claudemir respondeu não jogar futebol no tempo livre, algo que talvez tenha relação com o fato dele ter se tornado evangélico no cárcere.

Em seu tempo livre antes de ser preso, Claudemir "Andava de moto, saía, ia na casa da minha namorada, cachoeira…." (Claudemir, Entrevista, fevereiro, 2018), na prisão "leio a bíblia. O que me falta aqui é vários tipos de livros, mais evangélicos..." (Claudemir, Entrevista, fevereiro, 2018). Os sentenciados evangélicos na prisão, como dito anteriormente, têm que seguir as regras desse grupo.

De modo geral, vou numerar as atividades de tempo livre dos educandos antes e após a prisão para que possamos ter uma ideia global de possibilidades de atuação dos dispositivos informacionais neste ambiente, quando se refere a fazer algo vinculado ao prazer. Antes da

prisão, 06 educandos responderam que gostavam de balada/sair com amigos, 04 jogar bola, 04 celular/internet, outros 04 usar droga, 03 andar de bicicleta, 03 namorar, 02 passear com a família, 02 comer pizza/lanche, 02 soltar pipa, 02 bar, e foi citado apenas 01 vez atividades como ir a praça, pescar, andar moto, ir a cachoeira, ficar com a filha, jogar sinuca, ir ao shopping e assistir filme.

Após a prisão, quase todos, exceto o Claudemir, responderam gostar de jogar bola, 05 de jogar dominó, 04 andar no pátio/dar um pedal, 03 jogar baralho, 03 ler livro/bíblia, 02 de fazer atividades físicas, e uma vez foi citado jogar dama, paracundê, escrever carta, conversar com companheiros e pensar na família. É possível perceber que as atividades livres na prisão se concentraram em jogar bola e jogos de dominó, dama e carta.

Essa visão ampla acerca das atividades de tempo livre desses jovens, permite que possamos perceber as carências e possibilidades de atuação com os jovens educandos após o encarceramento. Atividades como, por exemplo, espaços de leitura, escrita de poesia, discussão de livros e filmes, desenvolvimento de trabalhos manuais artísticos, etc., que já existem em outras unidades prisionais, podem ser uma proposta de trabalho com os educandos, tendo em vista que eles se encontram em momento de transição da rua as potencialidades do cárcere.

De forma geral, os jovens passam por mudanças bruscas com relação ao acesso de dispositivos informacionais quando são encarcerados. Muitos deixam o mundo online para ter como dispositivos de referência, o livro, a carta e a televisão. A maioria diz se informar sobre o mundo por meio da televisão. No entanto, quando estavam na rua, a maioria não relatou conexão com informações sobre os acontecimentos do mundo, porém demonstraram terem suas práticas informacionais vinculadas a jogos e redes sociais. Sem qualquer intenção de estabelecer juízo de valor acerca da forma como estes jovens utilizam as redes, o que nos cabe aqui é perceber as possibilidades de trabalhar autonomia educacional e informacional dentro da prisão por meio de projetos de aprendizagem.

No próximo capítulo, vou deixar de ser o pesquisador que por meio de entrevista baseada no método etnográfico, conseguiu estabelecer proximidades com seus interlocutores ao passo que estes o enxergavam como alguém de “fora da prisão” que podiam contar o que queriam, para tornar-me um funcionário da prisão no setor de educação, o qual desenvolve suas atividades cotidianas em contato direto com os sentenciados.

8. PESQUISADOR MERGULHADO NO CAMPO: A PRÁTICA AMBIVALENTE DO EDUCADOR FUNCIONÁRIO

> "Não existe nada que paga sua liberdade,
> e nem tortura mais cruel do que a saudade"
> (Diário de Campo, maio, 2019)

Dia desses, estava desenvolvendo minhas atividades de rotina na prisão, dentre as quais é dar acesso ao setor escolar para que as atividades de educação aconteçam, quando, ao abrir uma das salas de aula me deparei com a frase, destacada acima, escrita na lousa: "Não existe nada que paga sua liberdade, e nem tortura mais cruel do que a saudade" (Diário de Campo, maio, 2019).

É uma prática comum dos educandos, aos finais das aulas do período noturno, deixarem frases escritas na lousa, porém está me chamou atenção por exaltar a privação da liberdade como maior forma de punição. Principalmente porque conheci muitos amigos de trabalho, ao longo desses anos, que são partidários e defendem o massacre do Carandiru ou a violência como forma de punição, sem muitas vezes refletir sobre a história das prisões em São Paulo que é pródiga em nos mostrar que essa lógica de violência, superlotação, condições insalubres e ausência de projetos sociais é perniciosa à sociedade.

Entre 1987 e 1994, nos governos Quércia-Fleury vivemos o paradoxo do endurecimento penal pela transição democrática. Os debates em torno da questão carcerária foram substituídos por um consenso conservador que trouxe como consequência ações arbitrárias e extremamente violentas das forças de segurança que resultaram em uma sequência de mortes desencadeadas por ações de represálias como, por exemplo, em 1989 com a morte de 18 detentos por asfixia que haviam sido confinados em uma cela de 1,5m x 4m no 42º Distrito Policial com 50 presos, ou em 1992 com o massacre do Carandiru conhecido publicamente pela morte de 111 presos.

Após esses acontecimentos, há um aumento vertiginoso de rebeliões e fugas, decorrentes do surgimento da organização intitulada Primeiro Comando da Capital (PCC) que nasceu em 1993 no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, lugar onde eram levados os presos considerados criminosos e funcionava de acordo com um regime mais rigoroso de cumprimento de pena, prisão-castigo, o qual foi considerado o berço do PCC (SALLA, 2006).

De fato, ações arbitrárias pioram o sistema, ao passo que a privação da liberdade é a forma de punição prevista por lei e é nesse período de cumprimento de pena que a figura do mediador da informação pode se destacar como essencial no processo de transformação e

disponibilização do acesso as atividade vinculadas ao livro, a leitura, e aos dispositivos educacionais existentes na prisão. É nesse momento de vulnerabilidade que é possível encontrar um mecânico que não praticava a leitura e a escrita quando estava em liberdade, tornar-se poeta; um motorista cuja rotina de contato com a literatura não era usual, tornar-se ávido leitor; ou um jovem que estava iludido com o mundo do crime, se descobrir apaixonada pelo universo da leitura e da escrita.

Principalmente os jovens, sujeitos de estudo desse trabalho, são facilmente cooptados pelo crime organizado e se iludem com as promessas de poder e riqueza ofertadas por essas organizações. É nesta conjuntura de vulnerabilidade, em que as ofertas do crime organizado, a saudade da família e os instantes de desespero por estar no cárcere, que as atividades de educação aparecem como fundamentais no processo de autorreflexão e exercício de repensar a vida e como ela será conduzida no futuro.

Dessa forma, vou relatar neste capítulo um pouco de minha experiência cotidiana de trabalho na prisão, com objetivo de mostrar o quão efetivo a promoção do acesso aos dispositivos podem ser positivos para a transformação do jovem no cárcere. Antes de adentrar ao tema, compartilho com o (a) leitor (a) o sentimento paradoxal que é estar mergulhado no cárcere como funcionário e ao mesmo tempo educador:

> O dia a dia em uma unidade prisional é repleto de sentimentos ambíguos e paradoxais, principalmente quando trabalhamos no setor de educação. Um simples caminhar da escola à biblioteca, menos de 150 metros de distância, pode levar cerca de 30 a 40 minutos, na medida em que o preso acessa o funcionário da educação com perguntas intermináveis, como por exemplo: “seu Ciro quando vai ser o clube de leitura?, quando vai ter outro curso de informática?, de pintura”, etc., “o sr. vai colocar eu para estudar?”, entre muitas outras perguntas. E essas perguntas nunca são diretas, vêm sempre acompanhadas da longa história de vida, muitas vezes fantasiosas, que o educando criou para sobreviver na prisão. Ao chegar na biblioteca me deparo com um cenário interessante de presos lendo; quantidade grande de retiradas de livros. Em seguida converso com o monitor sobre a possibilidade de aumentar o funcionamento da biblioteca. No instante seguinte, recebo telefonema da diretora de educação informando que 8 educandos, que foram bem no ENEM, conseguiram aprovação em cursos universitários escolhidos no SISU. Na sequência, a disciplina me informa que o monitor da educação (preso promissor e com potencial educacional) foi pego com celular na carceragem e encaminhado para prisão de regime fechado. Encerro o dia conversando com o diretor geral sobre projeto de leitura e poesia (Anotações do pesquisador, fevereiro, 2019)

Perceba que aqui sou funcionário da prisão no setor de educação no Centro de Progressão em regime semiaberto. Bastante diferente da situação vivenciada durante a coleta de dados no CDP de Serra Azul, quando os sentenciados se abriram e relataram histórias usando gírias e xingaram funcionários quando este não estava presente. Como funcionário, os

educandos se reportam a mim usando o “comportamento padrão” da prisão, como por exemplo, para iniciar uma conversa utilizam sempre o pronome de tratamento “senhor”.

Essa exigência de comportamento na instituição é tão enraizada que, mesmo quando o sentenciado está na rua em liberdade e encontra o funcionário, alguns continuam a utilizar o pronome de tratamento “senhor”. Tal situação aconteceu comigo, quando um educando que participava das atividades educacionais, estabeleceu contato para conversarmos de múltiplos assuntos, dentre eles, família, educação, livros, uma relação de amizade, mas em nenhum momento, mesmo sendo amplamente solicitado por mim, ele me deixou de chamar de “senhor”.

Claro que falo aqui de uma situação amistosa entre funcionário e preso, algo que não é bastante usual no sistema prisional, tendo em vista que a maioria dos funcionários são vistos pelos sentenciados como “polícia”, ou seja, inimigos. As exigências de comportamento acontecem nas instituições e o sentenciado que consegue segui-las adequadamente, além de conseguir “certo” respeito dos funcionários, acaba tendo pequenos privilégios. Esses “pequenos privilégios” são abordados por Goffman ao relatar o funcionamento de uma instituição total.

> [...] em contraste com esse ambiente rígido, apresenta-se um pequeno número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência, em ação e espírito a classe dirigente. É importante ver que muitas dessas satisfações potenciais são parte da corrente de apoio que, antes, o internado aceitava como indiscutível. No mundo externo, por exemplo, o internado provavelmente podia decidir, sem pensar muito a respeito, como desejava o seu café, se acenderia ou não seu cigarro, quando falaria ou não; na instituição, tais direitos podem tornar-se problemáticos. Apresentadas ao internado como possibilidades, essas poucas reconquistas parecem ter um efeito reintegrador, pois restabelecem as relações com todo o mundo perdido e suavizam os sintomas de afastamento com relação a ele e com relação ao eu perdido pelo indivíduo. Principalmente no início, a atenção do internado passa a fixar-se nesses recursos e a ficar obcecada por eles. Pode passar o dia, como um fanático, em pensamentos concentrados a respeito da possibilidade de conseguir tais satisfações, ou na contemplação da hora em que devem ser distribuídas (GOFFMAN, 1974, p.50)

Todos esses pequenos prêmios e privilégios envolvem as atividades de educação na prisão, ao passo que o preso que estuda deve seguir as “regras” de funcionamento da instituição, principalmente o monitor preso, que é o sentenciado que dá apoio ao funcionamento da escola e das atividades educacionais e têm liberdade para trafegar em quase todos os setores para realizar as tarefas que lhes são atribuídas.

É nessa relação ambivalente, entre as regras de funcionamento da instituição e as ofertas de atividades educacionais que o funcionário educador encontra-se mergulhado. Ao mesmo tempo que temos a função de criar projetos educacionais, promover a leitura e o acesso aos dispositivos, também é uma de nossas atribuições exigir que o sentenciado cumpra as regras

estabelecidas pelos dirigentes. Veja um pequeno diálogo que estabeleci com um educando, quando ele percebeu que minha postura era diferente da maioria dos demais funcionários.

> Ontem, quando acompanhava o curso profissionalizante de pintura residencial em que os presos vão pintar escolas públicas para realizar suas atividades práticas, um preso me fez a seguinte pergunta: por que o senhor faz todas essas coisas, fica atrás de livro, acredita na gente e fica falando de educação. Respondi que o ser humano se transforma ao longo da vida e dos sofrimentos que enfrenta, e com o preso não é diferente. Muitas vezes ofereço algo pra vocês e sei que vocês não dão a menor importância, porém sei que um dia a cabeça muda. Acredito apenas em duas formas de transformação do preso na prisão e todas passam pelo momento em que o preso está vivendo. Uma delas é a religião que é bastante transformadora, a outra é a educação. Trabalho com a segunda possibilidade e para que seja possível essa transformação é preciso que vocês tenham acesso aos projetos de educação (Anotações do pesquisador, julho, 2019).

Ao explicar essas questões aos educandos, na maioria das vezes, cria-se uma relação de respeito entre as partes e é possível acontecer um vínculo para que as ações sejam efetivadas e que esses sentenciados exijam maior respeito da massa carcerária no sentido de que as atividades possam ser desenvolvidas com qualidade. No entanto, o funcionário da educação nunca deixa de ser agente penitenciário, e por mais que ele desenvolva ações que teoricamente beneficiem o preso e a sociedade, ele nunca deixa de sentir medo e se preocupar com o que está acontecendo na prisão. Ainda que o funcionário esteja executando uma atividade educacional, é necessário ficar sempre atento aos barulhos e movimentações dentro da unidade. Observe minhas anotações.

> Hoje estava mediando reunião do clube de leitura e um funcionário, ao passar e me ver no meio de 30 presos no refeitório (espaço amplo em que os presos usam para partilhar alimentação com as visitas nos finais de semana) sentados em roda, não hesitou em me chamar: “Ciro vem aqui um pouquinho”. Levantei, fui em sua direção e o funcionário diz baixinho no meu ouvido: “só pra você não ficar de chapéu[69], Lucélia acabou de virar[70]”. Voltei ao meu lugar e tentei fingir que nada estava acontecendo, porém todo Agente Penitenciário sabe dos riscos do início de uma rebelião local que pode transformar-se em uma megarrebelião e atingir todas ou quase todas as unidades prisionais, como aconteceu em 2001 e 2006 quando 70 e 30 unidades prisionais se rebelaram. Um misto de preocupação e medo tomou conta do meu ser no momento em que voltei ao grupo, dificuldade em prestar atenção na discussão do livro e grande preocupação em não ficar de refém dos mesmos presos que estão na roda conversando sobre o livro. O fantasma do efeito dominó das rebeliões aflige o coração e todos os funcionários da prisão. (Anotações do pesquisador, abril, 2018)

---

[69] A expressão “ficar de chapéu” é usada para referir-se à quando a pessoa “não está sabendo do fato”, “não tem informação sobre o acontecimento”.

[70] A expressão “virar” é quando acontece rebelião em uma unidade prisional.

De fato, o medo é parte integral e convive com as atividades diárias de um funcionário da prisão. Tanto que Dráuzio Varella relata que “O impacto do ambiente prisional provoca transformações irreversíveis na personalidade do agente penitenciário” (VARELLA, 2012, p.31). Nesse sentido, fiz esses apontamentos apenas para localizar o (a) leitor (a) acerca da diferença entre uma pessoa de fora do ambiente prisional, como por exemplo, um pesquisador e um funcionário da prisão que trabalha no setor de educação. Dito isto, no tópico 8.1, passo a relatar mais algumas práticas informacionais no regime semiaberto.

8.1 Práticas informacionais: apropriação dos dispositivos informacionais em regime semiaberto

> “Não tem problema de soltar,
> é tipo, eles lá e a gente aqui,
> tipo zoológico”
>
> (Anotações do pesquisador infiltrado, maio, 2018)

As unidades prisionais do Estado de São Paulo, em sua grande maioria e sob prévia autorização do juiz de execução, recebe visitas de grupos de alunos de direito que, por meio de atividade de campo, vão conhecer o funcionamento dos estabelecimentos prisionais. Uma dessas visitas me chamou bastante atenção quando uma aluna questionou o motivo pelo qual os presos não estavam soltos durante a visita dos alunos nos espaços da prisão.

> Ontem cerca de 30 alunos de uma faculdade de direito de Ribeirão Preto, acompanhados de dois professores foram visitar a unidade prisional que trabalho. Como é de praxe, para que não ocorra nenhuma anormalidade ou situação de risco, retornamos os sentenciados aos seus respectivos alojamentos e mostramos a estrutura da unidade aos alunos, ou seja, a escola, a igreja, a biblioteca, os espaços de recreação, horta, galpão de trabalho, etc. Em um momento da visita uma aluna me perguntou: “Por que eles não estão soltos?” Respondi: “Porque vocês estão aqui”. A aluna continuou a falar: “Não tem problema de soltar, é tipo, eles lá e a gente aqui, tipo zoológico” (Anotações do pesquisador infiltrado, maio, 2018).

Ainda que a aluna teria em torno de 19 anos, aquela fala “tipo zoológico” ecoou como uma bomba aos meus ouvidos. De fato, em minha rotina estou acostumado a escutar frases desse tipo, mas não proveniente de uma universitária que, hipoteticamente, reflete acerca da questão prisional. Imediatamente lembrei do trecho da música “diário de um detendo” dos

racionais: “Ratatatá, mais um metrô vai passar. Com gente de bem, apressada, católica. Lendo jornal, satisfeita, hipócrita. Com raiva por dentro, a caminho do Centro. Olhando pra cá, curiosos, é lógico. Não, não é não, não é o zoológico (RACIONAIS M´C, 2018, p.85).

Iniciei este tópico com essa reflexão, pois grande parte da sociedade nunca pensou acerca do funcionamento do sistema carcerário no Brasil, sobre como essas pessoas vivem, os motivos pelos quais estão encarceradas, a que classes sociais pertencem e quais são as condições de trabalhos nesses locais.

Nesse sentido, mostrar algumas práticas informacionais dos educandos, buscar compreender, ainda que parcialmente, a forma como se apropriam dos dispositivos informacionais e refletir acerca da possibilidade de implementação de projetos e políticas públicas nesse espaço, é fundamental para que a sociedade tenha consciência sobre o que é possível fazer para melhorar as condições de funcionamento da prisão.

Para além das práticas informacionais realizadas no Centro de Progressão já mencionadas e representadas neste texto, como por exemplo, o funcionamento da biblioteca prisional (Tópico 5.2) e do clube de leitura (Tópico 6.1), vou relatar outras práticas que fazem parte das minhas atribuições cotidianas e que são apropriadas pelos educandos.

Antes de adentrarmos esses projetos, compartilho com o (a) leitor (a) um quadro comparativo acerca de algumas das diferenças entre as bibliotecas do CDP de Serra Azul de regime fechado e a biblioteca do Centro de Progressão de regime semiaberto.

Quadro 23: Biblioteca Prisional de regime fechado e de regime semiaberto

Biblioteca	Centro de Detenção Provisória de Serra Azul (regime fechado)	Centro de Progressão Penitenciária (regime semiaberto)
Acervo	Fechado	Aberto
Locação	Feito por meio de lista no pavilhão, em que o preso escolhe o livro e posteriormente é encaminhado, por meio de carrinho, para sua cela.	O preso acessa o acervo e pode escolher o livro.
Empréstimos	Média de 500 mês	Média de 700 mês
Localização	Junto a escola, em pavilhão isolado dos demais	No meio do pátio
Ambiente de leitura	A leitura é feita dentro da cela ou no pavilhão durante o banho de sol	A leitura pode ser feita nas mesas da biblioteca ou nos alojamentos

Fonte: elaborado pelo autor

O ambiente da biblioteca prisional do regime semiaberto proporciona ao leitor maiores possibilidades de interação não apenas com o espaço, mas com o acervo. Além disso, é um ambiente mais silencioso comparado ao pavilhão onde é efeituada a leitura no regime fechado. A figura 22 ilustra a biblioteca de regime semiaberto do Centro de Progressão Penitenciária. Observe leitor (a), se possível, os quadros afixados na parede que foram feitos por educandos em um curso de pintura de quadros utilizando areia.

Figura 22: Biblioteca Prisional do Centro de Progressão Penitenciária

Fonte: O imparcial, 2019

Feito esta breve comparação, passo a relatar outras práticas no regime semiaberto para além da biblioteca e do clube de leitura. Uma dessas práticas é a produção de poesia dos educandos. Por meio de projeto intitulado “Rompendo grades com poesia” os educandos depositam suas poesias em uma caixa vermelha e de ferro, parecida com uma caixa de correio, que fica afixada do lado de fora da biblioteca e trancada.

O projeto contempla a produção de poesia dos educandos de todas as idades e os jovens, sujeitos desse estudo, participam ativamente da atividade. O projeto ganhou destaque na imprensa e os educandos foram convidados a participar da Feira do Livro de Ribeirão Preto no

ano de 2019. Momento em que coletamos assinaturas dos escritores para exposição de suas poesias na feira.

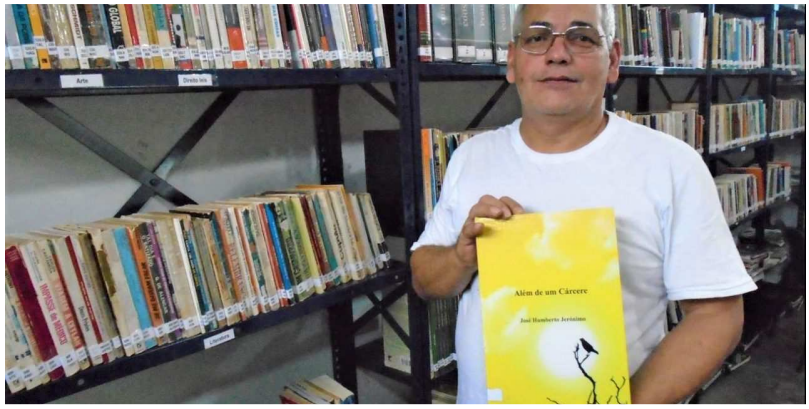
> Hoje algo que emociona qualquer pessoa vinculada a ideia de educação como forma de transformação da humanidade, tomou conta do meu ser. Final do dia e ainda faltava coletar assinatura dos presos em documento que autorizava o setor de educação a publicar suas poesias para o evento Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, o qual a unidade foi convidada a participar e levar a produção de poesia dos educandos feitas por meio do projeto "Rompendo as grades com poesia". A ideia seria fazer um varal de poesia com as melhores poesias que foram depositadas na "caixa de poesia" para serem expostas no evento. Fui até o pavilhão onde estavam todos os presos soltos e falei o nome de quais educandos tiveram a poesia selecionada. A reação foi impressionante. O caminho do educando até chegar para assinar o documento que estava em minha mão na porta do pavilhão, lembrava a passagem de um astro de futebol. Os demais reclusos gritavam, batiam palmas e passavam a mão na cabeça do contemplado. Toda essa glória por conta da produção de conhecimento é o que mais satisfaz o coração de um educador (Anotações do pesquisador infiltrado, junho, 2019).

De fato, a prática informacional no sentido de fomentar a produção de poesia é uma das atividades mais gratificantes vivenciadas no interior da prisão. Muitos são os relatos de educandos que disseram "aguentar a cadeia" por estar escrevendo poesia. A troca é diária e a certeza da "devolutiva", ou seja, de saberem que estão sendo lidos por alguém é muito importante.

Quando esbarro com os presos que escrevem poesia nos corredores da prisão, sempre comento algo sobre suas poesias, algo do tipo "ficou boa", "gostei da parte..", "muito bonita, foi feita pra quem?", para que percebam que foi lida. Isso quando tem identificação, pois alguns depositam poesia usando um pseudônimo, como por exemplo, um educando que usa o nome de "salvador", escreve bem e ao menos duas poesias por semana, porém não faço ideia de quem seja.

Um dos educandos que se destacou na produção de poesia foi o José Humberto, monitor que trabalhava na biblioteca, o monitor "bibliotecário". Sua produção de poesia foi tão grande que inicialmente editamos um livro intitulado "Além do cárcere", feito totalmente por ele por meio dos recursos que tinha no computador da biblioteca.

Figura 23: Livro “Além do Cárcere” escrito pelo educando José Humberto Jerônimo dentro da prisão



Fonte: O imparcial, 2019

Figura 24: Computador do Centro de Progressão utilizado para controle de empréstimos

Fonte: O imparcial, 2019

Antes de receber a liberdade, José Humberto escreveu mais dois livros de poesia, constituindo a trilogia “Além do cárcere”, “Fênix” e “Fim da Jornada”, apresentados na Feira do livro de Ribeirão Preto.

Outra prática informacional de destaque foi a “Pintura mural”. Projeto com parceria do Museu Casa de Portinari, o artista plástico de Brodowski Ailton Rufato, ensinou os educandos a desenvolverem suas práticas nos muros da prisão.

Figura 25: Pintura mural Centro de Progressão Penitenciária

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária, 2019

Figura 26: Pintura mural Centro de Progressão Penitenciária

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária, 2019

Figura 27: Pintura mural Centro de Progressão Penitenciária

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária, 2019

Escrevi este tópico com objetivo de mostrar que a promoção do acesso aos dispositivos informacionais é essencial para que a pessoa em situação de privação de liberdade, tenha a oportunidade de se envolver com atividades artísticas e educacionais e possa revelar suas potencialidades. Tanto a "caixa de poesia" como o curso de "pintura mural", projetos vinculados a escrita e a arte, geraram frutos revelando ao educando que é possível visualizar outros mundo para além do cárcere.

8.2 Os jovens no cárcere e as consequências trágicas de um letramento insólito

> O presídio, os trabalhos forçados, não melhoram o criminoso; apenas o castigam, e garantem a sociedade contra os atentados que ele ainda poderia cometer. O presídio, os trabalhos forçados, desenvolvem no criminoso apenas o ódio, a sede dos prazeres proibidos, e uma terrível indiferença espiritual. Por outro lado, estou convencido de que o famoso sistema celular consegue atingir apenas um resultado enganador, aparente. Suga a seiva vital do indivíduo, enerva-lhe a alma, enfraquece-o, assusta-o, e depois nos apresenta como um modelo de regeneração, de arrependimento, o que é apenas uma múmia ressequida e meio louca (DOSTOIÉVSKI, 2008, p.14)

A afirmação feita por Dostoievski, citada acima, ainda que o autor tenha escrito o livro "Retrato da casa dos mortos" em outro contexto, meados do século XIX, em que o modelo de sistema celular estava em pleno processo de consolidação, muitas de suas críticas continuam atuais. Suas afirmações de que o presídio não melhora o criminoso e que atinge apenas um resultado enganador, são legítimas.

Muitas reflexões que fizemos ao longo do texto, tanto com relação ao encarceramento

massivo que quase quadruplicou a população carcerária brasileira nos últimos 15 anos, quanto a partir das observações feitas sobre os interesses neoliberais que encontram sentido no aumento da população encarcerada e consequentemente na produção de corpos dóceis e trabalhadores vulneráveis, encontram argumentos para querer transcender a existência de prisões.

Angela Davis ao escrever o livro "Estarão as prisões obsoletas?" argumenta que a prisão é considerado algo tão natural que é difícil pensar a vida sem ela.

> É difícil imaginar a vida sem elas. Ao mesmo tempo, há relutância em enfrentar a realidade que se encontra nas prisões, medo de pensar no que acontece dentro delas. Dessa maneira, o cárcere está presente em nossa vida e, ao mesmo tempo, está ausente de nossa vida. Pensar nessa presença e nessa ausência simultâneas é começar a compreender o papel desempenhado pela ideologia em modelar a forma como interagimos com nosso entorno social. Consideramos as prisões algo natural, mas com frequência temos medo de enfrentar as realidades que elas produzem. Afinal, ninguém quer ser preso. Como seria angustiante demais lidar com a possibilidade de que qualquer pessoa, incluindo nós mesmos, pode se tornar um detento, tendemos a pensar na prisão como algo desconectado de nossa vida (DAVIS, 2019, p.16)

De fato, a prisão tornou-se algo natural, sinônimo de punição e consequência óbvia para quem comete um delito, porém algo distante dos debates sociais. Encontra-se facilmente no dia a dia e nos discursos das pessoas a prisão como forma de ameaça, mas são poucos os indivíduos gostam de falar sobre o assunto e refletir acerca de possíveis soluções.

Ao longo desta tese nos deparamos com dados alarmantes acerca da situação do encarceramento brasileiro, principalmente quando se refere aos jovens encarcerados que compõem 54,8% da população carcerária brasileira (BRASIL, 2014). Além disso, os dados mostraram que esses jovens têm grandes vínculos com o tráfico de drogas e a maioria não concluiu o ensino médio, o que impacta na forma como se apropriam dos dispositivos informacionais.

Diante deste cenário, gosto de elencar a premissa feita por Foucault e que é pouco contestada no âmbito intelectual que reflete acerca do sistema prisional: "Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não "vemos" o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão" (FOUCAULT, 2011, p. 218).

Os inconvenientes são postos à mesa todos os dias, seja por meio de dados e inúmeras pesquisas pelo mundo que buscam outras formas de punição, ou por estudos como este que apresenta problemáticas vinculadas a apropriação dos dispositivos e práticas informacionais dos educandos, buscando possíveis projetos, propostas ou políticas públicas para promover transformações dentro do cárcere. Mas o que colocar no lugar da prisão?

Essa pergunta me aflige desde tempos imemoriais e dificilmente consigo transcender os muros do cárcere, até porque estou dentro dele e provavelmente isso dificulta uma visão para além da prisão. O que me parece nítido, é que lidamos com um letramento insólito e suas consequências trágicas, como por exemplo, analfabetismo, analfabetismo funcional e desestrutura familiar.

Muitos dos jovens que chegam ao cárcere já passaram por situações familiares degradantes, como violência doméstica, problemas com drogas, etc. Além disso, a escola não conseguiu explorar as inúmeras potencialidades desses garotos, que por conta de incontáveis falhas estruturantes, foram parar na prisão.

Desprovidos de letramento, ou seja, estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita (SOARES, 1998), e de "capital cultural" no sentido empregado por (BOURDIEU, 1999), os educandos são inseridos no ambiente prisional e muitas vezes têm dificuldades de se apropriarem dos dispositivos informacionais existentes, como biblioteca, clube de leitura, ou curso de informática básica.

Como o (a) leitor (a) pode perceber, temos um problema estrutural em que o acesso aos dispositivos informacionais sem as condições básicas de letramento não são efetivos, tendo em vista que fornecer equipamentos é diferente de educar, como observa Warschauer apontando que a "democratização informática" é só uma parte do conjunto de inserções socioeconômicas, formação de hábitos, de conhecimento e processamento crítico dos dados necessários. Para ele "[...] a falta dessas condições contextuais, a conexão a redes informáticas oferece saberes de baixa ou nenhuma utilização" (WARSCHAUER, 2006, p.236).

Diante desse cenário, finalizo este tópico com as palavras de István Mészaros para quem as transformações educacionais serão sempre limitadas e corretivas enquanto seguir a lógica do capital.

> [...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejulgadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução (MÉSZÁROS, 2005, p.25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Permitir a todos os presos que pudessem ter um pequeno vaso de planta em suas camas para regar, ver crescer e florescer, pois segundo ele, lhe daria mais força para enfrentarem a vida (Anotações do pesquisador, agosto, 2019)

Não poderia iniciar essas considerações de outra forma que não fosse por meio de reflexões acerca de diálogos diários com os educandos. Recentemente, um educando me abordou para perguntar se eu tinha lido a poesia que ele havia depositado na caixa de poesias. Respondi “sim, que leio todas as poesias depositadas na caixa”. Então ele perguntou se eu havia entendido a palavra “assobio”. A poesia do educando foi bem escrita, falava de emoções que ele vivenciou durante a vida, mas ele concluiu com a palavra “assobio”.

Confesso que fui ler a próxima poesia sem entender completamente nada sobre aquele final. Respondi a ele que não entendi o “assobio” da conclusão e ele disse que era para falar que estava “tudo bem”, que só assobiamos quando estamos “felizes” e que assobio é sinônimo de “felicidade”. Na sequência disse que escrever poesia lhe fazia muito bem, o deixava feliz e me fez a seguinte proposta. “Permitir a todos os presos que pudessem ter um pequeno vaso de planta em suas camas para regar, ver crescer e florescer, pois segundo ele, lhe daria mais força para enfrentarem a vida” (Anotações do pesquisador infiltrado, agosto, 2019).

A esperança de ver nascer e florescer é a metáfora que salta aos olhos quando penso em ação mediadora e promoção de acesso aos dispositivos informacionais para os jovens no cárcere. Ao longo do percurso deste estudo pudemos nos debruçar sobre o objeto e tentar compreender não apenas a apropriação dos dispositivos feita pelos jovens, mas sobre suas práticas informacionais e as várias possibilidades de atuação do mediador.

Nesse sentido, averiguamos que a CI, de maneira geral, trabalha de forma pouco crítica com a expressão “SI”, como se todos os jovens que nasceram nos últimos vinte anos, período em que houve a expansão e popularização da internet, soubessem lidar facilmente com os dispositivos de informação, o que traz consequências sérias ao campo, como por exemplo, o sentido que tomam as ações e as pesquisas.

Por meio das ideias de Canclini, Mattelart e Bauman, procurei apontar um mundo dilacerado que se utiliza das narrativas de um processo global de unificação, integração e

respeito as pessoas, culturas e identidades para minimizar a lógica de desenvolvimento desigual, como se as TICs fossem capazes de acabar com as desigualdades de acesso à informação.

Assim sendo, de posse dessa visão excludente preocupada em minimizar a lógica de desenvolvimento desigual promovido pelas TICs, pretendi responder ao problema que norteou este trabalho, ou seja, como são as práticas informacionais dos jovens encarcerados no CDP de Serra Azul no que se refere à mediação e apropriação dos dispositivos?

Contrariando o discurso otimista de integração de todas as pessoas por meio das TICs, iniciei com o mapeamento sociodemográfico da população prisional brasileira que mostrou um quadro trágico de marginalização social, principalmente dos jovens encarcerados em que a maioria da população é composta por negros que não concluíram o ensino fundamental. Quadro que se manteve com relação aos jovens do CDP de Serra Azul que compuseram a caraterização deste estudo, sendo que a metade não concluiu o ensino médio, a maioria se dizem pardos, e que estavam presos pelo crime de tráfico, crime este que é um dos maiores problemas tanto dentro quanto fora da prisão, pois oferece grandes rendimentos e está vinculado a estrutura neoliberal de funcionamento do mundo, como vimos por meio das ideias de Foucault e Wacquant.

Foi possível perceber que esse cenário de exclusão acaba impactando na questão informacional, principalmente em suas práticas. Por meio da entrevista, descobri sujeitos que quando estavam em liberdade tinham acesso a múltiplos dispositivos informacionais (contrariando minhas hipóteses iniciais), com práticas informacionais completamente vinculadas ao uso de celular, à medida em que o telefone celular revelou-se o dispositivo informacional mais utilizado por essa “geração internet” antes da prisão.

De modo geral, constatou-se que era principalmente por meio do celular que o jovem escutava música, assistia vídeos, lia notícias (principalmente feed de notícias do facebook), conversava com os amigos, jogavam, entre outras coisas, e quando adentraram ao CDP de Serra Azul, sofreram mudanças abruptas com relação ao acesso aos dispositivos. Com a ausência de acesso à internet, a maioria desses jovens tiveram suas práticas informacionais vinculadas a escrever cartas, leitura de livros e assistir programas/filmes na televisão. Assim sendo, os principais dispositivos de acesso à informação no CDP de Serra Azul são a biblioteca, a televisão e a carta.

Com relação as potencialidades e limites dos dispositivos no ambiente prisional, a biblioteca do CDP de Serra Azul desponta como meio essencial na promoção e acesso à informação, na medida em que todos os jovens responderam retirar livros. Ainda que o espaço

tenha limitação de acesso, por ser em pavilhão fechado, os educandos que têm acesso a biblioteca por estarem na escola, responderam que utilizam a biblioteca para acessar informação.

Saindo da condição de “pesquisador” no CDP de Serra Azul e assumindo a condição de “funcionário da prisão” no setor de educação no Centro de Progressão, e entendendo que quando [...] afirmamos que o conhecimento é resultante de ato intelectual do sujeito sobre as informações, temos que considerar o papel essencial dos dispositivos no processo de significação da informação e construção do conhecimento (PIERUCCINI, 2008, p.54), trouxe algumas experiências vivenciadas no interior do cárcere.

As ações mediadoras descritas, tanto a partir da experiência com a produção de poesias depositadas na caixa de poesia por meio do projeto “Rompendo grades com poesia” em que a proposta foi contemplada com um educando que se destacou e produziu três livros, quanto o curso de pintura mural em parceria com o Museu Casa de Portinari em que foram produzidas belas pinturas artísticas pelos educandos, demonstraram as potencialidades dos educandos quando existe acesso aos dispositivos informacionais.

Angela Davis, uma das maiores críticas da existência do sistema prisional, relata que a questão mais urgente hoje é “[...] como levar tantos detentos do sexo masculino e do sexo feminino quanto possível de volta para que os próprios chamam de “o mundo livre” (DAVIS, 2019, p.22). Acredito que os caminhos para que os detentos voltem ao “mundo livre” passam necessariamente pela educação, pelo acesso e apropriação dos dispositivos informacionais e pela produção da autonomia e do conhecimento.

Assim sendo, peço ao (a) leitor (a) a licença para finalizar esta tese de forma não convencional, ou seja, com a produção de uma poesia escrita por Antônio Alves, egresso que concluiu o ensino regular, se apaixonou e desenvolveu a escrita durante o período que esteve no cárcere.

A LUZ DAS LETRAS

Me aprisionaram
Tiraram minha alegria
Estudei e me formei
No mundo pus poesia

Me algemaram e disseram
Que ser livre eu não podia
Asei os meus pensamentos
No mundo pus poesia

Fui xingado e maltratado
Longe de casa eu sofria
Vi nos livros a salvação
No mundo pus poesia

Fui posto junto a pessoas
Que antes não conhecia
Me abracei aos professores
No mundo pus poesia

Atrás de grades e muros
Para alguns eu me escondia
Vi na escola a vitória
No mundo pus poesia

Num lugar muito obscuro
Estava e poucos sabia
Vi nas letras a fortaleza
No mundo pus poesia

Vejo na educação
Coisas que antes não via
Estudando diariamente
No mundo pus poesia

Aqui a depressão mora
E os fracos sofrem agonia

Trancafiado escrevi
No mundo pus poesia

Um grande portão apenas
Da nação me dividia
Mas com minha mente livre
No mundo pus poesia

Estou preso, mas, estou livre
Fiz o que poucos fazia
Me dediquei aos estudos
No mundo pus poesia...

Antônio Alves

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.3, nº2, p.7-40,1991.

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus Direitos Humanos: entre a lei e a ordem. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: **Tempo Social**, v.11, p.129-135,1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a08.pdf>. Acesso em 12.04.2017.

ADORNO, Sérgio. Sistema Penitenciário no Brasil, problemas e desafios. **Revista USP,** São Paulo, v.9, p.65-78,1991.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados** v. 21, nº 61, São Paulo, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **Qu'est-ce qu'un dispositif ?.** Paris : Ed. Payot & Rivages, 2007.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações tecnosociais e mudanças culturais na Sociedade da Informação. Revista **Em Questão**. V.16, n.1, 2010, p.113-130. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/12972/8746> . Acesso em 14 de fevereiro de 2015.

ALMEIDA, Marco Antônio de. **A outra Biblioteca de Babel: processo culturais, informação e tecnologia.** Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/Usp, 2015.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação Cultural e da Informação. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 8., Salvador, Bahia, 28 a 31 de outubro de 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Leitura, mediação e apropriação.** In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p.33-45.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da informação: um conceito atualizado**. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José da (Org.). Mediação oral da informação e da leitura. 1ed.Londrina: ABECIN, 2015, v. 1, p. 09-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANCIB, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação, Brasília**, v. 2, n. 1, p. 89-03, jan./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/11990>. Acesso em 15.02.2015.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!** (Matinhos), v. 8, p. 132-144, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>. Acesso em 24.03.2016.

ALVAREZ, M. C. Os sentidos da punição. ComCiência. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico,** nº 120, 2010. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&tipo=entrevista&edicao=35>. Acesso em: 12.09.2011.

AMARAL, Cláudio do Prado. **A História da Pena de Prisão**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

AMARAL, Cláudio do Prado. Razões Históricas de um sistema penal cruel. **BOLETIM IBCCRIM**, v. 18, n. 218, p. 2-3, 2011.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ci**, Vol. 32, Nº 3, 2003.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **RECIIS**. Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde (Edição em português. Online), v. 3, p. 112-119, 2009.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. **REVISTA ANALISANDO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v. 5, p. 10-29, 2017.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v. 4, p. 57-79, 2014a.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação** (Online), v. 19, p. 1-30, 2014b.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. O que são 'práticas informacionais'?. **Informação em Pauta**, v. 2, p. 217-236, 2017.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na Ciência da Informação. **BIBLOS** (RIO GRANDE), v. 27, p. 9-29, 2013a.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: XIV Enancib - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2013, Florianópolis. **Anais do XIV Enancib**. Florianópolis: Ancib - Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2013b.

BARROS, Rodolfo Arruda Leite de. **A reinvenção da prisão*:*** a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo (1985 – 2010) - Marília: Unesp, 2012. 220f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista (Unesp).

BATISTA, CARMEM LÚCIA. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **EM QUESTÃO** (UFRGS. IMPRESSO), v. 24, p. 210, 2018.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 10, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. Dissertação (mestrado em Ciência da informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

BLUMER, Herbert. **A natureza do interacionismo simbólico**. In: MORTENSEN, C.D. Teoria da comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980, p. 119-138.

BOFF, Leonardo. **A Águia e a galinha:** uma metáfora da condição humana. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**/ Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil/Secretaria Geral da Presidência da República, Brasília, 2014.

BRAZ, José Mauro Oliveira; CURCIO, Fernanda Santos; FARIAS, Francisco Ramos de. A memória na prisão: entre a massificação e a resistência. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 1-20, abr. 2016. ISSN 1807-1384. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2016v13n1p1>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRONISŁAW MALINOWSKI. Disponível em:<https://en.wikipedia.org/wiki/Bronis%C5%82aw_Malinowski#/media/File:Wmalinowski_trobriand_isles_1918.jpg >. Acesso em: 16 maio 2016.

BUFREM, Leilah Santiago; SANTOS, Sandra de Fátima . Ciência da informação e uso metodológico da etnografia. **ETD : Educação Temática Digital**, v. 11, p. 148-174, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte, 2003. **Anais**...Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CAPURRO, R. O conceito de informação. **Perspect. Cien.Inf**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1. jan/abr.2007

CARVALHO, C.; CARVALHO, M. D. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 136-163, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71092>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CARVALHO, Virgínia Donizete de.; BORGES, Livia de Oliveira.; REGO, Denise Pereira do. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicologia:** ciência e profissão. [online]. 2010, vol.30, n.1, pp.146-161. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100011>. Acesso em: 01.04.2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005.

CATHERINE, Ings; JOSLIN, Jennifer."Penitentiary Service of the Prison Libraries of Canada from 1980 to 2010." **Library Trends, Projeto MUSE**, vol. 59, n.03, p. 386-408, 2011. Disponível em: < doi: 10.1353 / lib.2011.0002>. Acesso em: 20.01.2017.

CHRISTIE, N. **A indústria do controle do crime**: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CINQUE, Y. M. S.; OLIVEIRA, C. G.; GRÁCIO, M. C. C. Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base scopus (1927-2017). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. Especial, [????]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106358>. Acesso em: 05 ago. 2019.

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 3, p. 205-215, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92634>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Com poesia, presos do CPP de Jardinópolis rompem os muros. **Portal do Governo,** 24 mai. 2019. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/com-poesia-presos-do-cpp-de-jardinopolis-rompem-grades-e-muros/> Acesso em 30.05.2019.

COSTA, A.; LINDEMANN, C. R.; PIZARRO, D. C.; SILVA, J. N. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 874-885, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68917>. Acesso em: 05 ago. 2019.

COSTA, A.; PIZARRO, D. C.; BARROS, C. M. Biblioteca da penitenciária de florianópolis: um espaço sociocultural e educativo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 23, n. 3, p. 372-387, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109205>. Acesso em: 05 ago. 2019.

COSTANZO, Emanuela e MONTECCHI, Giorgio & DERHMI, Eda. "Prison libraries in Italy." " **Library Trends, Projeto MUSE**, vol. 59, n.03, p. 509-519, 2011. Disponível em: < doi: 10.1353 / lib.2011.0002>. Acesso em: 20.01.2017.

CUNHA, M. Ivone. Etnografias da prisão: novas direções. **Configurações**, vol. 13, pp. 47-68, 2014.

DAVALLON, J**. La médiation : la communication en procès ?** Paris, MEI-Revue Internationale de Communication, Médiations et médiateurs, n. 19, p. 37-60, 2004.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**; tradução Marina Vargas. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2019.
DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 29, n. 2, nov. 2000. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>. Acesso em: 07 oct. 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Sistema de Informação Penitenciária (InfoPen). **Estatística**. Ministério da Justiça. Disponível em: < http://www.infopen.gov.br/ >. Acessado em 15 de fevereiro de 2015.

DIAS, Camila Nunes Caldeira. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** 2011. 355f. (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

DIAS, Camila Nunes Caldeira. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo? Conversão religiosa, ambigüidade e tensão entre presos evangélicos e massa carcerária**. Dissertação de
Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, são Paulo, 2005.

DOSTOIÉVSKI, F. **Recordações da casa dos mortos**; tradução Natália Nunes. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2003.

DUFF, Alistar S. The “information Soiety” as paradigma: a bibliometric inquiry. **Journal of Information Science**, v. 21, n. 5, p. 390-395, 1995.

DURHAM, Eunice. R. **A reconstituição da realidade: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski.** Tese. (Livre-Docência). Departamento de Ciências Sociais da FFL e CH da Universidade de São Paulo, 1973.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1986.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: biblioteca e bibliotecário em meio prisional. In: **CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTA**, 9., 2007, Ponta Delgada(Açores). Anais Eletrônicos...Lisboa: BAD, 2007. Disponível em:<http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM59.pdf >Acesso em: 18 dez. 2018.

ERICKSON, F. **What makes school ethnography ‘ethnographic’?** Anthropology Educational Quarterly, v.15, p. 51-66, 1984.

FAILLA, Zoara. Retratos da leitura no Brasil. Rio de Janeiro: Sextante; **Instituto Pró-livro**, 2016. Disponível em . <http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf > Acesso em: 01 set. 2017.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. Aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Editora Loyola, 2008.
FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 39.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREITAS, Lídia Silva de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v. 12, p.1-23, 2002.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**: três artigos que se completam. 29 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GARLAND, David. As contradições da Sociedade Punitiva: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.13, p. 59-80, nov. 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** - 1ª ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**; tradução de Maria Célia dos Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva,1974.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **Datagramazero,** [Rio de Janeiro], v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <http://dgz.org.br/fev08/F_I_art.htm>. Acesso em: 05 set. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n.1, p. 31-43, jan./abr., 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1068/1160>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para una reflexión epistemológica sobre la ciencia de la información. **Signo y Pensamiento**, v. 50, p. 10-22, 2007.

GOODY, Jack. **A domesticação da mente selvagem**; tradução de Vera Josvelyne. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2012.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão. **Práticas de informação e leitura: mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo.** 2013. 240f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2013.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAYASHI, Yujiro. **The Information Society: from hard to soft.** Tokyo: Kodansha Gendai Shinso, 1969.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HJORLAND, B. **Theoretical development of information science: A brief history.** [pre-print – 2015]. Disponível em:<https://research.ku.dk/search/?pure=en/publications/theoretical-development-of-information-science-a-brief-history(b94a5382-3c13-455f-8417-8a2b024af4b9).html>Acesso em 10. 02.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário brasileiro da educação básica, Brasília, 2018. Disponível em: < https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/quatro-em-cada-10-jovens-de-19-anos-ainda-nao-concluiram-o-ensino-medio>. Acesso em 09.05.2019.

JESUS, Maria Gorete Marques de (Coord.); Amanda Hildebrando Oi; Thiago Tadeu Rocha; Pedro Lagatta; **Prisão Provisória e Lei das Drogas:** um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. Núcleo de Estudos da Violência, São Paulo, SP, Brasil, 2011.

KOERNER, Andrei (org.). **História da Justiça Penal no Brasil**: pesquisas e análises. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Brinquet de lemos, 1996.

LEHMANN, Vibeke. "Challenges and Achievements at US Prison Libraries." **Library Trends, Projeto MUSE**, vol. 59, n.03, p. 490-508, 2011. Disponível em: < doi: 10.1353 / lib.2011.0002>. Acesso em: 20.01.2017.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN ATUALIZAÇÃO - junho de 2016 / organização Thandara Santos ; colaboração, Marilene Inês Rosa … [et.al.]. -- Brasília : Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional,** 2017.

LIBÓRIO, Marcus. Em parceria com museus, reeducandos pintam murais no CPP de Jardinópolis. **CRN Secretaria de Administração Penitenciária, 2019.** Disponível em: < http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not1372.html>. Acesso em 03.05.2019.

LIVINGSTONE, Sônia. Internet Literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. Revista **Matrizes.** ano 4, n.2, p.11-42, 2011. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/66/99 >.Acessado em 26 de junho de 2015.

LINDEMANN, C.; COLLARES, L. B. Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade** (UFPB. Online)JCR, v. 25, p. 205, 2015.

LJODAL, HK & RA, E. (2011). Prison Libraries, the Scandinavian Path: An Overview of the Development and Operation of Prison Libraries Services. " **Library Trends, Projeto MUSE**, vol. 59, n.03, p. 473-489, 2011. Disponível em: < doi: 10.1353 / lib.2011.0002>. Acesso em: 20.01.2017.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere:** entre gaiolas, ratoeiras e aquários. 2010. 226 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n.32, jul/dez de 2009, p. 129-156.

MAGNANI, José Guilherme Cantor . De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAIA, Clarissa Nunes (org). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MACHLUP, F. **The production and distribution of knowledge in the United States.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1962.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélagos de Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS.** Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde, v. 3, p. 17-25, 2009. Disponível em: http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/450/1104. Acesso em: fev. 2015.

MASUDA, Yoneji. **Introdução à Sociedade da Informação**. Tokyo: Perikan-Sha, 1968.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Editora Edições Loyola, 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000

MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G., and CASTRO, P.A., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em:<http://books.scielo.org/ >.Acesso em 20.07.2018.

MEAD, G. H. **The Philosophy of the act**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, MSC. (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 9-14.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível. **INCID:** REVISTA DE DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 8, p. 92-105, 2017. Disponível em <DOI**:** https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p92-105> Acesso em 10.08.2018

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A informação mediada no discurso de Edir Macedo: análise de editoriais da Folha Universal. **Informação & Informação** (Online), v. 22, p. 331-363, 2017.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. **A informação mediada no discurso de Edir Macedo: um análise de editoriais da Folha Universal**. 2012. 113 f. Dissertação (mestrado), 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93620>. Acesso em: 20.10.2017.

MONTEIRO, C. A. B.; SANTO, S. M. E. Para além dos muros da universidade: relato de experiência na discuplina de mediação e recepção da informação. **Biblionline**, v. 14, n. 1, p. 145-155, 2018. Disponível em: <DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2018v14n1.38920>. Acesso em: 09 jul. 2019.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros; SANTO, S. E. Para além dos muros da universidade: relato de experiência da disciplina de mediação e recepção da informação. **BIBLIONLINE** (JOÃO PESSOA), v. 14, p. 145-155, 2018.

NAKANE, Kenichi e NOGUCHI, Setsuko. "Prison libraries" in Japan: the current situation of access to books and reading in correctional institutions "." **Library Trends, Projeto MUSE**, vol. 59, n.03, p. 446-459, 2011. Disponível em: < doi: 10.1353 / lib.2011.0002>. Acesso em: 20.01.2017.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. **Conjugando o gerúndio: antropologia da informação e leitura - percursos de leitor**. 2002. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Ibict/MCT, 2002.

NETO, O. C. O Trabalho de Campo Como Descoberta e Criação. In: MINAYO, MSC. (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 51-66.

NUNES, Jefferson Veras.; Almeida Júnior, Oswaldo Francisco de. **Revisitando o conceito de sociedade da informação: o social e o técnico em interação?**. In: CAVALCANTE, Lidia; PINTO, Virginia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. (Org.). Ciência da Informação e contemporaneidade: tessituras e olhares. 1eded.Fortaleza: EdUFC, 2013, v.1, p. 31-58.

NUNES, Jefferson Veras.**Vivência em rede : uma etnografia das práticas sociais de informação dos usuários de redes sociais na internet**. Marília: Unesp, 2014. 307f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) Regras Mínimas Para Tratamento de reclusos ONU. **Resolução 663 C (XXIV) do Conselho Econômico e Social**, de 31 de Julho de 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) . Regras Mínimas para Tratamento de Presos (Regras de Mandela). **Comissão sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**, 24ª Sessão - Viena/2015.

PARKER, Edwin B. **Information and society**. ARIST, Washington, v. 8, p. 345-373, 1973. PARKER, Edwin B . & PORAT, M. U. OCDE Informatics Studies. In: Proceedings of the OCDE Conference on computer and telecommunications policy. **Anais**... Paris, 1975. p. 87-129.

PÉRES PULIDO, Margarita e DE ANGELO, Christina. Librarian services in Spanish prisons: current state of affairs. **Library Trends, Projeto MUSE**, vol. 59, n.03, p. 460-472, 2011. Disponível em: < doi: 10.1353 / lib.2011.0002>. Acesso em: 20.01.2017.

PESCHERS, Gerhard & PATTERSON, Anna. Books Open Worlds for People Behind Bars: Library Services in Prison as Exemplified by the Prison Library of Münster, Germany's Library of the Year 2007. **Library Trends, Projeto MUSE**, vol. 59, n.03, p. 520-543, 2011. Disponível em: < doi: 10.1353 / lib.2011.0002>. Acesso em: 20.01.2017.

PIERUCCINI, Ivete. A busca do conhecimento na escola: a pesquisa escolar e a construção do conhecimento. In: **Salto para o futuro**, v. 28, n. 15, p. 47, set. 2008. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/PERROTTI_%20A%20aventura%20de%20conhecer.pdf>>.Acesso em: 08.10.2017.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília. v. 24, n. 1, 1995

PINHO NETO, J. A. S.Ações de inclusão digital nas instituições penitenciárias do Brasil e Espanha: um estudo comparado. **Informação & Sociedade** (UFPB. Online)JCR, v. 24, p. 65, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/18237 > Acesso em: 01.06.2016.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio – A rendição da cultura à Tecnologia.** São Paulo: Nobel, 1994.

Presos do CPP de Jardinópolis usam poesia para "romper" grades e muros. **O imparcial**, 23 mai. 2019. Disponível em: <https://jornaloimparcial.com.br/geral/presos-do-cpp-de-jardinopolis-usam-poesia-para-romper-grades-e-muros/> Acesso em 25.05.2019.

Preso muda hábitos após programa de ressocialização e se torna escritor. **CBN Ribeirão Preto,** 2019. Disponível em: <https://www.cbnribeirao.com.br/multimidia/podcasts/SOM,0,1,31226,Detento+muda+h%C3%A1bitos+ap%C3%B3s+programa+de+ressocializa%C3%A7%C3%A3o+e+se+torna+escritor.aspx> Acesso em 20.05.2019.

Projeto reintegra busca reinserção de mão de reeducandos na sociedade e otimização da mão de obra no mercado de trabalho. **OABSP,** 2019. Disponível em: <https://oabrp.org.br/projeto-reintegra-busca-reinsercao-de-reeducandos-na-sociedade-e-otimizacao-da-mao-de-obra-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 20.05.2019.

RABELLO, Rodrigo. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Ci. Inf**., Florianópolis, n. 26, 2 sem. 2008.

RACIONAIS M´C. **Sobrevivendo no inferno**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROMÁN, A. M. La influencia de la lectura em contexto de encierrro y el marco jurídico de las bibliotecas de cárceles. **CAJUR - Caderno de Informações Juridicas**, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109120>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Regras Mínimas para Tratamento de Presos (Regras de Mandela). **Comissão sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal**, 24ª Sessão - Viena/2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdbc4a1b02fa6e3944ba2.pdf> Acesso em: 13.02.2018

Retratos da leitura no Brasil. **Instituto Pró-Livro**, 2016. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf> Acesso em: 12.05.2018

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: Geraldo Romanelli; Zélia Maria Mendes Biasoli Alves. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. 1*f* ed. Ribeirão Preto-SP: Ed. Legis Summa Ltda, 1998, p. 119-133.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. Mediação da informação no fazer bibliotecário no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez., 2010.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo, Annablume, 1999.

SALLA, Fernando. Novos e velhos desafios para as Políticas de Segurança Pública no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, nº 43, 2003, Editora Revista dos Tribunais.

SALLA, Fernando. **Os impasses da democracia brasileira:** o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. Lusotopie, 2003, p. 419-435.

SALLA, Fernando. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, Andrei (org.) **História da Justiça Penal no Brasil:** Pesquisas e Análises. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 8, dez, 2006.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, edição 01, 2007.

SALLA, Fernando. A retomada do encarceramento, as masmorras HIGH TECH e a atualidade do pensamento de Michel Foucault. Marília: **Cadernos da F.F.C. – UNESP**, nº 9, p.35-58, 2001.

SAMAIN, Etienne Ghislain; ECKERT, C. Ver e Dizer na Tradição Antropológica. Bronislaw Malinowski e a Fotografia. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS**, PORTO ALEGRE, v. 2, p. 19-48, 1995.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão. **Revista ACB**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 67-85, abr. 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/984>. Acesso em: 22 out. 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, R. F.; PRUDENCIO, D. S. Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em biblioteconomia da uff, ufrj e unirio em foco. **CAJUR -**

Caderno de Informações Juridicas, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109049>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.,** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCOTT, David. Critical Research Values and C. Wright Mill's Sociological Imagination: Learning Lessons from Researching Prison Officers. Frauley, Jon. Ed. C. Wright Mill's and the Criminological Imagination. **Prospects for Creative Inquiry**. New York: Routledge, capítulo VIII, pp. 185-189, 2016.

SHANNON, C. E.; WAEVER, W. **A teoria matemática da comunicação**. Tradução de Orlando Agueda. São Paulo: DIFEL, 1975.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9- 12, 1977.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-122, set. 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1060>. Acesso em: 22 out. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 6, n. 1, p. 93-108, 10 abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731> Acesso em: 14.06.2018

SILVA, Marcos Gomes da. Informação e a população carcerária: estudo de usuários de informação na Penitenciária José Maria Alkmin, Ribeirão das Neves - MG. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte , v. 14, n. 3, p. 249, Dez. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000300029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27. Ago. 2017.

SILVA NETO, Epitacio Gomes; LEITE, Francisca das Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaço para o acesso à informação e à cidadania. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, p. 47-58, 2011.

SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo ; ARAÚJO, C. A. Á. ; PAULA, C.P.A. . Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, v. 2, p. 111-135, 2017.

SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros**.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas**.** ***Rev. Bras. Educ***. [online]. 2004, n.25, p.5-17. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002. Acesso em 27.04.2019

SOUSA, F. L. M.; PINTO, V. B. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do instituto penal feminino auri moura costa. **Informação em Pauta**, v. 3, n. 2, p. 31-49, 2018. DOI: 10.32810/2525-3468.ip.v3i2.2018.39672.31-49 Acesso em: 05 ago. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985.

TAVARES, Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da modernidade tardia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, p. 3-12, 2004.

TAVARES, Vicente. Decisões judiciais da vara de execuções criminais: punido mais e mais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.18, 2004.

TEIXEIRA, Alessandra. Dispositivos de exceção e novas racionalidades do sistema punitivo: o surgimento do PCC e o modelo RDD. **Revista Perspectivas**, São Paulo, vol. 36, jul/dez, 2009.

TONIN, J. H. C.; SOUZA, E. D. A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais do estado de alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado. **Ciência da Informação em Revista**, v. 1, n. 1, p. 47-63, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36299>. Acesso em: 05 ago. 2019.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições. 2009**. 118 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf >. Acesso em: 30 mar. 2018.

VARELLA, Dráuzio. **Carcereiros**. -1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEM, M. N. A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000, p. 64 – 65.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.

WACQUANT, Loïc. Aberração Carcerária à moda francesa. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.47, nº 2, 2004, p. 215 - 232.

WACQUANT, Loïc. Crime e Castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.13, p. 59-80, nov.1999.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos – Cebrap** – nº 80, Março, São Paulo, 2008.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Senac, 2006.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200007>. Acesso em 10.06.2018

WIERVIOKA, Michel. O novo paradigma da violência. Revista de Sociologia da USP, **Tempo Social**, outubro de 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

Questionário sociodemográfico

Número do sujeito no banco: [ ]

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1- Naturalidade (nasceu): _____ **2- Procedência (mora):** _____

3- Data de Nascimento: ____/____/_____

4- Sabe ler/escrever? 1. Não( ) 2. Sim( )

5- Escolaridade: 1. Não estudou em escola regular ( ) 5. Médio completo ( )
2. Fundamental incompleto ( ) 6. Superior incompleto ( )
3. Fundamental completo ( ) 7. Superior completo ( )
4. Médio incompleto ( ) 8. Outro ( )

6- Até qual série estudou ? _____

7- Situação conjugal: 1. Solteiro ( ) 3. Separado/ divorciado ( )

2. Casado/ com companheiro fixo ( ) 4. Viúvo ( )

8- Segue alguma religião ou afiliação religiosa? 1. Não ( ) 2. Sim ( )

9- Qual religião? 0 ( ) não se aplica 1. Católico( ) 2. Evangélico( ) 3. Protestante( ) 4. Espírita( ) Outro

10- Etnia: 1. Branco( ) 2. Negro( ) 3. Pardo( ) 4. Amarelo( )

11- Qual a sua ocupação/profissão? _____

12- Recebe auxílio-reclusão? 1. Não( ) 2. Sim( )

13- Renda mensal individual antes de ser preso? R$ _____

14- Qual o valor da renda familiar? R$_____

15- Você morava com quem antes de ser preso: 1. Família( ) 2. Amigos( ) 3. Sozinho( )

4. Outro:_____

16- Está preso em qual artigo? _____

APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária- CEPSAP

Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Nome do Voluntário:_____

Endereço:_____

Telefone para contato:_____Cidade:_____CEP:_____
E-mail: _____

As Informações contidas neste prontuário foram fornecidas por (Ciro Athayde Barros Monteiro) e Prof. Dr. (Oswaldo Francisco de Almeida Junior), objetivando firmar acordo escrito mediante o qual, o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

1.Título do Trabalho:
A INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da "Geração Internet" e a apropriação, mediação e uso dispositivos informacionais no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul.

2.Objetivo(s):
Analisar qual o comportamento dos jovens encarcerados da "Geração Internet" antes e após adentrarem ao Centro de Detenção Provisória com relação à mediação, apropriação e uso dos dispositivos informacionais disponíveis.

3.Justificativa:
Compreender o quadro complexo de mediação, apropriação e uso dos dispositivos informacionais feitos pelos jovens encarcerados e fornecer subsídios para auxiliar a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e a Secretaria de Reintegração Social (SRI) no processo de reintegração social, para que esse jovem, ao receber a liberdade, tenha a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho e na sociedade, diminuindo as possibilidades de recorrência ao crime

4. Método:
Serão utilizados dois instrumentos de pesquisa, sendo eles os questionário sociodemográfico, com o objetivo de entender quais as condições socioeconômicas dos educando e a entrevista que serão constituídas por perguntas que buscam entender como era e qual é a relação do educando antes de adentrar a unidade prisional e durante a vivencia encarcerada. O tempo estimado para aplicação dos instrumentos será em torno de 30 minutos.

5.Desconforto ou Riscos Esperados:

Você pode correr o risco de se sentir constrangido, triste, sensível por causa das perguntas que serão feitas a você ou por falar sobre sentimentos e coisas de sua vida. Caso você se sinta assim ou tenha qualquer outra queixa, vamos acolher sua demanda, avaliar e ajudar você a buscar a melhor solução

possível, inclusive a buscar suporte profissional se necessário. Você pode se recusar participar da pesquisa ou mesmo a responder qualquer pergunta sempre que desejar. Também poderá pedir mais informações quando quiser, nosso contato está abaixo e disponível 24 horas a você. Você não terá benefícios diretos, mas estará contribuindo para nos ajudar entender uma possível exclusão do educando com relação ao uso das novas tecnologias de informação e poderá ser eventualmente beneficiado por avanços gerados pelos resultados do estudo para que no futuro sejam implantados programas de inclusão digital. Importante salientar que esta pesquisa caracteriza-se como de risco mínimo, tendo em vista que o estudo emprega técnicas e métodos retrospectivos de pesquisa e que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam do estudo.

6. Informações:

Você receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos, benefícios e demais assuntos relacionados com pesquisa. O presente pesquisador assume o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, mesmo que o indivíduo desista de continuar participando.

7. Retirada do Consentimento:

Você tem direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo.

8. Aspecto Legal:

Elaborados de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília – DF.

11. Garantia do Sigilo:
Caso aceite participar deste estudo garantimos que seu nome não será divulgado de maneira alguma e sua identidade será mantida em sigilo.

11. Formas de Ressarcimento das Despesas decorrentes da Participação na Pesquisa:

Você não precisará pagar nada para participar e também não vai receber dinheiro para isso. Você não terá nenhum o benefício direto.

12. Local da Pesquisa:

Centro de Detenção Provisória de Serra Azul (Parlatório).

13. Nome Completo e telefones dos Pesquisadores para Contato: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior - (016) 991406464 Aluno Ciro Athayde Barros Monteiro - (016) 992491886.

14. Endereço do Comitê de Ética SAP:
Endereço do Comitê de Ética do CEPSAP: Rua Líbero Badaró, 600 5º andar Centro – Cep 01008-000/São Paulo.
Tel(11) 3775-8108 e-mail: comitedeetica@sap.sp.gov.br

15. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmo que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.
* Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito.

São Paulo, de de 201_.

Nome (por extenso):_____
Assinatura:_____

1ª via: Instituição
2ª via: Voluntário

ATENÇÃO: Segundo a Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS, de 21 de março de 2011, atente-se para a obrigatoriedade de rubrica em todas as páginas do TCLE pelo sujeito de pesquisa ou seu responsável e pelo pesquisador

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista

Roteiro para entrevista semiestruturada

Projeto

INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da geração internet e a apropriação e mediação e uso dos dispositivos informacionais no interior da prisão.

1) Quais meios de comunicação (TV, livros, computador, etc.) você utilizava antes de ser preso?

2) Como e para que você os utilizava?

3) Desde qual idade você utiliza esses meios de comunicação?

4) Quais meios de comunicação você tinha em casa?

5) Você frequentava lugares (biblioteca, lan house, escolas, centros culturais, etc.) para acessar informação?

6) Após chegar na prisão quais meios de comunicação (TV, rádio, livros, etc.) você utiliza?

7) Onde você acessa informações (biblioteca, escola, TV, etc.) na prisão?

8) Você estuda? Faz curso aqui? De quê?

9) O que gosta de fazer em seu tempo livre?

ANEXOS

ANEXO A - Formulário de anuência assinado pelo secretário de administração penitenciária

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Secretaria Executiva

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria de Administração Penitenciária

FORMULÁRIO DE OBTENÇÃO DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

NAS UNIDADES PRISIONAIS DE SÃO PAULO

01	NOME DO(s) PESQUISADOR (es) RESPONSÁVEL(is)	Ciro Athayde Barros Monteiro ciracosmos@gmail.com
02	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	Informação encarcerada: o jovem da geração internet e a apropriação, mediação e uso dos dispositivos informacionais no interior da prisão
03	OBJETIVO GERAL	Analisar qual o comportamento dos jovens encarcerados da "Geração Internet" antes e após adentrarem ao Centro de Detenção Provisória com relação à mediação, apropriação e uso dos dispositivos informacionais disponíveis.
04	OBJETIVO ACADÊMICO	Doutorado
05	POPULAÇÃO ALVO	Jovens encarcerados (primários de 18 a 20 anos)
06	NÚMERO DE PARTICIPANTES (**sujeitos de pesquisa**)	Aproximadamente 30 jovens
07	TEMPO DE DURAÇÃO DA PESQUISA	De 2 a 6 meses
08	UNIDADE(S) PRISIONAL(IS) ONDE SE FARÁ(ÃO) A PESQUISA	Centro de Detenção Provisória de Serra Azul
09	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS	Gravador de voz (caso seja necessário)
10	NECESSITARÁ DE ALGUM TIPO DE RECURSO MATERIAL OU HUMANO DA UNIDADE PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	(X)SIM, QUAL(IS)? Sala para entrevista (parlatório, etc.)
11	A PESQUISA INCLUI O USO DE EQUIPAMENTOS DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS (**especifique**) **NOTA:Somente será permitida a gravação de voz com aparelhos especialmente destinados a este fim. Não é permitido o uso de celulares para fins de gravação.**	(X)SIM Talvez seja necessário a utilização de um gravador de voz, porém caso esses aparelho dificulte o andamento da pesquisa (por inibir o reeducando na entrevista) usaremos apenas caderno de campo. Obs: importante salientar que a unidade

	Em relação às filmagens, somente serão permitidas as que em circunstâncias previamente analisadas pelo CEP/SAP e o Titular da Pasta.	prisional que constituirá o universo de pesquisa (CDP de Serra Azul), é modelo de unidade prisional, fato que provavelmente nos proporcionará qualidade na coleta de dados.

Eu, Ciro Athayde Barros Monteiro, RG nº42.689.695-6, responsável pela pesquisa intitulada: Informação encarcerada: o jovem da geração internet e a apropriação, mediação e uso dos dispositivos informacionais na prisão. assumo total responsabilidade pelas informações constantes deste formulário e afirmo estar ciente de que as afirmações e solicitações nele expressas **NÃO** poderão ser alteradas em nenhum momento da execução do projeto, caso aprovado. Tenho ainda conhecimento de que as unidades prisionais não estão obrigadas a dispor de recursos materiais ou humanos para a realização do presente projeto de pesquisa, portanto se a unidade eleita não puder disponibilizar o que for necessário deverei obtê-los por meus próprios meios; eleger outra unidade prisional ou ainda desistir de sua execução.

Ribeirão Preto, 21 de Fevereiro de 2017.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Para atendimento às exigências da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, concedo anuência à realização da proposta a qual somente poderá ser desenvolvida após apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa desta Pasta e a autorização deste Secretário.

Gabinete do Secretário, _____ de _____ de 2017.

Dr. Lourival Gomes

Secretário de Estado

Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

Rua Libero Badaró, 600 5º andar/Centro
CEP- 01008-000/São Paulo
Tel(11) 3775-8108

ANEXO B - Parecer favorável do comitê de ética da SAP

GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP-SAP Nº018/2017

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título: "INFORMAÇÃO ENCARCERADA: O JOVEM DA GERAÇÃO INTERNET E A APROPRIAÇÃO, MEDIAÇÃO E USO DOS DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS NO INTERIOR DA PRISÃO."

Pesquisador Responsável: CIRO ATHAYDE BARROS MONTEIRO

Versão:1

CAAE: 67907417.5.0000.5563

Instituição Proponente: SAO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer Plataforma Brasil: 2.225.214

Apresentação do projeto:

"INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da "Geração Internet" e a apropriação, mediação e o uso dos dispositivos informacionais no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul." O título é adequado ao projeto, e o alcance é adequado e específico ao universo pesquisado. "O advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação trouxe a concepção teórica de que todos os jovens que nasceram em meio à tão aclamada Sociedade da Informação seriam membros de uma geração que sabem lidar facilmente com essas tecnologias, sendo eles, parte da chamada Geração Internet. No entanto, muitos grupos sociais aparentemente não fazem parte deste cenário, dentre eles, os jovens encarcerados. Essa possível exclusão de acesso e uso dos dispositivos informacionais acarretaria prejuízos ao processo de reintegração deste jovem, ao receber liberdade, de reinserção no mercado de trabalho e na sociedade, contribuindo para que o jovem recorra ao crime. " A pertinência está clara. "Este trabalho é de natureza qualitativa. Serão participantes desse estudo os detentos primários do CDP de Serra Azul que adentrarem a unidade no ano de 2017/2018 – (Amostra entre 20 e 40 jovens) e que tenham idade entre 18 e 20 anos. No presente trabalho será utilizada a entrevista semiestruturada." O método e os procedimentos estão claros. O método está adequado aos objetivos propostos. O cronograma se adequa ao projeto proposto.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua Líbero Badaró, nº 600 – 5º andar - Centro - São Paulo – SP - CEP 01008-000.
Fone: (11) 3775-8108.

Objetivos: "Objetivo Geral: Analisar qual o comportamento dos jovens encarcerados da "Geração Internet" antes e após adentrarem ao Centro de Detenção Provisória com relação à mediação, apropriação e uso dos dispositivos informacionais disponíveis. Objetivos Específicos: Verificar/Identificar quem são esses detentos, os motivos pelos quais se encontram na unidade de detenção. Compor um quadro comparativo de traços distintivos e constitutivos dos argumentos utilizados pelos detentos e os dados constantes em seus prontuários. Traçar um quadro comparativo acerca da utilização dos dispositivos informacionais utilizados pelos jovens antes e após o encarceramento. " Os objetivos estão claros.

Objetivo Geral: Os objetivos estão adequados.

Avaliação dos riscos e benefícios:
A apreciação dos riscos é adequada.

Comentários e considerações sobre a pesquisa:
Pesquisa relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Os objetivos são os mesmos que estão no corpo do trabalho, porém em linguagem clara para a população estudada e o TCLE de uma maneira geral está conciso e objetivo. O método e os procedimentos estão claros, e a linguagem é de fácil compreensão. Os riscos/benefícios estão claros e são pertinentes. Os responsáveis foram identificados.

Conclusões/Recomendações:
Em consonância ao estabelecido nos artigos 33, 34 e 35 do Regimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da SAP o (s) pesquisador (es) deverá (ão) apresentar: Relatórios semestrais sintéticos ao longo do desenvolvimento da pesquisa relatando resultados parciais e indicações de continuidade e um relatório final contendo os resultados obtidos, contribuições e sugestões, além dos demais documentos definidos no Regimento Interno do CEPSAP ao final da pesquisa.

Orientações Finais: Em consonância ao estabelecido nos artigos 33, 34 e 35 do Regimento interno do Comitê de Ética em Pesquisa da SAP o (s) pesquisador (es) deverá (ão) apresentar: Relatórios semestrais sintéticos ao longo do desenvolvimento da pesquisa relatando resultados parciais e indicações de continuidade e um relatório final contendo os resultados obtidos, contribuições e sugestões, além dos demais documentos definidos no Regimento Interno do CEPSAP ao final da pesquisa.

(X) **Relatórios parciais** ao longo do desenvolvimento da pesquisa relatando resultados parciais e indicações de continuidade e um relatório final contendo os resultados obtidos, contribuições e sugestões, além dos demais documentos definidos no Regimento Interno do CEP/SAP ao final da pesquisa.

(X) **Relatórios final** O projeto está aprovado, pois a pesquisadora realizou todas as alterações recomendadas por este Comitê.

PARECER DO COLEGIADO

Apresentado a este Comitê para análise segundo normas das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde foi considerado:

■ APROVADO

☐ PENDENTE

☐ REPROVADO

Data ____/___/2017

Mª. Fátima França

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo

Para atendimento do inciso VII do artigo 11 da Resolução SAP n° 083 de 22 de abril de 2010 e alterações posteriores, autorizo a realização da pesquisa conforme proposto, com fundamento no Parecer Consubstanciado Plataforma Brasil n°:2.196.485 e sendo observados os procedimentos abaixo descritos:

I – prévio agendamento de data e horário com a Direção da Unidade Prisional;

II – rigoroso atendimento às regras de segurança e disciplina;

III – concordância expressa do reeducando (a) ou servidor (a) a ser entrevistado;

IV – autorização judicial nos casos de imagem, áudio, consulta a prontuários e entrevista com presidiário (a).

V - Encaminhe-se cópia deste parecer a Coordenadoria da Região Noroeste do Estado e ao diretor do Centro de Detenção Provisória Serra Azul - Estado de São Paulo.

Gabinete do Secretário, 13 de Setembro de 2017.

LOURIVAL GOMES
Secretário de Estado

ANEXO C - Parecer favorável do coordenador da região noroeste

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Comitê de Ética em Pesquisa
Gabinete e Assessorias

São Paulo, 03 de Julho de 2018.

Ofício CEP/SAP nº 054/2018.
Ref. Início de pesquisa aprovada pelo CEP/SAP 018/2018 e autorizada pelo Secretário da Pasta.

Senhor Coordenador,

Encaminhamos para apreciação e autorização de V.S.a documentos referentes à pesquisa **"Informação Encarcerada: O jovem da geração internet e a aprovação mediação e uso de dispositivos informacionais no interior da prisão"**, de autoria da pesquisadora Ciro Athayde Barros Monteiro.

Em atendimento ao disposto nos arts. 11, VIII, e 31, §2°, do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária –CEP/SAP, constituído pela Resolução SAP n° 324/2012, a pesquisa foi aprovada por este Comitê de acordo requesitos éticos e científicos e devidamente autorizada pelo Secretário da Pasta.

A pesquisa será realizada no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, após manifestação de V.S.a o pesquisador entrará em contato com o gestor da unidade supracitada a fim de agendar reunião para tratar do início da pesquisa.

Aproveitamos o ensejo para expressar nosso apreço.

Fátima França
Coordenadora do CEP/SAP

Ao
Dr. Carlos Alberto Ferreira de Souza.
Coordenador das unidades prisionais da Região Noroeste do Estado.

Rua Líbero Badaró, 600 5º andar Cep – 01008-000/SP
Tel(11) 3775-8108 email: comitedeetica@sap.sp.gov.br

ANEXO D – Autorização do egresso José Humberto Jerônimo

unesp

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, ENTREVISTA, NOME E DADOS

Eu José Humberto Jerônimo, RG 21.607.649 SSP/SP, **AUTORIZO** a captação e o uso de minha imagem, entrevista, nome e dados pessoais, com a finalidade de uso em pesquisa de doutorado intitulada: **INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da geração internet e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão,** desenvolvida por Ciro Athayde Barros Monteiro.

A presente autorização abrange o uso das imagens e informações acima indicadas, bem como de sua produção literária, tanto em mídia impressa como em mídia eletrônica, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral pelos órgãos de imprensa, formação de acervo histórico, divulgação de relatórios e utilização em todo e qualquer projeto ou obra de natureza sociocultural, realizados por esta pesquisa, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.

Por ser expressão da verdade e de minha vontade, é concedida a título gratuito e voluntário, sem que haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem, nome, dados ou a qualquer outro, assino a presente autorização.

Ribeirão Preto, 24 de julho de 2019.

José Humberto Jerônimo

José Humberto Jerônimo
RG: 21.607.649 ssp/sp

ANEXO E – Autorização do egresso Antônio Alves da Silva

unesp

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, ENTREVISTA, NOME E DADOS

Eu Antônio Alves da Silva, RG 50.588.908-0, **AUTORIZO** a captação e o uso de minha imagem, entrevista, nome e dados pessoais, com a finalidade de uso em pesquisa de doutorado intitulada:**INFORMAÇÃO ENCARCERADA: o jovem da geração internet e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão,** desenvolvida por Ciro Athayde Barros Monteiro.

A presente autorização abrange o uso das imagens e informações acima indicadas, bem como de sua produção literária, tanto em mídia impressa como em mídia eletrônica, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral pelos órgãos de imprensa, formação de acervo histórico, divulgação de relatórios e utilização em todo e qualquer projeto ou obra de natureza sociocultural, realizados por esta pesquisa, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.

Por ser expressão da verdade e de minha vontade, é concedida a título gratuito e voluntário, sem que haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem, nome, dados ou a qualquer outro, assino a presente autorização.

Ribeirão Preto, 08 de agosto de 2019.

Antônio Alves da Silva

Antônio Alves da Silva
RG: 50.588.908-0